

Décimo
Terceiro
Congresso



AVANÇAR NAS
MUDANÇAS

Documentos e Resoluções

São Paulo, 14 a 16 de novembro de 2013



Décimo
Terceiro
Congresso



AVANÇAR NAS
MUDANÇAS

DOCUMENTOS E RESOLUÇÕES

1ª Edição

São Paulo - 2014



Anita Garibaldi

Décimo
Terceiro
Congresso



AVANÇAR NAS
MUDANÇAS

DOCUMENTOS E RESOLUÇÕES

São Paulo, 14 a 16 de novembro de 2013

Sumário 



AVANÇAR NAS MUDANÇAS
Documentos e Resoluções do
13º Congresso do PCdoB

Organizadores: Adalberto Monteiro e Osvaldo Bertolino

Preparação e revisão de originais: Maria Lucília Ruy

Fotos: Clécio de Almeida

Diagramação: Laércio D'Angelo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Congresso PCdoB (13. : 2013 : São Paulo, SP)

C749c Congresso PCdoB: avançar nas mudanças: documentos e Resoluções, 15 a 16 de novembro e 2013, São Paulo, SP. / Organização: Adalberto Monteiro e Osvaldo Bertolino. – São Paulo : Ed. Anita Garibaldi, 2014.

336.p

ISBN 978-85-7277-146-7

1. PCdoB – Congressos. 2. Partido Comunista do Brasil – Congressos. I. Monteiro, Adalberto, org. II. Bertolino, Osvaldo, org. III. Título.

CDD 305.56

Catalogação na Publicação: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

Copyright © 2013

Direitos desta edição:



Anita Garibaldi

Editora e Livraria Anita Ltda

Rua Amaral Gurgel, 447, 3º andar, cj. 31 – Vila Buarque

CEP 01221-001 – São Paulo – SP – Brasil

Fone: (11) 3129-3438

www.anitagaribaldi.com.br – livraria@anitagaribaldi.com.br

Sumário

Apresentação _____	11
Informe político do presidente nacional do PCdoB, Renato Rabelo _____	17
Resoluções aprovadas no 13º Congresso do PCdoB _____	41
Resolução 1: Batalhar pelas reformas estruturais, fortalecer o Partido, assegurar a quarta vitória do povo! _____	45
Resolução 2: Promover a resistência anti-imperialista, as mudanças na América Latina e a nova luta pelo socialismo! _____	59
Teses do 13º Congresso do PCdoB _____	65
Primeiro tema: Balanço dos governos Lula e Dilma, atualização da perspectiva para o Brasil. A construção do Partido nesta realidade inédita e as diretrizes para seu fortalecimento _____	69



Segundo tema: Balanço e tendências da crise estrutural e sistêmica do capitalismo, do mundo em transição, e da nova luta pelo socialismo _____	129
Trabalho da direção nacional 2009-2013: Balanço, lições e perspectivas _____	169
Estatísticas da mobilização do 13º Congresso _____	187
Comitê Central eleito _____	191
Perfil do Comitê Central _____	225
Sucessão na presidência do PCdoB _____	229
Ato Político _____	237
Reportagem _____	239
Pronunciamento de Renato Rabelo _____	251
Atividade internacionalista _____	263
Homenagem à delegação internacional. Pronunciamento de Luciana Santos, vice-presidenta do PCdoB _____	267
Lista da delegação internacional presente ao Congresso _____	271



Seminário Internacional _____ 275

Intervenção de Renato Rabelo _____ 277

Mensagens e pronunciamentos dos partidos presentes ao 13°
Congresso do PCdoB _____ 287



Apresentação

Apresentação

Bússola para o PCdoB



Mesa Diretora abre os trabalhos do 13º Congresso

Este livro reúne informações, documentos e as *Resoluções* do 13º Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), realizado entre os dias 14 e 16 de novembro de 2013, na cidade de São Paulo, no centro de eventos Anhembi. O Congresso foi convocado em 7 de julho pelo Comitê Central (CC) com a divulgação das *Teses para Debate* com o temário que segue. Primeiro e principal tema: Balanço dos governos Lula e Dilma, atualização da perspectiva para o Brasil. A construção do Partido nesta realidade inédita e as diretrizes para seu

fortalecimento. Segundo tema: Balanço e tendências da crise estrutural e sistêmica do capitalismo, do mundo em transição, e da nova luta pelo socialismo.

De julho a outubro as *Teses* foram debatidas pelo coletivo militante e foram realizadas conferências em todos os estados do país e no Distrito Federal. Foram mobilizados 108.794 mil filiados organizados em 1.694 mil municípios. No transcurso do processo realizaram-se centenas e centenas de reuniões. A *Tribuna de Debates* recebeu um significativo número de artigos. Sem dúvida, um rico processo de democracia partidária característica dos Congressos do PCdoB nos quais a sabedoria do coletivo é altamente valorizada.

A direção nacional, com base no resultado das discussões que enriqueceram o texto original, aprovou as *Teses* em reunião realizada no dia 20 de outubro de 2013. Alicerçado em seu teor, o CC formulou dois Projetos de *Resoluções* pertinentes aos dois temas já mencionados, para serem deliberados pelo 13º Congresso.

Pode-se afirmar que as sessões plenárias do 13º Congresso foram o coroamento vitorioso desse processo. Sua grande marca foi a forte unidade em torno das duas *Resoluções* políticas aprovadas com convicção e entusiasmo pelos delegados e delegadas. Além das *Resoluções*, o plenário encaminhou ao novo Comitê Central sugestões e indicações para as frentes de trabalho do Partido.

O *Informe Político* de Renato Rabelo, presidente do PCdoB, importante pronunciamento sobre os assuntos candentes relacionados à pauta em tela, abriu os trabalhos do Congresso e também abre este livro. Destaca-se, ainda, o documento sobre o trabalho da direção nacional entre 2009 e 2013, com um balanço do período que tira lições e aponta perspectivas.

Antes do início do Congresso, entre os dias 13 e 14 de novembro, realizou-se o “Seminário Tendências da Situação Internacional”, que reuniu delegações partidárias de 35 países. Posteriormente, já no âmbito

da programação do Congresso, se realizou uma emocionante solenidade internacionalista; ambos acontecimentos estão aqui registrados.

Documenta-se com relevo a importante decisão tomada pelo Comitê Central eleito no Congresso acerca da sucessão do presidente Renato Rabelo. Este processo conduzido pelo presidente resultou na indicação da deputada federal Luciana Santos para vir a sucedê-lo, processo este que deverá se concluir no primeiro trimestre de 2015. O livro contém ainda a nova composição do Comitê Central eleito, além de gráficos referentes à mobilização do Congresso e ao perfil do novo CC.

Fato revelador do papel e do lugar que o PCdoB passou a ocupar no cenário político nacional aconteceu no penúltimo dia do Congresso. Ocorreu o Ato Político, com a presença da presidenta da República, Dilma Rousseff, do prefeito da cidade de São Paulo, Fernando Haddad, de ministros, entre eles de Aldo Rebelo, do Esporte, membro da direção nacional do PCdoB, representantes de legendas aliadas e lideranças do movimento social.

As conclusões, elaborações e diretrizes do 13º Congresso são as balizas para o Partido nos próximos quatro anos. As *Resoluções* e as demais decisões enfeixam um conjunto de orientações que servirão para que cada militante ou filiado tenha uma orientação segura para suas ações. Tem-se a convicção de que por elas orientado o Partido seguirá expandindo sua força. Coeso e fortalecido com o 13º Congresso, o PCdoB se empenhará pela unidade das forças progressistas e de esquerda para impedir o retrocesso e impulsionar as lutas que façam o país avançar na realização das reformas estruturais e democráticas. Reformas que na visão do PCdoB fazem parte das tarefas do caminho que poderá conduzir a Nação rumo ao socialismo.

Os editores



Informe político do Presidente Nacional do PCdoB, Renato Rabelo



Renato Rabelo apresenta Informe Político na abertura do 13º Congresso

Informe político ao 13º Congresso do PCdoB

Renato Rabelo

Incio este informe político tratando de um tema que está em destaque nos jornais de hoje. A grande mídia, em manchetes e narrativas triunfais, festeja a tão esperada por eles expedição dos mandatos de prisão dos réus da Ação Penal 470 – o chamado “mensalão” – pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Nesta hora, a grande mídia busca criar na opinião pública um clima de regozijo que lembra a Idade Média, quando condenados em ritos da Inquisição eram lançados à fogueira.

O PCdoB não vê motivos para festa e nem julga que a justiça esteja sendo feita. No dia de hoje, reiteramos a posição que tomamos em dezembro de 2012. Este julgamento, desde o seu fato desencadeador, foi eminentemente político com o fito de desestabilizar o ciclo progressista iniciado em 2003. O processo tramitou sob forte pressão midiática que, *a priori*, execrou e condenou os acusados, independentemente de provas.

O STF já adotou decisões favoráveis à democracia e à garantia dos direitos individuais, todavia – como os outros Poderes – não é infalível. Neste caso chegou a alterar a jurisprudência, adotando a chamada “teoria do domínio funcional do fato” que, tal como foi interpretada, abriu brecha para condenações sem comprovação de culpa. Além disso, foi negado aos réus o direito de serem julgados por duas instâncias do Poder Judiciário. Ao final, conforme se pronunciaram juristas de renome,

muitos dos réus foram condenados, sem provas, a penas desproporcionais. E agora, ao contrário do que se esperava, serão emitidas as ordens de prisão, mesmo para réus que ainda aguardam o julgamento de embargos infringentes.

O PCdoB reafirma a defesa do Estado Democrático de Direito. Reafirma, a bem da justiça, que nenhum cidadão ou cidadã pode ser condenado com base na absurda tese da presunção de culpa, que fere garantias constitucionais básicas. Finalmente, o PCdoB defende a realização de uma reforma política democrática que acabe com o financiamento privado das campanhas eleitorais, principal razão de ilícitos de campanhas – fato que dá margem à grande mídia para tentar, como faz agora, desmoralizar a política, atacar a esquerda e destruir lideranças.

I – Inserção do Brasil no curso geopolítico mundial – afirmação nacional e maior relevância no cenário internacional

A aceleração da transição nas relações de poder no mundo – com o prolongamento da crise sistêmica do capitalismo – é marca destacada na evolução da situação internacional. Há uma nova correlação de forças em formação, e o mundo está passando por importantes transformações com o surgimento de novos polos geopolíticos. Os contornos dessa transição – a tendência à multipolarização – ainda não estão definidos. Entretanto, ganha ritmo o declínio relativo e progressivo da hegemonia dos Estados Unidos, em relação à rápida ascensão da China e ao desenvolvimento econômico e o protagonismo político crescente dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Os EUA, numa tentativa de estancar o declínio de sua hegemonia, intensificam uma ofensiva imperialista, que se expressa através do militarismo; da ocorrência de uma série de guerras de agressão; de uma os-

tensiva ação no campo midiático e ideológico-cultural; e da operação de um sofisticado esquema global de espionagem. Desse modo, a situação internacional é sinalizada por crescentes incertezas, instabilidade, conflitos e ameaças à paz, à independência das nações e aos direitos dos povos.

O exemplo da Síria é significativo. Os Estados Unidos, a França e a Inglaterra tentaram por todos os meios a subversão e a intervenção direta, criando uma suposta “força rebelde” interna no país sírio. Todavia, se depararam com forte resistência das forças nacionais sírias, e com uma decidida oposição internacional aos seus intentos imperialistas.

É alarmante a ação recorrente dos Estados Unidos – com a ajuda da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) – de intervir em conflitos internos de outros países, rasgando o princípio da soberania das nações, recorrendo ao pretexto cínico de defesa da democracia e dos direitos humanos, deflagrando as ditas “guerras humanitárias”. As decisões multilaterais, e as que envolvem a guerra e a paz, deixam de ser tomadas por consenso, pilastra que assenta o equilíbrio do sistema da lei e da ordem internacional, edificada no segundo pós-guerra. Portanto, a força bruta vem prevalecendo acima do Direito Internacional e da Carta da ONU, da discussão diplomática e do caminho político responsável.

Como afirmou recentemente a presidenta Dilma Rousseff, em setembro último, perante a plenária das Nações Unidas: “As tecnologias de comunicação e informação não podem ser campo de batalha entre os Estados. Temos de garantir condições para evitar que o espaço cibernético seja instrumentado com arma de guerra” – ou ataques contra sistemas de infraestrutura de outros países. Foi uma denúncia de larga repercussão internacional, invocando recentes revelações sobre as atividades de uma rede global de espionagem eletrônica perpetrada pelos Estados Unidos. Nessa rede o Brasil aparece como alvo. Numa atitude firme e digna, que contou com nosso decidido apoio, a presidenta Dilma exigiu explicações, desculpas e garantias de que tal situação não volte a se repetir. A presidenta denunciou a espionagem contra o Brasil

como um caso grave de violação das liberdades civis, e, sobretudo, de desrespeito à nossa soberania. Nas palavras de Dilma, “sem respeito à soberania, não há base para o relacionamento entre as nações”.

A marcha do curso histórico atual forja condições para avanços da luta dos trabalhadores e dos povos em defesa dos seus direitos, da democracia, do progresso social, da soberania das nações, da paz e do socialismo. Essas lutas se desenvolvem – conformadas e conduzidas de várias formas – por países em transição ao socialismo, por governos patrióticos e progressistas, por partidos comunistas, revolucionários, de esquerda e anti-imperialistas, por movimentos de libertação nacional e por movimentos sociais. Nelas, é constante o papel saliente das classes trabalhadoras, dos estudantes e da juventude, das mulheres e da intelectualidade progressista. No curso dessas lutas, emerge e se fortalece a solidariedade internacional. O PCdoB reafirma seu caráter internacionalista e patriótico que se materializa nas jornadas que realiza em apoio às lutas dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo.

Hoje, a América Latina se destaca com processos políticos avançados – iniciados há 15 anos –, com governos de esquerda, patrióticos, progressistas e anti-imperialistas. Em função da contraofensiva do imperialismo, é preciso salientar que o avanço desse novo período político no continente latino-americano depende da renovação de objetivos, da consolidação do poder político conquistado, do aprofundamento das mudanças, e da aceleração da integração regional. Na fase atual, de nova luta pelo socialismo, tem importante sentido estratégico, para o PCdoB, o apoio distinguido aos regimes socialistas. Há que se constatar e apoiar também as novas experiências revolucionárias que se iniciam e se desenvolvem, sobretudo na América Latina.

▼ Brasil – Inserção internacional soberana

A inserção internacional do Brasil nesse decênio teve como objetivo maior criar condições mais favoráveis ao curso do seu Projeto Nacional

de Desenvolvimento. A política externa do Brasil em relação à vigente nos anos 1990 mudou da água para o vinho: adotou uma linha geral “altiva e ativa”, projetando o país no cenário internacional e afirmando sua soberania nacional. Uma política externa cujas bases assentam-se na construção de uma geopolítica definidora de um papel de maior monta do Brasil, ao lado dos grandes países em desenvolvimento – os BRICS e outros –, a favor da transição à multipolarização do poder mundial. Crescente avanço do plano de integração sul e latino-americano e progresso na relação com nossos vizinhos, no entorno que compreende também o sul da África. O protagonismo na luta pela reforma da principal instituição de poder do sistema internacional – o Conselho de Segurança das Nações Unidas, no qual o Brasil almeja ter um assento permanente. Empenho na atualização da fórmula de cotas do FMI com o aumento do poder de decisão de países em desenvolvimento em relação à aplicação dos recursos do Fundo.

A oposição numa clara contestação, de matiz ideológico, tem feito permanentes ataques à nova política externa brasileira. Duvida da capacidade do Brasil de alcançar um papel relevante no curso geopolítico internacional. E coloca no alvo do seu ataque a integração sul-americana e a relação solidária com nossos vizinhos. Agora, de forma preconceituosa, questiona até mesmo a participação de empresas estatais da China no Leilão do poço de Libra.

II – Brasil – Conquistas que forjam a etapa atual alcançada e agora exigem novos desafios para se avançar nas mudanças

Hoje o debate corrente acerca do modelo de desenvolvimento está preso ao passado – quando a realidade do Brasil é outra. Vale a pena voltar ao passado da década de 1990?

Nos anos 1990, sobretudo nos governos de Fernando Henrique Cardoso, prevaleceram os interesses e compromissos com a oligarquia financeira. Nessa situação, o tripé macroeconômico conformou um modelo regido pela premissa que tinha como objetivo único o combate à inflação em benefício dos interesses rentistas. A linha defendida baseava-se em juros altos, câmbio apreciado, salários contidos, austeridade fiscal e liberalização da economia, tendo o mercado a função de ser o centro da condução do desenvolvimento econômico e social. A existência dessa poderosa oligarquia financeira compreendida como parte da oligarquia transnacional, fincada no Brasil, é uma resultante da necessidade objetiva da fase neoliberal do capitalismo.

O governo FHC foi expressão desses interesses, submetendo o Brasil ao regime dos monopólios financeiros dominantes. Tal situação levou à subordinação e semiestagnação da economia brasileira, ao aprofundamento da crise social, e à abertura comercial externa dependente e subordinada aos interesses das grandes potências capitalistas. O país se tornou vulnerável aos choques externos, não tinha mecanismo de sustentação interna. As crises financeiras de fora truncavam a economia nacional. O Brasil ficou insolvente por três vezes, tornando-se constantemente dependente do aval e empréstimos do FMI.

Hoje, as oposições em geral procuram “atualizar” essas teses superadas. Empacotar os velhos paradigmas com invólucro novo. Tornam o debate econômico preso ao passado, quando a realidade do Brasil é outra. O último decênio demonstra o esforço de se buscar um caminho próprio para o país. No áspero processo de tomada de decisões econômicas no país não existe posições neutras, ou simplesmente “técnicas”. A técnica é instrumento usado por uma política determinada. A economia aplicada, em nossa concepção, é economia política. Porquanto, toda decisão econômica no âmbito das decisões do Estado e do governo parte de uma decisão política, que serve a uma ou a outra classe social. A propósito, não existe realmente Banco

Central independente. Em verdade, se ele é independente do governo, necessariamente passa a ser dependente do mercado financeiro. Aqui não há meio termo.

As oposições aparentam preocupação com a economia e centram suas críticas sobre aquilo que julgam ser “gastança” e “intervencionismo” estatal do governo Dilma. Propõem um “duro ajuste fiscal” (austeridade fiscal à moda europeia), sem se referirem abertamente ao que defendem que, na verdade, é corte nos investimentos sociais e contenção rigorosa dos salários, sobretudo barrando o aumento real do salário mínimo. São contrárias ao pleno emprego e ao fomento desenvolvimentista do BNDES; e voltam a defender o papel do mercado como centro dominante da condução econômica e social. Daí a insistência marota, agora, da defesa do tripé macroeconômico da época de FHC.

A macroeconomia, desde que apareceu na cena das ciências econômicas no século passado, não é um fim, mas um meio (instrumental) que pode estar a serviço do desenvolvimento e bem-estar do povo – ou também para seus contrários: o atraso, a dependência nacional, a desigualdade, o empobrecimento da população. O fim é o Programa de governo que, na realidade, é deixado oculto, sem que se apresente uma alternativa explícita.

▼ Ciclo aberto por Lula em 2003: transição a um novo modelo de desenvolvimento, sob a égide de forças progressistas

O novo ciclo político aberto por Lula em 2003 levou o Brasil a sair do círculo vicioso perverso – que o estrato financeiro dominante, consagrado no afamado Consenso de Washington, impunha ao nosso país. Com efeito, assim afirmam os documentos deste 13º Congresso: as várias transformações econômicas e sociais que vêm se operando nos governos de Lula e de Dilma caracterizam uma transição no modelo de desenvolvimento.

Primeiro, o país pôde crescer distribuindo renda, o que lhe permitiu maior possibilidade de investimento, aumento da produtividade, gerando um círculo virtuoso. O inverso do que a ortodoxia dominante pregava na década de 1990. Mesmo hoje, no contexto mundial de crise capitalista, em nosso país vive-se uma situação contrária à dos países centrais, nos quais prevalecem: a diminuição de salários e da renda do trabalho, o desemprego persistente, a perda de direitos.

Segundo, se reduziu a fragilidade da economia brasileira. Ficou demonstrado que é possível alcançar progresso social reduzindo a vulnerabilidade da economia, diminuindo a dívida pública. O Brasil se transformou de um país acentuadamente endividado externamente em um país credor líquido, com reservas internacionais de quase 400 bilhões de dólares. O país ficou menos exposto aos choques e às crises externas, e se tornou mais autônomo em relação às imposições das potências capitalistas, com um comércio externo alcançando o marco de certo planejamento. Nessa nova etapa conquistada o conservadorismo também quer uma volta ao passado.

O modelo de desenvolvimento brasileiro nesse período também se caracterizou por mudanças estruturais importantes: o Brasil ocupa lugar destacado com grande produção agroindustrial, de produtividade crescente baseada em alta tecnologia. O país vai se consolidando como potência agrícola e situa-se como o segundo maior exportador mundial de alimentos.

E o Brasil tem avançado significativamente para resolver o problema da principal base material do desenvolvimento, a energia – diferença destacada em relação a outros países em desenvolvimento. Na diversificada matriz energética do país o peso da energia limpa, renovável, aproxima-se dos 50%, um dos maiores do mundo. Agora, a exploração do pré-sal o coloca entre as grandes potências energéticas.

A grande questão para as forças progressistas e democráticas não é a volta ao passado, mas, exatamente, impedir seu retorno. As forças

avanzadas precisam dizer não aos paradigmas liberalizantes da década de 1990. Não ao tripé macroeconômico programado para o padrão do rentismo financeiro. Não à desregulamentação financeira, motor da grande crise econômica mundial atual, ou a prevalência de um tipo de modelo de austeridade fiscal ditado na Europa, que aguça a tragédia social, sem levar a crise econômica ao fim.

▼ A etapa atual – Desafio pelo desenvolvimento robusto e duradouro

O Brasil não pode mover-se em marcha a ré. Hoje, a questão central é a sustentação da linha do desenvolvimento mantendo os avanços na distribuição de renda, nas conquistas sociais e na afirmação da soberania nacional. Os desafios da ETAPA ATUAL são novas exigências produtivas e sociais. Significa continuar para avançar nas mudanças, longe do passado dos anos 1990. Não haverá avanços se voltarmos ao passado. A alternativa oposicionista está presa ao passado, visto que seu receituário enrustido – que transparece – é o mesmo que não foi capaz de tirar o país da semiestagnação, da instabilidade econômica, da vulnerabilidade externa, da dependência, do retrocesso social. As grandes massas populares apartadas do desenvolvimento viviam na miséria.

Estamos diante do desafio pelo desenvolvimento robusto, sustentável e duradouro, mantendo simultaneamente a elevação do investimento social por habitante. Primeiro, na fase atual consideramos como premissa definir as prioridades do desenvolvimento e, assim, o governo Dilma procura atuar. Segundo, impulsionar o crescimento da economia conjugada com a necessidade de aumentar o gasto público por habitante, no rumo da universalidade e qualidade da educação, saúde, transporte urbano, e segurança pública, inclusão digital e outras formas de inclusão social. Voltar ao modelo passado é o avesso dessa exigência da etapa atual. Nesse último decênio se conseguiu reduzir a pobreza e o desemprego e melhorar a distribuição de renda. Agora é natural que as

demandas sociais se intensifiquem em outras áreas, o que exigirá mais recursos fiscais.

Então, como resolver essa importante demanda para o avanço civilizacional do nosso país, para o qual temos nos empenhado? À medida que se avançou, ao lado dessas importantes transformações permaneceram ou surgiram também grandes contingências. Este final do quinto ano de crise da economia mundial (Grande Recessão) tem provocado uma situação na qual até mesmo a pujante economia chinesa refluuiu, e o crescimento brasileiro será algo modesto entre 2,7% e 3%. E mais, a contínua ameaça de mudança da política monetária dos EUA tem provocado uma montanha russa no câmbio, e o preço das *commodities* se mantém estagnado, refletindo isso em menor superávit da balança comercial brasileira.

Há uma retração do investimento. Apesar da elevação do investimento público (2,5% para 5%), o investimento privado caiu (18% para 13%), ficando a taxa média de investimento em torno de 18,5%. É deficiente a infraestrutura logística, que não responde às necessidades de crescimento da economia, sendo o seu ritmo de construção lento. Por exemplo, o sistema de controle tem sua função hipertrofiada, pois o Tribunal de Contas da União (TCU) neste momento mandou paralisar oito grandes obras – decisão reprovada pela presidenta Dilma.

A presidenta Dilma deu passo importante para desarmar a armadilha dos juros altos. Mas a junção de acontecimentos recentes de valorização abrupta do dólar (volatilidade do câmbio) provocou uma inflação de custos, superativada por permanente campanha midiática. O Banco Central pressionado fortemente passou a estimular uma dinâmica perversa porque aumenta a taxa de juros real numa situação de diminuição do crescimento.

Os meios midiáticos locais e internacionais, as grandes finanças, a oposição de direita vaticinam a perspectiva de um desequilíbrio fiscal do país, excitam a desconfiança entre os meios empresariais e o governo

federal, prenunciam grande tempestade no horizonte para o Brasil – a possível junção do rebaixamento pelas agências globais do grau de investimento do país, com a redução do estímulo de liquidez na economia dos EUA, que repercutiria funestamente em nossa economia. Situação disseminada que labora por um ataque especulativo sobre nossa moeda. Haja horror! Esses são os meios utilizados pelo poderoso sistema financeiro global que impõe seus desígnios, visando a dobrar governos e países.

Mas, realmente a tão execrada dívida pública brasileira é incomparavelmente menor que a dos países ricos e não tem caráter expansivo. A tendência de inflação é de baixa. Investidores internacionais acabam de comprar do Brasil 3,25 bilhões de dólares de título da dívida, maior oferta em dólares já registrada. O Brasil é o terceiro país no mundo receptor de Investimento Direto Estrangeiro (IED). Mas, sem dúvida, deve-se perseguir o equilíbrio das contas públicas, sobretudo diante do quadro de persistência da crise mundial e da necessidade de desenvolvimento sustentado. Voltamos a afirmar que para isso não precisamos voltar ao passado.

Na etapa atual, o PCdoB defende a necessidade de adotar uma estratégia de crescimento, focada principalmente nos investimentos e não prioritariamente impulsionada pelo consumo. Linha que o governo vem adotando: manutenção do elevado nível de emprego, sem pressão inflacionária, através do aumento da produtividade do trabalho. Para isso, age como ação imediata o êxito das concessões, porquanto têm grande potencial de investimento – sendo, por isso, decisivo para corrigir as carências em infraestrutura, logística de portos, estradas de ferro, rodovias, aeroportos. Outro fator fundamental que traduz maior produtividade é o crescente investimento em educação e em inovação tecnológica. Caminhos já assumidos pelo governo Dilma. Além disso, investimento direcionado para a consolidação do papel do Brasil como potência alimentar e potência energética. E necessidade básica da redu-

ção dos custos financeiros e de câmbio equilibrado e competitivo para retomada da manufatura brasileira. Nesta etapa, assume maior importância ainda a clamada necessidade da concretização da reforma tributária progressiva.

Assim, a estratégia atual tem uma linha determinada pelos investimentos. Por isso, além da exigência de crescente investimento público, dado o estágio das forças produtivas no Brasil, é preciso também atrair o investimento privado, através de concessões e partilhas em associação com o capital estatal. Em qualquer caso essa associação deve resguardar a soberania nacional, a qualidade do resultado, e os direitos dos trabalhadores. A concessão não é uma privatização – como está situado nas Teses deste Congresso. No plano das concessões estão previstos para os próximos cinco anos investimentos de mais de 500 bilhões de reais em infraestrutura logística. No sistema de partilha estão os investimentos na exploração do petróleo e gás no pré-sal, com previsão de mais de 450 bilhões de reais para os próximos dez anos.

Quanto à Copa de Futebol de 2014 e as Olimpíadas de 2016, pesquisas estimam que esses dois megaeventos irão agregar 183 bilhões de reais ao PIB, até 2019, e gerar cerca de 700 mil empregos permanentes e temporários; os Jogos Mundiais Universitários de 2019, recente conquista, também irão proporcionar mais investimentos. A respeito do modo de exploração do Campo de Libra, o Comitê Central do PCdoB se pronunciou, em sua última reunião em 27 de outubro deste ano. O documento afirma que nas condições atuais do estágio de desenvolvimento do Brasil é preciso agregar investimentos privados, por mecanismos diversos, entre os quais, na área petrolífera, contratos de concessão ou de partilha da produção. E indica que a exploração do pré-sal deve ser feita com resguardo da soberania nacional e aplicação de sua riqueza no desenvolvimento do Brasil. Nesse sentido, o PCdoB se orienta pelas diretrizes do seu Programa Socialista e pelas Teses de seu 13º Congresso.

Os comunistas também batalharam pela criação do Fundo Social do pré-sal destinado ao desenvolvimento, como Educação e Saúde; criação de uma empresa 100% estatal para supervisionar a execução de todos os contratos na região do pré-sal. E lutaram para que a Petrobras se tornasse “mais brasileira”, com o aumento da participação da União no capital social da empresa. O PCdoB também assinalou que a exploração desta nova riqueza, descoberta há sete anos, deve ser iniciada o mais rápido possível. E, diante das controvérsias existentes, deliberou que sobre o assunto do leilão do Campo de Libra deve-se promover um amplo debate, aprofundando a discussão junto à militância do Partido e os movimentos sociais, para que o tema possa ser examinado sob todos os aspectos.

De imediato, posso afirmar que após o leilão de Libra se inicia uma etapa significativa para que nosso país se consolide como grande potência energética, e realize vasta transformação na educação. A presidenta Dilma em cadeia nacional de rádio e televisão afirmou que o resultado do leilão é um marco na história do Brasil. Com ele, disse ela, “estamos garantindo um equilíbrio justo entre os interesses do Estado brasileiro e os lucros da Petrobras e das empresas parceiras”. Os “85% de toda renda a ser produzida no Campo de Libra vão pertencer ao Estado brasileiro e à Petrobras”. E “Por força da lei, serão 736 bilhões de reais que serão investidos exclusivamente, 75% em educação e 25% em saúde”. Nesta questão contamos com a contribuição importante de nosso camarada Haroldo Lima, ex-coordenador geral da ANP.

Para o PCdoB, também está entre os fundamentos do Projeto Nacional de Desenvolvimento a defesa do meio ambiente como parte integrante de um novo avanço civilizacional. Defendemos o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, na defesa do meio ambiente. Quem historicamente poluiu e degradou mais o meio ambiente deve arcar com maiores responsabilidades. Portanto, não se deve aceitar a tentativa dos países capitalistas ricos de impor ao conjunto das

nações as mesmas responsabilidades pelo enfrentamento da crise ambiental do planeta – o que seria absolutamente injusto e prejudicial aos países menos desenvolvidos.

▼ A nova etapa alcançada nos remete a maiores desafios políticos – Reformas estruturais democráticas

As tarefas políticas para enfrentamento dos desafios da etapa atual devem estar sintonizadas com as novas exigências econômicas, sociais e os interesses nacionais na inserção internacional. As recentes manifestações do mês de junho ecoaram como um sinal de alerta de que as conquistas precisam avançar para responder às candentes demandas reclamadas. A presidenta Dilma tem se empenhado nesse sentido, propondo e desenvolvendo os cinco pactos que procuram responder à atual situação política e social. As manifestações de junho tiveram papel saliente no curso político atual. Parcelas significativas da população, sobretudo de jovens, levaram para as ruas seus sentidos reclusos. O PCdoB desde o primeiro momento afirmou que era preciso ouvi-los e responder-lhes – e se empenhou e participou nesse sentido.

No entanto, essas manifestações vêm se perdendo num empastamento de bandeiras dispersas, apesar de algumas vitórias iniciais. Mantêm-se sem norte e sem dar respostas por si mesmas a muitas reivindicações justas. As redes sociais são um meio moderno de mobilização, não um fim em si mesmo. Sem organização coletiva, sem unidade ampla em torno de um programa norteador, ou pior, negando o papel da política e do partido político, resulta em dispersão. Ademais, pode restar apenas a organização de grupos inconsequentes e agressivos, distintos das manifestações massivas que merecem ampla liberdade de expressão. Assim, todo grito das ruas, assim aclamado, pode se perder num resultado indefinido, absurdo, incorrendo por isso mesmo num risco de retrocessos.

Diante dessa situação, ainda mais cresce a importância do fortalecimento e renovação do movimento social organizado, do movimento sindical, das organizações representativas da sociedade civil, que vêm progressivamente jogando seu papel. Ao fim e ao cabo, na convulsão social massiva prevalece quem mais se organiza, congrega unidade política em torno de bandeiras reclamadas amplamente e consegue imprimir um rumo político coerente. Por exemplo, agora, em face da profunda crise que vive a Europa vão prevalecendo em seu desfecho, nas grandes mobilizações sociais e políticas, os sindicatos, as organizações sociais e os partidos políticos permanentes.

Não há avanço democrático sem partidos políticos. Não há como alcançar o poder político – conquistando a hegemonia política no Estado, ou conseguindo parcela de poder – sem partido com representatividade e que goze de ampla influência e respeito perante o povo. Isto é universal, não há exceções.

▼ Centralidade das reformas política e midiática

Por isso, a importância que distinguimos para a reforma política. Ela visa ao fortalecimento dos partidos, sua efetiva representatividade e legitimidade que expresse os interesses de diversas parcelas das classes sociais. A reforma política democrática, seguidamente, vem sendo postergada. O PCdoB vem lutando há tempos por um novo sistema de representação político-eleitoral com financiamento público exclusivo de campanhas, e votos em listas partidárias com alternância de gênero.

Sob o influxo das manifestações de junho várias atividades começaram a ser tomadas através da defesa de Projetos de Lei de iniciativas populares. E merecem o nosso apoio as iniciativas conduzidas pela OAB, CNBB, UNE, UBES, CUT, CTB, CONTAG, e outras 33 importantes entidades populares, porque se aproximam da posição que defendemos. E ainda a iniciativa tomada pelo PT, PDT, PSB, PCdoB, no âmbito da Câmara dos Deputados, pela convocação de um plebiscito sobre temas básicos

da reforma política. Isso vai no sentido contrário da recente proposta do Grupo de Trabalho da reforma política da Câmara dos Deputados. Seu relatório apresentado é uma profusão de novas cláusulas de barreira e proibições que cerceiam a representatividade das minorias. Um libelo danoso aos direitos democráticos. Nossa líder na Câmara dos Deputados, Manuela D'Ávila, já se pronunciou veementemente contra essa peça de mau gosto. Vamos lutar decididamente contra esse infeliz relatório.

No plano da democratização do Estado, em conjunto com a reforma política, temos defendido a reforma do Poder Judiciário e a democratização dos meios de comunicação. Esta é uma bandeira estratégica. Há no Brasil um monopólio privado que se apoderou do domínio público da informação – pilastra fundamental do Estado. Tal fato é um obstáculo para o aprofundamento democrático em nosso país. Por isso, de forma consequente, é preciso assegurar a aplicação das garantias constitucionais e regulamentar os dispositivos que versam sobre a diversidade e a pluralidade informativa, como aconteceu na Argentina e na Inglaterra. O Marco Civil da Internet, em debate no Congresso Nacional, também pode contribuir para a democratização deste poderoso instrumento que é a internet desde que sejam preservados os princípios da neutralidade da rede, privacidade e liberdade de expressão.

▼ Construção do campo de afinidade de esquerda

Resultante do percurso desses últimos dez anos, o campo político progressista acumulou forças, e foram geradas melhores condições para se avançar na redução das profundas desigualdades ainda existentes, e na superação das injustiças. Temos consciência da nossa responsabilidade nesta etapa prenhe de nova oportunidade que não pode ser desperdiçada. Não podemos nos dispersar! Tudo faremos para dar a nossa contribuição! Defendemos que a tarefa política central do momento é mobilizar apoio para que o governo realize as mudanças que a nação e o povo reclamam, por meio das

reformas estruturais democráticas. O êxito dessas novas tarefas requer grandes embates políticos que necessitam maior empenho pela unidade da coalizão ampla que apoia o governo. Nas condições atuais da correlação de forças políticas no Brasil, não negamos que a experiência demonstrou serem essas alianças necessárias para as vitórias eleitorais e a governabilidade.

No entanto, diante da demanda de reformas mais profundas ganha importância e atualidade a construção de um campo político e social formado por todos quantos tenham afinidade com as bandeiras da esquerda: partidos políticos, correntes políticas, lideranças, movimentos sociais, centrais de trabalhadores, personalidades de diversos setores da sociedade. Por conseguinte, a proposta de coesionar um campo de afinidade de esquerda não contesta as coalizões mais amplas, mas reforça a exigência de um bloco que represente a unidade popular, com as ideias e o impulso transformador e mobilizador reforçando um direcionamento mais consequente e legítimo.

Na Resolução do nosso 13º Congresso se propõem referências para um programa comum imediato, que possam contribuir para a formação desse bloco político social de esquerda – questões necessárias para o fortalecimento e a modernização do Estado nacional, para um maior avanço democrático a para uma estratégia de crescimento robusto e sustentado, capaz de garantir conquistas ainda maiores na esfera social, na superação das desigualdades, na defesa consequente do meio ambiente e na afirmação da soberania nacional.

▼ Conquistar a quarta vitória do povo

O atual curso político nacional vive a antecipação da campanha presidencial a ser realizada em 2014. As forças conservadoras vinculadas aos interesses imperialistas e a oposição de direita, todas elas se associam com a grande mídia cada vez mais agressiva, impelindo ampla campanha contra o governo da presidenta Dilma Rousseff. É ostensiva

a ação desse sistema de oposição a fim de impedir ao extremo a sequência do caminho aberto pelas forças progressistas, desde 2003. Não temos ilusão da agudeza do embate político em desenvolvimento!

Apesar da afrontosa campanha midiática contra a presidenta Dilma, ela vem progressivamente ampliando seu apoio entre vastas parcelas do povo, mantendo o seu favoritismo no pleito do próximo ano. As oposições vivem enredadas em dilemas na definição de suas candidaturas, mas, principalmente, sem alternativa a apresentar. Apenas repetem o receituário do passado, insistindo em repisar a existência de “crises”, que seriam resolvidas com soluções ocas como “choques” de gestão, de confiança, fiscal. E com afirmações genéricas de alianças com os empresários “do bem”, ou jocosas, descrevendo sua alternativa como “sonhática”. É muita espuma para um escasso conteúdo!

Afirmamos na Resolução deste 13º Congresso que o PCdoB tem campo e rumo definidos. Atuará com suas energias na sucessão presidencial de 2014, para que o povo obtenha a quarta vitória consecutiva. Nesta etapa, lutando pela realização plena das reformas democráticas estruturais, assegurando resolutamente a continuidade e o aprofundamento do ciclo progressista iniciado em 2003. Ao mesmo tempo o Partido deve se empenhar, desde já, para o crescimento de sua representação parlamentar e a conquista de governos estaduais. Neste sentido, vamos à vitória na conquista do governo do Maranhão. Flávio Dino, camaradas do Maranhão, vocês contam com o apoio de todo o Partido!

III – Tarefas atuais de construção do PCdoB

Ao avaliar os dez anos dos governos Lula e Dilma, ressaltamos as contribuições do PCdoB a este ciclo político progressista, no qual os comunistas enfrentaram o desafio inédito de exercer responsabilidades no governo da República. A construção do Partido, sobretudo no último

quadriênio, se realizou no curso da intervenção política que, em linhas gerais, foi marcada por nossa luta pela realização de um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, pelo apoio ao governo, impulsionando-o na realização das mudanças. E, simultaneamente, preservamos a independência da nossa legenda. A um só tempo fomos leais ao governo, defendendo-o dos ataques da oposição, e exercemos livremente a crítica quando consideramos que erros ou desvios ao Programa assumido pela coalizão foram cometidos.

Em termos de balanço quero destacar que o Partido soube reger sua construção, combinando a expansão de suas fileiras com a afirmação de sua identidade comunista. Aproveitamos o terreno fértil desse decênio para promover uma crescente presença junto às massas populares, às mulheres, à juventude e aos setores progressistas da intelectualidade. Com audácia e critérios, abrimos as portas de nosso Partido para receber lideranças que nos honraram com sua escolha. No último decênio, fomos um dos partidos que mais cresceu tanto na esfera organizativa quanto eleitoral. Somos hoje 340 mil filiados, 110 mil militantes; o Partido está estruturado em 2.300 municípios nos 26 estados e no Distrito Federal. Temos vereadores em um milhar de cidades, respeitadas bancadas no Senado Federal e na Câmara dos deputados, 25 parlamentares em Assembleias Legislativas e 60 prefeituras. Um ministro de Estado, o ministro do Esporte Aldo Rebelo, e crescente participação em governos estaduais e municipais.

Esta expansão do Partido vem da força e justeza de sua orientação política e se realiza pela aplicação crescente das frentes de acumulação de forças. Na luta política, o Partido soube interpretar a importância nova adquirida pelas eleições não só no Brasil, mas num conjunto de países da América Latina. Assumimos em plenitude e em todas as dimensões os desafios da frente institucional-eleitoral, por entender que o aumento da força eleitoral do Partido e sua presença nas esferas de governo são fatores estratégicos para o êxito de sua acumulação

de forças. Ao mesmo tempo, o Partido se empenha na luta social e na luta de ideias, sempre buscando interação e sinergia entre as três frentes. Na luta social, destaco o vitorioso Congresso da CTB, recentemente realizado, as vitórias na frente de juventude, e a luta que o Partido travou pelo sentido e direção das manifestações de junho, ante a manipulação da direita e da grande mídia, como demonstração dos esforços empreendidos por vínculos crescentes com os movimentos sociais. Quanto à luta de ideias, temos trabalhado para formular conteúdos e apontar meios para viabilizar o Novo Projeto Nacional. Sublinho, também, a sistematização da trajetória de 90 anos de fundação do Partido, na qual valorizamos a trajetória completa desde 1922, destacando o papel das quatro gerações que o edificaram, e também o de suas lideranças.

Quero concluir este sucinto balanço da construção do Partido com a seguinte convicção: Orientado pelo Programa Socialista, o PCdoB venceu seu espaço próprio no cenário político brasileiro, como um Partido de esquerda revolucionário, que se expande e se fortalece afirmando sua identidade comunista marxista-leninista. A perspectiva da construção do Partido se vincula aos desafios que a Nação e os trabalhadores têm pela frente. Estes desafios exigem uma esquerda forte, um PCdoB mais influente, com uma envergadura de várias centenas de milhares de militantes organizados. Do precioso alicerce orgânico que já construímos – orientados pelo pensamento revolucionário que elaboramos, com base no marxismo-leninismo e nas generalizações de nossa prática concreta – podemos mirar uma expansão ainda maior do Partido. Como atingir este objetivo? Penso que o Projeto de Resolução que será submetido a este 13º Congresso delinea bem as diretrizes. Vamos nos fortalecer, e empreender um ritmo talvez até mais acelerado de crescimento, na medida em que saibamos associar, combinar, a linha política derivada do Programa Socialista com a linha de construção partidária. Disso obteremos mais capacidade para

representar crescentemente a classe trabalhadora, constituindo redutos sociais e políticos fortes, com apoio de massas e eleitoral, capazes de fortalecer a legenda comunista.

Além de associar a construção partidária com a linha política, temos que reavivar a têmpera ideológica na vida do Partido, vincar suas fronteiras. Estamos construindo um partido revolucionário, entremeio a uma enorme pressão ideológica contra os ideais de um mundo novo de solidariedade. O poderoso aparato midiático e cultural do imperialismo atua para amoldar tudo e todos à ideologia dominante. Por isto, o espírito vigilante do coletivo de nossa militância se manifestou acesadamente nos debates deste 13º Congresso. Quero saudar este espírito vigilante. Ele é sinal de saúde de nosso Partido, é prova de que temos uma militância movida com consciência e convicções revolucionárias. Devemos aproveitar essa erupção de sadia vigilância para fortalecer o PCdoB e defendê-lo de pressões e concepções que atuam para rebaixar seus horizontes e papel estratégico.

Destacamos uma exigência que vai se impondo como imperativa: sem militância organizada a ação do PCdoB perde eficácia. Desse modo somos chamados e desafiados a ampliar e fortalecer uma rede de bases militante; tarefa que para ser alcançada requer apoiar e o fortalecer os comitês municipais e demais comitês partidários. As bases não irão brotar do chão espontaneamente, demandam planejamento e ação dos comitês e quadros escalados para organizá-las.

Quando falamos da perspectiva, do futuro do Partido, perguntamos: onde está a chave que pode nos dar segurança para enfrentarmos a bom termo os desafios que nos cercam? Mais uma vez, com toda certeza, sublinhamos: a garantia maior da perspectiva política, ideológica, organizativa do Partido, o fator decisivo para assegurar o seu caráter e a sua missão, é a coluna de quadros, compromissada e coesa com a causa do Partido. Por isto que é correto termos como diretriz transformar a Política de Quadros como centro da direção or-

ganizativa do Partido. Devemos, portanto, assimilá-la e aplicá-la. Ao Comitê Central que elegeremos ao final deste 13º Congresso caberá – apoiado no conjunto das organizações partidárias – liderar todo o Partido na realização das tarefas que indicam impulsionar cada vez mais a intervenção política, a luta de massas, a ousadia eleitoral, a fértil participação na luta de ideias. Fortalecer, no plano ideológico, o trabalho de formação teórica e ideológica dos efetivos partidários, o desenvolvimento dos temas do Programa Socialista e a capacidade de maior difusão das ideias do PCdoB. No plano organizativo, tendo como base a Política de Quadros, a direção nacional deve elevar os esforços para que tenhamos maior vida militante organizada desde as bases.

Camaradas, mais um quadriênio se passou, e constamos positivamente que o Partido prossegue numa linha ascendente de protagonismo político e crescimento orgânico. Este êxito deriva de uma política justa que nos orienta, e também da abnegação, do talento, da garra, da militância comunista atuante por esse território continental do Brasil, que vocês, delegados e delegadas deste 13º Congresso, têm a honra de representar. Um Partido que tem uma militância, como o PCdoB tem, pode mirar com esperança o futuro, pode se projetar mais forte e mais influente – à altura dos desafios de sua missão histórica – e melhor preparado para lutar pelos direitos dos trabalhadores e pelo fortalecimento da Nação no rumo do socialismo.

Resoluções aprovadas no 13º Congresso



Plenário aprova Resoluções por unanimidade

Resoluções

Os delegados e delegadas presentes à plenária final do 13º Congresso Nacional do Partido Comunista do Brasil, realizado no Anhembi, em São Paulo, nos dias 14, 15 e 16 de novembro de 2013, aprovaram, por unanimidade, as seguintes Resoluções:

RESOLUÇÃO 1

Batalhar pelas reformas estruturais, fortalecer o Partido, assegurar a quarta vitória do povo!

RESOLUÇÃO 2

Promover a resistência anti-imperialista, as mudanças na América Latina e a nova luta pelo socialismo!

O 13º Congresso ressalta o alto valor, para a ação política e construção do Partido, do documento final das Teses que, depois de enriquecidas pelo coletivo militante, foram aprovadas pelo Comitê Central. Com base nelas, o 13º Congresso aprova Resoluções que irão ser a fonte orientadora tanto dos grandes embates políticos, que o Partido está desafiado a empreender no quadriênio que segue, quanto para a expansão e o fortalecimento de sua edificação.

RESOLUÇÃO 1

▼ Batalhar pelas reformas estruturais, fortalecer o Partido, assegurar a quarta vitória do povo!

Transcorridos dez anos de governos das forças democráticas e populares – compreendidos por dois mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva e pelo corrente mandato da presidenta Dilma Rousseff –, se ressalta um duplo êxito. Primeiro, o país enfrentou com eficácia a grave crise social e econômica decorrente do pesado e perverso espólio herdado da década de barbárie neoliberal (1990-2002). Segundo, com o elenco de realizações desse período – mesmo que limitadas e condicionadas por um permanente ataque de um sistema de oposição formado pelas forças conservadoras, pró-imperialistas e vinculadas à oligarquia financeira e à grande mídia –, o Brasil, hoje, é outro país. Levantou-se do chão, é respeitado no concerto das nações democráticas e o povo brasileiro vive melhor. As forças políticas progressistas alicerçadas neste legado, e aperfeiçoando o caminho pelo qual o país trilha, podem renovar o compromisso com os trabalhadores e com a Nação de que desde já, e no futuro imediato, o país usufruirá de conquistas mais arrojadas.

I – As grandes realizações, as principais limitações e o caráter do governo

Na visão do Programa do PCdoB, a dinâmica de lutas por reformas estruturais democráticas e rupturas, constituintes de um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, proporcionará uma acumulação crescente de forças ao campo político de esquerda, revolucionário – o que, na singularidade e contemporaneidade do país, descortina o caminho brasileiro para o socialismo. Desse modo, os comunistas destacam no balanço do decênio as conquistas mais relevantes na direção desse Novo Projeto Nacional, bem como, noutro polo, as mudanças que não foram realizadas, obstruídas ou mitigadas por limites de direção política e efeitos do acirrado confronto entre os campos em disputa.

Nesta década se destacam quatro grandes realizações, ainda em movimento e em construção, mas delineadoras de um novo tipo de desenvolvimento que vai fortalecendo o país com o resgate do papel do Estado, afirmação da soberania nacional, ampliação da democracia e crescimento econômico com progresso social. Estas conquistas ocorrem no âmbito de uma transição, ainda em curso, marcada pela luta entre o neoliberalismo que persiste e o novo desenvolvimento nacional que emerge.

O governo progressista instaurou-se no âmbito de um Estado conservador, hostil ao povo, e ao qual o neoliberalismo havia deprimido e garroteado para servir aos interesses da oligarquia financeira. Impôs-se, então, o esforço para recompor o Estado como condutor do desenvolvimento e da afirmação da soberania nacional. Nesta direção, inovadoramente, se procura associar a questão democrática à questão social, materializada na concepção de que distribuição de renda e erradicação da pobreza são motores do desenvolvimento econômico. A política externa é vitoriosa em contribuir para várias

dimensões do Novo Projeto Nacional e, ao mesmo tempo, para o impulso da integração continental e de uma nova correlação de forças no plano internacional, defendendo a paz, a soberania e o desenvolvimento para todos os povos.

A democracia voltou a florescer, a partir da diretriz do novo governo de respeitar e valorizar as manifestações do povo e dos trabalhadores fortalecendo suas entidades, estabelecendo o diálogo e a negociação como base para as relações entre o governo e os movimentos sociais. Direitos foram ampliados, e as centrais sindicais legalizadas. Conferências nacionais e fóruns de discussão sobre os mais variados temas mobilizaram milhões de pessoas. Secretarias especiais ou programas foram implantados para promover os direitos humanos e estimular uma sociedade solidária, sem preconceitos.

A democracia se ampliou, também, com as políticas e os programas para reduzir as desigualdades sociais e regionais, e erradicar a fome e a extrema pobreza. O aumento real de 65,96% (2002-2012) no salário mínimo, os programas sociais de transferência de renda, a geração de mais de 20 milhões de empregos e os investimentos diferenciados para regiões menos desenvolvidas, no seu conjunto, resultaram em significativa mobilidade social, no início da diminuição das diferenças regionais, e em êxitos na valorização do trabalho. E o destaque é a grande vitória advinda do Programa Bolsa Família: mais de 36 milhões de pessoas foram retiradas, e se mantêm fora, da condição de extrema pobreza.

Em contraposição, as condições impostas pela correlação de forças levaram à formação de coalizões amplas e heterogêneas, necessárias à estabilidade do governo, mas limitadoras de maior avanço da aplicação da plataforma programática. Ao lado disso, a permanente pressão da oposição conservadora para bloquear as mudanças e a insuficiente mobilização popular limitaram o ritmo da democratização do Estado nacional e obstruíram a realização das reformas estruturais democráticas.

Finalmente, destaca-se que o cômputo geral desse período revela um caráter de governo marcado pelo compromisso com a democracia, a soberania nacional e os direitos do povo. Este caráter se comprova não só pelas realizações, mas também pelo fato de que os trabalhadores e o povo pobre são o alicerce de uma base social ampla que tem garantido as vitórias eleitorais indispensáveis à duração desse ciclo político.

II – A intervenção política e a edificação do PCdoB

O 13º Congresso julga relevantes as contribuições do PCdoB ao ciclo político do último decênio e o labor de sua edificação no período. O PCdoB enfrentou o desafio de, pela primeira vez em sua longa história, exercer responsabilidades no governo da República.

▼ Apoio, independência e luta pelo Novo Projeto Nacional

O Partido apoiou o governo, impulsionou-o a empreender as mudanças e o defendeu da ação desestabilizadora das forças conservadoras. Simultaneamente, preservou sua independência, negou o seguidismo ao governo e, sem romper a unidade com a coalizão, combateu pontos que considerou desvios do programa da coalizão, como por exemplo, a política de juros altos e demais elementos da política macroeconômica de caráter neoliberal. O Partido também lutou pela elevação do papel político da esquerda na coalizão. O 13º Congresso considera que, com esta linha política, os comunistas dinamizaram sua intervenção na luta de classes e na vida política e social do país, dentro e fora do governo, pela realização das bandeiras do Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento. E conseguiram levar o PCdoB a ocupar um lugar próprio na política brasileira, como partido de esquerda, revolucionário, que luta orientado pelo seu Programa Socialista.

▼ Aplicação crescente das três frentes de acumulação de forças

Na luta política, o PCdoB soube interpretar a importância nova adquirida pelas eleições que, no Brasil e num conjunto de países da América Latina, se tornaram o desaguadouro dos confrontos de campos políticos e sociais antagônicos e representaram um canal capaz de conduzir forças progressistas a importantes espaços de poder. Esta conclusão levou os comunistas a assumirem em toda a sua plenitude e em todas as suas dimensões a frente institucional-eleitoral para a conquista de crescente representação nos parlamentos, ampliação do exercício de responsabilidades nas distintas esferas de governo e, disputando para valer, prefeituras e mesmo governos estaduais, no esforço de conjugá-las com a luta social e a luta de ideias, a serviço da acumulação estratégica de forças. O aumento da influência e da força eleitoral do Partido é fator tático e estratégico decisivo para o êxito desta acumulação.

Na luta social defendeu, desde a primeira hora, a autonomia dos movimentos em relação ao governo; e a construção da unidade a partir da ação política pelo avanço do projeto nacional e em torno de bandeiras capazes de promover mobilizações de diferentes portes. Isso propiciou importantes manifestações unitárias que denunciaram o golpe pretendido contra o presidente Lula em 2005-2006, e forjou a unidade das entidades dos trabalhadores – como foi a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), em 2010 – para instar o governo a avançar nas mudanças. Em 2007, o Partido apoiou juntamente com outras forças progressistas a criação da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, CTB, uma central plural e classista, que desempenha papel de relevo na unidade e mobilização dos trabalhadores. A concepção da luta das massas como força motriz dos processos de mudança situou corretamente o Partido e ajudou a esquerda como um todo nas jornadas de junho de 2013. Ante uma explosão social massiva, por reivindicações sociais diversas, sem comando explícito, o Partido partici-

pou e, em conjunto com outros setores da esquerda, travou uma luta pelo sentido e a direção dessa jornada, uma vez que a grande mídia atuou para voltá-la contra a presidenta Dilma Rousseff. A presidenta Dilma agiu como chefe de um governo que nasceu das lutas do povo, e desencadeou uma agenda de respostas a grandes anseios das massas referentes à saúde, ao transporte coletivo, à educação pública e à reforma política.

Na luta de ideias, o Partido é um ativo formulador de proposições e plataformas para avançar nas mudanças, desenvolvendo conteúdos e apontando os meios para viabilizar as reformas e as bandeiras do Novo Projeto Nacional. Empreende um continuado estudo sobre a grande crise global do capitalismo, sua dinâmica, consequências e tendências. Promoveu uma sistematização da trajetória de 90 anos da fundação do Partido Comunista do Brasil, revalorizando a trajetória completa da legenda dos comunistas desde 1922, bem como o papel das quatro gerações que a edificaram e o de suas lideranças.

▼ Expansão das fileiras e afirmação da identidade comunista

O 13º Congresso considera que foram bem aproveitadas as condições favoráveis deste decênio para impulsionar uma profícua edificação do Partido e promover uma crescente presença nas lutas junto às massas populares, aos trabalhadores, às mulheres, à juventude e aos setores progressistas da intelectualidade. O PCdoB sentiu-se preparado para abrir suas portas e expandir as fileiras militantes, como canal para a atuação política e social de forças avançadas da vida social, política e cultural do país. Foi, no decênio, um dos partidos que mais cresceu organizativa e eleitoralmente, com mais de 340 mil filiados e 110 mil militantes comprometidos com a luta programática e a construção partidária, estruturado em 2.300 cidades nos 26 estados e no Distrito Federal, com vereadores em um milhar de municípios, deputados por 15 estados e 60 prefeituras.

Tem uma Escola Nacional em atividade permanente, instituições perenes de elaboração teórica e órgãos de comunicação expressivos.

Assim procedeu sem abdicar de nada do que foi e é. O PCdoB, ao mesmo tempo, reafirmou a identidade comunista e sua base teórica, o marxismo-leninismo, renovou a missão e feições para a época contemporânea. Não sucumbiu às pressões ideológicas predominantes, descaracterizadoras dos ideais revolucionários, hostis aos comunistas e às forças de esquerda. Exatamente por isso, e por ter elevado seu papel político, tem sido alvo dos duros ataques que as forças conservadoras e a grande mídia desferem contra a esquerda. No âmbito da nova luta pelo socialismo, pautou desenvolvimentos originais do marxismo-leninismo a partir dos enfrentamentos de grandes problemas da contemporaneidade. Tem um Programa Socialista que é guia para a ação política cotidiana. Tem Estatutos que norteiam a edificação partidária, uma política decidida para conduzir a rica estrutura de quadros partidários, garantia maior de sua existência, e uma vida interna como partido essencialmente democrático, unido em torno das orientações coletivamente deliberadas, de caráter militante organizado pela base. É um partido de atividade permanente, não apenas nos anos eleitorais. Buscou conjugar essas características em sua linha política e de construção partidária como um movimento cujo objetivo é a acumulação estratégica de forças visando à hegemonia.

III – A perspectiva: nova arrancada com a realização das reformas democráticas

O 13º Congresso apresenta ao povo e à coalizão que sustenta o governo, em especial às forças políticas de esquerda e aos movimentos sociais, a convicção de que a tarefa política central do momento é a de mobilização de apoio para que o governo realize as mudanças que a Nação reclama por meio das reformas estruturais democráticas, tendo como ideia-força um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento.

As significativas conquistas em termos de desenvolvimento, distribuição e transferência de renda de uma década não foram suficientes para democratizar o Estado e remover outros obstáculos estruturais políticos, sociais e econômicos herdados em séculos de história – em consequência, o Brasil persiste como um país desigual e injusto. Isto gera tensões sociais permanentes. Assim, impõe-se como inadiável destravar e acelerar as mudanças.

A oposição, embora tenha o poderio da grande mídia, segue dividida e sem alternativa programática, posto que seu receituário fracassou no Brasil e no mundo. As grandes manifestações da juventude do mês de junho soaram como um sinal de alerta de que as conquistas uma vez iniciadas precisam avançar. A presidenta Dilma Rousseff tem se empenhado nesta direção. No plano externo, a crise prolongada do capitalismo, contraditoriamente, abre uma oportunidade para países como o Brasil seguirem um caminho próprio. Trata-se, portanto, de uma oportunidade histórica rara que não pode ser desperdiçada. O PCdoB defende, então, para o período atual, uma nova arrancada por mais democracia, mais desenvolvimento e progresso social.

▼ Protagonismo da esquerda, ampla unidade do povo

Mas esta arrancada não se dará pela força da inércia, demandará grandes embates políticos para vencer o sistema de oposição que já atua para bloqueá-la. Desse modo, para que esta arrancada se desencadeie ganha importância e atualidade a construção de um campo político e social formado por todos quantos tenham afinidade com as bandeiras da esquerda: partidos políticos, correntes políticas, lideranças, movimentos sociais, centrais de trabalhadores, personalidades de diversos setores da sociedade.

A experiência demonstrou que as coalizões amplas e heterogêneas, decorrentes de uma realidade pluripartidária diversificada, são necessárias tanto às vitórias eleitorais quanto à governabilidade. Portanto, a

proposta de coesionar um campo de afinidade de esquerda não nega as coalizões, mas ressalta que, sem um bloco que represente a unidade popular, com as ideias e o impulso transformador das forças avançadas, essa aliança corretamente ampla não tem direcionamento consequente – além do que, setores que dela fazem parte atuam para frear as mudanças.

▼ Programa e bandeiras: mais desenvolvimento,
democracia e progresso social

O 13º Congresso propõe, para a constituição desse bloco político e social de esquerda, referências para um programa comum imediato – questões necessárias para o fortalecimento e a modernização do Estado nacional, para um maior avanço democrático e para uma estratégia de crescimento que garantam desenvolvimento duradouro, robusto e acelerado, capaz de garantir conquistas ainda maiores na esfera social, na superação das desigualdades regionais e na afirmação da soberania nacional. Nesse sentido, tomam especificidade atual, entre outras questões, capazes de mobilizar e organizar politicamente o povo brasileiro: a reforma política democrática com financiamento público e voto em listas; a democratização dos meios de comunicação e do Poder Judiciário; a reforma tributária progressiva; a atualização e realização da reforma agrária; a política cambial e monetária voltada para a elevação das taxas de investimento e o pleno desenvolvimento econômico, assegurando proteção do meio ambiente, um dos elementos estruturantes do Novo Projeto Nacional; defesa da Amazônia e de seu desenvolvimento sustentável; medidas para expandir e acelerar a edificação da infraestrutura e a produção energética, em especial a estratégica exploração do pré-sal. Ampliar os investimentos em ciência, tecnologia e inovação para aumentar a competitividade da empresa brasileira, bem como priorizar, na política industrial, a produção de conteúdo nacional. Quanto às bandeiras candentes entre os trabalhadores e o movimento social, se destacam, entre outras: universalização com qualidade dos serviços públicos e controle

social; valorização do trabalho; jornada de 40 horas semanais, sem redução do salário; e revogação do fator previdenciário. Avançar na construção de uma sociedade solidária e sem preconceitos, com mais conquistas para as mulheres rumo à sua emancipação, e combate à violência praticada contra elas; promoção da igualdade social para os negros e luta contra o racismo; defesa dos direitos das etnias indígenas; pelo combate às opressões e discriminações que desrespeitem a liberdade religiosa e a livre orientação sexual. A elas se agregam as reivindicações que foram reforçadas pelas manifestações de junho: pautas que se referem à mobilidade urbana e à inadiável Reforma Urbana que deem resposta ao agravamento das condições de vida nas cidades – com destaque para o transporte público de qualidade e eficiente; 10% do PIB para a educação, já a caminho, com a importante lei em vigor que destina ao setor 75% dos *royalties* do petróleo; 10% das receitas correntes brutas da União para a saúde, que pela mesma lei já citada receberá 25% dos *royalties* do petróleo, mas que precisa de maiores investimentos. Apoio ao Programa Mais Médicos, medida emergencial para o enfrentamento de graves problemas da saúde pública; valorizar o conjunto dos servidores públicos, inclusive com planos de carreiras estruturados; e apoio ao programa Minha Casa Minha Vida, de destacado impacto econômico e social.

IV- Perspectivas e tarefas atuais da edificação partidária

▼ A construção política e o desafio de fortalecer a têmpera ideológica

O 13º Congresso considera que o nível atual da luta política e os desafios dos brasileiros exigem um PCdoB à escala de várias centenas de milhares de militantes organizados. A construção política partidária precisa se assentar na visão estratégica do Programa Socialista, com sagacidade política para encontrar em cada situação aquilo que define a posição e o

lugar políticos do PCdoB, para alcançar hegemonia na sociedade, fortalecer-se como partido de ação política de massas e eleitoralmente.

A linha política do PCdoB precisa ser integralmente combinada à linha de construção partidária – postas uma a serviço da outra, como fundações em que se assentam as formas de luta para a acumulação estratégica de forças. A luta eleitoral e a participação institucional, a luta de massas e a ligação com o povo, a capacidade de aglutinar forças em torno de ideias avançadas constituem um todo inseparável, reforçam-se mutuamente. Disso derivará a capacidade maior para, de fato, representar a classe trabalhadora, constituir redutos sociais e políticos fortes de apoio de massas e eleitoral capazes de fortalecer a legenda comunista.

Essa construção e a linha política exigem reavivar a têmpera ideológica na vida do Partido. A construção partidária, no tempo presente, se dá em meio a grandes vicissitudes objetivas, num ambiente de defesa ideológica que cria enorme pressão contra os ideais transformadores e de amoldamento à ideologia dominante. Envolve, portanto, sentido de missão política e histórica. O Congresso saúda o espírito vigilante manifestado pela militância nos debates congressuais, e quer aproveitá-lo para fortalecer o PCdoB, sem se perder por estreitamento de horizontes, interesses individualistas ou corporativistas, liberais ou dogmáticos, desvios da linha ou da identidade do PCdoB.

▼ Fortalecer as bases e os comitês partidários, por meio da Política de Quadros

Aos militantes comunistas, o 13º Congresso dirige uma mensagem calorosa de esperança. O PCdoB necessita de que cada uma e cada um dos militantes valorizem sempre mais a diretiva de se organizarem para ativar a luta popular. É uma necessidade política fortalecer a inserção dos comunistas na vida e na luta dos trabalhadores e do povo. A mensagem do 7º Encontro Nacional (2011) “Por um Partido do tamanho de nossas ideias” é central: sem militância organizada a ação do PCdoB perde eficácia.

Aos integrantes dos comitês dos 2.300 municípios de todos os estados do país e áreas do Distrito Federal em que atua o PCdoB, o 13º Congresso reafirma: aí residem os elos decisivos para ligar as orientações partidárias aos militantes e ao povo e estruturar o Partido pelas bases organizadas. Cada um e cada uma devem se orgulhar de ser dirigentes do PCdoB; ousar alcançar representatividade política e social nessa condição; educar-se como dirigentes para consolidar direções partidárias com sólida formação marxista-leninista; e autoqualificar-se como quadros políticos. Com abnegação, precisam dedicar tempo e energias ao trabalho de condução da vida partidária e, com apoio dos Comitês Estaduais e Municipais, organizar a vida militante de base, educando-a para a ação política de massas e construção partidária.

O 13º Congresso está seguro de que a Política de Quadros é a chave para as vitórias partidárias e deve se transformar no centro da direção organizativa do Partido. Nas tribunas e nos governos, na luta social, na ciência e cultura, também nas carreiras de Estado ou funções técnicas, na estrutura orgânica de direção partidária, ou fora dela, onde quer que seja, a garantia maior da perspectiva política, ideológica e organizativa partidária, do caráter e missão do PCdoB, é a coluna de quadros, compromissada e coesa com a causa partidária. Devem liderar todo o Partido no país, não apenas na orientação política como também, e cada vez mais, na linha de construção partidária.

Ao Comitê Central eleito, o 13º Congresso indica as tarefas de impulsionar cada vez mais a intervenção política, a luta de massas, a ousadia eleitoral, o empenho em pôr as participações institucionais em consonância com o projeto partidário; fortalecer, no plano ideológico, o trabalho da Escola Nacional na formação teórica e ideológica dos efetivos partidários; estimular os estudos individuais e o desenvolvimento dos temas do Programa Socialista e a maior capacidade de difusão do pensamento do PCdoB; no plano organizativo, o centro é a política de

quadros. É preciso também fortalecer a capacidade da direção nacional no controle político-organizativo do Partido em todo o país, e a luta por conferir-lhe maior vida militante organizada desde a base, em condições mais permanentes.

V- Assegurar a quarta vitória do povo

O 13º Congresso do PCdoB, em relação à sucessão presidencial de 2014, apresenta aos trabalhadores e à Nação, às forças democráticas, patrióticas e populares, suas convicções e escolhas. É preciso enxergar com nitidez que o país se defronta, novamente, com uma encruzilhada política. Ou o Brasil prossegue no caminho aberto pelas forças progressistas, em 2003, do desenvolvimento econômico e do progresso social, da ampliação da democracia e da afirmação da soberania, ou retrocederá sob o comando das forças conservadoras, instrumentos da oligarquia financeira, avessas à Nação e hostis ao povo. Estes dois polos antagônicos adotam concepções e compromissos díspares sobre a perspectiva para o país: soberania ou subserviência; democracia ou desprezo e autoritarismo contra os trabalhadores; desenvolvimento com distribuição de renda ou a economia e a riqueza nacional canalizadas à ganância dos especuladores e ao luxo da elite abastada. Estes dois campos diametralmente opostos, independentemente de alternativas de outro teor que possam disputar, irão reger a sucessão presidencial.

Para o PCdoB, as opções em disputa têm sentido estratégico na concretização do magno objetivo das forças avançadas: a conquista de um país desenvolvido e soberano, integrado com seus vizinhos sul e latino-americanos, democrático, com progresso social, o caminho para um rumo socialista. Por isto, o 13º Congresso proclama que o PCdoB não titubeia, tem campo e rumo definidos. Atuará com todas as suas energias na sucessão presidencial de 2014, para que o povo

obtenha a quarta vitória consecutiva, desta feita embandeirada pela realização destemida das reformas democráticas estruturais, assegurando, efetivamente, não só a continuidade, mas o aprofundamento do ciclo progressista iniciado em 2003. Para isso, o PCdoB conclama o elenco das forças políticas e sociais democráticas e progressistas a se movimentar para conquistar este objetivo e barrar o retrocesso. Simultaneamente, todo o Partido deve se empenhar, desde já, para elevar sua representação parlamentar e conquistar governos estaduais. Uma expressiva vitória eleitoral dos comunistas em 2014 fortalecerá o papel da esquerda para impulsionar os avanços que o povo brasileiro exige.

RESOLUÇÃO 2

- ▼ Promover a resistência anti-imperialista, as mudanças na América Latina e a nova luta pelo socialismo!

O 13º Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) reafirma o caráter internacionalista e anti-imperialista da ação do Partido. O PCdoB assume as lutas dos trabalhadores e dos povos em todo o mundo, no quadro de uma situação complexa fortemente condicionada pela crise sistêmica e estrutural do capitalismo. Desde 2007 essa crise ganha contornos mais graves nos EUA, e assume dimensão maior e global a partir de 2008, acentuando o poderio da oligarquia financeira, os traços de decadência histórica do capitalismo, de declínio relativo do poderio imperialista estadunidense, e regressão da civilização burguesa, notadamente nos chamados países capitalistas centrais. Vivemos ainda sob o predomínio de um quadro mundial no qual as forças revolucionárias e progressistas encontram-se em situação de defensiva estratégica. O capitalismo não é capaz de assegurar, para os povos, desenvolvimento econômico, progresso social, democracia, soberania nacional, paz, e sustentabilidade ambiental. Desnadam-se, na crise, as contradições cruciais do capitalismo. Ameaças e retrocessos golpeiam as liberdades, os direitos, a paz e a soberania dos povos. A crise atual mostra a falência do neoliberalismo, que elevou o nível de desigualdade social, conteve o avanço econômico dos países em desenvolvimento e levou os países capitalistas mais desenvolvidos à recessão e à estagnação. Mas, os Estados imperialistas, sob a tutela do grande capital monopolista, não abrem mão da orientação política neoliberal e, para garanti-la, violam a soberania nacional e asfixiam a democracia em muitos países. Diante da crise atual, a alternativa socialista nunca foi tão necessária.

▼ Resistir aos efeitos da crise do capitalismo e acumular forças, numa situação de defensiva estratégica

A crise do capitalismo acelera tendências que já vinham se delineando na economia mundial, e demonstra que o parasitismo e a lei do desenvolvimento desigual são traços fundamentais do imperialismo. O Leste e o Sul Asiático se consolidam como um novo polo dinâmico da economia mundial, integrado por sociedades de diferente caráter. Na década de 2000, a China, país que constrói o socialismo, consolidou-se como o polo da crescente integração industrial da Ásia e como a segunda maior economia do mundo, podendo ser a primeira em 2016, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI). Pode estar começando a fase final de um ciclo de cinco séculos de dominação da Europa Ocidental e dos EUA. Contrastando com a ascensão econômica e política da China, a atual crise expõe as debilidades estruturais da economia dos Estados Unidos, quer do ponto de vista da sua indústria manufatureira quer de seu sistema monetário e bancário, ou ainda do seu mercado financeiro, além das crescentes dificuldades na sua liderança política internacional, revelando a forma relativa, complexa e gradual do declínio da superpotência imperialista que, apesar de tudo, ainda detém a maior força econômica e, sobretudo, militar.

São os trabalhadores e os povos que pagam o mais elevado preço pela crise. Os direitos sociais são sistematicamente golpeados, reduz-se o poder de compra dos assalariados, deterioram-se os serviços públicos, aumenta o desemprego. Intensifica-se a exploração dos trabalhadores. A marca de classe da atual crise é a brutal exploração capitalista sobre o trabalho. A oligarquia financeira e os governos que a ela servem no mundo buscam repassar todas as suas conseqüências para os trabalhadores. A grande crise, longe de amainar, espalhou-se especialmente nos países chamados centrais, numa enorme devastação social, atingindo duramente as condições de vida dos povos desses países e destruindo parcialmente forças produtivas. Na maioria dos países capitalistas há

uma violenta regressão social e perda de conquistas civilizacionais, em vários aspectos. O quadro é de uma intensa luta de classes. Os trabalhadores lutam e resistem à ofensiva sobre seus direitos e se somam às forças progressistas nas lutas anticapitalistas e anti-imperialistas.

- ▼ Reforçar a luta dos povos diante da crise que acelera a transição no sistema de poder mundial, e leva a novos conflitos e guerras imperialistas

Está em curso uma prolongada transição, caracterizada por alterações nas relações de poder no planeta. Há uma nova correlação de forças em formação, e o mundo está passando por importantes transformações geopolíticas, cuja marca principal é a ascensão da China e o declínio histórico dos Estados Unidos. A tendência à multipolaridade manifesta-se em conjunto com o acirramento de contradições, o agravamento de conflitos e a intensificação da resistência e da luta dos povos. Surgem novos polos geopolíticos, como reflexo da emergência de novos blocos econômicos. Para conter essa tendência objetiva a uma nova correlação de forças global, amplia-se a ofensiva imperialista e neocolonialista em todos os planos, inclusive o militar.

A situação internacional é marcada por crescentes incertezas, instabilidade, conflitos e ameaças à paz, à independência das nações e aos direitos dos povos. Está em curso uma brutal ofensiva do imperialismo, o que se expressa através do militarismo, da ocorrência de uma série de guerras de agressão, da operação de um sofisticado esquema global de espionagem e inteligência, e de uma ostensiva ação no campo midiático e ideológico-cultural. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) consolidou uma nova doutrina para efetuar intervenções armadas em todo o mundo. Conceitos como “soberania limitada” e “ataque preventivo”, e pretextos como o combate ao terrorismo, a “responsabilidade de proteger” os direitos humanos, ou o estabelecimento da democracia, têm sido utilizados para legitimar as operações de guerra dos

EUA e da Otan. Esta política é a principal ameaça à paz e é o principal fator da instabilidade, dos desequilíbrios e das crises políticas, diplomáticas e militares. Recentemente, a Otan protagonizou a guerra contra a Líbia e tem-se tornado um instrumento para derrubar governos no Oriente Médio e no Norte da África. Na Síria, trava-se uma batalha decisiva que demonstra o papel das forças de resistência no mundo de hoje, e os limites crescentes à atuação imperialista dos EUA e da Otan. A resistência à agressão contra a Síria expôs um novo papel da Rússia na contraposição à hegemonia dos EUA. Na África, para dar consecução a seus planos intervencionistas e de militarização, o imperialismo fomentou também a criação do Comando Africano (Africom). Quanto à América Latina, a superpotência pretende exercer o seu poderio bélico através de bases militares e da 4ª Frota.

Os EUA, numa tentativa de estancar o declínio de sua hegemonia, adotaram uma política imperialista que mescla a ação militar com a diplomacia, abusando da retórica, buscaram novas tecnologias e fontes energéticas, e lançaram uma nova doutrina estratégica e de defesa, com foco na região da Ásia-Pacífico e na contenção da China. Há uma alteração do papel dos EUA nas guerras imperialistas, em relação aos aliados da Otan, que passam a ter um papel maior nas operações militares. Aumentam as contradições entre os países imperialistas, tendo os EUA no centro, e os países em desenvolvimento da Ásia, da África e da América Latina, especialmente os Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que têm tomado iniciativas unitárias contra-hegemônicas em vários terrenos. As contradições interimperialistas, em função da crise do capitalismo, irrompem na forma de disputas comerciais, cambiais, por áreas de influência e por fontes de recursos naturais, minerais e energéticos. Essas contradições não têm derivado em confrontações militares gerais e abertas entre as potências imperialistas, que alternam entre elas importante colaboração, como na Otan, e também rivalidade.

▼ Intensificar a solidariedade internacional e promover a luta anti-imperialista

A luta anti-imperialista contemporânea se desenvolve tendo por base a luta dos trabalhadores e dos povos, e também por meio da luta dos países em maior ou menor contradição com as potências imperialistas, pela independência nacional e pelo desenvolvimento econômico e social. Tal como indica o Programa do PCdoB, no polo antagônico à ofensiva do imperialismo cresce a luta dos povos e dos trabalhadores, acumulam-se fatores de mudanças progressistas e revolucionárias, embora no âmbito de uma correlação de forças no plano mundial ainda haja uma defensiva estratégica das forças revolucionárias e progressistas, e uma hegemonia do campo contrarrevolucionário.

O corrente processo histórico engendra avanços no desenvolvimento da luta dos trabalhadores e dos povos em defesa dos seus direitos, da democracia, do progresso social, da soberania nacional, da paz e do socialismo. No entanto, as mudanças e as conquistas não virão espontaneamente, elas serão fruto da resistência e da mobilização política e social, da luta em múltiplos cenários e vertentes. Tais lutas já estão em curso, protagonizadas por países em transição ao socialismo, por governos patrióticos e progressistas, por partidos comunistas, revolucionários, de esquerda e anti-imperialistas, por movimentos de libertação nacional e por movimentos sociais. Nelas, se destaca o insubstituível papel das classes trabalhadoras, dos estudantes e da juventude, das mulheres e da intelectualidade progressista. São lutas as mais diversas, com greves, protestos e manifestações, rebeliões de massas populares, movimentos de resistência às guerras imperialistas de agressão e ocupação de países, e lutas de libertação nacional. No curso do desenvolvimento dessas lutas, emerge e se fortalece a solidariedade internacional. O internacionalismo e a solidariedade entre os povos estão intrinsecamente ligados ao patriotismo. E, hoje, o conteúdo fundamental que define a ação internacionalista é o anti-

-imperialismo. As lutas dos povos articulam-se internacionalmente em encontros e múltiplos espaços de convergência.

▼ Avançar nas mudanças e acelerar a integração latino-americana e caribenha

Um dos polos mais dinâmicos desta luta hoje é a América Latina, onde há processos políticos avançados, num ciclo de governos de esquerda, patrióticos, progressistas e anti-imperialistas, aberto há 15 anos. O povo brasileiro e suas forças avançadas, entre elas o PCdoB, têm grande interesse no avanço desses processos políticos e governos de esquerda e progressistas da região, fruto da tendência que vem predominando, mas que não é irreversível. Esse avanço, no atual momento, diante do crescimento da contraofensiva do imperialismo e das direitas locais, depende da renovação de seus objetivos e desafios, da consolidação desses processos políticos e dos governos de esquerda e progressistas, do aprofundamento das mudanças, e da aceleração da integração regional.

▼ Apoiar os países em transição ao socialismo e os processos revolucionários da América Latina

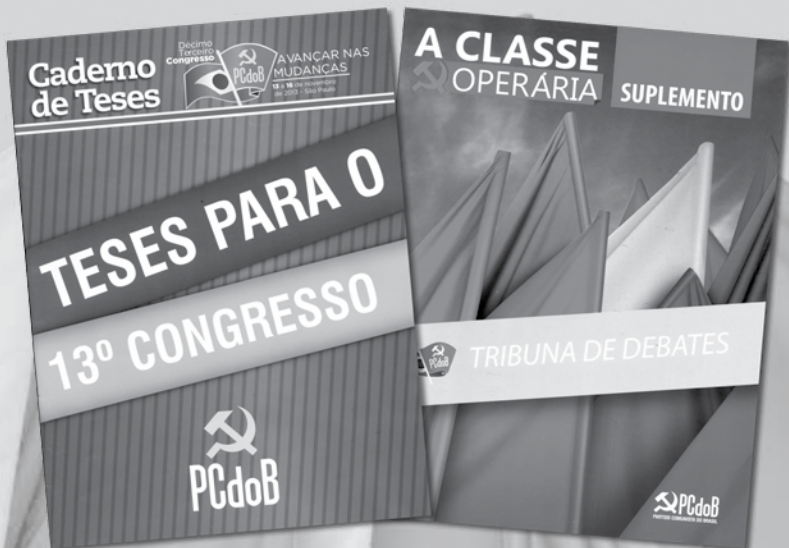
Os países de regime socialista – na Ásia, China, Vietnã, Laos e Coreia Popular e, na América Latina e Caribe, Cuba – têm tido um papel de destaque nessa luta. O seu fortalecimento como nações soberanas, os esforços que fazem os seus povos, sob a direção dos partidos comunistas dirigentes do Estado, para viabilizar as estratégias nacionais de desenvolvimento e a transição ao socialismo, as ações de cooperação internacional e em prol da paz, têm o apoio e a solidariedade do PCdoB. Na fase atual, de nova luta pelo socialismo, além dos regimes socialistas, há que se perceber e apoiar também as novas potencialidades e os novos processos revolucionários que começam a despertar e se desenvolvem, sobretudo na América Latina.



Teses do 13º Congresso do PCdoB

Aprovadas pelo Comitê Central em 20 de outubro de 2013

Para nortear os debates do 13º Congresso, o Comitê Central (CC) apresentou as *Teses para Debate*, que foram discutidas em toda a estrutura partidária. Nas conferências do processo congressual foram apresentadas emendas e contribuições. O CC com base no resultado das discussões que enriqueceram o texto original, aprovou as *Teses* em reunião realizada dia 20 de outubro de 2013. Alicerçado no teor das *Teses*, a Direção Nacional formulou dois Projetos de Resoluções, que foram apreciados e votados na plenária final do 13º Congresso.



Teses do 13º Congresso do PCdoB aprovadas pelo Comitê Central

Temário

Primeiro tema

Balanco dos governos Lula e Dilma, atualização da perspectiva para o Brasil. A construção do Partido nesta realidade inédita e as diretrizes para seu fortalecimento

Segundo tema

Balanco e tendências da crise estrutural e sistêmica do capitalismo, do mundo em transição, e da nova luta pelo socialismo

Comitê Central do PCdoB
20 de outubro de 2013

PRIMEIRO TEMA

Balanço dos governos Lula e Dilma, atualização da perspectiva para o Brasil. A construção do Partido nesta realidade inédita e as diretrizes para seu fortalecimento

I – O balanço do decênio: governos Lula e Dilma

Após 10 anos de governos das forças democráticas e populares, uma questão se destaca na acirrada luta política travada no Brasil: Que balanço, que legado se pode atribuir a esses governos? Para o PCdoB, tornam-se imprescindíveis o retrospecto e a atualização da perspectiva dessa experiência percorrida, pois o Partido é um dos construtores e partícipes deste processo desde a campanha presidencial de 1989. Neste balanço, será feito um exame multilateral e abrangente desse período, avaliando seus êxitos e realizações, bem como os equívocos e problemas que perduram.

Para os comunistas, a base da análise da última década é o Programa Socialista aprovado no 12º Congresso do PCdoB (2009), que define a construção e execução de um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento (NPND), constituinte do caminho brasileiro para o socialismo.

a- Lula herdou pesado e perverso espólio, resultante da década de barbárie neoliberal

Desvendar a essência dos últimos dez anos requer a análise de um processo histórico iniciado com a eleição de Fernando Collor de

Mello, em 1989, e seguido do fortalecimento e aprofundamento do modelo neoliberal por Fernando Henrique Cardoso (FHC), entre 1995 e 2002. Em 2003, com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva ao governo, abre-se a possibilidade de interromper este percurso ascendente do neoliberalismo.

A aplicação do neoliberalismo fez com que o tecido social brasileiro fosse rompido pela elevação do desemprego que, em 2000 – segundo dados do IBGE –, atingiu 11,5 milhões de trabalhadores, próximo à explosiva taxa dos 15% da População Economicamente Ativa (PEA). Foi a época das privatizações de setores-chave da economia, em processos contaminados por ilicitudes, por meio das quais o patrimônio público foi vendido mediante empréstimos oficiais de bancos como o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e o Banco do Brasil, com a justificativa de utilização dos recursos para a redução da dívida pública. Na realidade, ocorreu o contrário: A relação dívida/PIB, de 30,2% em 1995, saltou para 55,9% em 2002.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso foi o avalista de um acordo tácito que, em troca da adesão à estabilidade monetária do Plano Real, garantiu ganhos elevados e seguros aos que mais acumularam riqueza com a espiral inflacionária. Os ganhos com a inflação foram trocados pela emissão de títulos públicos que pagavam taxas de juros reais que atingiram o pico de quase 60%, em 1995. O Pacto Federativo foi proscrito com a explosão das dívidas dos estados e municípios com o governo federal.

O Brasil literalmente quebrou nas mãos de FHC em três ocasiões (1997, 1999 e 2002). E, por isso, não é nenhum exagero afirmar que o Brasil dos tucanos reduziu-se a um emirado do Fundo Monetário Internacional (FMI), com sua soberania comprometida pelas imposições das cláusulas de empréstimos.

As altas taxas de juros não foram o único mecanismo concentrador de renda no “paraíso” do Plano Real. Antissocial por natureza, o neo-

liberalismo agravou o processo de desigualdade com a transformação do arrocho salarial em ferramenta de combate à inflação. O arrocho, ao lado da abrupta abertura financeira e comercial tal como foi feita, prejudicou a soberania nacional e contribuiu para aprofundar o abismo entre ricos e pobres no Brasil. O Estado brasileiro sofreu grave desmonte num processo criminoso, no qual foram rasgadas importantes páginas da Constituição de 1988. E as carreiras profissionais do Estado foram seriamente depreciadas, tendo o funcionalismo passado oito anos sob pesado achatamento salarial.

A face da vergonha deste período estampava-se nas imagens de compatriotas alimentando-se com sopa de papelão durante a seca de 1998, ao lado de cenas comuns de fome nas favelas dos grandes centros urbanos.

Além desta trágica situação social, a economia do país sofreu com a baixa taxa de investimento. Entre 1995 e 2002, a relação entre investimento e Produto Interno Bruto (PIB) não passou da casa dos 15%. Um exemplo que revela as consequências disso foi o apagão de energia elétrica em 2001, causado pela deficiência de investimento no setor.

b - Lula e o início de uma longa transição – da herança maldita ao Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento (NPND)

O perverso legado neoliberal fincou raízes na economia, no Estado, e obteve o êxito em assaltar subjetividades, tornando verdade pétrea dogmas do receituário ortodoxo e conservador, que persistem como mantras ainda não totalmente superados. O último decênio marca a transição de uma “herança maldita” neoliberal– que aprofundou os impasses estruturais do Brasil – para a execução de um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, cujos fundamentos estão ainda em gestação dentro e fora do Estado brasileiro.

▼ Ampliação da democracia e redução da pobreza

Em 2002, quando Lula e as forças democráticas e populares venceram a dura disputa eleitoral, foi iniciada a edificação do primeiro governo da história do Brasil nucleado pelas esquerdas, incluindo os comunistas do PCdoB. No âmbito de um governo deste tipo, as primeiras – e mais rápidas – transformações ocorreram– e prosseguem – no campo da democracia e dos direitos sociais.

Lula foi antípoda de Fernando Henrique Cardoso nesta questão. Se FHC foi a encarnação da intolerância e da criminalização dos movimentos sociais, Lula abriu as portas do Planalto aos representantes de todos os segmentos que conduzem as lutas do povo. Direitos foram ampliados e as centrais sindicais foram legalizadas. E foram criados fóruns de discussão dos mais variados temas nas periódicas conferências nacionais, que mobilizam em seu conjunto alguns milhões de pessoas, embora com limitações na aplicação de suas resoluções. Questões relevantes alcançaram o patamar de ampla institucionalidade com a criação de secretarias especiais para a promoção de políticas públicas para a juventude, para as mulheres e os negros. A Secretaria de Direitos Humanos foi fortalecida e a Comissão de Anistia ampliou o seu trabalho. Também foram criados a Coordenação Nacional e o Conselho Nacional LGBT, e elaborados o Programa Brasil sem Homofobia e o Plano Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos LGBT. No governo Dilma, foi atendida uma reiterada reivindicação das forças democráticas com a constituição da Comissão da Verdade.

A questão democrática se entrelaça com a questão social. Por essa razão, o primeiro e mais marcante objetivo foi o enfrentamento de problemas que calam fundo na alma do povo: As imensas diferenças sociais, regionais e o maior dos flagelos humanos, a fome.

A execução de amplos programas sociais de transferência de renda, e também a preferência por investimentos diferenciados no território nacional, foram iniciativas decisivas para tirar mais de 36 milhões de

peças da vergonhosa linha de extrema pobreza. O carro-chefe deste processo é o Bolsa Família, um programa de caráter emergencial, que foi muito além de simples transferência de renda, pois tem ajudado a alavancar microeconomias regionais. Esse programa foi a chave, inclusive, para pôr a pique poderosos interesses oligárquicos para os quais a manutenção da pobreza e da ignorância transformara-se em pilar central de manutenção de seu *status quo*. A restauração das mínimas condições de vida de milhões de pessoas deve ser encarada sob uma perspectiva mais ampla, relacionada com a elevação não só da autoestima das massas, mas também das exigências crescentes por conquistas de mais direitos.

A geração de quase 20 milhões de empregos formais, entre 2003 e 2012, e a política de aumento real do salário mínimo deram base objetiva ao esforço pelo progresso social e pela distribuição de renda. O salário mínimo obteve aumento real de 65,96% (2002-2012). Em 2002, ele equivalia a apenas 78 dólares, hoje equivale a cerca de US\$ 320. E mais: Aos trabalhadores do campo estendeu-se o salário mínimo – medida que favoreceu 20 milhões de pessoas – e lhes foi dado o direito à previdência rural com base no tempo de trabalho e não no de contribuição. Tais iniciativas complementam-se com significativo aumento de créditos voltados aos pequenos produtores (familiares) e aos médios. No caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o salto foi superior a 800% em pouco mais de dez anos.

Na área da educação, foram registrados avanços importantes no tocante ao acesso ao ensino superior: a criação do Programa Universidade para Todos (ProUni) e a concessão de mais de 1,5 milhão de bolsas até 2012; a ampliação do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) de 65 mil financiamentos, em 2002, para 368 mil em 2012; a previsão de abertura, até 2014, de 250 mil novas vagas nas universidades federais e de 600 mil matrículas nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia são vitórias importantes que asseguram a milhões de brasileiros acesso ao ensino e, conseqüentemente, contribuem para o desenvolvimento do

país. A política de cotas para estudantes de baixa renda, negros, índios e oriundos de escolas públicas deverá chegar, até 2017, a 50% das vagas disponibilizadas nas universidades públicas federais, outrora reserva de mercado de setores sociais de renda mais alta.

A política social enfática do governo Lula tem continuidade no governo Dilma, com a implementação de um amplo programa de erradicação da extrema pobreza, chamado Brasil sem Miséria. No âmbito desta iniciativa, serão direcionados significativos aportes ao Programa Brasil Mais Educação, que alcançará 47 mil escolas. Foram instituídos ainda vários programas de proteção à saúde da mulher e da criança, e o governo sustentou a lei que estende direitos da CLT às trabalhadoras domésticas.

Apesar da rápida velocidade com que milhões começaram a deixar a miséria, o Brasil continua um país muito desigual. Os êxitos do último decênio em termos de distribuição e transferência de renda, embora significativos, não foram ainda suficientes para reverter obstáculos estruturais e problemas sociais e econômicos acumulados em séculos de história. O problema é agravado pela não-realização e/ou atraso das reformas estruturais democráticas em decorrência de entraves da correlação de forças e de equívocos e cedências na condução da política do governo analisados ao longo deste texto. Além da desigualdade social, a qualidade de vida nas cidades se agrava por um conjunto de problemas relacionados à mobilidade urbana, a segurança, moradia e saneamento – fruto também das enormes dificuldades orçamentárias e financeiras vivenciadas pela maioria dos municípios brasileiros.

Nas periferias, a situação é pior, visto que faltam, ou são precários, os serviços públicos – em especial o transporte –, e os índices de violência e criminalidade são elevados. Entre outras causas dessa situação, se destaca o fato de a reforma urbana não ter sido realizada. O conservadorismo a obstruiu e as forças progressistas não se empenharam o bastante para realizá-la.

É igualmente precário o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Diariamente, os que dele mais necessitam – os trabalhadores e os mais pobres – vagam de hospital em hospital sem receber o atendimento de que carecem.

Na educação, apesar dos avanços, ainda existem limitações a serem superadas, como a precária regulação do ensino superior privado e a crescente presença de capital estrangeiro em instituições de ensino privado no Brasil. E a educação pública, sobretudo a básica, além de não ser universal, não tem bom nível. Tudo isso somado, resulta um verdadeiro cerco contra as aspirações de vida digna do povo – o que leva a tensões sociais crescentes.

c- A questão nuclear desta longa transição – o nível alcançado de superação do modelo neoliberal

Em que grau as realizações do último decênio contribuíram para que o país se desvencilhasse do neoliberalismo? Esta é uma das principais questões a serem enfrentadas pelas forças progressistas.

Hoje, o que caracteriza a transição em curso no Brasil é a luta entre o neoliberalismo que persiste e o novo desenvolvimento nacional que emerge. A correlação de forças é definida pelo embate entre a continuidade determinada pelo *status quo* conservador e a transformação aspirada e empenhada pelo impulso mudancista de sentido democrático, patriótico e progressista. E há uma particularidade, e uma vantagem, da atual transição brasileira: ela faz parte de um movimento da América Latina. E isto estimula, facilita, reforça e acelera o seu progresso.

Pode-se estimar que um país como o Brasil precise de mais tempo para superar o legado neoliberal, e de mais algumas décadas para se tornar uma poderosa nação– de elevado bem-estar para seu povo – à altura de sua dimensão continental e importância regional e internacio-

nal. Mas, além do fator tempo, a transição exige uma elevada convicção política das forças progressistas.

O núcleo dessa longa transição em curso foi sendo configurado na tarefa primordial de recompor o Estado como condutor do desenvolvimento e da afirmação nacional. Simultaneamente, retomou-se o desenvolvimento através do entrelaçamento entre a questão democrática e a questão social materializada nos programas de erradicação da pobreza. Assim, o desenvolvimento econômico é conduzido pelo próprio motor da distribuição de renda, e não pelo postulado convencional de crescer para depois distribuir.

▼ A viragem no conteúdo da política externa:
afirmação da soberania

A política externa brasileira nos últimos dez anos é vitoriosa em contribuir, ao mesmo tempo, para a construção de um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento e para o impulso da integração continental e de uma nova correlação de forças no plano internacional, defendendo a paz, a soberania e o desenvolvimento para todos os povos. Por este conteúdo afirmativo, esta política tem sido combatida pelos setores das classes dominantes vinculados aos interesses do imperialismo estadunidense.

Um primeiro sinal do afastamento da ortodoxia na política econômica foi a nova postura brasileira nas relações internacionais que, entre outros componentes, reorientou a política de comércio exterior, outrora hegemonizado pelos Estados Unidos da América e pela Europa. Tal reorientação diversificou e ampliou o número de parceiros comerciais e nos permitiu diminuir a dependência de um restrito grupo de grandes potências. E a China ultrapassou os EUA como maior destino das exportações brasileiras.

Um segundo sinal de avanço na política externa do governo Lula foi o afastamento da ameaça de neocolonização representada por um

projeto expansionista dos EUA: A Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Este fato decorreu tanto de uma postura ativa e afirmativa da política de relações exteriores, quanto da percepção do surgimento de grandes oportunidades com a ascensão de novas forças no mundo, notadamente China, Índia e Rússia – que compõem, junto com o Brasil e a África do Sul, o bloco denominado Brics. E o Brasil não somente aproveitou essa oportunidade como se tornou parte integrante e influente dessa transição nas relações de poder em nível mundial, que se desenvolve sob a rubrica dos Brics. Também se empenhou para consolidar parcerias estratégicas e aumentou as relações comerciais e políticas denominadas Sul-Sul.

Esta conduta de resistência, e enfrentamento, à hegemonia imperialista na América Latina também foi evidenciada na prioridade para a integração sul e latino-americana e caribenha, vide o desempenho do Brasil na formação da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), no relançamento que reorientou, ampliou e fortaleceu institucionalmente o Mercosul, e na criação do inédito Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). E mais: Foi constituída a arrojada Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), sem a participação dos Estados Unidos! Neste período, o Brasil aprofundou seus laços econômicos com Cuba. Consoante aos desafios dessa política externa ativa, o governo brasileiro tem procurado fortalecer e renovar sua estratégia de defesa nacional, elevando as capacidades das Forças Armadas, inclusive seu poder dissuasório. Nesta renovação, é preciso enfatizar que a defesa nacional é um tema cujas diretrizes devem ser formuladas em debates amplos e democráticos com todos os segmentos da Nação.

Exemplo também da conduta ativa da atual política externa foi a tomada de decisão da presidenta Dilma de denunciar com veemência, inclusive na Assembleia Geral da ONU, em 2013, os episódios de espionagem patrocinados pelos Estados Unidos contra instâncias e autoridades do governo brasileiro.

A diplomacia brasileira atuou pela democratização da Organização das Nações Unidas (ONU), e de seu Conselho de Segurança. O Brasil também teve papel central nas disputas políticas no âmbito do G-20 (grupo formado pelas maiores economias do mundo, mais a União Europeia) e da Organização Mundial de Comércio (OMC), e na liderança do G-77 (bloco formado por países em desenvolvimento).

Ainda no âmbito de sua diplomacia renovada, o Brasil adotou postura ativa, buscando uma solução pacífica e soberana diante das negociações em torno do programa nuclear iraniano. A iniciativa contou com o apoio do Irã e da Turquia e só não prosperou pela adversa posição dos EUA. Além disso, o Brasil condenou as guerras imperialistas contra o Iraque e a Líbia.

▼ A prolongada luta por mudanças na macroeconomia

A luta pela superação do neoliberalismo no Brasil ganhou mais velocidade com o abalo da credibilidade das políticas macroeconômicas nele inspiradas, ocasionado pela grande crise capitalista mundial em 2007-2008, que pôs na defensiva as forças internas que defendiam o paradigma neoliberal. Nestes últimos dez anos, as tendências de mudança na política macroeconômica se deram em três fases:

Uma primeira fase caracterizou-se pela dualidade política no primeiro governo Lula, comprometido com os acordos expressos na *Carta ao povo brasileiro* e, ao mesmo tempo, com o programa popular vitorioso nas eleições de 2002. A expansão da economia mundial a partir de 2003 – apesar da desaceleração econômica desse ano no país – e a elevada valorização das *commodities* deram condições para que o governo conseguisse vitórias no combate à pobreza, mesmo com os grandes lucros auferidos pelo capital, especialmente o rentista.

Na segunda fase, correspondente ao segundo mandato do presidente Lula, ganhou mais estabilidade um núcleo central de governo, e

a política econômica *híbrida* aproveitou oportunidades surgidas com a crise do sistema capitalista em 2007-2008.

Essas condições levaram o governo Lula a tomar iniciativas em prol da construção de uma alternativa de desenvolvimento robusto, duradouro e em benefício da Nação. Suas marcas centrais foram o lançamento, em 2007, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), agora conhecido como PAC 1; o fortalecimento do sistema financeiro público; e as políticas econômicas contracíclicas. Com isso, alargaram-se significativamente a oferta de crédito e a capacidade de consumo das massas. E o BNDES retomou seu papel de agente promotor do desenvolvimento: seus empréstimos anuais passaram de R\$ 37,4 bilhões, em 2002 – último ano do governo de FHC –, para R\$ 168,4 bilhões, em 2010.

Com isto, os investimentos públicos evoluíram de 2,6% do PIB, em 2003, para 4,7% do PIB, em 2010. O PAC conseguiu também alguns êxitos na reconstrução da infraestrutura energética e logística. E houve a descoberta de enormes reservas petrolíferas do pré-sal, ocasião em que o governo agiu com rapidez para alterar o marco regulatório na região descoberta, em defesa do interesse nacional e prevenindo-se dos riscos de descontrole econômico. Além disto, a dívida pública reduziu-se significativamente e as reservas internacionais do país cresceram. Nos oito anos de governo Lula, a média de crescimento do PIB foi praticamente o dobro daquela do período de FHC.

Na terceira fase – iniciada com o governo Dilma Rousseff –, apresentaram-se novos fatores, entre os quais: a persistência da crise internacional do sistema capitalista, as pequenas taxas de crescimento do PIB, a taxa média de investimentos relativamente baixa e os retrocessos na indústria de transformação nacional.

Para enfrentar esse quadro, a presidenta busca reorientar a política macroeconômica de forma mais consequente e tomar medidas visando a elevar o nível dos investimentos públicos e privados. Para tanto, em meados de 2011 começou um processo de redução da taxa básica de juros

que se estendeu até o início de 2013. Isso só foi possível com a corajosa modificação do cálculo dos rendimentos da caderneta de poupança. E também adotou medidas para minorar a valorização do câmbio e até mesmo flexibilizou, de certa forma, a política de superávits primários. O governo impôs ao setor financeiro privado uma ampla concorrência no mercado de crédito a partir de uma queda nas taxas de juros praticadas pelos bancos públicos. Diante deste nível de enfrentamento inédito nos últimos anos, a oligarquia financeira reagiu, com apoio da grande mídia, e – manipulando a chantagem da volta da inflação – impôs, desde abril de 2013, o retorno sequenciado do aumento da taxa básica de juros.

▼ A desafiadora missão de promover avanços

A vitória de Dilma Rousseff, em 2010, ao impor a terceira derrota consecutiva à oposição, criou um contexto político mais favorável, porém em condições econômicas mais adversas e complexas em função da continuidade da crise mundial e de novas exigências políticas, econômicas e sociais. Já no início de seu governo, a presidenta viu-se instada a resolver questões mais desafiadoras. Ela tem procurado concretizar, com avanços e recuos – como já exposto –, a complexa missão de redirecionar o modelo macroeconômico. Ao mesmo tempo, busca incrementar os investimentos para fortalecer a carente infraestrutura do país e dinamizar o sistema produtivo, sobretudo o industrial. Nas metas de médio prazo, foca no forte incentivo à educação e à inovação tecnológica. Tais medidas objetivam garantir um desenvolvimento robusto e duradouro.

Em relação aos investimentos públicos, foi implementado o programa Minha Casa, Minha Vida e revitalizado o PAC (agora PAC 2). E, visando a atrair investimentos privados em patamar mais elevado, foi lançado um abrangente programa de concessões em infraestrutura abarcando portos, rodovias, ferrovias, aeroportos, trens de alta velocidade, energia e petróleo, num montante de US\$ 470 bilhões.

Além disso, o mandato da presidenta Dilma tem sido marcado pela adoção de novas medidas progressistas de combate à inflação, garantindo emprego e crescimento real dos salários. Com isso, o Brasil é o país com maior redução de desemprego, desde 2008, segundo o FMI. As novas formas de estabilização dos preços, como a desoneração da cesta básica nacional e a intervenção do governo para alterar os preços fixados pelo oligopólio do setor energético, estão completamente fora do esquema monetarista imposto na década de 1990.

Em suma, nos últimos 10 anos, muita coisa mudou no Brasil. O país afirma sua soberania, é mais democrático, mais integrado com seus semelhantes, possui menos pobreza e o desemprego tem as menores taxas históricas. Entre as maiores conquistas econômicas destes 10 anos destaca-se o fato de o Brasil somar esforços para construir uma perspectiva contra-hegemônica ao domínio das potências imperialistas – quer junto a seus vizinhos da América Latina, quer junto aos Brics e a outros países em desenvolvimento. O saldo geral é bastante positivo, mas é crescente a reação dos setores dominantes conservadores e neoliberais às mudanças recém-realizadas, levando desde já a um maior acirramento político a sucessão presidencial de 2014.

Este ciclo progressista forjou uma liderança que se tornou, dentro e fora do Brasil, a imagem e a expressão desta década: Luiz Inácio Lula da Silva. Impossível interpretar esta década sem assinalar seu papel destacado na gênese, construção e perspectiva desse processo. É um traço recorrente na história brasileira o protagonismo de personalidades à frente de movimentos renovadores, como Getúlio Vargas, João Goulart, Tancredo Neves, todos eles oriundos de estratos das classes dominantes. A singularidade do papel de Lula é de que se trata de um líder operário, filho do povo pobre, que se mantém fiel às suas origens e desenvolveu atributos para se colocar à frente de uma ampla coalizão política e social – na qual a esquerda tem papel destacado e direciona o Brasil no caminho do progresso econômico e social, com democracia e

soberania nacional. Por isso, setores das classes dominantes e seus veículos de comunicação, permanentemente, empreendem-lhe corrosivo ataque político com o objetivo de desgastar e desmoralizar sua liderança, intento que tem sido rechaçado pelo povo.

d - O caráter das mudanças e do governo – o sentido democrático, soberano e de avanços sociais

O conjunto das mudanças contido no balanço dos dois governos de Lula e a sequência desse processo no de Dilma – embora com insuficiências e contradições – contribuem para os objetivos indicados pelo Programa do PCdoB. Daqueles objetivos, alguns foram realizados, de outros se empreendeu uma aproximação e vários ainda estão distantes de ser concretizados. O essencial deste cômputo de transformações é o compromisso continuado desses governos com a democracia, com a soberania nacional, com os direitos dos trabalhadores e das massas populares, e com a integração solidária da América Latina e Caribe, numa linha de contraste à hegemonia imperialista. Disso se depreende que neste decênio predominou um caráter de governo marcado pelo compromisso com a democracia, a soberania nacional e os direitos do povo.

▼ A base social dos governos Lula e Dilma

Esta natureza do governo também se revela na base social que lhe sustenta. Em 2006, quando da reeleição do presidente Lula, o governo passou a contar com o apoio de um numeroso contingente eleitoral formado pelas camadas populares de baixa renda, que há muito tempo estavam sob a influência de setores oligárquicos. Esse realinhamento de vasta parcela do eleitorado proporcionou nova relação de poder, permitindo maior estabilidade à governança. A presidenta Dilma preservou este respaldo popular. O leque dessa base social que hoje sustenta o go-

verno abarca os operários, os trabalhadores da cidade e do campo, a numerosa camada pobre da população, setores das denominadas classes médias, intelectuais progressistas e a parcela da burguesia comprometida com os interesses nacionais. Esta base social larga, alicerçada nos trabalhadores e no povo pobre, é que tem dado sustentação e garantido as vitórias eleitorais indispensáveis à duração desse ciclo político. Por ter dado início à luta para superar a antiga desigualdade regional, o apoio ao governo se destaca no Norte e, sobretudo, no Nordeste.

▼ Permanente ataque do sistema de oposição

Há um constante confronto político entre os novos governos deste decênio e um sistema de oposição que, para além das legendas oposicionistas (PSDB, DEM, PPS e outras), é formado também pela grande mídia, pela oligarquia financeira e pelos setores reacionários das camadas médias. Este sistema representa e defende os círculos dominantes vinculados ao imperialismo e aos monopólios com ele comprometidos. Os mapas dos recentes resultados eleitorais expressam esse perfil de classes e setores de classe que separam hoje a oposição e o governo liderado pelo PT e por seus aliados.

Esse sistema das forças conservadoras tem usado poderosos meios contra o jovem ciclo histórico progressista, forçando constantemente o acirramento do embate político com o objetivo de golpear as novas forças que estão no centro do poder. Este antagonismo expressa o nível da luta de classes nas condições atuais do curso político nacional, que somente se explica pela essência anticonservadora dos governos Lula e Dilma. É na prática da luta política mais aguda que se revela a essência dos interesses de classe.

▼ Os desafios do movimento social

O movimento social, de âmbito sindical e popular, que representa as camadas mais avançadas e organizadas do povo e dos trabalhadores,

buscou exercer sua autonomia e realizar mobilizações em torno de suas reivindicações mais candentes. É natural que diante da nova situação política, em que o governo surgiu das lutas dessas forças sociais organizadas, estas busquem o seu novo papel tendo em vista a continuação da defesa de seus interesses. E, mais importante, procurem se unir a fim de impulsionar o governo no sentido de mudanças estruturais que possam proporcionar maiores conquistas políticas e sociais. Por isso, o nível das mobilizações de massas terá seu ritmo em função de novas formas de organização e mobilização em decorrência do curso do avanço mudancista, ou da sua estagnação e de seu retrocesso. As manifestações de junho de 2013, ao terem pautado a política nacional no âmbito de intensa e dura disputa, recolocaram com força a importância da luta do povo, de seus mais diferentes tipos e formas de organização. Além da imperativa necessidade de ocupar as ruas com as bandeiras que respondem às necessidades das massas e ao avanço das reformas estruturais democráticas, impõe-se uma reflexão mais profunda no âmbito desses movimentos em relação a como se revitalizarem nesse processo original que o país atravessa.

▼ O governo Dilma e as manifestações de junho

Diante da nova situação decorrente das manifestações sociais de junho de 2013, a presidenta Dilma Rousseff corretamente se posicionou afirmando ser necessário aproveitar o vigor das ruas “para produzir mais mudanças em benefício da população brasileira”. Ela propôs um pacto em torno de cinco propostas: Responsabilidade fiscal, com o objetivo de garantir a estabilidade; reforma política democrática; investimentos para melhorar a mobilidade urbana, em especial o transporte público; mais verbas para a educação pública, com destinação de 100% dos *royalties* do petróleo para o setor; e melhoria da saúde. As quatro últimas propostas estão vinculadas às reivindicações dos movimentos sociais e há muito levantadas pelas forças progressistas, entre elas o PCdoB. Os esforços da presidenta

para efetivar esse pacto se realizam sob um ataque concentrado da grande mídia e da direita, e seu resultado dependerá da luta em curso.

Mas alguns avanços já podem ser contabilizados. Entre eles, destacam-se a aprovação do Projeto de Lei que destina 75% dos *royalties* do petróleo para a educação e 25% para a saúde, e ainda 50% do Fundo Social do pré-sal para estes dois setores; a lei que desonera as alíquotas do PIS/Pasep e da Cofins sobre a receita decorrente da prestação de serviços de transporte coletivo municipal; o lançamento do Programa Mais Médicos que faz parte de um amplo pacto de melhoria do atendimento aos usuários do SUS, com investimentos em infraestrutura dos hospitais e unidades de saúde, e a contratação de milhares de médicos para atuarem em regiões onde há escassez e ausência de profissionais; a aprovação do Estatuto da Juventude; e a apresentação de um projeto de reforma política de iniciativa das bancadas de PT, PCdoB, PDT e PSB também integram o leque de ações que buscam responder aos anseios das ruas. Além destas conquistas, o governo tem procurado ampliar o diálogo com os movimentos sociais, iniciativa que deve prosseguir.

A grande mídia inundou a opinião pública com mil análises sobre a razão e o sentido das grandes manifestações ocorridas. Mas a maioria delas – pura falsificação – fazia crer que o ciclo progressista iniciado em 2003 estaria superado. Para o PCdoB, as manifestações são justamente produto desse ciclo político das forças democráticas e progressistas. Nos últimos dez anos, o povo obteve conquistas, elevou seu nível de consciência política e o país respira democracia. As ruas dizem que as conquistas iniciadas não podem parar e que as mudanças precisam ser aceleradas, pois um decênio de mudanças é insuficiente para se superar a enorme desigualdade social herdada de séculos de história. Desse modo, impõe-se a tarefa de disputar na luta política, social e de ideias o conteúdo e o sentido político das mobilizações sociais de rua, combatendo a manipulação e o controle que a grande mídia quer exercer, e

desmascarando as forças conservadoras que tentam se aproveitar dos protestos para buscar impor sua pauta golpista e reacionária.

II – A intervenção e a construção do partido como protagonista de um ciclo político progressista

a- Rico impulso da política dos comunistas para o êxito dos governos Lula e Dilma

A 9ª Conferência Nacional do PCdoB (2003) afirmou que a vitória de Lula representava um corte no itinerário histórico do país. Pela primeira vez se apresentava a “possibilidade de um projeto democrático nacional-desenvolvimentista, de cunho progressista, dirigido por forças políticas e sociais democráticas e populares”. E mais: A vitória de Lula, somada com a de Hugo Chávez na Venezuela e a de Nestor Kirchner, na Argentina, contribuiria para combater o domínio do imperialismo e da oligarquia financeira na América do Sul.

A Conferência enfrenta a seguinte questão: num período histórico de defensiva estratégica, num quadro em que a legenda comunista é minoritária na coalizão, é correto o Partido assumir responsabilidades de governo? Acaso essa participação não o desencaminhará, visto que sua tarefa é derrotar o capitalismo? A resposta dada foi: Pelas circunstâncias, pelo papel que o Partido desempenhou para a vitória, pela importância tática e estratégica do governo, seria um erro recusar o convite para participar do governo. A Conferência, então, sistematizou as diretrizes regentes dessa participação, cujo eixo é a atuação “pelo êxito do governo na condução das mudanças que consistem no aprofundamento da democracia e na adoção de um Projeto Nacional de Desenvolvimento voltado para a defesa da soberania e do progresso social”.

O Partido defende, para a coalizão governista, uma relação na qual predomine a unidade, mas refuta o “seguidismo”, preservando sua independência política em relação ao governo. Julga que a crítica é indispensável ao próprio governo para corrigir descaminhos. E a mobilização do povo é a força motriz indispensável às mudanças. Por isso, a importância destacada sobre a autonomia dos movimentos sociais – condição para que desempenhem um papel político próprio como agentes da mudança, diante da possibilidade de enormes ganhos sociais para a maioria do povo.

O PCdoB analisou desde o início que a dinâmica do governo Lula seria regida pelo confronto entre mudança e continuísmo, entre o velho e o novo. Caberia, então, à esquerda e aos movimentos sociais impulsionarem o governo a efetivar a transição e, simultaneamente, defendê-lo da ação desestabilizadora da oposição neoliberal.

A 9ª Conferência indicou ao Partido o apoio ao governo na sua justa decisão de estabelecer entre suas prioridades as políticas sociais, a distribuição de renda e o combate à fome. E também o respaldo à adoção de uma política externa ativa e de reforço da soberania nacional. Aplaudiu ainda a conduta democrática de diálogo com movimentos sociais e com as centrais representativas dos trabalhadores. Em contrapartida, o Partido optou por exercer permanente crítica à política macroeconômica ortodoxa do Banco Central, conservadora e de conteúdo neoliberal. E se politicamente admitia as dificuldades de o governo, no seu início, acelerar a transição, não abdicou de cobrar-lhe uma agenda que definisse o horizonte das mudanças e se movimentasse para reunir as forças necessárias para tanto.

Em relação às prioridades de agenda, logo no primeiro ano do governo Lula o Partido reagiu criticamente à Reforma da Previdência encaminhada ao Congresso Nacional. Embora a bancada do PCdoB tenha votado a favor por uma questão estratégica de apoio ao governo em seu início, considerou-a inoportuna, divergiu de seu conteúdo e lutou para

preservar e ampliar os direitos dos trabalhadores. A mesma contrariedade foi manifestada diante da não-correção do salário mínimo nesse período.

Em tal situação, se impôs ao PCdoB persistente esforço para ampliar e aperfeiçoar a prática democrática em sua vida interna, elevar substancialmente o nível da sua institucionalidade, num clima de mais ampla liberdade de opinião. O procedimento e os métodos adotados em defesa da unidade de ação, nos casos de posicionamentos e atitudes dissidentes, demonstraram equilíbrio e determinação, sendo respaldados pelo coletivo partidário. Com isso, dificuldades foram superadas no âmbito da bancada comunista na Câmara dos Deputados. Ficou mais nítido não haver lugar na concepção do Partido para o exercício de soberania pessoal de um mandato. E mesmo no caso dos que têm representação do governo, as ideias e posições partidárias são necessariamente orientadoras. Ao mesmo tempo, malgrado discrepâncias de certo modo inevitáveis, jamais, neste período, foram expulsos quaisquer dirigentes ou quadros das fileiras do PCdoB, embora alguns tenham se afastado.

▼ A contribuição importante do Pcdob à superação da grave crise política de 2005

Em outubro de 2005, o PCdoB realizou seu 11º Congresso e fez um exame dos quase três primeiros anos de governo. Realçou as vitórias alcançadas, qualificou a transição em curso como “contraditória e limitada” e identificou os obstáculos para a superação do modelo neoliberal. O Partido avaliou que a linha macroeconômica continuava a tratar com zelo os interesses do mercado financeiro a um custo elevadíssimo para a Nação e identificou no interior do próprio governo um forte enclave pró-neoliberal – formado pelo Ministério da Fazenda e o Banco Central –, convivendo, contraditoriamente, com vários ministérios, estatais, bancos públicos e agências que implementavam políticas promotoras do desenvolvimento econômico e social.

Na esfera política, manifestava-se a compreensão das dificuldades de se garantir a coesão da base heterogênea com uma minoria de esquerda. Outro problema importante: Os limites e deficiências do PT, malgrado a liderança de Lula, para exercer o papel de força hegemônica da coalizão e a falta de convicções para impulsionar a transição – adotando quase sempre uma posição intermediária ou de cedência, além de concentrar poder em demasia e conduzir a coalizão como se a legenda petista fosse a única a sustentar o governo. No polo oposto, foi sendo formado um anseio por mudanças dentro e fora do governo, no âmbito das legendas da base aliada, inclusive no interior do próprio PT, e no movimento social, que fez surgir uma contratendência que respaldou e impulsionou o governo a realizar uma agenda que resultou em vitórias parciais contra o neoliberalismo.

Tais dificuldades levaram alguns setores políticos a se retirarem da base de apoio ao governo. Já o Partido não turvou sua visão. Em perspectiva, enxergava que se poderia forjar uma aliança de correntes anti-neoliberais cada vez mais forte, capaz de, nos marcos do governo Lula, ir avolumando as vitórias parciais que, no seu conjunto, fariam parte do processo único de transição para um Novo Projeto Nacional.

Uma longa crise política, tendo como pretexto o combate à corrupção e a defesa da ética, se arrastou do início de 2004 até seu pico em 2005, e só foi efetivamente superada com a reeleição do presidente Lula em 2006. A oposição, com a grande mídia à frente, fez eclodir uma avalanche moralista com marcas do velho golpismo da direita brasileira, que levou abaixo o núcleo dirigente do PT e parte da cúpula do governo.

Diante dos erros cometidos que deram margem a esta crise, o PCdoB explicitou sua visão crítica em relação a eles, mas, de pronto, sem vacilar, desmascarou a manobra golpista da oposição e conclamou a base aliada, o povo e os movimentos sociais a se levantarem em defesa do mandato do presidente Lula. O Partido lançou a palavra de ordem “Fica Lula”, e à frente de entidades unidas na Coordenação dos Movimentos

Sociais (CMS), junto com outras forças políticas, saiu às ruas em defesa da ordem democrática e contra “o golpe branco” que estava em marcha. Nessa contenda, destacou-se o papel do movimento estudantil e juvenil, especialmente da União da Juventude Socialista (UJS). E a eleição do deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP) para a presidência da Câmara dos Deputados, em setembro de 2005, levantou uma barreira de contenção, freando a sanha golpista. O protagonismo do PCdoB e de seu parlamentar neste episódio ressalta o papel resolutivo da legenda em momentos cruciais de tensão e crise que se manifestaram nesta década.

Contraditoriamente, essa crise política, a par dos danos provocados, teve como resultante uma tomada de posição do presidente para reforçar o conteúdo progressista de seu governo – impulso que desembocou na campanha por sua reeleição em 2006. Essa nova postura do governo atendeu aos anseios dos comunistas que, desde a eclosão da crise, opinaram que a resposta do presidente à investida da direita deveria ser a ofensiva para aplicar o programa de mudanças, superando a tibieza de seus dois primeiros anos de gestão.

▼ Com reeleição e nova correlação de forças,
comunistas propõem audácia!

Constituída uma melhor correlação de forças a partir da reeleição de Lula em 2006, o PCdoB, levando em conta os bons ventos, atualizou, em 2007, sua tática e lançou a palavra de ordem “Audácia!”, pregando que a conjuntura favorável criava condições para se avançar nas mudanças, dar passos mais vigorosos em direção a um Novo Projeto Nacional, e superar as amarras do neoliberalismo ainda vigentes. Assim, ganharam corpo, no segundo mandato, as propostas em prol das reformas para democratizar o Estado e a sociedade e assegurar mais direitos ao povo. Desencadeava-se, então, uma campanha com o foco nas seguintes reformas: Reforma política, ampla e democrática; democratização da mídia; reforma da educação; reforma tributária de sentido

progressivo; e reformas urbana e agrária. O PCdoB, então, lançou um manifesto defendendo tais bandeiras.

Sob a égide de uma conduta política mais afirmativa e audaciosa, o Partido incrementou suas ações em todas as frentes de trabalho. Na frente eleitoral, passou a enfrentar a disputa para cargos majoritários e lançou candidatos a prefeituras de capitais e cidades importantes. Em 2006, elegeu Inácio Arruda o primeiro senador comunista desde o mandato de Luiz Carlos Prestes – sendo a quinta legenda mais votada para o Senado Federal; e, em 2010, a quarta com maior número de votos.

Na esfera dos movimentos sociais, a audácia teve como um de seus principais frutos a criação, em 2007, da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), entidade plural e classista que nasceu com apoio do PCdoB e de outras forças políticas. No começo de 2009, como consequência da grande crise do capitalismo, a ultraortodoxia monetária do Banco Central (BC), pela primeira vez na gestão Lula, foi empurrada para a defensiva.

▼ Alerta em 2007: sem o impulso da esquerda, o governo não avançará!

O PCdoB avaliou que, apesar dos vetores favoráveis ao avanço do segundo governo, logo no início de 2007 surgiu um problema na esfera da condução política: Uma coalizão de doze partidos se formara; o “centro”, com o PMDB à frente, assumia relevância no governo, movimento necessário para assegurar a governabilidade. Ao mesmo tempo, a presença de forças centristas na coalizão atuou para restringir o alcance das mudanças. Para o PCdoB, uma coalizão tão ampla demandava um núcleo de esquerda para que esse conjunto heterogêneo de legendas tivesse uma regência consequente. Todavia, o PT negou a importância do “eixo de esquerda”.

Exemplo prático dessa atitude foi o rompimento de um acordo tácito que tivera o aceite do presidente Lula em torno da candidatura do de-

putado Aldo Rebelo à reeleição da presidência da Câmara. O PT não só negou apoio a Aldo como lançou candidato próprio. Ao mesmo tempo, optou por aliança privilegiada com o PMDB e outros partidos “centristas”. Em resposta à guinada do PT ao centro, PCdoB, PSB, PDT e outras legendas criaram na Câmara dos Deputados o Bloco Parlamentar de Esquerda, com mais de 70 parlamentares.

Este Bloco lançou uma plataforma política avançada, percorreu o país com eventos públicos e impulsionou o governo ao avanço. Apesar da turbulência e das contradições, nem o PCdoB, nem o Bloco romperam com o PT, tampouco arrefeceram seu compromisso com o governo, nem refutaram a importância da aliança com o PMDB. O Bloco cumpriu um papel importante para alertar o governo e o próprio PT sobre a imprescindibilidade da esquerda para o êxito do projeto.

▼ A terceira vitória do povo: os desafios de promover o avanço da mudança

O entrelaque das variáveis anteriormente elencadas produziu um aspecto novo e positivo: O ritmo e conteúdo das mudanças ganharam velocidade e alcance proporcionando ao governo um salto de qualidade em relação ao primeiro mandato. A inédita e veloz política de redução da extrema pobreza, a política externa como alavanca do Projeto Nacional, a retomada ascendente da construção da democracia brasileira, as significativas conquistas dos trabalhadores em termos de renda, direitos e empregos redundaram em forte aprovação e apoio do povo ao período presidencial de Lula, e permitiram a eleição da primeira mulher para a presidência da República, em 2010. A participação do PCdoB nessa campanha foi intensa. Orientado pelas diretrizes do seu 12º Congresso, o Partido elegeu 15 deputados federais e uma segunda senadora.

Transcorrida a primeira metade do mandato da presidenta Dilma, o PCdoB indicou que ela enfrentava dois grandes desafios. Primeiro: Dinamizar a economia nacional que se encontrava semiparalisada. Em

2013, há sinais de que a atividade econômica se aqueceu, mas não está dada a condição para este crescimento superar o índice de 3%. Segundo: Buscar a retomada do crescimento. Ao lado disso, Dilma dá prosseguimento à grande marca do governo Lula: Erradicação da miséria e aumento da participação do trabalho na renda nacional. Todavia, o Partido considera imperativo haver uma estratégia mais clara para o crescimento.

O Partido, em 2012, apoiou a participação das centrais sindicais no Grito de Alerta, uma campanha nacional contra a desindustrialização e desnacionalização, em aliança com empresários do setor produtivo, considerando a indústria como fundamental para o desenvolvimento econômico e suas relações com ciência, tecnologia e inovação, produtividade, renda e emprego. O grito ecoou no Planalto e deu sustentação à série de iniciativas adotadas pela presidenta nesse rumo, ainda que tenha sido negativa a inclusão da desoneração da folha de pagamentos neste processo.

O segundo desafio se manifesta no terreno político: Manter a ampla base de sustentação, liderar politicamente o país, dar maior eficácia à ação do governo, mas, sobretudo, instituir no centro do governo um núcleo estratégico com forças avançadas, capaz de enfrentar o desafio de realizar as reformas estruturais democráticas e empreender a luta pelo progresso social.

▼ A participação do Pcdob nas manifestações sociais de junho de 2013

O PCdoB, desde o início das manifestações iniciadas em junho, opinou que as forças progressistas e o governo deveriam ouvir atentamente a voz das ruas e se empenharem para atendê-la. Foi o primeiro partido da base do governo a se pronunciar com esta mensagem. O PCdoB procurou participar desta jornada de mobilizações adotando orientações específicas para cada uma das fases pelas quais ela passou. Com o obje-

tivo de elevar as conquistas do povo e fortalecer o governo da presidenta Dilma Rousseff, o PCdoB atua em duas frentes: a) Movimenta-se para unir as forças políticas de esquerda e progressistas em geral, para dar uma condução consequente capaz de impulsionar as mudanças e para derrotar a investida da direita e da grande mídia; b) construir a coesão do amplo leque de movimentos sociais, das entidades e centrais dos trabalhadores em torno de uma plataforma política e social avançada que oriente uma ousada agenda de assembleias e mobilizações de rua pela conquista das bandeiras levantadas.

▼ Relevantes contribuições partidárias no Legislativo e no Executivo

O Partido manteve voz própria no Legislativo, com crescente prestígio, por meio da atuação de sua bancada no Congresso Nacional, sempre marcada por coerência, unidade e contribuições efetivas ao povo. Essa atuação é reconhecida por diversas instituições que anualmente avaliam o desempenho dos parlamentares e por integrantes da base aliada. No último quadriênio, os comunistas assumiram a presidência de importantes comissões legislativas, entre elas a de Desenvolvimento Econômico, de Direitos Humanos, de Relações Exteriores e a de Cultura. Cresceu a produção legislativa da bancada, com maior número de projetos e medidas provisórias apresentados, ou relatados, por parlamentares do Partido. Entre as matérias de autoria ou relatoria de membros da bancada, destacam-se a PEC da Juventude; o projeto de lei que criou o Vale-Cultura; a minirreforma eleitoral de 2010 (também participação ativa nas ações e nos debates pela realização de uma reforma política democrática); a anulação da resolução que cassou os mandatos comunistas em 1948; e a relatoria do Novo Código Florestal. No debate deste último tema, o Partido, consciente de que aí se situava um dos fundamentos do Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, se posicionou por um novo Código que assegurasse o equilíbrio entre produção e pro-

teção do meio ambiente. Essa questão também reforçou a necessidade de o Partido avançar na elaboração da sua política ambiental. Desse esforço, resultou a formulação de uma política de base marxista, fruto de uma Conferência Nacional realizada em 2013 pelo Partido para este fim.

No Senado Federal, a bancada comunista batalhou por um conjunto de bandeiras referentes ao Projeto Nacional de Desenvolvimento. Foi de sua iniciativa um elenco de medidas visando à valorização dos trabalhadores, entre elas a redução da jornada de trabalho, a punição da discriminação de gênero pelos empregadores, a igualdade salarial para homens e mulheres na mesma função, a extinção do fator previdenciário, entre tantas outras. Bandeiras fundamentais dos movimentos sociais também encontraram acolhida na bancada do PCdoB no Senado, entre elas se destacam a destinação de 10% do PIB para a Educação, assim como 50% dos recursos do Fundo Social do pré-sal e 100% dos *royalties*, e o investimento de 10% do orçamento federal na Saúde. A firme e dedicada atuação comunista no Parlamento do Mercosul (Parlasul) e a iniciativa de criação da CPI da Espionagem também merecem destaque.

As participações institucionais assumidas nos planos federal, estadual e municipal se ampliaram. O PCdoB alcançou, com isso, nova dimensão na aproximação com a maioria do povo e em sua identidade partidária. No governo federal, o Partido, por meio de quadros destacados, deu contribuições em áreas estratégicas para o país e para o povo, como esporte, ciência e tecnologia, petróleo, cultura, entre outras. Com isso, adquiriu um conjunto de elementos e aprendizagens para aperfeiçoar essa frente de atuação de relevância crescente, superando o atraso nessa participação e destacando-se na elaboração de políticas públicas de conquistas para o povo.

Competência, honestidade, zelo e rigor com o patrimônio público são as condutas cultivadas pelos comunistas que exercem responsabilidades de governo. Sua diretriz de atuação na administração pública é jamais voltar às costas ao povo, e sim governar com a participação

dele, respeitar e incentivar suas lutas e movimentos; governar para dar respostas aos problemas e dilemas do presente, para elevar de forma imediata a qualidade de vida da população. Mas cada realização está associada ao rumo e ao caminho traçado em seu Programa Socialista.

Destacam-se entre as contribuições da gestão de lideranças do PCdoB no governo federal:

- O fortalecimento do esporte no Brasil, com uma política nacional que desenvolve suas dimensões social e econômica, através de leis de incentivo e de programas e políticas públicas. O Ministério do Esporte desempenhou destacado papel para o Brasil sediar a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016) e, hoje, é responsável pela preparação e futuro êxito destes grandes eventos;
- a ampliação da área para exploração de petróleo e gás no Brasil; especificação e introdução do biodiesel no mercado brasileiro; melhoria substancial da qualidade dos combustíveis disponibilizados aos cidadãos; apoio ao surgimento do pequeno e médio produtor de petróleo; e instituição do novo marco regulatório para o pré-sal, baseado no regime de partilha;
- significativa elevação da atividade audiovisual no país, com conteúdo nacional, decorrente da aprovação de novos mecanismos de financiamento ao cinema e à criação do Fundo Setorial do Audiovisual; formulação e aprovação da Lei 12.485/2011, que estabeleceu o novo marco regulatório da televisão por assinatura e que viabilizou, pela primeira vez, a presença obrigatória, em seus canais, de conteúdo brasileiro, produção independente e regional;
- aporte de ideias e iniciativas para o fortalecimento da cultura brasileira nas suas dimensões simbólica, econômica e cidadã; participação na formulação e execução do Programa Cultura Viva, Pontos de

Cultura, na criação da TV Brasil e na elaboração do Sistema Nacional de Cultura;

- na área científica e tecnológica, a adoção de políticas e programas que contribuíram para acelerar o crescimento dos financiamentos, além de mecanismos institucionais para promover o desenvolvimento nacional pela via da inovação.

Além dessas realizações, quadros técnicos do Partido e suas lideranças deram e continuam a oferecer contribuições em outros setores: Na saúde, vêm atuando para fortalecer a participação da sociedade nos conselhos e conferências de saúde, incorporando novos atores sociais. Nas áreas de assistência farmacêutica, conceberam iniciativas que propiciaram a ampliação do acesso a medicamentos; e proporcionaram, também, aportes para dinamizar o complexo industrial da saúde. Sobre as políticas públicas para as mulheres, deram contribuições para a sua elaboração; participaram de forma efetiva na organização e formulação de conteúdos para as três conferências nacionais sobre o tema, que resultaram no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; e atuaram para fortalecer os mecanismos de controle social sobre as políticas e ações para esse setor. Na elaboração de políticas de governo para a promoção da igualdade racial, tiveram atuação destacada, especialmente no processo de atualização e aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, na construção da agenda social para as comunidades remanescentes dos quilombos, na aprovação da lei que trata das cotas sociais e raciais e na criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Na formulação e construção de uma pioneira política de juventude do governo federal, desempenharam importante papel, bem como na elaboração e aprovação do Estatuto da Juventude, e participaram da criação da Secretaria Nacional de Juventude e do fortalecimento do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve). Contribuíram, ainda, na formulação de programas de combate à homofobia e na criação de instâncias para implementá-los.

▼ Ataques ao PCdoB

O protagonismo político do PCdoB motivou pesados ataques contra o Partido, com o objetivo claro de conter seu fortalecimento. Em outubro de 2011, no curso da escalada para desestabilizar o governo da presidenta Dilma, o campo político reacionário e a grande mídia lançaram uma pesada e sórdida campanha difamatória contra os comunistas. O Partido foi alvo de uma verdadeira “caçada”. O objetivo foi manchar a honra e a dignidade da histórica legenda e a reputação de suas lideranças, em especial a do ex-ministro do Esporte, Orlando Silva. Também miravam o governo e suas lideranças e, ao mesmo tempo, davam vazão à campanha pela desmoralização da política e dos partidos políticos.

Unido, o Partido resistiu e enfrentou essa ofensiva reacionária. Mobilizou-se de modo corajoso pelo resgate da verdade, pela defesa de suas lideranças e pelo desmascaramento dessa infame campanha. Indicou serem necessárias no país uma reforma política que institua o financiamento público exclusivo de campanha e outra que promova a democratização dos meios de comunicação, garantindo e regulamentando o direito de resposta e estabelecendo preceitos éticos para coibir os crimes de injúria e difamação cometidos pela grande mídia.

Essa é uma das dimensões da dura batalha política de caráter democrático, deste tempo, pelo resguardo da imagem de honorabilidade da legenda quase centenária no país. E isso é parte marcante de uma luta ideológica mais ampla contra a tendência a judicializar e criminalizar a atividade política, desmoralizá-la, buscando jogá-la em bloco numa pretensa vala comum.

▼ Uma síntese das contribuições do Pcdob ao ciclo político progressista

Foi centro de gravidade da intervenção partidária no período a luta pela realização de um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, referenciado pelo Programa partidário que tem por essência a luta pelo

socialismo no Brasil. Isso permitiu ao Partido reafirmar sua identidade como partido comunista, internacionalista, anti-imperialista e de classe, e sustentar sua postura independente com desenvoltura, haja vista suas decisões congressuais, posicionamento das bancadas, pronunciamentos da direção e da imprensa partidária, com opiniões críticas próprias. Ao mesmo tempo, buscou abrir caminho ao fortalecimento da esquerda no país e estabeleceu relações de confiança política com o núcleo central do governo, seu Conselho Político, os ministérios e os partidos que o integram.

O Partido teve real incidência na luta de classes e aumentou a influência na vida do país. Manteve e deu novo patamar a um dos maiores legados de sua história: Atuar no curso da luta política, inserir-se nos grandes movimentos definidores dos rumos da nação, nunca se isolar, sempre em sintonia com o sentimento do povo e seu real nível de consciência e organização. Isso o levou a assumir de forma plena e em todas as dimensões a frente institucional-eleitoral, para a conquista de instâncias de poder e representação na atual correlação de forças no país. A disputa de cargos majoritários nas cinco eleições a partir de 2004 teve resultados crescentes, incluindo as prefeituras alcançadas em 2012, algumas em grandes centros urbanos do país, reforçando assim o espaço e a identidade eleitorais próprios.

Na luta social, o Partido teve papel avançado ao pautar o reposicionamento dos movimentos sociais na luta pelas mudanças no país. Definiu-se pela politização dos movimentos em face de um governo oriundo de seu meio, a unidade em torno de bandeiras mobilizadoras, plataformas avançadas e exequíveis, ocupando espaços nas iniciativas democratizantes promovidas pelo governo, como foram as conferências temáticas. Isso contribuiu para a realização das importantes manifestações unitárias que denunciaram o golpe pretendido contra o presidente Lula em 2005-2006, e instou o governo a avançar nas mudanças.

Essas definições impulsionaram a Coordenação dos Movimentos Sociais, da qual participam a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); a União da Juventude Socialista (UJS); a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) e a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG); a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino (Contee); a União Brasileira de Mulheres (UBM); as entidades nacionais de luta comunitária, entre elas a Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam); a de negros, entre as quais a União de Negros pela Igualdade (Unegro); de indígenas; LGBT; e uma variedade de movimentos sociais que avultaram em muitas lutas e nas realizações exitosas do Fórum Social Mundial (FSM). E essas definições levaram também à unidade das Centrais sindicais, que contribuiu para a eleição da primeira mulher presidente do Brasil.

Na luta de ideias, o Partido foi ativo formulador de proposições e plataformas para avançar nas mudanças, em interação com o pensamento progressista – o que ajudou a criar convicções no âmbito da coalizão, do governo federal e dos movimentos sociais quanto ao conteúdo e às bandeiras para se alcançar um ciclo de desenvolvimento e progresso social no país.

As contribuições fundamentais giraram em torno da centralidade da questão nacional como exigência de uma estratégia e um plano de desenvolvimento nacional frente à realidade do mundo, integrando essa reflexão às questões candentes de aprofundamento da democracia e dos direitos sociais, por meio de reformas estruturais democráticas. Nesse esforço, salientaram-se acesas polêmicas como a questão do Meio Ambiente, com destaque para o Código Florestal, a questão indígena, energética, de defesa nacional, da política macroeconômica. Também se travou um duro enfrentamento com o aparato de comunicação das classes dominantes contra a desmoralização da atividade política, os ataques à esquerda e em especial aos comunistas, com a

difusão de noções de “superação da forma partido”, a “desideologização” da política e a pretensa caducidade dos princípios doutrinários e organizativo do Partido Comunista.

b- Aproveitamento das condições para a construção partidária em patamar superior

O desenvolvimento virtuoso do atual ciclo político no Brasil exige um Partido Comunista forte, com influência multilateral, e com capacidade de intervenção política e de direção nas lutas das massas populares. Neste sentido, o PCdoB deu importantes passos para aproveitar o impulso deste rico período para a sua construção partidária. Expandiu suas fileiras, elevou a participação na vida política do país, obteve relativo crescimento eleitoral, para estar à altura das possibilidades e exigências da luta política no país, bem como das tarefas que dizem respeito aos objetivos programáticos. Os desafios implicam o enfrentamento de complexos problemas políticos, ideológicos e organizativos, que assumem a forma de pressão pelo rebaixamento estratégico de seu papel. A construção, o crescimento e a consolidação do PCdoB são tarefa de magnitude.

▼ Elaboraões estratégicas que orientaram a ação política e a construção do Partido

As condições vividas propiciaram ao PCdoB a atualização de seu rumo programático, à guisa de elaborar um caminho para a revolução brasileira. O seu Programa Socialista foi o maior trunfo político-teórico desse período, e deu dimensão concreta à estratégia do Partido, caminho de execução possível nas atuais condições, guia para a ação no cotidiano político.

O Partido passou, nos últimos doze anos, por forte processo inovador de caminhos e modos para constituir-se como um partido co-

munista de classe e de massas, com quadros e militantes regidos pelo centralismo democrático. O desafio foi firmar a permanência dos princípios e da identidade comunista, renovando as concepções e práticas na busca criativa de um caminho próprio para o socialismo, junto à abertura para ampliar as fileiras partidárias e falar a toda a sociedade. Enfim, um partido de caráter leninista para a contemporaneidade. O novo Estatuto aprovado (2005) dotou o PCdoB de uma nova institucionalidade, adaptada às características da luta de classes no Brasil. Foi elaborada também uma nova política de quadros para o PCdoB, que lidou com as complexas e amplas possibilidades de um partido em disputa de hegemonia, amparado essencialmente numa coluna de quadros de elevado nível de formação, dedicação e compromisso com o projeto estratégico do Partido e, também, para nuclear a vida militante de base. A nova política de quadros estabeleceu parâmetros para que a atividade deles gravitasse, em diferentes condições e gradações, em torno do projeto político partidário. E venceu, ao lado da atividade de direção das instâncias, a ideia de ela constituir o centro da direção organizativa, para assegurar o êxito da política traçada e o próprio caráter e missão do Partido. O PCdoB é hoje um partido com expressivas lideranças, quadros de prestígio político e influência real em instâncias de poder ou de representação e, fora do governo, nos movimentos sociais, nas universidades, na área da cultura e da ciência, na gestão da vida partidária.

Ao mesmo tempo, o Partido promove com novas possibilidades o reavivamento do espírito militante, e busca estruturar-se desde as bases, sobretudo entre os trabalhadores. Reitera ser isso parte fundamental da manutenção de seu caráter e garantia de que o sentido de acumulação de forças tem caráter estratégico. Afirma ser isso, propriamente, uma necessidade para a luta política, visando a uma força eleitoral maior, com redutos próprios, para enraizar os comunistas junto ao povo e revivificar a sua presença nas relações sociais. Este foi o sentido

do histórico 7º Encontro Nacional sobre Questões de Partido (2011) que resultou no importante documento *Por um Partido do tamanho de nossas ideias*. Fortalecer o vigor militante e estruturar as bases partidárias depende de esforço concentrado do Comitê Central e demais instâncias. E organizar o Partido, educá-lo ideologicamente, é tarefa permanente que exige atenção de todos os quadros.

Dentre as ações decisivas para elevar o nível da intervenção e da construção político-ideológica do Partido, destacou-se a concentração de energias no trabalho de formação, comunicação e finanças, dentro do esforço geral de elevar o seu trabalho de direção em todas as frentes. É bem estruturado o trabalho de formação da Escola Nacional do PCdoB, de variados níveis – desde a base até as direções –, embora ainda insuficientemente sistêmico; e também ligado ao impulso realizador da Fundação Maurício Grabois em dar sustentação à luta de ideias em cooperação com forças avançadas do país.

Incrementou-se um sistema de comunicação de certo vulto, por meio da internet, que permite posicionar o Partido face aos acontecimentos políticos e unificar a ação da militância de modo imediato; impulsionou-se o trabalho de agitação por meio de seu órgão *A Classe Operária*, e o trabalho de identidade do Partido através da veiculação da propaganda partidária em rede nacional de rádio e TV, com a consigna “PCdoB, 65, o Partido do Socialismo”, potenciada também nas campanhas eleitorais. Ampliou-se sua base material, por meio não apenas do Fundo Partidário derivado das conquistas eleitorais, como também dos preceitos estatutários referentes à contribuição de quadros e militantes, mas especialmente pelas relações políticas que estabeleceu com as forças interessadas num Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento. Contudo, estes êxitos iniciais carecem de maior fortalecimento, sobretudo no plano dos comitês estaduais e municipais.

Numa perspectiva mais histórica, de grande importância político-ideológica, promoveu-se a sistematização da trajetória de 90 anos de

fundação do Partido Comunista do Brasil. O documento do Comitê Central *PCdoB: 90 anos em defesa do Brasil, da democracia e do socialismo* revaloriza a trajetória completa da legenda dos comunistas iniciada em 1922. Integrando-a num todo único, analisou com maturidade as sucessivas etapas e fases pelas quais se afirmou a corrente comunista no país; enalteceu e avaliou, crítica e autocriticamente, as quatro gerações que a edificaram e suas lideranças. A par disso, por meio da Fundação Maurício Grabois, desencadeou um persistente trabalho de organização e divulgação da documentação e da memória da legenda comunista.

A construção partidária foi concebida, assim, em funcionalidade com a política, derivada dela, e também com uma linha de estruturação organizativa bem definida. O PCdoB alcança 342.896 filiados registrados no Tribunal Superior Eleitoral (agosto de 2013) – que, nos doze anos desde o 10º Congresso (novembro de 2001), se elevou em 127%. O sistema Rede Vermelha, dos filiados ativos, computa 246.662 registros. Em 2013, foram realizadas conferências municipais em 1.700 cidades (aumento de 90% desde o 10º Congresso em novembro de 2001). O número de militantes participantes dos congressos partidários, alvo central do esforço, se elevou de 33.948 (em novembro de 2001), ao patamar de 108.794 (neste 13º Congresso), num crescimento de 220%. Nas grandes cidades computaram-se 2.232 assembleias de base nas grandes cidades nesta ocasião, num incremento de 12% desde 2009, além de milhares de plenárias municipais com militantes e filiados, mais as plenárias dos jovens comunistas, apontadas como indicadoras de maior qualificação da mobilização congressual. Foram constituídos coletivos nacionais como o da Cultura e o dos pesquisadores de Ciência, Tecnologia e Inovação, em curso. Foram eleitos(as) 1.318 integrantes de Comitês Estaduais, com um mínimo de 30% de mulheres, e eleitos(as) 726 delegados e delegadas, mais 327 suplentes. Duas Conferências Nacionais do PCdoB sobre a emancipação da mulher foram realizadas, com ampla participação e impacto na vida partidária. O Fórum Nacio-

nal Permanente do PCdoB sobre a emancipação da mulher constitui-se em experiência inovadora, que precisa ser aprofundada.

▼ Abertura das portas do Partido a lideranças expressivas do povo

Saltam aos olhos nessa expansão os resultados eleitorais do Partido, como já dito. Hoje, ele acumula força eleitoral gradativa e continuamente: Nas cinco eleições disputadas desde o novo ciclo político de 2003, o PCdoB está entre os que mais cresceram. Em que pese ser, em termos absolutos, ainda de dimensão pequena, o Partido vem se transformando em um dos protagonistas do jogo eleitoral, especialmente nas eleições municipais em importantes capitais do país, e tem presença na Câmara dos Deputados por 11 estados; no Senado por 2 estados; em 15 Assembleias Legislativas, e em quase mil Câmaras de Vereadores – algumas em grandes cidades –, além de 60 prefeitos e prefeitas.

A proposição de abertura para a filiação de novas lideranças de expressão, casada com as formas de acumulação mais permanentes, possibilitou ao Partido esse crescimento, bem como impulsionou outras frentes de atuação. Foi um movimento ousado, garantido pela coesão de núcleos estáveis de quadros dirigentes, ampliando a possibilidade de falar a todos os trabalhadores e a toda a sociedade, e de fortalecer o capital eleitoral do PCdoB. Isso se soma ao vínculo com os trabalhadores, jovens, mulheres – principal trunfo para o papel político do Partido na sociedade brasileira.

▼ Virtudes, vicissitudes e potencialidades do crescimento

Foi um período de novas oportunidades e virtudes, fundamentalmente positivo, mas também de pressões, envolvendo desafios e riscos, para as quais se procurou elaborar respostas políticas, ideológicas e organizativas. As virtudes, como a expansão e a maturidade verificadas, andam de mãos dadas com as vicissitudes, ambas consequência das opções

políticas feitas. As vicissitudes decorrem das condições objetivas em que se atua, são de certo modo inevitáveis para a esquerda e atuam como tendências pelo rebaixamento do papel estratégico do Partido. Elas correspondem às atuais condições de pressão contra os ideais revolucionários – postos hoje em defensiva estratégica e ideológica –, de encurtamento de horizontes políticos, fragmentação do pensamento e das identidades sociais, falta de confiança numa alternativa de sociedade. Concretamente, pesam na realidade brasileira, sobretudo, a pressão pela desmoralização da política, o sistema eleitoral fortemente baseado em lógicas personalistas e o financiamento privado de campanhas multimilionárias. Nas condições do Brasil, a luta pela afirmação partidária se dá com a singularidade da existência de uma forte organização de esquerda, o PT.

Já no plano subjetivo – como em todo processo complexo e dinâmico como são a luta política e a construção de uma força revolucionária organizada – criam-se defasagens de assimilação e implementação das linhas partidárias, que exigem vigilância e esforços permanentes pela afirmação do caráter do PCdoB. No 12º Congresso, o Partido identificou as pressões na forma de liberalismo que afrouxam compromissos: Pragmatismo que leva a perder de vista os objetivos permanentes em prol do imediato; corporativismo, que limita os horizontes de formulação de um pensamento político; e dogmatismo, que leva a uma postura defensiva frente às mudanças. Todas podem conduzir a falsas concepções e condutas espontaneístas sobre o caráter da legenda comunista. E manifestam-se como unilateralidades e deficiências na intervenção e construção partidária ou, ainda, se expressam como tendências – ao não darem o justo valor ao funcionamento das bases e trabalho dos militantes – de não se dar todo o crédito às normas da disciplina e à expressão de opiniões discrepantes daquelas firmadas pelo Partido, e a outras tendências malsãs que precisam ser enfrentadas.

As pressões atuam em toda a estrutura partidária. Para enfrentá-las, os estratos médios partidários precisam de maior apoio. Os quadros que

integram os comitês municipais e estaduais – às voltas com a aplicação da linha política e de construção partidária, para ativar a militância de base na atuação junto às massas – vivem em meio a muitas fragilidades organizativas e materiais, pessoais e coletivas. Malgrado os esforços formativos realizados, e também as diretivas da linha organizativa, carece-se de maior empenho em não se perder no cotidiano ativista sem fim, em implementar a linha política por meio da maior presença junto ao povo e movimentos sociais, bem como fazê-lo por meio das organizações de base, estruturando-as e dando-lhes vida mais intensa. Tudo isso demanda um esforço por imprimir mais têmpera ideológica na vida cotidiana do Partido. Isso só pode ser alcançado pela liderança dos quadros partidários, não apenas quanto à linha política, mas também, simultaneamente, quanto à linha de construção partidária.

A experiência concreta dos últimos anos, na quadra de análise dos documentos do 13º Congresso, mostra que tais pressões atuam não apenas na frente institucional-eleitoral, mas também nos movimentos sociais e na luta de ideias. Entretanto, dado a grande importância que tem na atualidade a luta eleitoral para a conquista de representação política institucional e instrumentos de governo, é desse ambiente que provêm as maiores pressões, com desafios especiais para coadunar núcleos reais de poder que nele se constituem, com o projeto político partidário e as decisões coletivas adotadas, e para não desequilibrar a natureza essencial do PCdoB de ser um partido de ação política de massas. A ação na institucionalidade de fato exige muito dos quadros comunistas a ela dedicados, ajuda a abrir caminhos políticos para a acumulação, mas drena energias muitas vezes em detrimento de maior investimento na vida partidária – o que pode, sem os devidos contrapesos, acentuar passivos na construção ideológica e organizativa do Partido.

A questão frente às pressões é **se e como** uma força como o PCdoB se dispõe a enfrentá-las e com que rigor. Não há omissões do PCdoB nesse terreno. A demanda vigilante existente na militância é a de fortalecer no

âmbito de todas as direções, desde os níveis intermediários, o empenho na construção política, ideológica e organizativa do Partido e elevar a eficácia de sua aplicação desde as bases organizadas. As maiores respostas dadas às vicissitudes foram as de tratar de maneira combinada três formas de luta entrelaçadas para acumular forças em caráter estratégico, portanto revolucionário, sem unilateralismos: A luta social de massas, a luta político-eleitoral e a luta de ideias, todas elas com caráter político. E, mais que isso, é a de assentar essa tríade não apenas na linha política, mas também, simultaneamente, na linha de construção partidária, fazendo-as convergir concretamente, como fundações onde se assentam as linhas de acumulação de forças. Junto a isso, trata-se de disputar ativamente as bases sociais fundamentais, a saber, os trabalhadores, a juventude e as mulheres. E seguir aprimorando o centralismo democrático, para um partido com liberdade de opinião e unido na ação concreta em cada caso.

Entretanto, o fato mais marcante no Brasil de hoje são as imensas potencialidades da realidade política, social e econômica do país e as possibilidades concretas de nova vitória eleitoral em 2014. Frente a isso, o PCdoB está bem situado politicamente, tem um rumo emanado de seu Programa e desdobrado em orientações táticas mobilizadoras e unificadoras do povo brasileiro. O 13º Congresso deve partir dessas perspectivas para atualizar as tarefas da construção partidária para o próximo período.

III – Perspectivas e a necessidade de uma nova arrancada: mais democracia, desenvolvimento e progresso social

a- Destruir e acelerar as mudanças

▼ Fronteiras fundamentais que precisam ser superadas

Do ponto de vista da estratégia do PCdoB, considerando o caminho

delineado no Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, nos últimos dez anos o país se aproximou da realização de objetivos nele contidos. Tal aproximação não significa realização plena, podendo-se mesmo considerar que o ritmo de execução de propostas de governo, convergentes com o NPND, é lento e aquém das necessidades objetivas e das possibilidades existentes. Existe inclusive a possibilidade de retrocesso, com a perda das conquistas do povo e da nação no último decênio. Muito há que se acumular para que se possa irromper no rumo da transição socialista no país – um trabalho de gerações.

Como resultado desse percurso de dez anos, o campo político progressista acumulou forças e foram criadas melhores condições para as mudanças estruturais. Trata-se de uma oportunidade histórica rara que não deve ser desperdiçada. A tarefa política central do momento é mobilizar apoio para que o governo realize as mudanças que a nação reclama, através das reformas estruturais democráticas, tendo como ideia-força o Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento.

No período atual, há três pontos fundamentais para que seja aumentada a velocidade das transformações: Ampliação da democracia; nova arrancada para o desenvolvimento; e mais progresso social.

▼ Mais democracia!

Quanto ao primeiro ponto, a ampliação da democracia, é uma bandeira que esbarra na ordem político-institucional vigente. Este obstáculo, para ser removido, requer reformas estruturais democráticas no sistema dos meios de comunicação e de representação política; no Poder Judiciário; no sistema tributário; no regime de propriedade da terra; na administração e na estrutura do Estado, visando a dar à gestão pública um caráter nacional, democrático e revigorador da participação popular na elaboração e no controle das políticas públicas. Destacam-se também as reformas: Urbana, da educação e da saúde. Deste elenco, se impôs como reivindicação candente a demo-

cratização dos meios de comunicação, do Poder Judiciário e do sistema político-eleitoral.

Há no Brasil um monopólio privado que se apoderou do domínio público da informação – pilastra fundamental do Estado. Tal fato é uma barreira para o aprofundamento democrático, pois o direito da sociedade à informação e à comunicação plural é mitigado, e restrito, porque os grandes meios de comunicação estão sob controle de monopólios, propriedades de algumas famílias ou grupos. Estes grupos julgam que podem tutelar a opinião pública, controlar a subjetividade popular com manipulações e abordagens unilaterais e parciais dos fatos. Trata-se de uma oligarquia de direita conservadora que controla as grandes redes de televisão e rádio, a imprensa escrita e os maiores portais da internet. E esse poder acentuado se expressa na formação de um verdadeiro “partido golpista”. Em grande medida, a oposição partidária foi substituída por esse complexo de comunicação. Trata-se de um nó górdio que se for desatado poderá definir, estrategicamente, a verdadeira face da democracia brasileira.

A democratização da comunicação é uma bandeira estratégica, que interage com todas as faces das lutas populares. Seu caráter transversal reforça o sentido unitário dos esforços para quebrar o monopólio midiático no Brasil e assegurar a aplicação das garantias constitucionais por meio da regulamentação dos artigos da Carta Magna que versam sobre a diversidade e a pluralidade informativa.

Agravam-se as distorções e deficiências na esfera do Judiciário. A isto se juntaram exorbitâncias de membros da cúpula do Judiciário, com decisões que ferem as prerrogativas de outros poderes. Deste diagnóstico vem a necessidade urgente da democratização do Judiciário, assegurando acessibilidade a uma justiça ágil para o povo e com controle externo. É preciso fixar mandato para os ministros dos tribunais superiores, norma que lhes possibilitará a alternância, pondo fim à vitaliciedade.

A reforma política democrática, seguidamente postergada pelo conservadorismo, é imperativa para o aperfeiçoamento da democracia brasileira, o fortalecimento dos partidos políticos e o aumento da participação do povo na vida política nacional, instituindo formas de democracia participativa e direta. É um dos antídotos contra a sistemática campanha que a grande mídia realiza para desmoralizar a política e os partidos. Para tanto, o Partido e um conjunto de forças políticas e sociais democráticas defendem o seguinte conteúdo para aperfeiçoar o sistema político-partidário: Uma reforma que assegure o pluralismo partidário, fortaleça os partidos e amplie a liberdade política; e a implantação de um novo sistema de representação político-eleitoral com financiamento público exclusivo de campanhas, e votos em listas partidárias com alternância de gênero.

A realização das reformas estruturais democráticas tem sido freada ou barrada por uma forte reação contrária da parte do *status quo* conservador. Para tais reformas se concretizarem, os partidos e os movimentos sociais que as defendem precisam persuadir e ganhar o povo quanto à sua justeza. Nesse sentido, uma forte mobilização social de conteúdo político é indispensável para fazer prosperar a agenda reformista.

▼ Mais desenvolvimento!

O segundo ponto nodal para acelerar a transição é a exigência de um desenvolvimento econômico robusto, com sustentabilidade ambiental, progresso social, valorização do trabalho e crescente redução das desigualdades regionais, que esteja à altura – nas condições atuais do Brasil – de garantir e ampliar os avanços sociais, e progressivamente, reforçar a soberania nacional.

Já ficou claro que o fomento ao consumo como forma de desenvolver o país no contexto da crise internacional do capitalismo já mostra seu esgotamento. Apesar de o consumo ser indispensável, impõe-se um crescimento econômico impulsionado principalmente pelos investimentos.

Sob uma perspectiva histórica, assiste-se ao esgotamento do chamado tripé macroeconômico (superávit primário, câmbio flutuante e meta de inflação), cuja manutenção impossibilita a capacidade de o país atingir rapidamente um nível de 25% na relação investimento/ PIB – o que impede a consecução de uma política agressiva de crescimento econômico pautado pelos investimentos. E também não se criaram ainda certezas de que os investimentos produtivos possam ser remunerados satisfatoriamente num país tão moldado com a lógica do capital rentista de curto prazo. Mas há também problemas sérios que limitam a capacidade de investimentos públicos e de quaisquer outros: As espantosas dificuldades para a execução orçamentária, exigências burocráticas, jurídicas e ambientais, muitas vezes despropositadas. Na prática, são expedientes que travam o desenvolvimento do país.

Além do crescente investimento público, dado o estágio das forças produtivas no Brasil, elevar o investimento privado por meio de concessões é uma necessidade. Em qualquer caso, a concessão deve resguardar a soberania nacional, os interesses populares, a qualidade do resultado e os direitos dos trabalhadores. A infraestrutura e o setor de energia são casos que demandam ocupação de espaço pela iniciativa privada, principalmente a nacional, para alavancar e modernizar o desenvolvimento e sanar os graves gargalos que perduram há décadas.

As concessões não significam privatização, dado o poder concedente que o Estado pode exercer em contratos com metas, condições de desempenho e prazos fixados. Em torno desta medida, setores “privatistas”, entre outros, para confundir, colocam um sinal de igualdade entre privatizações e concessões. Nesta polêmica se ressalta a questão da propriedade, pois quando se concede a um grupo uma estrada, ou um porto, ou um campo de petróleo, ou um aeroporto, a propriedade do mesmo continua pública e o Estado assina um contrato com obrigações, por tempo determinado.

Ainda é parte fundamental da estratégia de desenvolvimento nacional o avanço continuado e sistêmico da ciência, tecnologia e inovação. Portanto, é imprescindível dinamizar e criar estruturas que deem base para o desenvolvimento científico e tecnológico autônomo do país. Entretanto, parte significativa da inovação tecnológica se consegue através da capacidade financeira de obtenção do que de mais avançado se produziu no exterior para em seguida processarem-se, nos centros de pesquisa, tecnologias necessariamente acopladas e integradas à grande produção industrial, a chamada “engenharia reversa”, algo que não ocorre no Brasil.

No fundamental, o problema é financeiro e macroeconômico. Financeiro porque deve haver condições financeiras para se entrar com força no mercado internacional de novas tecnologias – como fazem a China e a Índia com muito êxito. E também macroeconômico porque, com o crédito encarecido, o setor privado perde capacidade de investimento.

▼ Mudança da orientação macroeconômica – condição para maior investimento e pleno desenvolvimento

O avanço do Brasil depende de novos marcos em políticas monetária, cambial e fiscal, capazes de acelerar o crescimento econômico, direcionando amplos recursos para os seguintes objetivos: Recuperação e ampliação da infraestrutura; exploração do pré-sal; e retomada e aprofundamento do processo de industrialização. Um maior crescimento só é possível com uma taxa de investimentos maior. Esta taxa tem sido baixa já faz algum tempo, tanto em relação às taxas de investimentos de outros países em desenvolvimento assemelhados ao Brasil, quanto em relação à própria média histórica brasileira.

Os problemas com a inflação não podem ser subestimados, e é fundamental mantê-la sob controle. Todavia, o PCdoB defende que o governo deve usar nesse controle outros instrumentos e não apenas a taxa básica de juros da economia. Trazem consequências graves para o país

as políticas que absolutizam a inflação como único problema econômico e que elegem a taxa de juros como único remédio para corrigi-la.

Por sua vez, o câmbio brasileiro continua muito sobrevalorizado. O Banco Central tem feito intervenções visando a evitar uma valorização maior do Real, mas prevalece seu caráter flutuante. Calcula-se que entre 1995 e 2011 a taxa de câmbio tenha sido valorizada em cerca de 40% em relação ao dólar americano, inclusive levando-se em conta os ganhos de produtividade na economia brasileira em relação às demais. Este câmbio valorizado tem sido o principal responsável pela não-elevação da taxa de investimentos e pelos percalços enfrentados na indústria.

O PCdoB vai formando a convicção de que, nas condições atuais do mundo, o câmbio competitivo é uma das principais determinantes do crescimento econômico, sem necessariamente provocar inflação. O alcance desta meta requer da parte do governo um processo de controle em curto e médio prazo, não se confundindo, portanto, com oscilações bruscas da moeda provocadas por ataques especulativos.

Outro problema está relacionado com o crescente déficit em transações correntes que teve início em 2008. Esses déficits vinham sendo cobertos, entre outras fontes, pelo alto volume de investimentos estrangeiros diretos que, entretanto, começaram a declinar.

Quanto à política monetária, a taxa de juros real brasileira – embora tenha sido reduzida a taxa básica de juros Selic – continua alta em relação a países mais desenvolvidos. No Brasil, ainda há enormes diferenças entre a taxa básica e as taxas praticadas pelos bancos nos empréstimos a empresas e consumidores.

É imperioso reformar e regulamentar o sistema financeiro para que se estabeleça um sistema de crédito voltado para o financiamento da produção e o fomento ao desenvolvimento. Rechaçar as pressões dos especuladores e manter taxas de juros que favoreçam o crescimento também é um dos principais fatores para o crescimento econômico brasileiro. Mas, para se ter em conta que essa “guerra” ainda não foi

vencida, vale destacar que foi deflagrada uma campanha pelos círculos dominantes financeiros, sob o argumento de combate à inflação, que resultou no reinício, desde abril de 2013, do aumento consecutivo da taxa básica de juros.

A chamada questão fiscal também é alvo de disputa. O caminho da austeridade fiscal e do aperto monetário é nocivo ao desenvolvimento do país. A recorrência neste caminho demonstra que ainda se vivem dilemas na esfera da política macroeconômica e o país também se ressentete da permanência de “contratos” remanescentes do período neoliberal.

▼ Mais progresso social!

Para acelerar as mudanças, o terceiro ponto que se destaca é o avanço das conquistas sociais. Êxitos iniciais foram alcançados, mas ainda é dramática e sofrida a vida da maioria dos brasileiros. Avançar nesse terreno exige a realização de reformas, com o simultâneo crescimento da geração de mais e melhores empregos e da elevação contínua da participação da renda dos trabalhadores na riqueza nacional. Quem paga mais impostos são os pobres e os trabalhadores. Por isto, impõe-se uma Reforma Tributária progressiva, que tribute mais os detentores de fortunas, estabeleça tributação especial sobre a especulação e o rentismo e seja direcionada para a redução das desigualdades sociais e regionais.

Para dar resposta às péssimas condições de vida nas cidades, é inadiável o fortalecimento dos municípios e a Reforma Urbana, que garanta direitos e serviços, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade urbana, principalmente o transporte público de qualidade e com baixas tarifas. É preciso combater a especulação imobiliária; e prosseguir, com metas ainda mais ousadas, com os programas que visam à garantia de moradia digna a milhões. Tornar realidade a aplicação do Estatuto da Cidade, garantir ao povo o direito a uma vida com paz e segurança. Para tanto, fortalecer a segurança pública, e realizar ações prioritariamente preventivas e de repressão à violência criminal e ao

narcotráfico, assim como combater a violência policial e os abusos de autoridade. No enfrentamento à violência, também se destacam os programas de proteção e a criação de oportunidades à juventude, em especial para os pobres e negros, com vistas a eliminar os altos índices de homicídio nesta faixa etária. Opor-se às propostas de redução da maioria penal. Ampliar o alcance das políticas e leis que visam a combater a violência contra a mulher; e também fazer valer, na prática, os dispositivos do Estatuto do Idoso.

Quanto ao direito do povo à saúde é inadiável o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), melhorando a atenção básica e garantindo o controle público e social sobre a gestão do SUS para que seus milhões de usuários tenham direito a um atendimento ágil, de qualidade e humanizado. Avançar nas políticas de acessibilidade visando assegurar e ampliar direitos e serviços voltados para pessoas com deficiência.

Melhorar a educação pública e gratuita em todos os seus níveis com mais investimentos. A valorização dos profissionais de educação com salários dignos e boas condições de trabalho é uma meta importante.

A finalidade principal de o país imprimir à sua economia um crescimento robusto e acelerado, para o PCdoB, é a elevação da qualidade de vida do povo. Para que o país tenha mais progresso social, além da realização articulada de um conjunto de reformas e o fortalecimento dos serviços públicos, com valorização dos servidores e suas carreiras de Estado, são necessárias a defesa e a luta por um Estado democrático, laico, inovador, que garanta ampla liberdade para o povo, combata preconceitos e discriminações e assegure os direitos humanos.

▼ Desenvolvimento sustentável

A incorporação do meio ambiente como fator estruturante do Novo Projeto Nacional do Desenvolvimento expressa a importância que o Partido Comunista do Brasil confere à questão ambiental como parte integrante de um novo salto civilizacional. Ao conceber essa convicção,

o PCdoB se alicerça na teoria marxista para a qual o ser humano é parte da natureza e com ela deve dialogar ininterruptamente “se não quiser morrer”. E na relação do homem com o restante da natureza o marxismo privilegia o ser humano.

As diversas dimensões da formação econômico-social e ambiental fazem parte de um todo e não podem ser tratadas isoladamente. Por isso, o PCdoB combate tanto o desenvolvimentismo predatório, que trata o desenvolvimento isolado dos problemas sociais e ambientais, quanto o preservacionismo ou santuarismo, que trata o meio ambiente isolado dos problemas econômicos e sociais. O PCdoB defende o direito ao desenvolvimento. E não é possível desenvolvimento sem alterar a natureza. Todavia, esta intervenção deve ser feita com base em novos padrões de desenvolvimento levando-se em conta as questões ambientais e sociais.

Com base nesses fundamentos, o PCdoB formula uma proposta de luta ambiental que compreende os seguintes itens: Luta em defesa do desenvolvimento sustentável soberano, integrado pelos seus “quatro eixos”, econômico, social, cultural e ambiental; defesa da Amazônia e do seu desenvolvimento sustentável, entendendo-a como parte destacada do Projeto Nacional; aproveitamento sustentável do potencial energético do Brasil; defesa da biodiversidade; defesa da água como bem público; soberania alimentar; defesa de um meio ambiente urbano saudável; defesa do princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas” entre os países.

▼ Expansão da produção de energia

E agora um ponto crucial: A arrancada desenvolvimentista requer bem mais energia. Para atingir o objetivo referido, o Estado precisa desenvolver sua tríplice função de produtor de energia, indutor do crescimento energético e regulador. Deve também articular o uso de fontes diversificadas, com o uso das fontes disponíveis e das cha-

madras “fontes alternativas”. E deve ainda preservar características de sua matriz atual, das mais limpas do mundo: petróleo (36,7%); hidrelétrica (14,8%); gás natural (9,3%); carvão (6,2%); urânio (1,4%); e biomassa (31,8%).

Para alcançar esses objetivos, as seguintes indicações devem ser observadas: Manutenção do destaque para a fonte hidráulica, que implica a construção de grandes usinas, como as três em implantação na Amazônia; opção por hidrelétricas pequenas ou médias, próprias para regiões planas; rigor socioambiental; expansão da exploração e produção petrolífera, nas vastas áreas das bacias sedimentares terrestres e marítimas e também no pré-sal; aumento do uso da biomassa, incorporando avanços tecnológicos que permitam o surgimento de complexos integrados bioenergéticos, que produzam açúcar, etanol e eletricidade, com base no bagaço; uso do etanol celulósico; aumento do emprego do gás natural, que saia dos 10% atuais na matriz para 15% em 2030, como prevê a Empresa de Pesquisa Energética (EPE); incremento do GNL, o gás natural liquefeito, a partir da conclusão dos terminais do Rio de Janeiro, do Ceará e Bahia; aumento da fonte nuclear, não permitindo que o Brasil continue com 1,4% de participação dessa fonte em sua matriz, enquanto a média do mundo é de 6,4% e a dos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) de 10,7%, afinal o país tem a sexta maior reserva de urânio do planeta e a única jazida desse mineral em operação na América Latina; e apoio às “fontes alternativas” com destaque para a eólica, que já conta com potência instalada de 1,1 MW, aproximadamente o mesmo que uma usina de Angra dos Reis, mas que pode chegar a níveis bem maiores, justificando já ser referida como o “pré-sal dos ventos”.

▼ Indicações para uma estratégia de desenvolvimento

A experiência dos últimos 10 anos no Brasil – bem como a de outros países em desenvolvimento, onde avançou uma alternativa de cres-

cimento econômico contraposta à do neoliberalismo – demonstra que a alternativa desenvolvimentista ganha força nesta época de crise do sistema capitalista e de guerra cambial desencadeada pelos países capitalistas “centrais”. Dessas experiências, podem ser resumidas as seguintes indicações: Taxa de câmbio administrada e competitiva, como instrumento de planejamento do comércio externo sob controle do Estado nacional; controle dos fluxos de capital externo buscando coibir ataques especulativos; política de juros que ajude a financiar o crescimento e a estimular o consumo, visando à ampliação do mercado interno, alinhada com as taxas praticadas no exterior; política industrial ativa com absorção e desenvolvimento de tecnologia avançada; forte sistema financeiro público, capaz de fazer valer os interesses do crescimento econômico da nação; parceria estratégica com países com interesses econômicos e políticos similares aos do Brasil.

▼ Bloco de afinidade de esquerda – para mudanças mais consequentes

As forças políticas progressistas têm diante de si uma quadra histórica favorável que decorre do entrelaçamento de fatores positivos externos e internos. Externamente, a prolongada crise estrutural do capitalismo, contraditoriamente, abre uma oportunidade para países como o Brasil seguirem um caminho próprio. O fator interno deriva de uma década de luta por mudanças que acumulou condições em novo patamar para maiores transformações. Desse modo, crescem a responsabilidade e o papel histórico das forças mais consequentes, de esquerda, no Brasil e no vasto continente latino-americano, que avançam no sentido da luta anti-imperialista e progressista.

De uma realidade pluripartidária diversificada têm se formado coalizões amplas, heterogêneas – e por vezes instáveis –, para a reconhecida necessidade de se formar um governo que tenha maioria no Congresso Nacional. Tal realidade condiciona uma resultante política

que produz o nível das mudanças até aqui alcançadas. É grande o empenho do Partido dos Trabalhadores (PT), no centro do governo, para fazer prosperar o curso democrático e social, apesar de suas limitações decorrentes da heterogeneidade de sua composição e organização política.

Entretanto, agora – para o passo adiante, com mudanças de fundo, para que se complete a transição rumo a um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, na concepção programática do PCdoB – os desafios são ainda maiores; o que exigirá grandes embates políticos. As grandes manifestações juvenis e populares de junho soaram como alerta de que as conquistas precisam rapidamente avançar, uma vez que o Brasil continua sendo um país muito injusto e desigual, o que provoca tensões sociais permanentes. Para que o povo vença esses grandes confrontos, cresce a exigência e ganha corpo a justificada aspiração de que a elas se agreguem as correntes políticas, as lideranças atuantes em várias legendas, as personalidades de diversos setores da sociedade. Enfim, que se unam todos quantos tenham compromisso e afinidade com as bandeiras da esquerda, em contraposição às tendências conservadoras e retrógradas da sociedade atual.

Esta unidade visa à construção de um grande bloco político no âmbito dos parlamentos, nas esferas de governo, no seio dos movimentos sociais e da intelectualidade. *Este grande bloco de afinidades de esquerda*, assim compreendido, poderia de forma pactuada estabelecer uma plataforma comum, simples e objetiva, que indicasse as mudanças acordadas para impulsionar o quarto governo deste ciclo político, tendo como referência reformas na superestrutura político-institucional, na estrutura do modelo de desenvolvimento econômico, nos novos passos da inserção soberana do Brasil no mundo atual e da integração soberana e solidária do Continente.

Para a constituição desse bloco, o PCdoB propõe referências para um programa comum imediato – questões necessárias para um maior avan-

ço democrático e para uma estratégia de crescimento que garanta desenvolvimento sustentável, robusto e acelerado, capaz de garantir conquistas ainda maiores na esfera social e na afirmação da soberania nacional.

Nesse sentido, tomam especificidade atual, entre outras questões: A democratização dos meios de comunicação e do Poder Judiciário; a reforma política democrática; a reforma tributária progressiva; a atualização e realização da reforma agrária; o apoio à agricultura familiar; a política cambial e monetária voltada para a elevação das taxas de investimento e o pleno desenvolvimento econômico nacional; medidas atuais para expandir e acelerar a produção energética e a edificação da infraestrutura. Quanto às bandeiras candentes entre os trabalhadores e o movimento social, se destacam, entre outras: Jornada de trabalho de 40 horas semanais, sem redução do salário; e revogação do fator previdenciário. A elas se agregam as reivindicações que foram reforçadas pelas manifestações de junho: pautas relativas à mobilidade urbana e a inadiável Reforma Urbana, que deem resposta ao agravamento das condições de vida nas cidades, com destaque para o transporte público de qualidade e eficiente; combate às opressões e discriminações que desrespeitem a liberdade religiosa e a livre orientação sexual; 10% do PIB para a educação; 10% das receitas correntes brutas da União para a saúde. A recente lei que destina 75% dos *royalties* do petróleo para a educação e 25% para a saúde é um passo importante para atingir este objetivo, que só será alcançado com maiores investimentos.

A oposição de direita e a grande mídia tentaram ao máximo explorar as manifestações de junho para exacerbar a luta política contra o governo Dilma. Na avaliação do PCdoB, esse acirramento sublinha a necessidade da formação de um novo pacto entre as forças políticas e sociais progressistas. Desse modo, adquire maior importância e atualidade o esforço para a construção do bloco que reúna as forças com afinidades de esquerda, que possa dar consequência à aceleração das mudanças estruturais.

O Partido enxerga com nitidez o alcance dos grandes embates políticos que, na atualidade, se colocam diante dos trabalhadores e da Nação. Estão em jogo opções que, para o PCdoB, não se encerram no imediato, mas têm sentido estratégico na concretização do magno objetivo das forças avançadas: A conquista de um país soberano, democrático e socialista, cuja construção seja resultado de um caminho próprio, brasileiro.

b- Perspectivas atualizadas para a edificação partidária

À luz das potencialidades, os desafios mais marcantes são os de fortalecer o PCdoB como partido combativo, de pensamento e ação política de massas realmente influentes, com eleitorado próprio e maior presença nas disputas eleitorais – o que demanda ampla estrutura militante organizada e renovação dos vínculos com a luta de massas. Para isso, cumpre compreender a construção partidária como um todo, em cada frente e dimensão, como parte do labor cotidiano de cada quadro, para fazer crescer o PCdoB com a têmpera de reavivamento do espírito militante, manter bem definidas as fronteiras do que é ser militante comunista, e consolidar a noção de direções capazes, compromissadas, coletivas e coesas em seu agir. Em síntese, conjugar judiciosamente a vida militante, a direção coletiva, a democracia interna e o centralismo democrático, formar os quadros e estruturar o Partido pelas bases.

Este 13º Congresso, no que diz respeito às tarefas de construção partidária, deve colocar o Partido à altura do atual nível de embate político no país, confrontar as deficiências e potencializar seu papel. Está no horizonte um Partido de várias centenas de milhares de membros.

Nos últimos congressos, cumprimos exemplarmente o horizonte desafiador que nos foi legado pelo 10º Congresso (2001) de “lutar para construir um Partido combativo, unido, influente política e eleitoral-

mente, imerso na luta política, social e de ideias, apto a lutar pela hegemonia no rumo de seu projeto programático; combinar de forma justa a atuação dos quadros na esfera político-institucional no seio do Estado vigente com a perspectiva estratégica de acumulação de forças para mudanças profundas na sociedade; alcançar uma estável e extensa militância, coesa, estruturada em organizações de base enraizadas na luta dos trabalhadores e do povo brasileiro”.

Essa consigna segue atual, permanece em pauta e hoje implica:

a. Impulsionar a capacidade estratégica de pensar o país com base no Programa Socialista. A vida do Partido é a luta pela aplicação de seu Programa, levando ao povo a esperança para o cotidiano e o futuro com vistas a uma perspectiva mais avançada, o socialismo. O Programa define o lugar e papel político do PCdoB e o de diferenciação objetiva de suas ideias como força revolucionária de esquerda. Os comunistas devem despertar as energias transformadoras dos trabalhadores e de todo o povo, ligando as lutas cotidianas à luta pela consecução do caminho programático.

b. Manter o foco na combinação entre as formas de luta políticas, sociais e de ideias para acumulação estratégica de forças, em especial entre trabalhadores, juventude e mulheres, além de alargar a influência partidária nos meios científicos e culturais, na intelectualidade progressista. Todas elas interagem frente às condições e natureza do processo político em curso no Brasil, para enfrentar a prioridade de elevar a força eleitoral do PCdoB. Igualmente, precisa ser despertado o ímpeto político e politizador dos líderes comunistas, destravando mentalidades defensivas subsistentes, por uma realista aspiração de poder e maior representação parlamentar e nos governos. Portanto, é preciso manter a ousadia dos projetos eleitorais, disputando cargos majoritários e de representação parla-

mentar, constituindo chapas próprias que garantam quociente eleitoral, indispensável para aplicar plenamente a concepção de alianças amplas, e perseverar na abertura do Partido a novas lideranças.

c. Aprimorar a unidade partidária e sua mobilização organizada. O centralismo democrático é o vértice concreto das vertentes da unidade: O Programa, o Estatuto e o projeto político definido. Hoje se exige crescente maturidade de métodos e formas para fazer das eventuais discrepâncias no Partido não o estímulo à divisão, mas uma fonte de emulação de um pensamento criador e compromissos assentados em torno de projetos políticos, em debates devidamente realizados nas instâncias partidárias.

d. Enfrentar, no plano ideológico, a pesada investida contrarrevolucionária dominante, que dissemina a resignação, impotência, abandono da luta e da identidade comunista, e empreende a tentativa de estigmatizar e desmoralizar as forças revolucionárias, amoldando-as à ideologia dominante. No âmbito da nova luta pelo socialismo, ao lado dos esforços por superar a crise teórica, se requerem novas formas de luta ideológica, com o enriquecimento do marxismo-leninismo, linguagem contemporânea, e atenção a fenômenos sociais, culturais e políticos como o da revolução na área da informação. Nela, se insere a defesa da essência e identidade do Partido Comunista, como parte da luta por credenciá-lo como alternativa política concreta, sem se isolar e se transformar numa seita desligada da realidade. Ao contrário, é necessário trabalhar para que a mensagem dos comunistas chegue à maioria do povo.

e. Perseverar em cumprir a *Carta-compromisso* do 7º Encontro Nacional sobre Questões de Partido, por um partido de amplas fileiras de membros, centenas de milhares, realmente organizado em bases

de militantes, nas maiores cidades do país, reforçando o trabalho teórico-ideológico de formação dos comunistas, estimulando o estudo individual e a participação nos cursos da Escola Nacional do PCdoB, e partindo dos esforços por consolidar os comitês municipais com apoio dos comitês estaduais.

f. Reforçar as medidas contra as pressões pelo rebaixamento estratégico do papel do Partido:

1. O maior esforço atual é o de todos os quadros assumirem a construção partidária, em todas as dimensões, por parte de todas as instâncias. Isso significa que, para além da linha política, todos precisam se apropriar da linha de construção partidária. Mais que isso, todos eles precisam liderar não apenas o discurso político, mas também o da edificação ideológica e organizativa partidária perante o coletivo, e integrar cada esfera de ação nesse esforço comum. Ligar a organização à consecução da política, de fato, mas fazer com que a direção política seja mobilizadora da estruturação partidária, pois não podem ser separados os esforços da linha política e os da linha de construção partidária.

2. Segue premente a necessidade de ligar a atuação de quadros partidários em funções de todos os tipos – à frente de governos, parlamentos, nos sindicatos e demais instâncias do movimento social – ao primado do projeto político do Partido, às pautas e agendas das direções. De modo especial, os quadros de maior expressão política é que devem dar os melhores exemplos nessa matéria, e deve ser aprimorado o modo como os que atuam em governos – portanto, sujeitos ao programa de gestão e pauta governamental – se situam.

3. Ampliar as energias dispostas para o trabalho de direção de um Partido grande e complexo. O balanço de direção do 13º Congresso deverá fornecer subsídios indispensáveis para tanto. Ao lado do fortalecimento de todas as frentes de direção, destacam-se: a) As exigências de maior e mais diversificado trabalho de formação política e ideológica tendo por centro a teoria marxista-leninista e o Programa Socialista; e b) o exercício de maior controle político da atividade partidária num partido em expansão, que implica reforçar o trabalho de direção geral por meio das comissões políticas e reforçar a direção concreta no trabalho de organização, ou seja, instituir novos modos de direção organizativa, ajustando para tanto o perfil e a atividade dos Secretários de Organização.

4. No âmbito dos comitês intermediários impõe-se fortalecer a ideia de que não há como edificar uma força política com o caráter do PCdoB sem que a isso se dediquem quadros abnegados, dispostos a assumir a tarefa principal de conduzir o Partido, exaustivamente, pelo tempo determinado dos mandatos de direção, promovendo sempre a renovação e alternância de funções, para que a relevante missão de dirigente municipal tenha representatividade com influência de massa. Somente haverá organizações de base ativas com o devido empenho para escalar quadros com a missão de estruturá-las, se for vinculado este esforço às pautas e agendas políticas mobilizadoras do povo. Os comitês estaduais, no plano organizativo e ideológico, têm antes de tudo a responsabilidade de apoiar o esforço dos comitês municipais nesse rumo. Segue aí, nas direções intermediárias, o elo fundamental a se reforçar para o próximo período de edificação do PCdoB no país.

5. Frente a cada uma dessas exigências, é central extrair todas as consequências da política de quadros para a atividade de direção do Partido. Ainda não se logrou alcançar o patamar necessário para isso desde o 12º Congresso (2009). Foi criada a política de quadros inovadora, mas faltam meios e instrumentos que vitalizem sua aplicação integral, ou seja, a ela será preciso desenvolver maior poder de indução em todo o Partido, para que seja instituída como o centro da direção organizativa envolvendo o conjunto da direção. O PCdoB está bem apetrechado com linhas políticas, ideológicas e organizativas para superar – com perseverança e concentração – os desafios apontados. Eles precisam ser vencidos para elevar o papel e o lugar políticos dos comunistas, e para levar esperança ao povo trabalhador de que pela frente há uma jornada excepcional, transformadora para um novo salto civilizacional na trajetória do Brasil. Edificar o PCdoB, ontem como hoje, tem um sentido de missão: sem uma força revolucionária organizada não há efetivamente a luta transformadora pelo socialismo.

SEGUNDO TEMA

Balanço e tendências da crise estrutural e sistêmica do capitalismo, do mundo em transição, e da nova luta pelo socialismo

I – A prolongada crise sistêmica e estrutural do capitalismo contemporâneo

a- A caracterização da atual crise do capitalismo

A atual crise do capitalismo é sistêmica e estrutural, multifacetada e ameaçadora, e expressa a dominância da financeirização e a exacerbação do papel e do lugar do capital fictício. Trata-se de uma crise longa, que já dura mais de cinco anos, de impacto global, e que em muitos aspectos quase rivaliza com os impasses da Grande Depressão dos anos 1930. Desnuda-se, nesta crise, as contradições cruciais da dominação do capital, nos âmbitos social e ambiental. Ameaças e retrocessos golpeiam as liberdades, os direitos, a paz e a soberania dos povos. De início, cabe ressaltar que os eventos desta crise atual trazem de volta dois elementos fundamentais para a causa socialista: a demonstração reiterada das contradições e limites da economia capitalista; e a atualidade e vigência das proposições teóricas centrais de Karl Marx e Vladimir Lênin.

É uma crise que não pode ser destacada do seu contexto global e histórico. O capitalismo contemporâneo, que entra nessa grande crise no século XXI, tem suas bases, trajetória recente e conflitos

assentados no decurso do tempo, destacando-se três momentos cruciais, a saber:

- 1) o crescimento econômico do pós-Segunda Guerra Mundial;
- 2) a crise da década de 1970, inclusive o fim do Acordo de Bretton Woods; e
- 3) nas últimas décadas, o arranjo do neoliberalismo, da financeirização, concentração e centralização de capitais, no contexto da reestruturação econômica mundial, além da incorporação de novos espaços econômicos (ex-URSS e Leste Europeu).

A crise foi deflagrada em 2007, depois das dificuldades crescentes do setor imobiliário dos Estados Unidos, sobretudo pelo colapso da financeirização associada ao mercado de hipotecas *subprime*. Os problemas desdobraram-se, engolfando a economia real dos EUA, e espalhando-se de imediato para a Europa. Tal crise mudou de qualidade, assumindo dimensões globais e sistêmicas, a partir de setembro de 2008, com a quebra do tradicional banco de investimentos norte-americano Lehman Brothers, com US\$ 600 bilhões de ativos, colocando o sistema financeiro global à beira do abismo. Em 2010, uma nova fase dela foi aberta pelas dificuldades bancárias e, em seguida, por dificuldades fiscais, na Europa, terem desafiado o Euro e a própria União Europeia. Nos Estados Unidos, 468 bancos e instituições financeiras faliram, entre 2008 e o início de 2013 – com a falência de quatro dos cinco maiores bancos de investimento dos EUA. Com isso, acentuaram-se a concentração e a centralização do capital, especialmente nos EUA e na União Europeia.

▼ Os impasses da crise do capitalismo e o desenvolvimento desigual

A mundialização produtiva e a liberalização financeira e comercial

facilitaram a rápida propagação da crise. O capitalismo é um sistema econômico mundial e, por isso, mesmo com seu epicentro nos Estados Unidos, e desdobrada para a Europa, ela também atingiu, de forma diferenciada, os países em desenvolvimento, inclusive as chamadas economias emergentes, entre as quais os Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Apesar de atingidos pela crise, os chamados emergentes é que estão garantindo algum dinamismo à economia mundial. Esse é o fenômeno que mais evidencia o desenvolvimento desigual do capitalismo na atualidade. A queda das exportações, a contração do crédito e alguma forma de contágio das quebras financeiras – além das próprias repercussões das medidas econômicas adotadas pelos países de capitalismo mais avançado (a exemplo do chamado tsunami monetário, a massiva emissão de moeda, flexibilização quantitativa, do Fed, o Banco Central dos EUA) – são efeitos globais que afetam, em maior ou menor grau, o conjunto dos países.

A crise do capitalismo acelera tendências presentes na economia mundial. Assim, o Leste e o Sul da Ásia se consolidam como um novo polo dinâmico da economia mundial, integrado por sociedades de diferente caráter. Na década de 2000, a China socialista consolidou-se como o centro da crescente integração industrial da Ásia. As empresas asiáticas ganharam mais competitividade, em contraste com as crescentes dificuldades para a produção nos países capitalistas mais desenvolvidos. Incorporando imensas quantidades de valor, criadas por grandes e novas massas de força de trabalho nos países em desenvolvimento, sobretudo na Ásia, a produção e o comércio globais ampliaram-se, cada vez mais, desde os anos 1980.

A atual crise expõe as debilidades estruturais da economia dos Estados Unidos do ponto de vista quer da sua indústria manufatureira, quer de seu sistema bancário ou ainda do seu mercado financeiro – além das crescentes dificuldades na sua liderança política internacional, evidenciando a forma relativa, complexa e gradual do declínio histórico

da superpotência imperialista. Os EUA deixaram de ser a locomotiva da expansão produtiva mundial, mantêm gigantescos déficits gêmeos – nas transações correntes externas, especialmente na balança comercial, e nas contas públicas –, resultando em imensa dívida externa e dependência das entradas estruturais massivas de capitais estrangeiros, o que revela o seu parasitismo. A sua dívida pública líquida saltou de 43% do PIB, em 2007, para quase 100%, no início de 2013. Nessa situação, o relançamento de seus investimentos para a sua meta de reindustrialização é um desafio muito difícil.

A despeito desse quadro geral, os Estados Unidos experimentaram, a partir de meados dos anos 1980 – não obstante a quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1987 e das breves recessões de 1991-92 e de 2001 –, certo crescimento econômico e avanços na produtividade social do trabalho, com momentos de recuperação da lucratividade das corporações não-financeiras. Os EUA contam com importantes recursos como:

- 1) ainda possuem moeda-reserva internacional, o dólar, a despeito de seu enfraquecimento, inclusive pelo crescente endividamento externo – o que vem implicando uma gradual diversificação de acúmulo de divisas e novas relações monetárias alternativas interpaíses, em especial entre os Brics;
- 2) a praça financeira –Nova Iorque –, que centraliza metade dos negócios financeiros do mundo;
- 3) a força, ainda que relativamente declinante, em ciência e tecnologia;
- 4) e o maior sistema industrial-militar do mundo. Na crise, sobretudo nos seus momentos mais agudos, há uma fuga dos capitais no mundo para a suposta segurança do dólar e dos títulos do tesouro

dos Estados Unidos, que pagam as suas dívidas com a sua moeda nacional, emitida de acordo com seus interesses e conveniências.

Os Estados Unidos ainda detêm quase 1/4 do produto mundial, exercem forte papel como demandantes de mercadorias e serviços no mundo, e tomam iniciativas em vários campos. O governo Barack Obama vem enfatizando a necessidade de mais inovação tecnológica e de uma reindustrialização de seu país. E está em curso nos EUA uma tentativa de enfrentamento da vulnerabilidade energética com o petróleo e o gás extraídos de xisto, e outras novas tecnologias geradoras de energia.

Os EUA promoveram a desvalorização cambial, para tornar mais competitivas suas exportações e impulsionam novos acordos de livre comércio. A União Europeia e o Japão também apelam para as desvalorizações cambiais competitivas; e o imperialismo estadunidense aposta em novas iniciativas: a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento, proposta de acordo comercial e de investimento com a União Europeia, e a Parceria Transpacífica. Nesta última tentativa, pretende-se agregar os países do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), EUA, Canadá e México, e as economias da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean). O Japão, em dificuldades econômicas desde os anos 1990, deve aderir; e alguns países latino-americanos também fazem parte da Parceria Transpacífica, entre eles o México.

Hoje, no mundo, destacam-se as relações econômicas entre os EUA e a China, cujo conteúdo é marcado por complementaridades e crescentes disputas. A dinâmica deste processo tem levado ao fortalecimento da China e ao declínio relativo dos EUA, e essa é a relação nodal para compreendermos a transição em curso no sistema de poder internacional. Essa dinâmica se acelera com a crise em curso, porque a China, além da sua solidez estrutural, pratica políticas macroeconômicas que protegem sua economia. Há mais de 30 anos, assiste-se a uma vertigi-

nosa ascensão econômica da China, que se consolidou como a segunda maior economia do mundo.

▼ A expansão global do capital financeiro e da produção industrial

As condições da produção capitalista global são o leito subjacente das origens e causas primárias da *débâcle* econômica dos últimos seis anos. Marx lembrava que as crises, muitas vezes, aparecem ou começam como distúrbios monetários e financeiros. A atual crise, pela sua extensão e profundidade, possui determinantes persistentes há décadas, e problemas imediatos. Nos EUA registrou-se, nos anos 1970, uma conjuntura de queda da taxa de lucro, além da recessão de 1974-75, que se estendeu para a Europa Ocidental. Naquele decênio, intensificou-se o processo de deslocamento do capital produtivo norte-americano para os países em desenvolvimento. O avanço da industrialização nos países da chamada periferia expandiu as oportunidades de investimento, o acesso a recursos e a penetração em novos mercados para o capital produtivo dos países de capitalismo mais desenvolvido, sobretudo dos Estados Unidos.

Após a crise de 1981-83, esses capitais, sobretudo através dos principais grupos empresariais, impulsionaram a reestruturação produtiva no mundo, levando a uma nova divisão internacional do trabalho. A globalização neoliberal resultou em maior abertura e maior interpenetração entre as economias para os fluxos de investimento direto e mercadorias, com novas formas do desenvolvimento desigual do capitalismo. A Ásia, nas últimas décadas, elevou os níveis do crescimento econômico mundial, como se fosse uma compensação para o ritmo contido das economias dos países capitalistas mais desenvolvidos.

Agora, nesta crise, aumentou ainda mais a internacionalização dos investimentos produtivos sem direção aos países chamados emergentes, e a partir destes. Assim, do total de investimento estrangeiro direto

(IED) no mundo, os Brics receberam 20% e exportaram 9% do total mundial, em 2012. Já no ano 2000 esses países tinham atraído 6% e investido 1% do IED no mundo, segundo a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad). E, dentre os Brics, a China foi o destino de 46% e o Brasil, de 25%, do IED, em 2012.

No caso dos EUA, conforme sua condição de potência imperialista, a exportação de capitais viabiliza a extração de valor de países em desenvolvimento, em um quadro de fluxos crescentes das rendas recebidas de seus investimentos diretos, originados das filiais de suas corporações no exterior. No ano em que foi deflagrada a crise (2007), os lucros recebidos do exterior pelos EUA alcançaram 45% dos lucros da indústria situada no próprio território estadunidense.

Na medida em que avançou, globalmente, a acumulação de capital – isto é, os investimentos sucessivos e ampliados na produção –, era de se prever e esperar, de acordo com a teoria marxista, a queda da lucratividade. Essa viragem negativa do desempenho econômico foi explicitada, na forma de crise, inicialmente localizada nas condições produtivas relativamente mais precárias nos Estados Unidos em 2007-2008. A trajetória de aumento da produção mundial, desde a década de 1980, e, sobretudo, a sua aceleração entre os anos 2003 e 2007, empurraram os preços das mercadorias para baixo cada vez mais, repercutindo, desigualmente, nos diversos países e setores, sobre a redução da massa e da taxa de lucro. Portanto, a queda na lucratividade, em 2007-2008, associou-se ao movimento anterior de aumento da capacidade produtiva no mundo.

▼ A hipertrofia da esfera financeira

O neoliberalismo foi, e continua sendo, uma importante política para desregular e favorecer os importantes fenômenos que transformaram a esfera financeira. Multiplicaram-se as novas formas e os montantes de capital fictício. Nas últimas décadas, os capitais crescentes, a partir dos lucros das grandes corporações de produção de bens e servi-

ços, nos marcos da globalização neoliberal, contribuíram para ampliar decisivamente os fundos disponíveis para os mercados financeiros. Dessa base inicial de capitais, os bancos puderam multiplicar seus volumes de crédito, e massas cada vez maiores de dinheiro alimentaram a expansão, as transformações e a superespeculação nos mercados financeiros. Ampliaram-se as formas de acesso direto das corporações produtivas aos mercados financeiros, com a desintermediação bancária, tanto para aplicações, pelos seus departamentos financeiros ou mesmo bancos, quanto para endividamento, com debêntures, *commercial papers* etc. Os fundos de pensão, com dinheiro originado das rendas dos trabalhadores e das empresas na esfera produtiva, respaldaram o acelerado crescimento das finanças de mercado, sobretudo nos Estados Unidos e na Inglaterra. A centralização de capitais, necessária à concorrência e ao aumento dos investimentos produtivos, deflagrou ondas inéditas de fusões e aquisições de empresas, gerando gigantesca valorização nas bolsas de valores.

O crescimento exponencial do estoque de ativos financeiros, em comparação com os patamares inferiores do produto mundial, consistiu na própria natureza das muitas vidas assumidas pelo mesmo capital fictício, como explicava Marx. Dívidas públicas, ações, títulos de renda fixa, futuros de *commodities*, seguros e derivativos foram superpostos, em camadas sucessivas, crescentes, como se fossem uma pirâmide invertida em que o ápice, estreito, assentou-se sobre a produção, na criação de valor e mais-valia pelo trabalho. Duplicou-se, triplicou-se, centuplicou-se a cifra dos mercados financeiros. Papéis geravam papéis. Dívidas engendravam dívidas. Os bancos nos Estados Unidos constituíram carteiras de ativos que superavam em 30 vezes os seus capitais próprios, criando os chamados veículos estruturados de investimento, que eram contabilizados fora dos seus balanços, como bancos sombra (*shadow banking*). A palavra de ordem era originar e distribuir. Originar negócios financeiros, embolsar as comissões e taxas,

e passar para frente o risco; e distribuir os valores mobiliários para outras instituições: bancos, bancos de investimento, fundos de pensão, fundos de investimento mútuo, seguradoras e as próprias corporações produtivas.

Os grandes bancos e conglomerados financeiros, nos países capitalistas mais desenvolvidos, sobretudo nos EUA, transformaram-se em megacorporações, reforçando ainda mais a ideia de que eram instituições grandes demais para falir, porque haveria o risco, em caso de quebra, de instalar-se a chamada crise sistêmica financeira. Contudo, eram megacorporações, também, para atuar como propulsores de bolhas de crédito e da superespeculação.

▼ A sobreacumulação de capital na presente crise

O imperialismo, a partir do século XX, evidenciou o poder da oligarquia financeira, que comanda os grupos empresariais e conglomerados, dominando assim de forma oligopolista a estrutura produtiva e a esfera das finanças. Ela mantém e amplia a sua influência decisiva sobre as políticas econômicas dos Estados, como ficou demonstrado no recente período neoliberal dos anos 1990 e nas operações de resgate das grandes corporações financeiras no contexto da atual crise, nos Estados Unidos e na Europa. A financeirização – expressão dos mecanismos de operação e de hipertrofia do capital fictício nas últimas décadas – é um elemento detonador da presente crise e um dos componentes principais de sua dinâmica. A especulação financeira aumentou seu peso no capitalismo moderno, embora não esteja apartada da produção, como há muito esclareceram Marx, Lênin e Hilferding. A teoria do valor-trabalho continua válida para se compreender que o capital é produzido pela mais-valia usurpada dos trabalhadores.

É claro que há episódios de crises tipicamente monetárias, financeiras, especulativas, parciais, antes mesmo da revolução industrial e da grande produção capitalista. Assim, além de destacar a importância da

finança no capitalismo contemporâneo e seu papel na atual crise, é preciso mirar as leis de movimento do modo de produção capitalista. Na verdade, apesar dos conflitos, não há uma separação entre a finança e a chamada economia real. A reprodução do capital depende, globalmente, da manutenção e simultaneidade dos circuitos do capital-dinheiro, do capital-produtivo e do capital-comercial.

As mudanças no processo produtivo e no mercado de trabalho, com a globalização neoliberal, surtiram seus efeitos sobre a lucratividade das grandes corporações de produção de bens e serviços, nas últimas décadas antes da crise. Nesse sentido, as mudanças no processo de trabalho, nesse período, reforçaram algumas das contratendências à queda da taxa de lucros, conforme a elaboração de Marx: o aumento da taxa de exploração do trabalho; a diminuição do salário para um patamar inferior ao valor da força de trabalho; a superpopulação relativa; e o barateamento dos preços do capital constante; entre outras. Um exemplo do ataque ao trabalho é dado pela tragédia recente em Bangladesh, com a morte de mais de 1.100 operários, pelo desabamento de um prédio em que funcionavam fábricas têxteis. Esses operários, com salários miseráveis, vitimados pela ganância capitalista, produziam roupas para grifes e lojas da Europa e dos EUA. Na verdade, como é típico das grandes crises do modo de produção capitalista, o mundo desde 2007-2008 defronta-se com um episódio de sobreacumulação em mercadorias e capitais. Nessas circunstâncias, o capital fictício, especificamente, mostrou-se determinante na configuração da presente crise.

b- Tragédia social e brutal exploração dos trabalhadores

A marca de classe da atual crise é a brutal exploração capitalista sobre o trabalho. A oligarquia financeira e os governos, que a ela ser-

vem no mundo, buscam repassar todas as suas consequências para os trabalhadores. A grande crise, longe de amainar, espalhou-se especialmente nos países chamados centrais, numa enorme devastação social, atingindo duramente as condições de vida dos povos desses países e destruindo forças produtivas.

Na maioria dos países há uma violenta regressão social e perda de conquistas civilizacionais, em vários aspectos. Junto à queda do produto (PIB) e dos preços (deflação) e à estagnação em vários países, a explosiva elevação do desemprego tornou-se um drama social sem qualquer solução no horizonte. O próprio Relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), *Tendências Mundiais do Emprego 2013*, registra ter havido o acréscimo de 5,1 milhões de trabalhadores desempregados em 2013. Assim, ultrapassou-se o número de 202 milhões de desempregados neste ano. Na estimativa desse órgão da ONU, em 2014 haverá a adição de, pelo menos, três milhões de desempregados, enquanto cerca de 40 milhões de trabalhadores já desistiram de buscar um emprego, entre 2007 e 2012, e são desempregados por “desalento”.

Como é forçado a constatar o Relatório da OIT, o fenômeno da diminuição drástica da força de trabalho nas economias capitalistas mais desenvolvidas “encobre o verdadeiro alcance da crise do emprego”. Para a OIT, o desemprego atinge fortemente a juventude, calculando-se que 74 milhões de jovens estão parados. E isso deve crescer sistematicamente pelo menos até 2017. Conforme o Relatório, mesmo que a economia capitalista mundial recupere o crescimento, a retomada “não será suficientemente forte para reduzir o desemprego com rapidez”. Em março último, o Escritório de Estatísticas (Eurostat) da União Europeia revelou que há mais de 50% de jovens (menos de 25 anos) desempregados – um número alarmante e com tendência à elevação.

Dentre as tragédias sociais, aumentam os casos de suicídios, relacionados ao aumento do desemprego e ao agravamento da situação social dos trabalhadores. Em sua evolução, além do desemprego massivo,

a crise e as políticas adotadas como “resposta” a ela, vêm produzindo mais exploração capitalista, com cortes de salários e de aposentadorias, redução de gastos públicos e sociais, além de privatizações. O número de casos de violência, homicídios, depressão, abuso de drogas e prostituição elevou-se gravemente nos países europeus mais atingidos pela crise. Cresce por toda parte do mundo o narcotráfico, um negócio capitalista de alta lucratividade e um perigoso fenômeno de terríveis consequências sociais.

A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) diz que a renda média dos 10% mais ricos, dentre os 34 países participantes da entidade, era nove vezes maior que a dos 10% mais pobres, em 2008; e nos anos 1980, essa diferença seria cinco vezes maior. Constrói-se, assim, a ampliação das desigualdades sociais, com novo alastramento da pobreza nos países mais afetados pela crise. E o pano de fundo dessa perversa orientação se disfarça nas políticas de “austeridade”. Essa decomposição da capacidade dos Estados de manterem o gasto público e social, nos últimos anos, decorre do novo endividamento, perpetrado com o claro objetivo de salvar do naufrágio o reinado da grande finança.

c- O fim da crise não está à vista

Toda a furiosa campanha neoliberal contra a intervenção do Estado na economia – um fetiche da propaganda burguesa – foi muito efetiva para a liberalização financeira, a abertura comercial, as privatizações das estratégicas empresas estatais e para o ataque ao trabalho (“flexibilização trabalhista”). Entretanto, a mistificação da separação entre economia e política e o fanatismo da autorregulação e eficiência do mercado foram desmoralizados pelos fatos, com o advento da grande crise de 2007-2008. Para salvar o capitalismo, o Estado teve de intervir, em grau sem precedente, com pacotes de resgate para bancos e

instituições financeiras, à custa de um enorme endividamento público. Somente o Fed mobilizou cerca de US\$ 29 trilhões para salvar instituições financeiras.

Em 2008-2009, os governos recorreram a políticas monetárias e fiscais, com corte de taxa de juros, injeção de liquidez na economia e gastos públicos. As despesas com os estímulos fiscais e o salvamento de bancos e empresas aumentaram as dificuldades nas contas públicas. Os problemas dos balanços dos bancos privados foram transferidos para a área fiscal, pública, sobretudo a partir de 2010. A própria recessão levou à contração da arrecadação tributária. O novo ingrediente da crise fiscal atingiu fortemente os Estados Unidos e a Europa, com impactos mais destrutivos sobre alguns elos mais frágeis da União Europeia.

Todavia, as políticas de austeridade fiscal na Europa, sob a liderança do governo direitista da Alemanha, foram radicalizadas, desde 2010, aprofundando a crise e piorando o flagelo do desemprego e a queda da renda dos trabalhadores. Com isso, retomou-se a desgastada, mas viva, retórica neoliberal em relação ao Estado e ao trabalho. E argumenta-se cinicamente com todo tipo de calúnias e mentiras para se destruir direitos, conquistas e políticas sociais favoráveis aos trabalhadores.

A gravidade da crise mundial sugere que a economia mundial pode ter ingressado em um ciclo de prostração de longa duração, à semelhança do que ocorreu no Japão a partir do início da década de 1990. Há estimativas de que só em 2018, os EUA conseguirão retornar a seus níveis de desemprego de antes da crise. Segundo o Banco Central da Alemanha, não haverá recuperação econômica na Europa antes de 2023. Os bancos centrais da Europa e do Japão implementam políticas agressivas de expansão monetária; e o Fed dos EUA, preocupado com a defesa do dólar e do sistema financeiro estadunidense, proclama, em meados de 2013, a possibilidade de suspender a política de “flexibilidade quantitativa”, de maior emissão de moeda para compensar as restrições de gastos decorrentes do chamado abismo fiscal

do país. Em geral, contudo, as políticas adotadas não conseguiram interromper o curso da crise.

As principais crises do capitalismo em 1873, 1929 e, de certa forma, 1974, foram longas e resultaram em profundas alterações nas estruturas produtiva, tecnológica, financeira e no padrão de concorrência, além dos impactos geopolíticos. Pela sua vastidão e prolongamento, a atual crise não é apenas um colapso normal, passageiro. A atual crise não pode deixar de expressar as contradições estruturais entre a produção social e a apropriação privada; e entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção. Ela demonstra que o parasitismo e o desenvolvimento desigual são traços fundamentais do imperialismo. E, por causa da própria crise, acirram-se o protecionismo, as guerras comerciais e a concorrência entre os capitais, com seus efeitos sobre as formas de inserção e participação das distintas economias nacionais na produção e comércio globais.

d- As forças neoliberais atacam a democracia

A crise atual mostra a falência do neoliberalismo, pois este só faz aprofundar a crise social. Mas, paradoxalmente, os Estados imperialistas, sob a tutela do grande capital monopolista, não abrem mão da orientação política neoliberal e, para garanti-la, violam a soberania nacional e asfixiam a democracia em muitos países, impondo governos “tecnocratas” de sua confiança. A grande mídia, sob domínio da oligarquia financeira, restringe a liberdade de expressão e impõe seus dogmas às sociedades. Os parlamentos, por sua vez, como é bem visível na Europa, se tornam palcos de legitimação dos “pacotes de austeridade”, enviados por governos de diferentes forças políticas que se revezam, mas mantêm a mesma política neoliberal.

A luta dos trabalhadores contra os cortes nos direitos sociais tem levado a um crescente autoritarismo dos governos que adotam as po-

líticas neoliberais de “austeridade”, com a escalada de medidas repressivas. Visando a fragilizar a resistência dos trabalhadores e dos povos, as forças políticas e midiáticas neoliberais propalam que os partidos políticos e as tradicionais organizações sindicais e populares estão superados. Fazem a apologia das novas “redes sociais” da internet, e uma campanha aberta contra a política e os partidos políticos, procurando identificar a todos como corruptos, numa jornada autoritária para desmoralizar a própria democracia.

Aos trabalhadores e aos combatentes progressistas impõe-se perseverar na resistência aos efeitos da crise e acumular forças nas lutas do presente para as batalhas decisivas no futuro, a fim de conquistarem o poder político necessário para superar o capitalismo e transitar ao socialismo.

II – Balanço e tendências da situação internacional: Mundo em transição e mudanças geopolíticas no contexto de uma grande crise do capitalismo; da ofensiva imperialista e a resistência dos povos e nações; do avanço progressista e a integração da América Latina e Caribe; e da nova luta pelo socialismo no mundo

a- A crise acelera a transição no sistema de poder mundial

O projeto político do PCdoB situa-se em um contexto latino-americano e mundial, e é referenciado na situação internacional que, por sua vez, é fortemente condicionada pelo quadro de crise sistêmica, estrutural, crônica e multidimensional do capitalismo. Foi acertada a posição

do PCdoB no seu 12º Congresso de que – no quadro de uma crise que se estende há muitos anos e se agrava, acentuando os traços de decadência histórica do capitalismo e de declínio relativo do poderio imperialista estadunidense – abre-se uma época de crise da própria civilização burguesa. O capitalismo não é capaz de assegurar, para os povos, desenvolvimento econômico, progresso social, democracia, soberania nacional, paz e sustentabilidade ambiental. Diante da crise atual, a alternativa socialista nunca foi tão necessária. No entanto, as forças do socialismo ainda vivem uma situação de defensiva estratégica, e empreendem o esforço de uma nova luta pelo socialismo.

A crise acelera a transição, caracterizada por alterações nas relações de poder no mundo tão rápidas quanto importantes. Há uma nova relação de forças em formação, e o mundo está passando por importantes transformações geopolíticas. A ascensão política e econômica da China, e sua contraparte, o declínio histórico dos EUA, são a principal marca da transição em curso. Manifesta-se também a tendência à multipolaridade, o que pressupõe a manifestação de novas contradições, o agravamento de conflitos e a intensificação da resistência e da luta dos povos. Com a tendência à multipolaridade, ao mesmo tempo, surgem novos polos geopolíticos – como reflexo da emergência de novos blocos econômicos –, e ampliam-se os espaços para projetos nacionais contra-hegemônicos. Para conter essa tendência objetiva a uma nova correlação de forças no mundo, amplia-se a ofensiva imperialista e neocolonialista em todos os planos, inclusive o militar. E, por isso, a situação internacional é marcada por crescente instabilidade e incertezas.

Segundo o Conselho Nacional de Inteligência dos Estados Unidos da América, os EUA vão continuar com sua hegemonia em declínio e, em 2030, a economia da Ásia deverá ser maior que a deles e a da União Europeia somadas. Além de atingir os EUA, a crise também golpeia fortemente os países europeus, e também acelera seu declínio relativo, revolve seu espectro político e abala o projeto de “integração”

da União Europeia. E neste quadro se ressalta o caráter imperialista da Alemanha.

Os EUA e a China polarizam a situação mundial, marcada pelo declínio relativo estadunidense e pela rápida ascensão chinesa. A China, nos últimos 10 anos, superou Reino Unido, França, Alemanha e Japão, para tornar-se a 2ª economia do mundo, apenas atrás dos Estados Unidos. Além disso, tornou-se uma potência financeira e, em 2016, segundo previsão do FMI, a China será a primeira economia do mundo. Este fenômeno merece um destaque tanto por sua dimensão geopolítica, quanto pelo fato de que se realiza sob a bandeira do socialismo. Por isso, pode estar começando a fase final de um ciclo de cinco séculos de dominação da Europa Ocidental e dos EUA.

Nos EUA, desde a primeira eleição do presidente Barack Obama, em 2008, e subsequentemente em seu segundo mandato, os ideólogos neoliberais e conservadores fabricaram ilusões sobre a democratização das relações internacionais, a vigência dos direitos humanos e a paz. Mas em essência a administração de Obama seguiu e segue os caminhos do seu antecessor, George W. Bush, principalmente na política externa e de “defesa”. É que do ponto de vista dos interesses estratégicos, ambos defendem a supremacia política e militar estadunidense no mundo. Os EUA são hoje um país dividido entre a política de Obama, de um lado, e a dos republicanos e de uma nova ultradireita, de outro. E tanto uma como outra facção do espectro político estadunidense empenham-se alternadamente na defesa dos interesses imperialistas desta superpotência.

Diante do crescimento das tendências à escassez de matérias-primas e ativos estratégicos como energia, alimentos e recursos naturais, está em curso um novo impulso neocolonialista, que visa ao saque das riquezas naturais e à ocupação de territórios. Os países imperialistas e seus grandes monopólios capitalistas intentam implantar uma ordem mundial a seu serviço, buscando “regular” as relações internacionais de acordo com os seus interesses; restringir o desenvolvimento autônomo,

a difusão do conhecimento e a autonomia científica e tecnológica dos demais países; uniformizar os regimes políticos; e padronizar os comportamentos, a vida cultural e ideológica. A ofensiva no campo ideológico-cultural visa a concentrar poder na máquina midiática e de propaganda imperialista no mundo. Com desinformação e utilização seletiva de informações, os EUA “justificam” a violação da soberania de países e buscam “legitimar” as guerras, “demonizando” líderes políticos e regimes que mais resistem aos seus interesses. Além disso, criaram um programa de espionagem na internet, o Prism, que se apodera de forma criminosa das informações contidas em qualquer correspondência ou telefonema, utilizando os servidores centrais das maiores companhias, todas estadunidenses, violando a soberania dos países e os direitos civis de milhões de pessoas de todo o mundo.

Historicamente, uma das maneiras de destruir forças produtivas para tentar superar as graves crises do capitalismo é a guerra imperialista. E outra forma de enfrentá-las, do ponto de vista do capital, é o fomento do complexo industrial-militar. A militarização é um dos principais traços da situação internacional. Mesmo com o agravamento da crise, e inclusive como resposta às consequências políticas advindas disso, os EUA e seus aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), nos últimos anos, aumentaram o número dos seus membros, ampliaram a sua área de operações e suas bases militares, promoveram uma corrida armamentista, aumentaram as suas despesas militares, e investiram na criação e desenvolvimento tecnológico da guerra e da espionagem cibernética e de novas armas robotizadas, como os aviões não-tripulados.

A Otan consolidou uma nova doutrina para efetuar intervenções armadas em todo o mundo. Conceitos como “soberania limitada” e “ataque preventivo”, e pretextos como o combate ao terrorismo, a “responsabilidade de proteger” os direitos humanos, ou o estabelecimento da democracia, têm sido utilizados para legitimar as operações de guerra

dos EUA e da Otan. Esta política é a principal ameaça à paz e é o principal fator da instabilidade, dos desequilíbrios e das crises políticas, diplomáticas e militares no mundo.

Recentemente, a Otan protagonizou a guerra contra a Líbia e tem-se tornado um instrumento para derrubar governos no Oriente Médio e no Norte da África. A Líbia é hoje um país destruído e dividido, ingovernável, no qual transnacionais francesas e inglesas passaram a dominar setores econômicos como o petróleo. A atual intervenção militar da França no Mali conta com a participação e aprovação de vários outros países membros da Otan. Para dar consecução a seus planos intervencionistas e de militarização, o imperialismo fomentou também a criação do Comando Africano (Africom). Quanto à América Latina, a superpotência pretende exercer o seu poderio bélico através de bases militares e da 4ª Frota.

Os EUA, numa tentativa de estancar o declínio de sua hegemonia – com sua política imperialista que mescla a ação militar à diplomacia –, abusando da retórica, adotaram uma nova doutrina estratégica e de defesa, com foco na região da Ásia-Pacífico e na contenção da China, promovendo um reajuste geral na distribuição e no posicionamento de suas forças militares e da Otan. Há uma alteração do papel dos EUA nas guerras imperialistas, em relação a seus aliados da Otan, que passam a ter um papel maior nas operações militares regionais. Agravam-se as contradições interimperialistas, em função da crise do capitalismo, na forma de disputas comerciais, cambiais, por áreas de influência e por fontes de recursos naturais, minerais e energéticos. Essas contradições não têm derivado em confrontações militares gerais e abertas entre as potências imperialistas, que alternam entre si importante colaboração, como na Otan, e também rivalidade.

A aceleração da transição nas relações de poder é marca destacada na evolução da situação internacional recente. Os contornos dessa transição ainda não estão definidos, entretanto ganha ritmo o declínio relativo e

progressivo da hegemonia estadunidense, em relação à rápida ascensão da China e ao desenvolvimento econômico e protagonismo político crescente dos Brics. Não obstante, os EUA ainda detêm a maior força econômica e militar, assim como a maior influência política; por isso a transição tende a ser conflituosa. Na base econômica dessa transição e das mudanças geopolíticas em curso está o desenvolvimento desigual do capitalismo, aspecto basilar da teoria leninista do imperialismo, que não apenas a confirma, como a torna dramaticamente atual no quadro internacional.

A corrente crise capitalista não tem impactos homogêneos entre países e regiões do mundo. Uma importante novidade decorrente desta crise do capitalismo é o fato de que nos Brics, em muitos países da América Latina e nos países em transição ao socialismo, o impacto da crise é muito menor que nos EUA, na União Europeia e no Japão. Nesses países em desenvolvimento, em especial China e Índia, a ênfase na proteção da economia nacional e na valorização do mercado interno, e em diferentes formas de planejamento estatal, propriedade social, e de capitalismo de Estado, criou defesas nacionais que minimizaram os efeitos da crise. Esse é um dado relevante, uma tendência de ruptura com o neoliberalismo e a dominância do capital financeiro dos países imperialistas.

Dentro dessa mesma configuração de contradições geopolíticas e econômico-financeiras, e do surgimento de disputas pela desconcentração do poder mundial, pode ser apontada a constituição de outros blocos e alianças, compostos pelos Brics ou por parte deles, como:

- 1) a Organização para a Cooperação de Xangai (OCX), que reúne a China, a Rússia e países vizinhos como Cazaquistão e Uzbequistão;
- 2) o fórum de diálogo formado por Índia, Brasil e África do Sul (Ibas), os processos de integração da América Latina e Caribe;
- 3) o G-77 e o G-20 (comercial), que realizaram a façanha inédita de eleger um diplomata brasileiro para comandar a Organização Mun-

dial do Comércio (OMC), fazendo a disputa política no interior de um dos pilares da ordem internacional assimétrica, e de outro para a FAO;

4) a luta pela reforma e ampliação do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas; e

5) as alianças contra-hegemônicas para lidar com as contradições econômicas e geopolíticas, no âmbito do G-20 (econômico-financeiro), que reúne as maiores economias do mundo.

O fórum Brics fortaleceu este traço da situação internacional, destacando-se a decisão de criação do banco de desenvolvimento do grupo, para financiar investimentos e apoiar a economia de seus países, e de outros países em desenvolvimento. E também de grande alcance foi a criação do fundo de reservas de divisas do grupo. Trata-se de um golpe significativo contra a hegemonia financeira, que sustenta os interesses imperialistas dos EUA, do Reino Unido e de outras nações europeias que dominam a economia mundial e instrumentalizam o FMI e o Banco Mundial. Hoje, os Brics acumulam mais da metade das reservas de divisas no planeta. Além disso, estas cinco nações são responsáveis por mais de 21% do PIB global, fatia que pode dobrar em uma década. Têm, juntos, quase metade da população mundial (42%) e da força de trabalho do planeta (45%). Os acordos econômicos concertados pelos Brics visam a um reordenamento econômico e financeiro global, à construção de agendas próprias de desenvolvimento, fomentando o crescimento, à cooperação e ao comércio fora – e contra – dos ditames do imperialismo, criando condições para substituir o dólar pelas moedas nacionais dos Brics, e mobilizando recursos para financiar projetos de infraestrutura e o desenvolvimento sustentável.

**b- A jornada dos povos pela
emancipação nacional e social, a
solidariedade internacional e a luta
pela paz no mundo**

A luta anti-imperialista contemporânea se desenvolve tendo por base a luta dos trabalhadores e dos povos, e também por meio da luta dos países em maior ou menor contradição com as potências imperialistas, pela independência nacional e pelo desenvolvimento econômico e social. Os países em desenvolvimento que lutam por soberania nacional e se fortalecem pelo desenvolvimento desigual do capitalismo têm contradições objetivas com os países imperialistas, portanto têm um papel contra-hegemônico que auxilia e cria melhores condições internacionais para a luta dos povos pela sua libertação nacional e social, e cria melhores condições para a luta pelo socialismo.

Tal como indica o Programa do PCdoB, no polo antagônico à ofensiva do imperialismo cresce a luta dos povos e dos trabalhadores, acumulam-se fatores de mudanças progressistas e revolucionárias, embora no âmbito de uma correlação de forças no plano mundial ainda haja uma defensiva estratégica das forças revolucionárias e progressistas, e uma hegemonia do campo contrarrevolucionário.

O corrente processo histórico engendra avanços no desenvolvimento da luta dos trabalhadores e dos povos em defesa dos seus direitos, da democracia, do progresso social, da soberania nacional, da paz e do socialismo. No entanto, as mudanças e as conquistas não virão espontaneamente, elas serão fruto da resistência e da mobilização política e social, da luta em múltiplos cenários e vertentes. Tais lutas já estão em curso, protagonizadas por países em transição ao socialismo, por governos patrióticos e progressistas, por partidos comunistas, revolucionários, de esquerda e anti-imperialistas, por movimentos de

libertação nacional e por movimentos sociais. Nelas, se destaca o insubstituível papel das classes trabalhadoras. Há ainda ações importantes dos movimentos estudantil e juvenil, de mulheres e da intelectualidade progressista; de movimentos indígenas, de combate ao racismo, de defesa da livre orientação sexual (LGBT), e de luta pelas liberdades civis, entre outros. São lutas as mais diversas, como greves, protestos e manifestações, rebeliões de massas populares, movimentos de resistência às guerras imperialistas de agressão e ocupação de países, e lutas de libertação nacional.

No curso do desenvolvimento dessas lutas, emerge e se fortalece a solidariedade internacional. O internacionalismo e a solidariedade entre os povos estão intrinsecamente ligados ao patriotismo. E hoje o conteúdo fundamental que define a ação internacionalista é o anti-imperialismo. As lutas dos povos articulam-se internacionalmente em encontros, assembleias e alianças unitárias de movimentos sociais e em espaços como o Fórum Social Mundial. Dentre outras organizações internacionais, destacam-se o Conselho Mundial da Paz (CMP), a Federação Sindical Mundial (FSM), a Organização Continental Latino-Americana e Caribenha de Estudantes (OCLAE), a Federação Mundial das Juventudes Democráticas (FMJD) e a Federação Democrática Internacional das Mulheres (FDIM), e as organizações nacionais filiadas a elas, que têm cumprido papel importante à frente das lutas populares.

Os países de regime socialista – na Ásia, China, Vietnã, Laos e Coreia Popular e, na América Latina e Caribe, Cuba – têm tido um papel de destaque nessa luta. O seu fortalecimento como nações soberanas, os esforços que fazem os seus povos, sob a direção dos partidos comunistas dirigentes do Estado, para viabilizar as estratégias nacionais de desenvolvimento e a transição ao socialismo, as ações de cooperação internacional e em prol da paz têm o apoio e a solidariedade do PCdoB.

▼ A ofensiva imperialista e a resistência dos povos e nações

As intervenções e agressões desferidas nos últimos anos, e atualmente contra os povos de Iraque, Afeganistão, Palestina, Líbano, Líbia, Mali e Síria, entre outros – conduzidas e realizadas pelas potências imperialistas da Otan e seus aliados, liderados pelos EUA –, e as ameaças e os bloqueios que enfrentam os povos de Irã, Coreia Popular, Cuba e Venezuela, entre outros, são inadmissíveis violações da soberania nacional desses povos. Por maior e mais brutal que seja a ofensiva do imperialismo, os povos abrem caminho e acumulam forças na perspectiva da libertação nacional e social.

Na América Latina e Caribe destaca-se a luta do povo cubano que, sob a direção do Partido Comunista, luta pelo fim do bloqueio imperialista comandado pelos Estados Unidos há mais de 50 anos. Em solidariedade, o PCdoB manifesta-se pelo levantamento do bloqueio, pela inserção cada vez maior de Cuba no sistema latino-americano e caribenho, e pela libertação dos seus cinco heróis presos nos cárceres dos Estados Unidos.

Na região do Oriente Médio o sentido principal da ofensiva imperialista é dar concretude e continuidade ao plano de reestruturação do Oriente Médio, para viabilizar o aumento da presença e do domínio sobre a região. Em vários países árabes, como no Egito e na Tunísia, ocorreram revoltas legítimas que foram contidas momentaneamente em seu potencial revolucionário e reorientadas pela ação do imperialismo e da direita em cada país, que promoveram a ascensão do fundamentalismo islâmico.

Na Síria trava-se uma batalha decisiva. Ela está sofrendo uma agressão militar multinacional patrocinada pelos países da Otan, inclusive a Turquia e seus aliados Arábia Saudita e Catar. A agressão imperialista está destruindo e quer dividir o país, açular conflitos étnicos e religiosos, sectários. Entretanto, a situação e a oposição patriótica participam de

governo de unidade nacional, e há apoio popular às forças armadas na resistência. Desde o fim da URSS não há uma oposição tão importante às investidas de guerra imperialista como no caso atual da Síria. A atitude divisora de águas de países como Rússia e China é emblemática pelas novas alianças e os novos posicionamentos que gerou. O ataque militar direto dos EUA à Síria, provisoriamente contido, foi um dos momentos mais dramáticos vividos pela humanidade nos últimos anos. Essa agressão, ainda iminente, tem potencial para deflagrar um conflito internacional pelo engajamento da Rússia em defesa da Síria, onde se localiza seu único porto militar fora do território russo, e posição estratégica para a distribuição de gás e petróleo do Oriente Médio. Pode acontecer uma derrota marcante do imperialismo se o povo sírio conseguir um acordo de paz, o diálogo nacional e o avanço das reformas que já começaram. O PCdoB é solidário com o povo da Síria, cujo destino deve ser definido unicamente por ele próprio, e por suas instituições soberanas.

O povo palestino luta contra a política genocida e opressora do Estado de Israel, que usurpa suas terras e o submete a uma cruel forma de neocolonialismo. A decisão da ONU de reconhecer o Estado da Palestina como observador é um alento para a luta do povo palestino, que recebe a solidariedade dos povos de todo o mundo em sua saga libertadora. O PCdoB defende essa justa e heroica luta dos palestinos por seu Estado independente e soberano, nas fronteiras anteriores à guerra de 1967, com capital em Jerusalém Leste e o retorno dos refugiados, conforme decisão da ONU.

Na África, as tropas de países da Otan atacaram e ocuparam a Líbia e intervieram no Mali. Outros países do continente africano, como Guiné-Bissau, Costa do Marfim, Sudão e Somália, sofreram e ainda sofrem interferência estrangeira. O PCdoB se irmana com os povos da África em defesa dos seus direitos e da sua soberania, apoia a luta do povo saharai por sua independência nacional e o direito a seu território integral no Saara Ocidental – país ocupado por Marrocos –, e soma-se à luta pela descolonização completa do mundo.

Na Ásia há tensões importantes no Mar da China, no qual aumenta a presença da marinha estadunidense em meio a sérios dissensos entre países como Japão e China, que disputam a soberania de ilhas com valiosas reservas de petróleo e gás em sua zona econômica marítima exclusiva. Na Ásia Central, os EUA prosseguem com a ocupação do Afeganistão e com os bombardeios sistemáticos e criminosos na fronteira deste país com o Paquistão.

Graves acontecimentos têm lugar na Península Coreana. O imperialismo usa o território da vizinha Coreia do Sul como base militar, onde acantona dezenas de milhares de soldados, armamento convencional e nuclear. O estado de guerra na Península Coreana é permanente, tendo em vista as frequentes manobras militares conjuntas das forças armadas estadunidenses e sul-coreanas, e as pressões e sanções contra a República Popular Democrática da Coreia. O PCdoB é solidário com a causa da Coreia Popular por sua soberania nacional e pela reunificação pacífica da nação coreana.

O Irã, assim como o Brasil, tem o direito de desenvolver o seu programa nuclear para fins pacíficos. Por isso, a diplomacia brasileira promoveu o Acordo de Teerã, que foi combatido pelos EUA. O PCdoB manifesta solidariedade ao Irã e seu povo, sob injustas sanções impulsionadas pelo imperialismo estadunidense.

Nos Estados Unidos e na Europa crescem a indignação e a revolta popular. A crise do capitalismo atira contingentes imensos de pessoas à amargura do desemprego, à fome e à pobreza e mesmo miséria. Os trabalhadores têm realizado heroicas jornadas de luta em defesa de seus salários, de seus empregos e de seus direitos.

Na Europa, a rejeição popular às políticas de “austeridade” da “Troika” (Comissão Europeia – liderada por uma aliança entre a Alemanha e a França –, Banco Central Europeu e FMI) e às alterações na relação entre capital e trabalho, através do aprofundamento da espoliação e exploração das massas trabalhadoras, tem levado os trabalhadores europeus

às ruas, em fortes protestos e massivas greves gerais, além de levá-los a movimentos espontâneos de massa. Uma das maiores respostas operárias até agora foi o movimento grevista de novembro de 2011, uma greve geral europeia, quando grandes manifestações ocorreram na França, na Espanha, em Portugal, Itália, França, Grécia, Suécia, Bélgica, Bulgária, Dinamarca, Alemanha, Áustria, Reino Unido, Polônia, Hungria, Suíça, Eslovênia, Luxemburgo, Lituânia e Malta.

Simbolizando a grande resistência dos trabalhadores e o acirramento da luta de classes provocado pela crise, em abril de 2013 a Grécia foi tomada pela 19ª greve geral em quatro anos. Em Portugal, quase uma dezena de greves gerais e grandes mobilizações populares em todo o país têm sido a marca da resposta ao “pacto de agressão”, comandado pelo grande capital financeiro internacional e seus operadores, a “Troika”.

Há um crescimento das forças de ultradireita na Europa, e uma desmoralização da social-democracia que se rendeu às políticas neoliberais, como nos casos de Portugal, Espanha e França. Diante da ofensiva político-ideológica do capital financeiro, crescem também a frustração e o desencanto com a política e os partidos em geral, a exemplo da Itália. Mesmo com as dificuldades para as forças comunistas, revolucionárias e de esquerda serem reconhecidas como alternativa, neste momento, pela maioria do povo, essas forças têm desempenhado um papel decisivo nas lutas populares.

Em vários países do mundo as lutas populares pela laicidade do Estado se confrontam com a instrumentalização e a arregimentação, por parte do grande capital, do fundamentalismo, que vem pressionando governos para que cerceiem direitos e criminalizem pessoas por características inatas ou de comportamento, como cor da pele, orientação sexual ou religiosa.

Variadas formas de luta e movimentos de resistência, mais organizados ou de caráter mais espontâneo, surgiram nos cinco continentes,

reunindo centenas de milhares de populares – em especial a juventude que utiliza as redes sociais –, combinando passeatas e ocupações de espaços públicos por longos períodos. Essas iniciativas configuraram amplas formas de denúncia contra a oligarquia financeira e o capitalismo, e de luta por melhores condições de vida e por liberdades democráticas. Esses movimentos, embora com traços em comum, tiveram orientações, feições e resultados distintos em cada país. Em alguns casos, a falta de direção política consequente reduziu o impacto transformador desses movimentos, e em outros eles foram capitalizados por setores conservadores e de direita. E ainda em outros, houve vitórias parciais ou até avanços mais importantes.

c- O novo ciclo político, com desenvolvimento soberano e integração, na América Latina

Fruto do fracasso das políticas neoliberais, da crise econômica e social agravada por essas políticas pró-imperialistas e antidemocráticas, e do acúmulo de forças nas lutas de massa e nas lutas eleitorais, variadas forças políticas de esquerda chegaram aos governos nacionais na América Latina e Caribe. Em 2013 completam-se 15 anos do início desse ciclo político inédito de governos patrióticos, progressistas e anti-imperialistas na América Latina e Caribe considerando, como início de tal processo, a eleição de Hugo Chávez na Venezuela em 1998.

Já em 2003, há dez anos, iniciaram-se os governos de Lula e Nestor Kirchner, no Brasil e na Argentina, ocorrendo a partir daí uma série de vitórias em numerosos países, como Uruguai, Bolívia, Equador, Nicarágua e El Salvador. Este período é politicamente a principal experiência histórica da esquerda latino-americana em sua longa luta, que permanece, pelo poder político; e é necessário garantir a sua continuidade, renovando objetivos e desafios.

As forças de esquerda latino-americanas são diversas, e seus caminhos e objetivos atendem a singularidades bastante marcadas, respondem a experiências históricas e formações econômicas e sociais singulares. Mas, para além destas singularidades e das distintas correlações de forças em cada país, há um curso geral comum nessas experiências.

Nos países com governos progressistas identificam-se a decisão de promover a integração solidária do continente e a busca por recuperar a soberania nacional, inclusive com a retomada do controle, pelo Estado, dos recursos naturais e mesmo setores privatizados no período anterior; busca-se maior autonomia em política econômica e fomenta-se a industrialização e a proteção das economias nacionais; instituem-se processos que visam a aprofundar a democracia, e criam-se alternativas para democratizar os meios de comunicação. Registram-se processos constituintes ou de reforma constitucional; promovem-se direitos e conquistas sociais para os trabalhadores e as massas populares, diminuindo as disparidades sociais e de renda.

Uma das causas fundamentais para o êxito destas forças populares, patrióticas e progressistas, ao longo de nossa história continental, tem sido a unidade política. A partir da diversidade política e ideológica das forças de esquerda e progressistas na América Latina, foi alcançada uma inédita unidade no processo político latino-americano, da qual o Foro de São Paulo é uma importante expressão.

▼ A contraofensiva imperialista e da direita latino-americana

Na América Latina e Caribe, as consequências da crise têm sido, até aqui, em geral muito mais brandas, como demonstra o pequeno impacto do desemprego em muitos países. Entretanto, o próprio prolongamento da crise sistêmica do capitalismo começa a provocar efeitos sociais, em diferentes graus, na região latino-americana. Na fase atual é preciso enfrentar a crescente contraofensiva imperialista para impedir que ela

avance, e consolidar os processos políticos avançados e os governos de esquerda e progressistas na região, fruto da tendência progressista que vem predominando, mas que não é irreversível.

Na contratendência há uma crescente reação das direitas nacionais e do imperialismo estadunidense, no período mais recente, que inclui, como fatos mais destacados, a tentativa de fraturar a integração regional, fomentando estruturas como a chamada Aliança do Pacífico, integrada por países com orientação neoliberal – Chile, Colômbia, México e, em alguma medida, Peru, todos com tratados de livre comércio com os EUA –, e o golpe de Estado no Paraguai que destituiu o governo de Fernando Lugo para dividir o Mercado Comum do Sul (Mercosul). Aliás, a busca por fraturar ou debilitar a integração regional constitui “objetivo de Estado permanente” de Washington.

Nos últimos meses vem intensificando-se a contraofensiva do imperialismo e das direitas locais, procurando explorar os limites e fragilidades dos processos de mudança na região. Essa contraofensiva também se aproveita do fato de ser mais difícil consolidar esses processos do que vencer as eleições e iniciá-los. A questão ambiental é utilizada como pretexto e como fator de desestabilização de governos progressistas na região. Em muitos casos os governos dirigidos pelas forças de esquerda e progressistas enfrentam problemas preocupantes que, se não forem superados, podem causar a paralisia e a reversão desses processos.

Apesar da contraofensiva imperialista e das direitas locais, o que vêm predominando até agora na região são as vitórias político-eleitorais nos últimos anos, desde 1998, na grande maioria dos países que inauguraram governos progressistas no continente latino-americano. Após a lacuna aberta com a morte de Hugo Chávez – líder regional e mundial de grande importância, que deixou um valioso legado em forma de pensamento e de construção da Revolução Bolivariana –, a Venezuela elegeu Nicolas Maduro para presidente, em uma eleição dis-

putada que redundou em mais uma vitória de grande significado para as forças de esquerda e revolucionárias na América Latina – e, assim, para a continuidade do atual ciclo. A despeito da forte contraofensiva da direita golpista e pró-imperialista, os trabalhadores e o povo venezuelano elevaram a sua consciência política. A Venezuela bolivariana e a liderança de Chávez tornaram-se uma bandeira de luta de todos os povos latino-americanos e uma referência da luta anti-imperialista em todo o mundo.

Merece atenção também, por sua importância estratégica, o início das negociações do processo de paz na Colômbia, entre o governo colombiano e a organização política e insurgente das Farc. Com um conflito submetido a um impasse sem solução militar, o povo colombiano apoia a busca da paz com soberania, democracia e justiça social, não obstante atue uma poderosa extrema-direita que busca sabotar as negociações de paz, e o fato de o atual governo colombiano ter lançado uma proposta de aliança e cooperação com a Otan.

A posição dos governos do presidente Lula e da presidenta Dilma, no Brasil, destaca-se entre os fatores mais importantes para a continuidade do atual ciclo de esquerda e progressista na América Latina e Caribe. A importância política e econômica do Brasil – ainda que relativamente limitada diante da força dos EUA –, a sua ação e a sua política externa a favor da soberania das nações, da integração solidária e do desenvolvimento para nossa região têm sido um dos fatores decisivos para a manutenção e o avanço desse ciclo.

▼ O desafio de avançar nas mudanças e na
aceleração da integração sul e latino-americana

O povo brasileiro e suas forças avançadas, entre elas o PCdoB, têm grande interesse no avanço da integração sul e latino-americana que, neste momento, depende da renovação de seus objetivos e desafios, de sua intensificação e aceleração, no sentido de que os atuais processos

de integração sejam cada vez mais convergentes. O ex-presidente Lula defende, com razão, a necessidade de uma “doutrina” para a integração regional. A questão da integração sul e latino-americana é estratégica, uma vez que permite confluir projetos nacionais com sentido comum, e permite, tendencialmente, a confirmação de um polo que possibilite buscar condições mais favoráveis à consecução desses projetos nacionais de desenvolvimento autônomos, num contexto de um mundo em transição.

Os avanços na integração sul e latino-americana se iniciaram com a liquidação de sua antípoda, a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Sua materialização condenaria os países que a subscrevessem a abdicarem de projeto autônomo e os vincularia, na divisão internacional de trabalho, ao esquema da economia estadunidense – como, aliás, se observa nos países com Tratados de Livre Comércio (TLC’s) com os Estados Unidos. A trágica situação de degeneração nacional e social do México é reveladora disso.

Dentre outras questões, se apresenta na ordem do dia o desafio de enfrentar, como bloco sul e latino-americano, os efeitos da crise capitalista – que fez baixar a média anual de crescimento das economias da região –, bem como o de aproveitar os recursos naturais abundantes e a vigorosa exportação de *commodities* na região para se promover um novo ciclo de industrialização.

O relançamento do Mercosul – que, apesar das limitações, é o esquema mais desenvolvido de integração regional – teve enorme salto de qualidade, ao propor superar, gradualmente, sua fase neoliberal dos anos 1990 e voltar-se a um projeto de reindustrialização e superação das graves assimetrias entre os países que o integram. A partir de 2003 ele começou uma nova fase, que avançou além da integração comercial, em aspectos como uma efetiva união aduaneira, a criação do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), a união política com o reforço do Parlamento do Mercosul (Parlasul), a integração física e de cadeias produtivas, e a promoção de políticas sociais necessárias, entre outras.

Grande importância teve a estruturação e consolidação, nestes últimos anos, da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), que logrou a unidade política regional da América do Sul em temas como a oposição às bases militares norte-americanas na Colômbia, as tentativas de secessão na Bolívia e de golpe no Equador, e os golpes em Honduras e, recentemente, no Paraguai, bem como no suporte à vitória legítima de Nicolas Maduro na Venezuela. Em sua estrutura, a Unasul tem um conjunto de conselhos responsáveis por temas centrais, como a integração física e da infraestrutura, a energética, as posições comuns no plano econômico e financeiro na resistência à crise, e o Conselho de Defesa Sul-Americano, que busca estruturar uma visão estratégica regional comum.

Criada por Cuba e Venezuela em 2004, a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (Alba), formada ainda por Bolívia, Equador, Nicarágua e outros países caribenhos, estimula uma integração de orientação anti-imperialista e socialista.

A Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) reúne pela primeira vez na história em um mesmo fórum os 33 países independentes da América Latina e Caribe, sem os Estados Unidos e o Canadá, e sem países europeus. Na perspectiva de avançar a luta pela descolonização, esse número de países independentes da Celac pode aumentar, com a Guiana (hoje) francesa – último território colonial da América do Sul, além das Ilhas Malvinas argentinas que estão ocupadas pelo Reino Unido –, e com Porto Rico, Guadalupe e Martinica.

A Celac em 2013 é presidida, *pro tempore*, por Cuba, algo de simbolismo extraordinário, dada a tentativa histórica de destruição da Revolução Cubana pelo imperialismo norte-americano nestas mais de cinco décadas. Ao passo que a Organização dos Estados Americanos (OEA) vai se tornando cada vez mais irrelevante, a constituição da Celac marca um passo na tentativa de unir os países e povos da região, sendo assim ousada e, por isso mesmo, mais complexa e de longa maturação.

d- As condições da nova luta pelo socialismo

Uma das grandes lições que se deve extrair das primeiras experiências de construção do socialismo no século XX é a ideia de que há uma definição geral e universal de socialismo, mas não há nem modelo único de socialismo nem caminho exclusivo de conquista do poder político. A partir da teoria revolucionária marxista-leninista e do pensamento nacional avançado de cada formação econômica e social específica, cada povo e cada força revolucionária construirá seu próprio caminho ao socialismo, e construirá o socialismo de acordo com a sua realidade nacional.

Nas atuais condições históricas, o socialismo não pode ser construído de forma imediata, sem mediações de etapas e fases. O exame atento da história mostra que a construção do socialismo e a evolução rumo a uma sociedade sem classes, o comunismo, será obra de muitas e muitas gerações. Trata-se, em nosso tempo, de retomar a luta pelo socialismo nas novas condições do século XXI. Por isso o conceito da nova luta pelo socialismo.

O período histórico atual é ainda de defensiva estratégica do socialismo. A situação do movimento comunista e revolucionário nos países capitalistas na atualidade ainda é, em geral, de muitas dificuldades. Porém, há sinais de crescimento e fortalecimento político, ideológico e organizativo das forças comunistas, revolucionárias, e das demais forças progressistas e anti-imperialistas, em certos países, especialmente na América Latina.

O internacionalismo proletário e as amplas alianças anti-imperialistas internacionais são fundamentais para o PCdoB. Ao mesmo tempo em que se valora muito a necessidade de aumentar as relações de amizade e de cooperação entre as forças políticas comunistas, progressistas e anti-imperialistas, ressalta-se que a relação de intercâmbio e cooperação entre essas forças deve se dar na base da igualdade,

do respeito mútuo (inclusive pela orientação política e programática de cada partido), e da não-interferência em assuntos internos. O PCdoB apoia e participa de fóruns e iniciativas com essas características, nos quais busca apresentar de maneira fraterna suas ideias, e procurando aprender com a experiência de outros povos e de outros partidos.

O principal compromisso internacional do PCdoB é com os partidos comunistas e revolucionários. Nesse sentido, o Partido valoriza tanto as relações bilaterais quanto as reuniões multilaterais. O Encontro Internacional de Partidos Comunistas e Operários (EIPCO), cuja edição, em 2008, foi sediada com êxito pelo PCdoB no Brasil, é um espaço imensamente valioso de intercâmbio de ideias, de amizade, de cooperação e de promoção da unidade de ação entre partidos comunistas de todo o mundo.

Ao mesmo tempo, são fundamentais o intercâmbio e a unidade com forças políticas anti-imperialistas e de esquerda, como é o caso da exitosa experiência latino-americana do Foro de São Paulo, que neste ano completou 23 anos de existência e vive sua melhor fase, de muita unidade política e maior protagonismo. A relação com as forças políticas da América Latina e Caribe é prioritária para o PCdoB.

Com o mesmo espírito, o PCdoB dá grande atenção – tendo participado como observador de suas duas edições – ao Fórum da Esquerda Africana (Alnef), convocado pelo Partido Comunista da África do Sul, com a participação de dezenas de partidos de países desse continente. Além desse, o PCdoB participa de outros fóruns, seminários e iniciativas de partidos amigos.

▼ As experiências atuais de transição ao socialismo permanecem e se renovam

O começo dos anos 1990 foi marcado por derrotas generalizadas da revolução e do socialismo, num ambiente de desmoralização, descrédito

e fracasso. Esse ambiente não está totalmente superado, entretanto hoje há um processo de atualização da luta pelo socialismo. E isso tudo somente 20 anos depois de uma grande derrota, o que não é muito tempo em termos históricos.

Precisamos avançar na luta de ideias em relação ao tema do socialismo, dialogando com a intelectualidade avançada e incentivando a reflexão teórico-crítica sobre as experiências do movimento comunista e revolucionário internacional.

Nesse sentido é preciso reconhecer e valorizar as experiências de transição ao socialismo que resistem e se desenvolvem na Ásia – China, Vietnã, Laos e Coreia Popular – e na América Latina – Cuba –, e perceber as novas potencialidades e os novos processos revolucionários que começam a despertar, sobretudo na América Latina. A permanência e a renovação dessas experiências de construção socialista que tiveram início com revoluções no século XX têm grande significado político e ideológico. Em todas elas predomina a propriedade social sobre os meios fundamentais de produção. Na maioria desses países houve recentemente, ou estão havendo, alternâncias na direção dos partidos comunistas e revolucionários, e na liderança dos governos, com a assunção de uma nova geração dirigente. Os êxitos e as conquistas dessas experiências demonstram a diversidade de caminhos e formas nacionais de processo revolucionário e de transição ao socialismo, e também demonstram a superioridade do socialismo. Ao mesmo tempo, o PCdoB, por não copiar modelos de socialismo, não se identifica necessariamente com o conjunto dos aspectos particulares, sejam econômicos, sociais, políticos ou ideológicos, de cada experiência de transição ao socialismo.

Destaca-se o papel da República Popular da China, grande país dirigido pelo Partido Comunista, em transição ao “socialismo com particularidades chinesas”. A China desponta como importante país no cenário internacional, e objetivamente a sua ação internacional conjuga

as bandeiras da paz e da cooperação para o desenvolvimento. Ela constrói, a passos largos, um país avançado e cada vez mais próspero para seu povo. O 18º Congresso do PC da China, realizado em 2012, apontou como prioridades para o país, entre outras, a inovação como principal componente da economia e o desenvolvimento sustentável, com mais urbanização, política ambiental e qualidade de vida.

O Vietnã vive um dinâmico processo de desenvolvimento econômico e social, em transição ao socialismo. Desde 1986, quando lançou a política de renovação de seu sistema político e econômico (Doi Moi), esse país impulsiona uma “economia de mercado com orientação socialista”, e coleciona importantes êxitos. O 11º Congresso do PC do Vietnã, realizado em 2011, resolveu persistir com as linhas de renovação e “ser firme com os objetivos da independência nacional e do socialismo”. Além disso, propôs intensificar os esforços para “criar as bases para que em 2020 o Vietnã se converta no fundamental em um país industrializado, no caminho da modernização”.

O Laos é uma República de regime socialista que vive momento de grande crescimento econômico, mesmo com a crise capitalista internacional se agravando. Ele tem uma economia planificada de mercado “no caminho do socialismo”, com uma ousada estratégia de industrialização e modernização, e de promoção da renda e do bem-estar dos trabalhadores. Em 2011 foi realizado o 9º Congresso do Partido Popular Revolucionário do Laos, e um dos objetivos aprovados foi inovar para “implementar a política de renovação; construir bases sólidas para superar o subdesenvolvimento em 2020, e avançar rumo ao socialismo”.

A República Democrática Popular da Coreia é um país que luta contra um severo bloqueio econômico desde a vitória na guerra contra o imperialismo, há 60 anos. Recentemente houve uma Conferência do Partido do Trabalho da Coreia, que traçou o objetivo de seguir com os esforços de construção do “socialismo coreano”. A Conferência decidiu impulsionar a “revolução industrial do novo século”, com metas de de-

envolvimento científico e tecnológico, e de atualização das forças produtivas do país, visando ao consumo popular e à melhoria da qualidade de vida do povo.

Na América Latina, Cuba e seu regime socialista resistem vitoriosamente ao cerco imperialista. O 6º Congresso do Partido Comunista de Cuba, realizado em 2011, aprovou as diretrizes para a atualização do modelo econômico e social do país, com a participação ativa da grande maioria do povo nos debates. A resolução desse Congresso, que se concentrou na atualização das políticas econômicas e sociais do “socialismo cubano”, diz: “só o socialismo é capaz de vencer as dificuldades e preservar as conquistas da Revolução, e que na atualização do modelo econômico será preponderante a planificação, e esta levará em conta as tendências do mercado”. O lema atual do PC de Cuba é “por um socialismo próspero e sustentável”.

▼ A nova luta pelo socialismo na América Latina e Caribe

A América Latina e o Caribe, e em especial a América do Sul, são hoje um espaço de resistência e de alternativas, nas quais as mais avançadas proclamam o objetivo socialista. A participação em frentes políticas anti-imperialistas, democráticas e progressistas, que governam parte importante desses países, permite aos partidos comunistas e revolucionários da América Latina e Caribe avançarem na acumulação revolucionária de forças. As forças revolucionárias em nossa região buscam alternativas que superem o capitalismo, através do fortalecimento de projetos nacionais orientados para a transição ao socialismo. Objetivamente, as forças revolucionárias e de esquerda latino-americanas e caribenhas são cada vez mais uma referência em nível mundial.

Como dizia o dirigente comunista peruano José Carlos Mariátegui, o socialismo, em nossos países latino-americanos, não pode ser decalque e nem cópia, deve ser criação heroica de nossos povos, ou não será.

Assim foi a Revolução Cubana e assim estão sendo sua atualização econômica e o aperfeiçoamento do socialismo cubano. Assim está se dando o processo de acumulação revolucionária de forças na Venezuela, na Bolívia e no Equador, onde há experiências mais avançadas. Apesar de serem economias predominantemente capitalistas, esses países da América do Sul contam com novas Constituições; seus governos afirmam a orientação socialista; há elementos importantes de poder popular; e já se iniciou um processo de socialização de uma parte dos meios fundamentais de produção.

Por fim, a estratégia socialista deve estar presente, na qualidade de rumo orientador, nos projetos nacionais e populares em curso na América Latina e Caribe e em nosso projeto de integração continental solidária. A integração solidária só será alcançada plenamente se estiver inserida como parte fundamental da luta pelo socialismo em cada país e em escala continental.

Atualmente no Brasil, e em parte importante da América Latina, além de países como a África do Sul e o Nepal, a luta é pelo êxito desses processos de mudança e revolucionários, que se refletem em governos nacionais de orientação progressista e anti-imperialista, representando uma parcela de poder e inaugurando o desafio de construir não somente mais democracia, mas também um novo poder popular. Para isso, é necessário um diferenciado e prolongado processo de acumulação de forças, no qual uma das principais tarefas é a exigência de sistematizar as experiências em curso, atualizar e renovar a teoria revolucionária, partindo de uma realidade concreta e específica, nacional e continental.

São Paulo, 20 de outubro de 2013

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil

Balanço do trabalho da Direção Nacional



Walter Sorrentino (no destaque) apresenta o Balanço da Direção Nacional

Trabalho da direção nacional 2009-2013: Balanço, Lições e Perspectivas

O horizonte se torna mais nítido quando analisamos o caminho percorrido. Dar balanço da atividade da direção nacional é prestar contas à soberania militante no Congresso que elege o Comitê Central e, mais que isso, indica perspectivas futuras.

O trabalho da direção nacional no período 2009-2013 insere-se numa trajetória maior, da última década, e a ela dá sequência e impulso. É à base disso que examinamos o balanço e as perspectivas.

Isso foi expresso, num sentido mais largo, nas palavras de Renato Rabelo, presidente nacional do PCdoB, em termos da “luta pelo desenvolvimento e aplicação de um pensamento de esquerda revolucionário, marxista-leninista, em nosso tempo no Brasil, à luz do Programa Socialista. O Partido conseguiu situar e determinar, num esforço baseado na teoria marxista-leninista, compreendendo a realidade do atual período histórico, uma visão que embasa nosso pensamento tático e estratégico, definida no conceito da acumulação estratégica de forças, cujo objetivo é a conquista da hegemonia dos trabalhadores e das camadas populares, configurado no poder estatal de caráter democrático-popular, visando à transição ao socialismo. Acumulação que se dá pela via das reformas estruturais e de rupturas com a ordem vigente, tarefa delineada no Programa do PCdoB, no caminho de fortalecer a nação, no rumo da luta pelo socialismo, que não deve se

perder nos desvãos da caminhada, não se esgota, até que seja atingido o destino socialista”.

E, ainda: “O pensamento revolucionário do PCdoB, em desenvolvimento, compreende a visão da construção e gestão de nossa instituição política maior e instrumento imprescindível para aplicação da nossa linha básica e Programa, reduto da nossa ideologia transformadora – o Partido Comunista. Reafirmamos a identidade do Partido Comunista do Brasil (como) um partido comunista de feição e prática revolucionárias, cujo modo de edificação atual não se encerra no principismo – restrito à propaganda revolucionária, sem influência no curso político e nas massas – nem deve se tornar um agrupamento possibilista e pragmático.”.

Esse embate ainda nos desafiará, no empenho de colocar em novo patamar o nível de acumulação de forças partidárias e edificar a força estruturada de quadros e militantes capaz de assegurar o seu caráter nas condições contemporâneas e incidir realmente na luta de classes, no rumo programático. O Comitê Central do 13º Congresso deverá ter isso por norte. São desafios a encarar com otimismo vigilante e energia.

Na ocasião do 12º Congresso, foi indicado para o trabalho de direção nacional “maturidade política e visão realista dos desafios, para superar insuficiências e deficiências próprias de um partido de força política ainda reduzida, particularmente eleitoral, que lhe dificulta alcançar toda a sociedade com sua mensagem política e programática, e cujos recursos de estrutura militante organizada e material são ainda restritos, malgrado os grandes avanços, e limitam o papel político do PCdoB”.

O desempenho da condução do Partido pelo Comitê Central então eleito, para o período 2009-2013, está contido no documento apresentado ao debate pelo Comitê Central, quando analisa o balanço das contri-

buições do PCdoB ao ciclo político progressista e o aproveitamento das condições para impulsionar a construção partidária no plano político, ideológico e organizativo.

O que é preciso destacar no trabalho do Comitê Central, o principal, é o acerto na orientação política, as opções feitas em meio a situações complexas e diversas, registradas neste Congresso. É o caso de reiterar, nesse sentido, especialmente, as posições adotadas nas manifestações de junho de 2013, frente ao julgamento da ação 470 pelo STF, contra os ataques criminosos de que foi alvo a legenda dos comunistas e seus quadros, sobre o Código Florestal e a questão ambiental, sobre o apoio e crítica ao governo, as posições sobre a crise capitalista mundial, a solidariedade internacionalista destemida, sem falar das grandes pressões que se exerceram pela mídia e pelas ameaças restritivas da participação eleitoral do PCdoB com a reforma política retrógrada pretendida por setores conservadores.

Nenhuma dessas difíceis decisões discrepou politicamente do projeto e rumo do PCdoB firmado em seus documentos fundamentais e em nenhum momento houve divergências agudas em torno das orientações firmadas. Ao contrário: não só a direção nacional adotou posições firmes e avançadas como unificou o Partido em torno dela, em todo o país. De outra parte, nenhuma manifestação de amoldamento a interesses que não os do Programa partidário e do caráter do Partido foi posta em tela em função da política empreendida. Ao lado disso, as formulações da linha de construção partidária alcançaram grande consenso no Partido, e logrou conduzi-lo a novos patamares.

Essa foi, é e será, na experiência real do PCdoB, a garantia maior do papel e caráter do PCdoB, em não perder o rumo: sua orientação política, seu referencial programático e seu referencial ideológico como Partido Comunista, o saber e a direção coletiva sob métodos participativos e democráticos e, fundamentalmente, a coluna mestra dos quadros partidários que encarnam essa orientação e a materializam, tendo à

frente o Comitê Central eleito em Congresso. É expressão da maturidade alcançada pelo PCdoB.

O sentido mais permanente que se mantém para este 13º Congresso, e o Comitê Central a ser eleito, é o de esforços crescentes de direção para formular orientações políticas avançadas, atuando no curso real da agenda política e social do país e dando força de massa e eleitoral à sua intervenção; a capacidade de formulação e difusão a parcelas maiores da sociedade; e a organização de uma vontade coletiva, coesa e estruturada desde as bases, capaz de mover a luta pela sua implementação. Especificamente, indica o reforço dos contrapontos políticos, ideológicos e organizativos às pressões tendentes a rebaixar o papel estratégico da corrente comunista, conforme registrado no documento apresentado ao debate do 13º Congresso.

Trabalho coletivo, construtor da unidade e de interação

Três aspectos distintos, mas integrados, marcaram a vida da direção nacional.

O sentido de direção coletiva. Os resultados alcançados só foram possíveis mediante o saber coletivo, métodos coletivos de elaboração e de condução do conjunto do Partido, combinada com responsabilidade e qualificação individual dos que são eleitos para a direção executiva, a partir da Presidência Nacional como liderança efetiva do processo. Nenhum tema de importância, seja político, seja da vida partidária, deixou de ser examinado circunstanciadamente pela direção nacional, por meio da Comissão Política ou do próprio Comitê Central. É um êxito muito expressivo.

O sentido de construtor de unidade. As decisões adotadas, mesmo quando polêmicas, alcançaram unidade em todo o Partido, e o

unificaram na ação. Isso envolveu processos laboriosos, pacientes e persuasivos, com liberdade de opinião, para adequar discrepâncias naturais no debate, para que adquirissem expressão pública una. Os processos disciplinares adotados chegaram a bom termo. Alguns membros partidários se afastaram, por adotarem outra perspectiva política, como o caso de dois membros do Comitê Central, um deputado federal e um dirigente municipal-estadual. Foi igualmente um resultado exitoso.

Por fim, o sentido de interação. Sob direção da Comissão Política Nacional e do Secretariado, impressiona a dimensão alcançada pelo trabalho da direção nacional em termos de densidade, volume de ações, complexidade e alcance, abrangendo esferas as mais diversas da luta de classes, como se pode constatar na publicação dos balanços de todas e cada uma das frentes de direção. A direção nacional, no período considerado, logrou alcançar uma estrutura básica, em termos de quadros e recursos materiais, o que deve ser considerado um grande êxito, e seu trabalho interativo impulsionou a vida partidária. De conjunto, abrangeu 12 secretarias nacionais, 5 coordenações, 2 coletivos nacionais, compondo comissões que envolveram 25 quadros de comissões atuantes na direção nacional em São Paulo e Brasília, além do desempenho nacional de 103 membros do Comitê Central, 27 membros da Comissão Política Nacional e 6 do Secretariado Nacional. Vigeu uma só orientação, sob responsabilidade e autonomia relativa de cada frente de direção, no rumo das decisões da Comissão Política Nacional e Comitê Central.

Por outro lado, como em todo processo complexo e dinâmico como são a luta política e a construção de uma força revolucionária organizada, algumas defasagens se apresentaram no período considerado.

De modo sintético e concentrado, elas podem ser agrupadas como segue adiante,

- Há insuficiente imbricação entre a linha política e a linha de construção partidária, compreendidas como dois trilhos inseparáveis para sustentar as formas de acumulação de forças traçadas.
- Na implementação da linha política, é ainda insuficientemente consequente a imbricação visceral entre a intervenção política e aquela de massas e de ideias, sobretudo nos níveis intermediários.
- Pela mesma razão, este balanço recomenda ao futuro Comitê Central aprimoramento da experiência da Secretaria e Fórum dos Movimentos Sociais, para aprimorar e impulsionar e coordenar a ação de massas sob direção política do Partido.
- Ficou sobrecarregado o trabalho de controle político-organizativo desempenhado pela direção nacional em todo o país, dado o crescimento partidário e o das pressões sobre a vida interna, não se traduzindo enquanto direção geral dos membros da Comissão Política Nacional.
- É insuficiente, todavia, o trabalho da construção ideológico-organizativa, especialmente no nível dos comitês municipais nas maiores cidades do país que suportam as maiores pressões objetivas e subjetivas para a construção partidária, sem o suficiente apoio material e humano para tanto, além de vários comitês estaduais não-consolidados.
- Todas essas medidas implicavam avançar na assimilação e implementação da Política de Quadros, mas tal desempenho nestes quatro primeiros anos pode ser considerado deficiente, enquanto sistema nacional.

- No plano dos métodos de direção, se se alcançou interação entre todas as frentes de direção na dimensão horizontal, como direção geral, a que se dá entre cada uma delas e suas congêneres intermediárias em todo o país, como direção concreta, foi insuficiente e segue sendo mais exigente enquanto direção concreta de cada secretaria.
- Finalmente, no plano estrutural, avulta o gargalo financeiro que se constitui para esses desenvolvimentos: seja para sustentar a estrutura material e humana em nível central, seja, principalmente, porque chegaram a um limite as deficiências materiais nos escalões estaduais, sem cujo apoio não há como impulsionar as linhas nacionais em um país continental.

Como se vê, serão novos os desafios da futura direção nacional, que exigirão novos aportes e atitudes para desatar maior ímpeto na condução e construção partidária.

É dessas indicações, e das deliberações deste Congresso, que se parte para estabelecer perspectivas para o trabalho da direção nacional em 2013-2017. Muito há a manter nos atuais caminhos trilhados, e tudo precisa seguir sendo aprimorado.

▼ O novo Comitê Central

Como norma universal, há que se aprimorar a condição de os membros do Comitê Central se compreenderem como parte de um coletivo, onde cada qual refaz cotidianamente a opção de pôr a orientação político-programática do Partido no centro de seu compromisso de consciência e responsabilidade por integrar o órgão dirigente eleito pela confiança de todo o Partido.

Coletivo, num segundo sentido, aquele de não pôr os dirigentes acima de quem quer que seja no Partido, visto serem, todos os comunistas, iguais em direitos e deveres. E, ainda, na dimensão dos métodos e estilos de trabalho, como exigência de eficácia e eficiência no desempenho de funções. Só o trabalho coletivo forma equipes e reúne capacidades em torno das responsabilidades que se assume enquanto membro de quaisquer direções. Isso deve se expressar notadamente nas secretarias e comissões que sustentam o trabalho executivo.

A experiência demonstra que uma direção nacional bem apetrechada em termos humanos representa um dínamo na vida partidária, uma usina de iniciativas que beneficia todo o Partido. Por isso, as frentes de direção precisam de quadros e com especialização na área, malgrado as dificuldades em manter, cultivar e agregar mais quadros em comissões devido às restrições orçamentárias e à magnitude do país.

Entretanto, não há Comitê Central capaz de sustentar esse papel sem que seja parte de um sistema nacional de direção, no qual a mais destacada é a dos núcleos de direção estadual, para sustentar a perspectiva nacionalmente adotada. Alcançou um limite a sustentação da atual estrutura básica alcançada pela direção nacional – e mesmo assim carceria de extensão. Por outro lado, a dialética atual entre energias das direções nacional e estaduais precisa ser melhor equilibrada, em termos de recursos humanos e capacidade de sustentação financeira nos estados, sob pena de limitar o próprio desenvolvimento da orientação partidária. Isso solicita nova equação na atuação da secretaria de finanças e na própria estrutura tributário-fiscal da vida do Partido, e conferir ao trabalho de finanças uma dimensão política prioritária.

Segue necessário continuar a grande luta, iniciada há mais de uma década, a de levar esse acúmulo de experiência e condições ao nível de todos os comitês estaduais e, igualmente, aos comitês das maiores cidades do país. No mosaico diferenciado que é a estruturação partidária no país, não basta ter cerca de dez a doze comitês estaduais conso-

lidadas, enquanto se cronificam problemas que impedem avanços nos demais; o mesmo quanto aos comitês municipais das maiores cidades. A questão é como dar um choque de impulso para levar ao menos 20 comitês estaduais a um patamar de consolidação, e aqueles municipais a um nível básico de estruturação. A chave dessa equação precisa ser desvendada pelo novo Comitê Central, sabendo que se a questão da perspectiva e posicionamento político em cada caso é a condição absolutamente indispensável para dar esse passo, ela é todavia não-suficiente para o desiderato.

A experiência indica a necessidade de melhor equilíbrio no desempenho de qualquer função de direção no que respeita às dimensões de direção geral e direção concreta. Qualquer membro do Comitê Central, mais ainda os de responsabilidade executiva, tem papel de direção geral – zelo pela orientação política, unidade e disciplina partidária, da própria construção partidária. Mas cada um tem responsabilidades concretas pelas quais responde perante o coletivo. Direção geral e direção concreta precisam estar combinadas, e ambas precisam ser mais sistêmicas, ou seja, alcançar o coletivo partidário em cada frente, em correspondência entre os órgãos nacionais, estaduais e mesmo locais.

Dois dos sentidos maiores que isso assume foram expressos nos debates do 13º Congresso. O primeiro, o de todos os quadros dirigentes, líderes partidários, onde quer que atuem, universalmente precisam liderar o discurso não só da linha política, mas também da linha de construção partidária ideológica e organizativa, em especial impulsionar a política de quadros e a vida militante de base do PCdoB. O outro, o da necessidade de maior trabalho de controle político da direção nacional com respeito ao conjunto partidário, com apoio dos comitês estaduais. Trata-se de combater desvios e deficiências, conferir maior apoio aos estratos intermediários do Partido, principalmente os comitês municipais.

Questão central em todas essas considerações é encorpar o trabalho do Departamento de Quadros em todas as estruturas dirigentes. Na

experiência nacional, deve-se examinar a linha de constituir o Departamento Nacional em correlação com departamentos de quadros nas secretarias da mulher, sindical, juventude e movimentos sociais, com integrantes voltados diretamente a esse trabalho permanente. Isso formaria um corpo de trabalho mais forte e interativo. Ao mesmo tempo, os departamentos estaduais precisam transformar isso numa prioridade do trabalho da organização.

As considerações precedentes confluem para a questão nodal do papel do Comitê Central, responsabilidade maior de seu pleno, seus órgãos e cada uma e cada um de seus integrantes – aquela de zelar pela unidade partidária, um dos grandes patrimônios do PCdoB. Isso solicita cada vez mais o discernimento maduro para construir e representar tal unidade perante todo o Partido, sem prejuízo de opiniões pessoais distintas, mas sempre atentos à defesa pública das posições partidárias. Discernimento para não fazer de potenciais discrepâncias tensões desagregadoras ou artificializadas, nem de suprimi-las por meios normativos ou arbitrários. Em última instância, quem deve ter a palavra definidora sobre tais situações são os órgãos e organismos instituídos, sob o crivo da vontade e controle coletivos.

Por fim, e concentradamente, aos membros do Comitê Central se torna sempre mais necessário assimilar o Programa Socialista do Partido, extrair dele todas as consequências para a atuação cotidiana, orientar toda a atividade em função da perspectiva que ele representa. Eles devem ser capazes de crescente estudo e investigação das questões teóricas e políticas na perspectiva programática, revolvendo enfoques em cada área do conhecimento e ação política. Tal discernimento estratégico implica, para cada um e todos, encontrar tempo para o estudo, valorizando o programa da Escola Nacional, as orientações partidárias – que se estenderam a inúmeras áreas, os temas dos dossiês de Estudos Estratégicos e dos órgãos teóricos do Partido. O Programa Socialista aprovado há quatro anos é a síntese dos pensamento revolucionário atual do

PCdoB, e é com base na capacidade de assimilá-lo e promover a luta por sua consecução que se deverá eleger o novo Comitê Central.

▼ Trabalho do atual Comitê Central que encerra seu mandato

O Comitê Central eleito no 12º Congresso foi composto com 105 membros, dos quais um faleceu (Neuton Miranda), um pediu desligamento do Partido (Miltom Alves) e outro desligamento do órgão (Tiago Pinto). Reuniu-se em 16 sessões plenárias ordinárias e uma extraordinária. A média de faltas às ausências no período foi de 12%, justificadas em razão de inúmeros compromissos públicos por parte de dirigentes ou por razões de saúde, em sua maioria; além delas, faltas parciais em alguma das sessões das reuniões foram de 10%. As faltas injustificadas foram 3%. As contribuições financeiras obrigatórias estão em dia, havendo, entretanto, diligências para 12% dos membros (tabela 1 - p 178).

Suas pautas e regime de reuniões foram sempre pressionados pelas inúmeras questões a examinar, mas chegou a bom termo em submeter todas as questões, elaborar, deliberar e encaminhar decisões que armaram o Partido. Foram ordem do dia 11 temas da realidade política nacional (incluindo 2 especificamente sobre a luta social) e 27 temas ligados à atuação e à construção partidárias.

A composição do Comitê Central foi de 34 em 1º mandato, 21 em 2º mandato, 10 em 3º, 4º ou 5º mandatos, 9 em 6º mandato, 4 em 7º mandato e 5 em 8º mandato. A composição por gênero foi de 32% de mulheres. Por região, excetuadas as funções executivas desempenhadas em São Paulo, foram 30% de integrantes do Sudeste, 33% do Nordeste, 10% do Norte, 7% do Sul e 4% do Centro-Oeste. Por faixa etária, 15 tinham menos de 40 anos, 67 tinham de 41 a 60 anos e 21 mais de 61 anos. O tipo de atividade partidária principal foi, ao final do mandato, de 16%

dedicados ao trabalho de direção nacional executiva e mais 8% em trabalho de comissões auxiliares da direção nacional; 71% são integrantes de comissões políticas estaduais, 16% são parlamentares e mais 20% são quadros de governo ou de atuação institucional, 17% são dos movimentos sociais, 2% são acadêmicos.

A Comissão Política Nacional cumpriu rigorosamente seu papel de vértice do trabalho de condução política partidária entre uma e outra reunião do Comitê Central. Aí se estabeleceu o princípio maior de não deixar questões políticas e partidárias importantes sem exame pelo órgão. Foram 29 reuniões ordinárias e 3 extraordinárias.

Sua composição foi de 26 membros e suas reuniões foram dinâmicas politicamente, mas sob grande pressão das inúmeras responsabilidades de seus membros e das pautas. Houve uma média de ausências justificadas de 18% de seus membros às reuniões e 3% de ausências injustificadas (tabela 2 - p178).

Excetuada a última reunião, ainda não computada, foram ordem do dia por 21 ocasiões temas da política nacional, incluindo a luta social, 32 temas da construção e atuação partidárias, 58 temas de trabalho de direção e, 2 cada, os temas de relações internacionais e atividades institucionais de governo.

O Secretariado Nacional foi o que sofreu maior alteração em seu papel, conforme prescrito no 12º Congresso. Reuniu-se quando necessário, em execução das diretivas da Comissão Política Nacional ou em controle do trabalho de direção em cada frente. Foram 80 reuniões, com amplo predomínio dos temas de trabalho de direção executiva, temas de construção partidária e situações estaduais, ou de balanços e preparações relativos à vida partidária. Realizou atividade de informação e controle do quadro político, da luta social e de atividades internacionais e institucionais. Ainda desempenha funções de controle político-organizativo insuficientemente assumido pela Comissão Política.

Tabela 1
Resumo das reuniões
do Comitê Central

REUNIÕES	AUSÊNCIAS	
	JUSTIFICADAS	NÃO JUSTIFICADAS
1ª	1	0
2ª	7	0
1ª Extra	4	4
3ª	12	0
4ª	24	11
5ª	10	0
6	9	0
7ª	11	6
8ª	15	2
9ª	14	1
10ª	15	4
11ª	15	8
12ª	13	4
13ª	14	0
14ª	6	3
15ª	8	2

Tabela 2
Resumo das reuniões da Comissão Política Nacional

REUNIÕES DA CPN	AUSÊNCIAS	
	Justificadas	Não justificadas
1ª	3	1
2ª	4	0
3ª	5	0
4ª	3	0
5ª	6	0
6ª	9	0
7ª	4	1
8ª	3	1
9ª	4	3
10ª	3	0
11ª	2	0
12ª	6	1
1ª extraordinária	7	1
13ª	6	1
14ª	7	1
2ª extraordinária	3	0

REUNIÕES DA CPN	AUSÊNCIAS	
	Justificadas	Não justificadas
15ª	3	0
16ª	3	0
17ª	4	0
18ª	3	1
19ª	4	1
20ª	7	1
21ª	4	3
22ª	5	0
23ª	5	1
24ª	4	3
25ª	2	1
26ª	6	0
3ª extraordinária	1	1
27ª	4	1
28ª	3	1
29ª	3	1
TOTAL	136	25

A Comissão de Controle cumpriu 100% de suas reuniões regulares previstas em Estatuto, por ocasião das reuniões do Comitê Central, bem como em inúmeras reuniões promoveu sua atividade, consistente em ajuizar 10 processos disciplinares. Logrou elaborar e aprovar Regimento dos processos disciplinares no PCdoB e de funcionamento das Comissões de Controle. Igualmente normatizou a apreciação dos balanços financeiros do Partido. Sugeriu diversos aperfeiçoamentos na sistemática de apresentação de contas, que deverá servir de parâmetro para o próximo período.

▼ Diretrizes para a composição do novo Comitê Central

O Comitê Central precisa manter e aprimorar o papel de centro da direção geral partidária, manter e aprimorar as linhas de força vigentes na condução e gestão do Partido. Sua composição precisa manter aproximadamente o mesmo número de integrantes, promovendo permanência da experiência acumulada por seus membros, com renovação de integrantes como parte natural da vida partidária.

A nominata proposta expressa esse sentido. Renovações de papéis ou funções, mesmo quando implicam não integrar o Comitê Central, não são juízo negativo em nenhum caso concreto. Ao contrário, o 13º Congresso homenageia a todos e todas – sem exceção – que eventualmente não vierem a integrar novamente o Comitê Central, porque contribuíram com o melhor que acumularam em experiência e dedicação, e seguirão cumprindo papéis relevantes, integrantes do elenco de quadros nacionais do PCdoB, e porque certamente podem considerar que não são os mesmos após a experiência de ter integrado o Comitê Central. Forças novas e novas exigências de ação são permanentes na vida política e o PCdoB precisa considerá-las.

Quanto à Comissão Política Nacional, seu papel hoje explicita uma contradição do processo de amadurecimento do seu papel. Ela, para cumprir seu desiderato, precisa ter entre seus integrantes quadros com

grande influência na luta política, social e de ideias. Mas, por outro lado e ao mesmo tempo, eles precisariam se integrar mais na construção das posições partidárias, nas operações políticas com a pauta e agenda da direção nacional e na própria assunção da construção ideológica e orgânica do Partido.

Os papéis públicos dos atuais integrantes da Comissão Política Nacional têm pressionado muito esses aspectos e um melhor equilíbrio precisa ser produzido. Pode-se trabalhar com uma Comissão Política Nacional em termos de seus membros poderem de fato ter maior dedicação às responsabilidades e agendas implicadas em ser da direção política executiva, e que permitam a todos os seus membros (ou a grande maioria) assumirem mais a liderança em todo o país, não apenas em seu local de atuação prioritária; vale dizer, reforçar o caráter de direção geral que desempenham, indispensável para ampliar o impulso e controle políticos que se realizam em nome da direção nacional. Isso pode ser complementado elegendo-se como membros da Comissão Política Nacional também quadros que possam se dedicar mais ao trabalho de controle político-organizativo ou reforçar, sobremaneira, a Comissão Nacional de Organização.

O Secretariado Nacional deve manter o perfil de atividade atual para o próximo Comitê Central.

As secretarias e suas comissões permanentes, as coordenações, coletivos e frações, são indispensáveis ao trabalho permanente de direção e o 13º Congresso saúda a dedicação de seus membros. São um tesouro partidário a preservar e enriquecer, dando perspectivas e condições de trabalho regulares a seus membros, traçando-lhes projetos definidos relativos não apenas ao trabalho concreto, como também à sua inserção real na vida partidária, política, social, cultural, acadêmica ou profissional. Há como se considerar que eles possam, em vários casos, se dedicar em tempo parcial às atividades de comissão, combinadas com aquelas demais perspectivas.

Quanto à Comissão de Controle, a experiência indica a necessidade de ser integrada por quadros experientes, ao lado de aperfeiçoar a estrutura de apoio profissional. Será positivo se se puder manter um de seus integrantes na futura comissão a ser eleita, para dar sequência ao esforço.

Este tem sido um tempo de consolidação para o PCdoB e sua direção. É preciso perseverar no rumo traçado e aperfeiçoar o trabalho da direção nacional, com as diretrizes apresentadas. Põem-se, agora, diante do Partido, novos desenvolvimentos que porão à prova a maturidade alcançada.

A sucessão presidencial no Partido, diligentemente construída no debate do último ano, será uma prova maior de confiança no coletivo. Abrirá uma transição na trajetória da direção nacional. Ao lado disso, abre também o exame de alternâncias de outras funções executivas. Desenvolvem-se assim os primados da política de quadros aprovada no 12º Congresso, ao lado do fato de realmente estar se preparando a futura geração dirigente partidária. É o futuro de um partido com forte audiência entre jovens, trabalhadores e mulheres, com confiança no saber e agir coletivos. A maior lição que se pode sintetizar, para essa nova fase, é a da direção coletiva reunir o saber coletivo, para liderar a jornada pelo engrandecimento do PCdoB com seu caráter e sua coerência política.

E é a perspectiva que abraçamos, de um partido que luta por um Brasil socialista.

São Paulo, 20 de outubro de 2013

O Comitê Central do 12º Congresso do Partido Comunista do Brasil

Estatísticas da mobilização do 13º Congresso



Panorâmica das delegadas e dos delegados

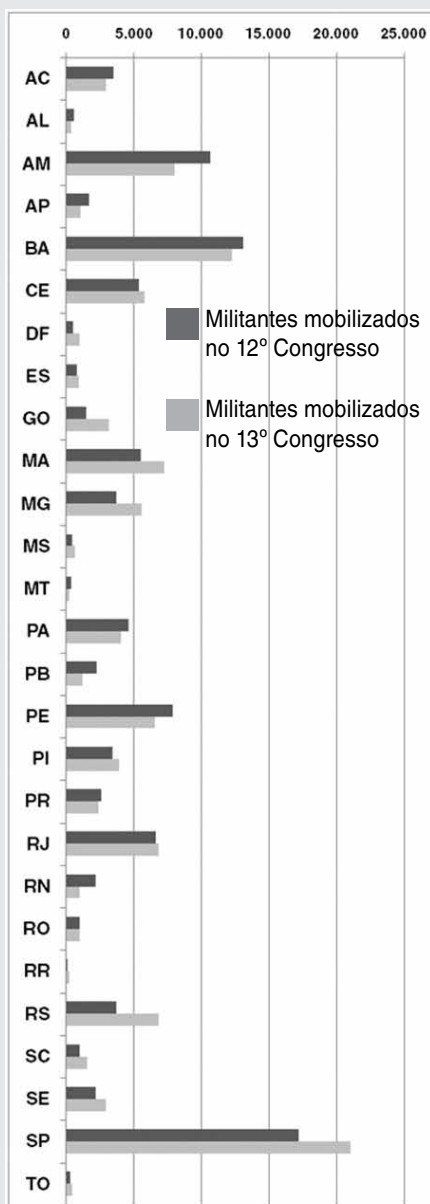
Mobilização Geral do Partido no 13º Congresso

UF	Mobilização Geral do Partido no 13º Congresso							Dirigentes Estaduais eleitos(as)				Nº de Delegados (as)
	Militantes mobilizados 13º congresso	Municípios que realizaram conferência em 2013	% Tot	Mobilizados na Capital em 2013	% em relação ao estado	Bases em 2013	% Tot	TOTAL	Homens	Mulheres	% Mulher	
Região Norte												
AC	2.957	22	1%	468	16%	22	1%	59	40	19	32%	23
AM	7.976	46	3%	3.938	49%	133	6%	63	43	20	32%	58
AP	1.069	16	1%	243	23%	27	1%	37	25	12	32%	8
PA	4.043	77	5%	966	24%	141	6%	63	44	19	30%	25
RO	999	21	1%	220	22%	0	0%	29	21	8	28%	5
RR	183	10	1%	90	49%	0	0%	31	21	10	32%	5
TO	446	17	1%	253	57%	9	0%	23	15	8	35%	5
Sub-Total	17.673	209	12%	6.178	35%	332	15%	305	209	96	31%	129
Região Nordeste												
AL	372	23	1%	49	13%	3	0%	38	28	10	26%	5
BA	12.240	234	14%	1.340	11%	86	4%	63	44	19	30%	74
CE	5.800	121	7%	1.550	27%	196	9%	63	41	22	35%	43
MA	7.257	118	7%	1.250	17%	88	4%	63	44	19	30%	47
PB	1.195	44	3%	318	27%		0%	53	37	16	30%	12
PE	6.519	91	5%	602	9%	205	9%	63	43	20	32%	50
PI	3.929	78	5%	772	20%	10	0%	61	41	20	33%	25
RN	1.000	42	2%	154	15%	14	1%	43	30	13	30%	11
SE	2.900		0%	1.050	36%		0%	45	30	15	33%	16
Sub-Total	41.212	751	44%	7.085	17%	602	27%	492	338	154	31%	283
Região Centro-Oeste												
DF	941	12	1%	398	42%	6	0%	51	31	20	39%	7
GO	3.153	126	7%	638	20%	42	2%	64	44	20	31%	25
MS	593	19	1%	226	38%	31	1%	38	26	12	32%	5
MT	219	10	1%	56	26%		0%	27	16	11	41%	5
Sub-Total	4.906	167	10%	1.318	27%	79	4%	180	117	63	35%	42
Região Sudeste												
ES	877	38	2%	63	7%	2	0%	39	26	13	33%	8
MG	5.560	125	7%	1.284	23%	101	5%	63	44	19	30%	52
RJ	6.824	70	4%	1.252	18%	277	12%	63	45	18	29%	69
SP	21.035	116	7%	5.113	24%	556	25%	63	43	20	32%	152
Sub-Total	34.296	349	21%	7.712	22%	936	42%	228	158	70	31%	281
Região Sul												
PR	2.399	69	4%	187	8%	18	1%	39	26	13	33%	15
RS	6.791	116	7%	1.323	19%	250	11%	63	44	19	30%	48
SC	1.517	33	2%	240	16%	15	1%	51	31	20	39%	11
Sub-Total	10.707	218	13%	1.750	16%	283	13%	153	101	52	34%	74
TOT	108.794	1.694		24.043	22%	2.232		1.358	923	435	32%	809

49 membros do CC são delegados(as) natos(as) e 53 foram eleitos(as) pelos estados - 30/10/2013

Comparativo de mobilização entre o 12º e o 13º Congresso, por estado.

UF	Militantes mobilizados no 12º congresso	Militantes mobilizados no 13º congresso
AC	3.453	2.957
AL	557	372
AM	10.651	7.976
AP	1.648	1.069
BA	13.090	12.240
CE	5.331	5.800
DF	520	941
ES	760	877
GO	1.478	3.153
MA	5.476	7.257
MG	3.706	5.560
MS	450	593
MT	359	219
PA	4.579	4.043
PB	2.246	1.195
PE	7.868	6.519
PI	3.417	3.929
PR	2.560	2.399
RJ	6.611	6.824
RN	2.188	1.000
RO	950	999
RR	89	183
RS	3.706	6.791
SC	987	1.517
SE	2.182	2.900
SP	17.201	21.035
TO	269	446
TOT	102.332	108.794



Delegados e delegadas presentes no 13º Congresso, por unidades federativas e gênero

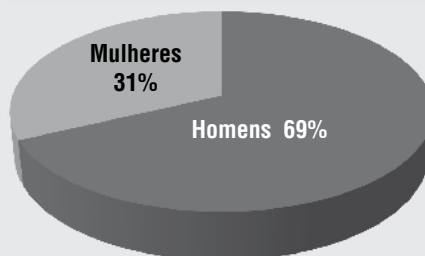
UF	Nº DE DELEGADOS PRESENTES
AC	18
AL	6
AM	43
AP	9
BA	72
CE	43
DF	7
ES	9

GO	25
MA	37
MG	54
MS	5
MT	5
PA	22
PB	12
PE	52
PI	17
PR	13
RJ	67

RN	12
RO	5
RR	1
RS	50
SC	11
SE	9
SP	143
TO	4
CC DN	21

TOTAL 772

Sexo	Quantidade	Percentual
Homens	532	69%
Mulheres	240	31%
Total	772	100%



Comitê Central eleito

O 13º Congresso elegeu o novo Comitê Central com 125 membros



Membros do Comitê Central eleitos são apresentados ao plenário

Os eleitos ao Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) no 13º Congresso



Abgail Pereira – RS

Pedagoga, 53 anos, ingressou no Partido em 1984; foi secretária nacional de Mulheres da CTB; atual secretária de Turismo do governo do Rio Grande do Sul; integra o CE/RS, eleita para o Comitê Central no 12º Congresso.



Adalberto Frasson – RS

Filósofo, 53 anos, ingressou no Partido em 1981, integra o CE/RS desde 1991, foi presidente de 1995 a 2013, eleito para o Comitê Central desde o 10º Congresso.



Adalberto Monteiro – DN

Jornalista e poeta, 55 anos; ingressou no Partido em 1979; foi presidente do CE/GO entre 1991 e 2001; secretário nacional de Formação e Propaganda desde 2002 e é da CPN; integra o Comitê Central desde o 9º Congresso.



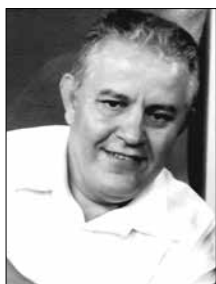
Adilson Araújo – BA

Bancário, 45 anos, ingressou no Partido em 1990; foi presidente da CTB/BA; é dirigente do Sindicato dos Bancários da Bahia; integrou o CE/BA, atual presidente nacional da CTB. Integra a CPN.



Alanir Cardoso – PE

70 anos, ingressou no Partido em 1972, foi presidente do CE/PE de 2000 a 2013; integra o Comitê Central desde o 6º Congresso.



Alcides Amazonas – SP

51 anos, filiado desde 2001. Cobrador e motorista, ocupou a secretaria geral do Sindicato dos Condutores de São Paulo e a diretoria da São Paulo Transportes (SPTrans). É deputado estadual, chefiou em São Paulo a Agência Nacional de Petróleo. Integra o CE/SP.



Aldemir Caetano – AM

Engenheiro Eletrônico e Administrador de Empresas, operário da Petrobras, 55 anos, ingressou no Partido em 1982; integra a Federação Única dos Petroleiros e o CE/AM, eleito para o Comitê Central desde o 11º Congresso.



Aldo Arantes – DN

Advogado, 74 anos, ingressou no Partido em 1972, secretário nacional de Meio Ambiente e da CPN, integra o Comitê Central desde o 7º Congresso.



Aldo Rebelo – SP

Jornalista, 57 anos, ingressou no Partido em 1977, eleito deputado federal desde 1991; foi ministro da Articulação Política, presidente da Câmara dos Deputados, atual ministro do Esporte; integra o CE/SP; integra a CPN, eleito para o Comitê Central desde o 7º Congresso.



Alice Portugal – BA

Farmacêutica, 54 anos, ingressou no Partido em 1978, é deputada federal, do Fórum Nacional sobre a Questão da Mulher do Partido; integra o CE/BA; eleita para o Comitê Central no 12º Congresso.



Altamiro Borges – DN

Jornalista, 50 anos, ingressou no Partido em 1979; é presidente do Centro de Estudos de Mídia Alternativa Barão de Itararé, secretário nacional da Questão da Mídia. Eleito para o Comitê Central desde o 9º Congresso.



Ana Maria Prestes – MG

Cientista Política, 35 anos, ingressou no Partido em 1997; foi da direção nacional da UJS e da ANPG, atual secretária de Educação da cidade de Contagem; integra o CE/MG; eleita para o Comitê Central no 12º Congresso.



Ana Rocha – RJ

Psicóloga e jornalista, 63 anos, ingressou no Partido em 1973, atual secretária de Políticas para as Mulheres da Prefeitura do Rio de Janeiro, integra o Fórum Nacional sobre a Questão da Mulher do PCdoB, presidenta do CE/RJ de 1995 a 2013. Eleita para o Comitê Central desde o 7º Congresso.



André Bezerra – SP

Advogado, 49 anos, ingressou no Partido em 1986, integrou a Comissão Nacional de Organização, atual secretário estadual de Formação do CE/SP, eleito para o Comitê Central desde o 11º Congresso.



André Tokarski – DN

Bacharel em Direito, 29 anos, ingressou no Partido em 2000; foi presidente da UEE/GO, coordenador da fração da UJS na UNE, atual presidente nacional da UJS; eleito para o Comitê Central no 12º Congresso.



Angela Albino – SC

Bacharel em Direito, funcionária pública federal, 44 anos, ingressou no Partido em 2003; é deputada estadual; atual presidenta do CE/SC; eleita para o Comitê Central no 12º Congresso.



Ângela Guimarães – BA

Socióloga, 32 anos ingressou no Partido em 2001; foi da direção estadual e nacional da UJS; é da direção nacional da União de Negros Pela Igualdade (UNEGRO). É vice-presidenta do Conselho Nacional de Juventude; integrou o CM/Salvador e o CE/ BA.



Antenor Medeiros – RN

Advogado, 52 anos, ingressou no Partido em 1987; atual presidente do CE/RN; eleito para o Comitê Central no 12º Congresso.



Antonieta Trindade – PE

Professora, 52 anos, ingressou no Partido em 1988; coordenou a fração do Partido na CNTE, foi vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco – SINTEPE; integra o CE/PE; atual presidenta do CM/Recife.



Antonio Levino – AM

Médico e professor universitário, 52 anos, ingressou no Partido em 1981; foi presidente do CE/AM; foi membro da Comissão Nacional de Organização Regionalizada; atual presidente do CM/Manaus; integra o CE/AM.



Assis Mello – RS

Soldador, montador, metalúrgico, 51 anos, ingressou no Partido em 1987, foi vereador em Caxias do Sul; é deputado federal; integra o CE/RS desde 1997, eleito para o Comitê Central desde o 11º Congresso.



Augusto Buonicore – DN

Historiador, 53 anos, ingressou no Partido em 1979, integra a Comissão Nacional de Formação e Propaganda; eleito para o Comitê Central desde o 10º Congresso.



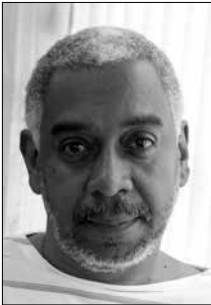
Augusto César Madeira – DF

Advogado, 50 anos, ingressou no Partido em 1993; atual chefe de gabinete da liderança da bancada federal e atual presidente do CE/DF; eleito para o Comitê Central no 12º Congresso.



Augusto Vasconcelos – BA

Advogado, professor universitário, bancário, 32 anos, ingressou no Partido em 2000; foi presidente da UJS/BA; atual vice-presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia, dirigente nacional da CTB; integra o CE/BA.



Aurino Nascimento – BA

Operário metalúrgico, 50 anos, ingressou no Partido em 1990; atual presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia; integra o CM/ Camaçari e o CE/BA; eleito para o Comitê Central desde o 11º Congresso.



Bartiria da Costa – RJ

Enfermeira, 58 anos, ingressou no Partido em 1987; atual presidenta da CONAM; integra o CE/RJ e o Fórum dos Movimentos Sociais do PCdoB; eleita para o Comitê Central no 12º Congresso.



Bernardo Joffly – SC

Jornalista, 62 anos, ingressou no Partido em 1966; foi editor do Portal Vermelho, integra o CE/SC, eleito para o Comitê Central desde o 11º Congresso.



Carina Vitral – SP

Estudante de Economia, 25 anos, ingressou no PCdoB em 2007; foi diretora da UNE na gestão 2011-2013, é da direção nacional da UJS e atual presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo.



Carlin Moura – MG

Jornalista e advogado, 45 anos, ingressou no Partido em 1988; foi vice-presidente da UNE, vereador da cidade de Contagem e deputado estadual; atual Prefeito da cidade de Contagem, integra o CE/MG.



Carlos Augusto (Patinhas) – CE

Engenheiro civil, 69 anos, ingressou no Partido em 1966, foi presidente do CE/CE; integra o CE/CE e a CPN, eleito para o Comitê Central desde o 8º Congresso.



Cláudia Petuba – AL

Professora universitária, 24 anos, ingressou no Partido em 2009; foi vice-presidenta e secretária de Juventude do CM/ Maceió; atual presidenta do CE/AL.



Claudio Bastos – BA

Agricultor familiar, 30 anos, ingressou no Partido em 1999; atual diretor da Fetag/BA e da CTB/BA; integra o CE/BA, eleito para o Comitê Central no 12º Congresso.



Dalva Stela – MG

Cirurgiã Dentista; 67 anos, ingressou no Partido em 1972; foi secretária de Administração da Prefeitura de Belo Horizonte; atual presidenta do CM/Belo Horizonte, integra o CE/MG.



Daniel Almeida – BA

Operário têxtil, 58 anos, ingressou no Partido em 1985, é deputado federal e atual presidente do CE/BA, integra a CPN e o Comitê Central desde o 8º Congresso.



Daniel Iliescu – RJ

Cientista social, 29 anos, ingressou no Partido em 2003; foi presidente da União Nacional dos Estudantes, é da direção nacional da UJS, atual presidente da UJS/RJ, integra o CE/ RJ.



Daniele Costa – BA

Graduanda em Ciências Sociais, 34 anos, ingressou no Partido em 2001, é do Fórum Permanente sobre a Questão da Mulher e da Coordenação Nacional da UBM; integra o CE/BA, eleita para o Comitê Central desde o 12º Congresso.



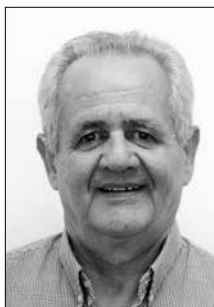
Davi Ramos – SP

51 anos, filiado desde 1988. Vereador em Americana, SP, presidente licenciado da Fapesp (Federação das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo).



Davidson Magalhães – BA

Economista, 49 anos, ingressou no Partido em 1986; foi coordenador da Agência Nacional de Petróleo (ANP) Norte/ Nordeste; atual presidente da Cia. de Gás da Bahia, integra o CE/BA, eleito para o Comitê Central no 12º Congresso.



Dilermando Toni – DN

Jornalista, 65 anos ingressou no Partido em 1972, atua na comissão auxiliar da Presidência do CC, eleito para o Comitê Central desde o 9º Congresso.



Divanilton Pereira – RN

Operário petroleiro, 49 anos, ingressou no Partido em 1988, atual diretor nacional da CTB, integra o CE/RN, eleito para o Comitê Central desde o 11º Congresso.



Edilon Melo – AM

Operário, 49 anos, ingressou no Partido em 2000, foi presidente do CE/AM cessante, eleito para o Comitê Central desde o 11º Congresso.



Edmilson Valentim – RJ

Operário metalúrgico, 50 anos, ingressou no Partido em 1983, foi deputado federal, integra o CE/RJ, eleito para o Comitê Central desde o 8º Congresso.



Edson França – DN

Historiador, 45 anos, ingressou no Partido em 1991, atual coordenador nacional da UNEGRO, integra o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial; eleito para o Comitê Central no 12º Congresso.



Edvaldo Magalhães – AC

Professor, 48 anos, ingressou no Partido em 1987, atual secretário de Governo do Estado do Acre, integra e foi presidente do CE/AC, eleito para o Comitê Central no 10º Congresso.



Edvaldo Nogueira – SE

Médico, 52 anos ingressou no Partido em 1981, foi prefeito de Aracaju, integra o CE/SE, eleito para o Comitê Central desde o 9º Congresso.



Elias Jabbour – DN

Geógrafo, pesquisador, 38 anos, ingressou no PCdoB em 1991; é professor da Escola Nacional do PCdoB, integra o conselho editorial da Revista *Princípios* e atual integrante da comissão auxiliar da presidência nacional do PCdoB.



Elisângela Lizardo – DN

Bióloga, 34 anos, ingressou no Partido em 2002, foi da Executiva Estadual da UJS/MG, da executiva nacional da UJS e presidente da ANPG, é do Fórum Nacional sobre a Questão da Mulher, é do Coletivo Nacional de Pesquisadores em Ciência, Tecnologia e Inovação.



Elza Campos – PR

Assistente Social e professora, 58 anos, ingressou no Partido em 1983; integra o Fórum Nacional sobre Questão da Mulher do PCdoB, é presidenta da União Brasileira de Mulheres (UBM), atual presidenta do CM/Curitiba, integra o CE/PR.



Emília Fernandes – RS

Funcionária Pública, 63 anos, ingressou no Partido em 2013; foi vereadora, senadora, ministra de políticas para mulheres, é suplente de deputada federal e atual presidenta do Fórum de Mulheres do Mercosul/Brasil.



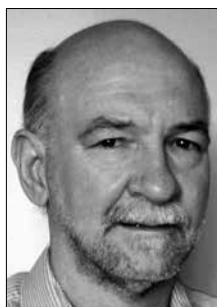
Eron Bezerra – AM

Agrônomo e professor universitário, 60 anos, ingressou no Partido em 1977, é suplente de deputado federal e secretário de Estado do Governo do Amazonas, integra o CE/AM, eleito para o Comitê Central desde o 8º Congresso.



Evandro Milhomem – AP

Sociólogo, 51 anos, ingressou no Partido em 2005; é deputado federal e vice-presidente do CE/AP.



Fábio Tokarski – DN

Engenheiro Civil e professor, 56 anos, ingressou no Partido em 1980, foi presidente do CE/GO, vereador, deputado estadual e assessor do Ministério da Fazenda; atualmente integra o CE/GO.



Fabrício Falcão – BA

Geógrafo, professor da rede estadual de ensino, 38 anos, ingressou no PCdoB em 1993. Foi vereador e atualmente é deputado estadual. Integra o CM de Vitória da Conquista e a Comissão Política do Comitê Estadual da Bahia.



Fernando Niedersberg – RS

Químico, 46 anos, ingressou no Partido em 1983; foi secretário de Meio Ambiente do RS; é da Escola Nacional do PCdoB, foi presidente do CM de Porto Alegre, integra o CE/RS.



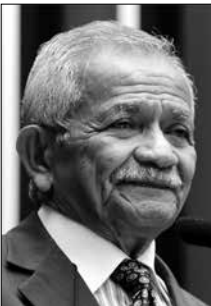
Flávia Calé – DN

Historiadora, 29 anos; ingressou no Partido em 2003; foi diretora da UNE, presidenta da UEE-RJ, presidenta da UJS/RJ; é da Executiva Nacional da UJS.



Flávio Dino – MA

Advogado, juiz federal e professor universitário, 45 anos, ingressou no Partido em 2006, foi deputado federal, atual presidente da EMBRATUR, integra o CE/MA e a CPN, eleito para o Comitê Central no 12º Congresso.



Francisco Lopes (Chico Lopes) – CE

Professor, 74 anos; ingressou no Partido em 1968, foi vereador e deputado estadual, atualmente é deputado federal e diretor do Sindicato dos Professores do CE; integra o CE/CE, eleito para o Comitê Central no 12º Congresso.



Gilvan Paiva – CE

Sociólogo, 49 anos, ingressou no Partido em 1983, foi secretário de Esporte e Juventude de Sobral e secretário de Educação de Maranguape, atualmente é secretário de Esporte do estado do Ceará, integra o CE/CE.



Gustavo Petta – SP

Vereador da cidade de Campinas, 33 anos, ingressou no Partido em 1997; foi secretário municipal de esportes de Campinas, integra o CM/Campinas e o CE/SP, eleito para o Comitê Central desde o 11º Congresso.



Haroldo Lima – BA

Engenheiro eletricitista, 74 anos, ingressou no Partido em 1972, foi deputado federal e diretor geral da ANP, integra a CPN cessante, integra o CE/BA, eleito para o Comitê Central desde o 6º Congresso.



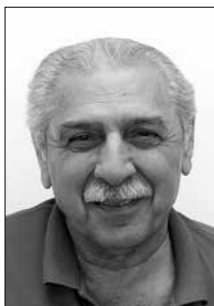
Inácio Arruda – CE

Eletrotécnico, 56 anos, ingressou no Partido em 1981, foi deputado federal, é Senador da República, integra o CE/CE, e a CPN, eleito para o Comitê Central desde o 8º Congresso.



Isaura Lemos – GO

Técnica de Enfermagem, 59 anos, ingressa no Partido em 1972 e fica até 1992, reingressa em 2007, foi presidente do Comitê Municipal de Goiânia; atualmente é deputada estadual e presidente do Comitê Estadual de Goiás.



Jamil Murad – SP

Médico, 70 anos, ingressou no Partido em 1968, foi vereador, deputado estadual, deputado federal; é presidente do CM/SP, integra o CE/SP, eleito para o Comitê Central desde o 8º Congresso.



Jandira Feghali – RJ

Médica, 56 anos, ingressou no Partido em 1981, foi deputada estadual, é deputada federal; integra o CE/RJ e o Fórum Nacional sobre a Questão da Mulher, eleita para o Comitê Central desde o 7º Congresso.



Javier Alfaya – BA

Arquiteto, 57 anos, ingressou no Partido em 1978, foi deputado estadual, integra o CE/BA, eleito para o Comitê Central desde o 9º Congresso.



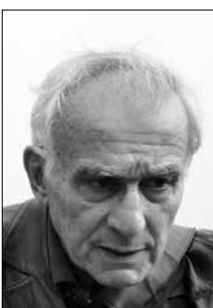
Jô Moraes – MG

Assistente social, 67 anos, ingressou no Partido em 1972, foi deputada estadual, é deputada federal, do Fórum Nacional do PCdoB sobre a Questão da Mulher, foi presidenta do CE/MG de 1993 a 2013, integra a CPN, eleita para o Comitê Central desde o 6º Congresso.



João Batista Lemos – RJ

Operário metalúrgico, 60 anos, ingressou no Partido em 1975, foi secretário Sindical do PCdoB, diretor da CTB, atual presidente do CE/RJ, integra a CPN, eleito para o Comitê Central desde o 6º Congresso.



João Quartim de Moraes – SP

Filósofo, advogado, professor universitário, 72 anos; ingressou no Partido em 2001; integrou o CE/SP, é atual diretor da Fundação Maurício Grabois/SP.



Jonas Marins – RJ

Funcionário Público; 43 anos; ingressou no Partido em 2006; foi presidente do CM/ Barra Mansa; atual Prefeito de Barra Mansa, integra o CE/RJ.



Jorge Panzera – PA

Servidor Público; 42 anos; ingressou no Partido em 1985; foi presidente nacional da UJS, subchefe da Casa Civil e Secretário de Estado de Esporte Lazer do Governo do Estado do Pará, foi presidente do CM/Belém, atual presidente do CE/PA.



José Carlos Ruy – DN

Jornalista, 63 anos, ingressou no Partido em 1972, é professor da Escola Nacional do Partido, atual editor do *A Classe Operária*, integra a Fundação Maurício Grabois e o Portal Vermelho.



José Reinaldo Carvalho – DN

Jornalista, 58 anos, ingressou no Partido em 1972, secretário nacional de Comunicação; integra a CPN, eleito para o Comitê Central desde o 7º Congresso.



Júlia Roland – SP

Médica, 64 anos, ingressou no Partido em 1972, atua no Ministério da Saúde, integra o CE/SP, é da Comissão Nacional de Controle do CC, eleita para o Comitê Central desde o 11º Congresso.



Julieta Palmeira – BA

Médica Geriatria, 58 anos, filiada desde 1977, Integra o Fórum Nacional do PCdoB sobre a Questão da Mulher e o CE/BA, eleita para o Comitê no 12º Congresso.



Júlio Vellozo – DN

Historiador; 37 anos, ingressou no Partido em 1996, secretário nacional de Juventude, integra o Fórum Nacional sobre a Questão da Mulher, e o CE/SP, eleito para o Comitê Central desde o 11º Congresso.



Liège Rocha – DN

Bibliotecária, 69 anos, ingressou no Partido em 1972, secretária nacional sobre Questão da Mulher, coordenadora do Fórum sobre a Questão da Mulher, integra a CPN, eleita para o Comitê Central desde o 9º Congresso.



Lourdes Rufino – PI

Economista, 58 anos, ingressou no Partido em 1989, integra o CE/PI, eleita para o Comitê Central no 12º Congresso.



Luciana Santos – PE

Engenheira eletricista, 47 anos, ingressou no Partido em 1987, foi prefeita de Olinda, secretária de Estado do governo do PE, é deputada federal, integra o Fórum Nacional sobre a Questão da Mulher e o CE/PE, é vice-presidenta do Comitê Central e integra a CPN, eleita desde o 10º Congresso.



Luciano Siqueira – PE

Médico, poeta, 67 anos, ingressou no Partido em 1972, foi deputado estadual, atual vice-prefeito de Recife, integra o CE/PE, eleito para o Comitê Central desde o 6º Congresso.



Luiz Carlos Paes – CE

Engenheiro, analista do Banco Central do Brasil, 57 anos, ingressou no Partido em 1979, diretor do Sindicato dos Analistas do BACEN, foi presidente do CM/Fortaleza, atual presidente do CE/Ceará.



Luis Fernandes – RJ

Cientista político e professor universitário, 55 anos, ingressou no Partido em 1979, foi presidente da FINEP, atual secretário executivo do Ministério do Esporte, integra o CE/RJ, eleito para o Comitê Central desde o 7º Congresso.



Madalena Guasco – DN

Assistente social e professora universitária, 60 anos, ingressou no Partido em 1977, atual presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – CONTEE, eleita para o Comitê Central desde o 8º Congresso.



Manoel Rangel – SP

Cineasta, 42 anos, ingressou no Partido em 1983, foi presidente da UBES, atual diretor presidente da Agência Nacional do Cinema – Ancine, do CE/SP, eleito para o Comitê Central desde o 11º Congresso.



Manuela D'Ávila – RS

Jornalista, 32 anos, ingressou no Partido em 2000, foi vereadora de Porto Alegre, é deputada federal, atual líder da bancada do Partido da Câmara de Deputados, é presidenta do CE/RS, integra a CPN, eleita para o Comitê Central desde o 11º Congresso.



Marcelino Granja – PE

Engenheiro Civil, 53 anos, ingressou no Partido em 1981, foi secretário de governo de Olinda, atual secretário de Ciência e Tecnologia do Estado de PE, integra do CE/PE desde 1982, eleito para o Comitê Central desde o 11º Congresso.



Marcelino Rocha – MG

Analista de laboratório, 52 anos, ingressou no Partido em 1989, foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim e região e da Federação Interestadual dos Metalúrgicos e Metalúrgicas do Brasil (FITMETAL); atual presidente da CTB-MG, integrou o CM/ Betim, integra o CE/MG.



Marcelo Cardia – SP

Engenheiro agrônomo, 54 anos, ingressou no Partido em 1983, foi secretário de organização do CE/SP cessante, integra o CE/SP, eleito para o Comitê Central no 12º Congresso.



Marcelo Ferraz Toledo – SP

Operário ferramenteiro, 50 anos, ingressou no Partido em 1981, integra o CE/SP, eleito para o Comitê Central no 10º Congresso.



Márcio Jerry – MA

Jornalista, 46 anos, ingressou no Partido em 2007; foi presidente do CM/ São Luís do Maranhão, é secretário de Comunicação da prefeitura de São Luís, atual presidente do CE/MA.



Marlene Alves – PB

Professora universitária, 56 anos, filiada desde 1992. É secretária de Cultura de Campina Grande, PB. Foi Reitora da UEPB.



Nádia Campeão – SP

Engenheira agrônoma, 55 anos, ingressou no Partido em 1979, foi secretária de esportes da cidade de SP, atual vice-prefeita da cidade de São Paulo; foi presidenta do CE/SP, integra o CM/SP e o CE/SP. Integra a CNP, eleita para o Comitê Central desde o 7º Congresso.



Nágyla Drummond – CE

Socióloga e professora; 37 anos; Ingressou no Partido em 2000; atual assessora parlamentar federal, integra o Fórum Nacional sobre a Questão da Mulher, o CM/ Fortaleza e o CE/CE.



Neide Freitas – DN

Professora, funcionária pública, 41 anos, ingressou no Partido em 1989; atual assessora parlamentar federal, integrou o CE/CE, a Comissão Nacional de Formação e é atual integrante da Comissão Nacional de Organização do Comitê Central.



Nereide Saviani – DN

Pedagoga, 65 anos, ingressou no Partido em 1986, é do Fórum Nacional sobre a Questão da Mulher, integra a Comissão Nacional de Formação e Propaganda, diretora da Escola Nacional, eleita para o Comitê Central desde o 11º Congresso.



Nivaldo Santana – DN

Técnico em serviços administrativos, 60 anos, ingressou no Partido em 1980, secretário nacional Sindical do Comitê Central, vice-presidente da CTB, integra o CE/SP, integra a CPN, eleito para o Comitê Central desde o 8º Congresso.



Olgamir Amancia – DF

Professora universitária, 55 anos, ingressou no Partido em 1985, atual secretária de Estado da Mulher do GDF, foi presidenta do CM/Planaltina, integra o Fórum Nacional sobre a Questão da Mulher e o CE/DF.



Olival Freire – BA

Físico, professor universitário, cientista, 59 anos, ingressou no Partido em 1973, foi diretor do Ministério de Ciência e Tecnologia e integra o Coletivo Nacional de Pesquisadores em Ciência, Tecnologia e Inovação; eleito para o Comitê Central no 12º Congresso.



Olívia Santana – BA

Pedagoga, 46 anos, ingressou no Partido em 1988, foi vereadora e secretária de Educação de Salvador, integra o governo do estado da BA e o Fórum Nacional sobre a Questão da Mulher, atual presidenta do CM/Salvador, dirigente do CE/BA, eleita para o Comitê Central desde o 10º Congresso.



Orlando Silva Júnior – SP

Vereador da cidade de São Paulo, 42 anos, ingressou no Partido em 1989, foi presidente da UNE e da UJS nacional, foi ministro do Esporte, atual presidente do CE/SP, integra a CPN, eleito para o Comitê Central desde o 10º Congresso.



Osmar Júnior – PI

Advogado, 54 anos, ingressou no Partido em 1981, é deputado federal, atual presidente do CE/PI, eleito para o Comitê Central desde o 10º Congresso.



Pedro Bigardi – SP

Engenheiro civil, 51 anos, ingressou no Partido em 2007; foi deputado estadual e secretário de Obras de Campinas; atual prefeito da cidade de Jundiaí, integra o CE/SP.



Péricles Souza – BA

70 anos, ingressou no Partido em 1972. É da Comissão Nacional de Controle do Comitê Central, presidiu o CE/BA e integra o atual CE/BA, eleito para o Comitê Central desde o 6º Congresso.



Perpétua Almeida – AC

Professora e bancária, 48 anos, ingressou no Partido em 1987, é deputada federal, integra o CE/AC, eleita para o Comitê Central desde o 11º Congresso.



Raimunda Gomes (Doquinha) – AM

Pedagoga, 46 anos, ingressou no Partido em 1994, foi presidenta do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do AM, atual dirigente nacional da CTB, integra o Fórum Nacional sobre a Questão da Mulher e o CE/SP.



Raimunda Leone – RJ

Metalúrgica, 43 anos, ingressou no Partido em 2002; integra o Fórum Nacional sobre a Questão da Mulher e o Sindicato dos Metalúrgicos do RJ; integra o CE/RJ, eleita para o Comitê Central no 12º Congresso.



Renan Alencar – DN

Estudante de tecnologia mecânica, 26 anos, ingressou no Partido em 2005; foi coordenador da fração UJS na UNE, secretário executivo da OCLAE e da direção estadual da UJS/AM; atual secretário de Organização da Executiva nacional da UJS.



Renata Mielli – SP

Jornalista, 41 anos, ingressou no Partido em 1988; atual secretária-geral do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, foi da Secretaria Nacional de Questões da Mídia do Comitê cessante, integra o CE/SP.



Renato Rabelo – DN

71 anos, ingressou no Partido em 1972, é presidente nacional do Comitê Central, integra a CPN, eleito para o Comitê Central desde o 6º Congresso.



Renildo Calheiros – PE

Geólogo, 54 anos, ingressou no Partido em 1979, foi deputado federal, atual Prefeito de Olinda, integra o CE/PE e a CPN, eleito para o Comitê Central desde o 10º Congresso.



Renildo Souza – BA

Economista e professor universitário, 56 anos; ingressou no Partido em 1979, é professor da Escola Nacional de Formação do PCdoB, integra o CE/BA, eleito para o Comitê Central desde o 7º Congresso.



Ricardo Alemão Abreu – DN

Economista, 45 anos, ingressou no Partido em 1986, é secretário nacional de Relações Internacionais do Comitê Central, integra a CPN, eleito para o Comitê Central desde o 9º Congresso.



Ricardo Gomyde – PR

Tem 43 anos, filiado desde 1993, foi deputado federal pelo Paraná (1995-1999) e secretário estadual de esportes. É presidente do CE/PR.



Ronald Cavalcanti Freitas – DN

Advogado, 71 anos, ingressou no Partido em 1972, é secretário nacional de Planejamento e membro do Secretariado do Comitê Central, eleito para o Comitê Central desde o 6º Congresso.



Ronaldo Carmona – SP

Cientista Social, 39 anos, filiado desde 1988, foi diretor da OCLAE e Relações Internacionais da UJS, é da Fundação Maurício Grabois, professor da Escola Nacional do PCdoB, foi da Comissão de Relações Internacionais do Comitê Central.



Ronaldo Leite – RJ

Carteiro, 35 anos, ingressou no Partido em 1993; foi do CM/Rio de Janeiro e integra o CE/RJ, atual presidente da CTB/RJ.



Sérgio Barroso – DN

Médico, 58 anos, ingressou no Partido em 1979, integra a Comissão Nacional de Formação e Propaganda do Comitê Central, eleito para o Comitê Central no 7º Congresso.



Socorro Gomes – DN

Professora, 61 anos, ingressou no Partido em 1972; foi deputada federal, é a atual presidenta do Centro Brasileiro de Solidariedade e pela Paz – Cebrapaz, eleita para o Comitê Central desde o 8º Congresso.



Vanessa Grazziotin – AM

Farmacêutica, 52 anos, ingressou no Partido em 1980, foi deputada federal, é Senadora da República; é do Fórum Nacional sobre a Questão da Mulher e integra o CE/AM e a CPN, eleita para o Comitê Central desde o 9º Congresso.



Virgínia Barros – PE

Estudante de Letras, 27 anos, ingressou no Partido em 2008; foi presidenta da União dos Estudantes de Pernambuco, atual presidenta da UNE, conselheira do Conselho Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e social; integra o CE/PE.



Vital Nolasco – DN

Operário metalúrgico, 66 anos, ingressou no Partido em 1972, foi vereador da cidade de SP. Secretário nacional de Finanças do Comitê Central, eleito para o Comitê Central desde o 8º Congresso.



Wadson Ribeiro – MG

33 anos, ingressou no Partido em 1993, foi presidente da UNE, da UJS e secretário executivo do Ministério do Esporte, atual presidente do CE/MG, eleito para o Comitê Central desde o 10º Congresso.



Wagner Gomes – SP

Metroviário, 52 anos, ingressou no Partido em 1977, foi presidente nacional da CTB, integra o CE/SP, eleito para o Comitê Central desde o 9º Congresso.



Waldemar de Souza – RJ

Advogado, 47 anos, ingressou no Partido em 1984; foi vice-presidente da UNE e da UJS e secretário executivo do Ministério do Esporte, atual presidente do CM/ Rio de Janeiro, integra o CE/RJ.



Walter Sorrentino – DN

Médico, 58 anos, ingressou no Partido em 1973, foi presidente do CE/SP, secretário nacional de Organização desde 2002. Integra o Fórum Nacional sobre a Questão da Mulher e integra a CPN, eleito para o Comitê Central desde o 7º Congresso.



Wander Geraldo – SP

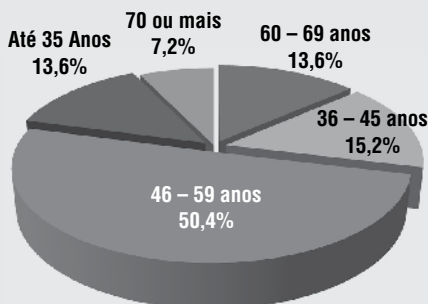
47 anos, ingressou no Partido em 2005, foi presidente da CONAM (Confederação Nacional das Associações de Moradores); integra a Prefeitura de São Paulo, foi presidente do CM/ SP, é dirigente do CE/SP, eleito para o Comitê Central desde o 11º Congresso.



Perfil do Comitê Central

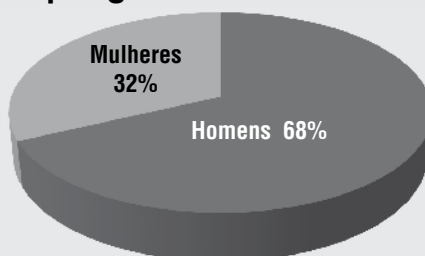
Comitê Central por faixa etária

Idade	Quantidade	Percentual
Até 35 Anos	17	13,6%
36 – 45 anos	19	15,2%
46 – 59 anos	63	50,4%
60 – 69 anos	17	13,6%
70 ou mais	9	7,2%
Total	125	100%



Comitê Central por gênero

Sexo	Quantidade	Percentual
Homens	85	68%
Mulheres	40	32%
Total	125	100%



Comitê Central por estados

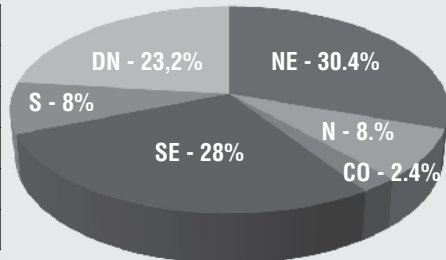
AC	2	1,6%
AL	1	0,8%
AM	6	4,8%
AP	1	0,8%
BA	16	12,8%
CE	6	4,8%
DF	2	1,6%
GO	1	0,8%
MA	2	1,6%
MG	6	4,8%
PA	1	0,8%
PB	1	0,8%

PE	7	5,6%
PI	2	1,6%
PR	2	1,6%
RJ	11	8,8%
RN	2	1,6%
RS	6	4,8%
SC	2	1,6%
SE	1	0,8%
SP	18	14,4%
DN	29	23,2%

Total 21 UF + DN

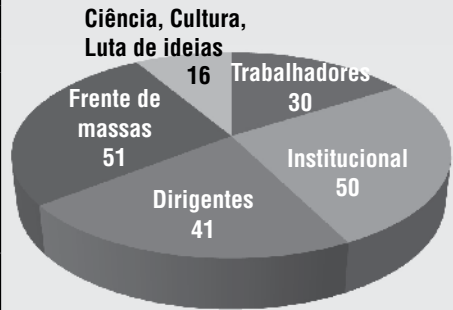
Comitê Central por Região

Nordeste (NE)	38	30.4%
Norte (N)	10	8.%
Centro Oeste (CO)	3	2.4%
Sudeste (SE)	35	28%
Sul (S)	10	8%
Direção Nacional (DN)	29	23,2%



Distribuição por Frente

Trabalhadores	30	24%
Institucional	50	40%
Dirigentes	41	32,8%
Frente de massas– (Comunitário, Mulheres, Jovens, Negros, LGBTT, Paz, Saúde, Educação, Sindicalistas)	51	40,8%
Ciência, Cultura, Luta de ideias	16	12,8%



Observação: alguns dirigentes atuam em mais de uma frente.



Sucessão na presidência do PCdoB



Renato Rabelo comunica ao plenário a decisão do Comitê Central eleito sobre a sucessão na presidência do PCdoB

Sucessão na presidência do PCdoB

Em reunião realizada em 20 de outubro de 2013, o Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) aprovou proposta do presidente da legenda, Renato Rabelo, sobre a sucessão na presidência do Partido. Ele indicou, após consultas aos membros da direção nacional, Luciana Santos, vice-presidenta e deputada federal por Pernambuco, para substituí-lo a partir do primeiro trimestre de 2015, numa Conferência Nacional a ser realizada.

Esta proposta foi debatida e aprovada na primeira reunião do Comitê Central eleito, no dia 16 de novembro de 2013, antes do encerramento do 13º Congresso.

A seguir, a *Resolução* aprovada, o comunicado de Renato Rabelo sobre a sua sucessão no encerramento do 13º Congresso e matéria do *Portal Vermelho* que informa a decisão do Comitê Central cessante acerca da referida proposta.

Resolução sobre a sucessão na presidência nacional do PCdoB

O Comitê Central, em sua última reunião plenária [dia 20/11/13] antes do 13º Congresso, apreciou os encaminhamentos realizados sobre a sucessão presidencial no Partido, conduzidas pelo presidente nacional, Renato Rabelo, por prerrogativa conferida por este órgão.

Considerou ser essa uma questão de alta importância política e educativa para todo o Partido, conducente ao amadurecimento de métodos de direção coletiva, de objetivos primordiais da Política de Quadros e de

confiança na linha política expressa no Programa Socialista e da linha de construção partidária.

Apreciando como justo o encaminhamento em seu mérito, o Comitê Central indica ao futuro Comitê a ser eleito no 13º Congresso, a proposição de reeleição de Renato Rabelo presidente nacional, para um período de transição até o primeiro trimestre de 2015, com a indicação do nome da deputada Luciana Santos para a vice-presidência para sucedê-lo na Presidência Nacional na ocasião em que o novo Comitê Central convocará o debate em todo o Partido, por meio de Conferência Nacional, para efetivar a substituição.

São Paulo, 16 de novembro de 2013

O Comitê Central eleito no 13º Congresso

(Esta Resolução oriunda do Comitê Central cessante foi aprovada pelo Comitê Central eleito no 13º Congresso)

Trecho do comunicado de Renato Rabelo no encerramento do 13º Congresso, no dia 16 de novembro de 2013

Queria salientar um ponto importante, um ponto alto deste Congresso, que é a resolução assumida pela Comitê Central eleito de realizar um processo de transição para a sucessão do atual presidente nacional do nosso Partido com a indicação da vice-presidenta, Luciana Santos, para que ocupe esse lugar na futura presidência da nossa legenda.

É a primeira vez que o Partido Comunista do Brasil vai ter na sua presidência uma mulher, demonstrando que não é só na teoria que defendemos o papel e a importância das mulheres. É uma decisão prática e importante.

(...)

Por isso, camaradas, me orgulho do nosso Partido. Tenho grande confiança nos nossos quadros, nos veteranos e nesses quadros jovens.

Esses quadros jovens têm de assumir o seu papel, têm de assumir responsabilidade dentro do Partido. Essa é a confiança que temos. É preciso conduzir esse Partido, que tem um grande ideal. Esse Partido que quer superar revolucionariamente a sociedade capitalista. Esse é o grande desafio, essa é a nossa missão histórica.

Comitê Central indica Luciana Santos para a presidência do PCdoB

Portal Vermelho, 21 de outubro de 2013

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, reunido nos dias 18 a 20 últimos, decidiu, por proposição do presidente nacional, Renato Rabelo, indicar Luciana Santos, vice-presidenta e deputada federal por Pernambuco, para substituí-lo a partir do primeiro trimestre de 2015. A resolução será submetida à ratificação pelo futuro Comitê Central a ser eleito no 13º Congresso, que se realizará de 14 a 16 de novembro próximo, em São Paulo.

A indicação pressupõe a manutenção de Renato Rabelo à frente do PCdoB durante o período de transição, que se inicia a partir do 13º Congresso até o prazo estipulado para que Luciana Santos assuma a Presidência.

Renato Rabelo é o presidente nacional do PCdoB desde o 10º Congresso (2001). Na reunião do Comitê Central, fez um pronunciamento de fundo político e ideológico abordando a própria sucessão. Destacou que ao longo de sua história de 91 anos de existência, o PCdoB “forjou quadros notáveis na luta aguda de classes que garantiram vida ininterrupta ao Partido, sustentando sua existência, da qual somos continuadores”.

Renato Rabelo lembrou que o PCdoB tem sido forjado com base em “profundas opções ideológicas feitas desde sua reorganização em 1962,

renovadas e atualizadas no 8º Congresso de 1992”. De acordo com ele, o fortalecimento do Partido nos anos recentes foi fruto dessas opções. “[O PCdoB] Firmou-se como a legenda comunista do país. O PCdoB persistiu na defesa da identidade comunista, do seu caráter revolucionário e anti-imperialista e com concepção antidogmática, no esforço da assimilação da concepção dialética marxista, refletindo as exigências da luta de classes na contemporaneidade no Brasil e no mundo. O PCdoB é assim concebido como vanguarda desse movimento e ao mesmo tempo como parte do bloco de forças políticas avançadas do país”, enfatizou.

O líder comunista relacionou os desafios da construção do Partido ao legado ideológico e histórico. “Construir um Partido Comunista, revolucionário, para a nossa época histórica, depois dos reveses estratégicos das primeiras experiências de construção da nova sociedade socialista no século 20, tem sido um grande desafio que ecoa fundo. Os comunistas são herdeiros de toda história do magno empreendimento revolucionário iniciado pela Grande Revolução de Outubro. O leninismo se tornou universal, não o modelo de socialismo que prevaleceu para um período histórico na Rússia/URSS e no mundo no início do século 20. Os ensinamentos do século passado demonstram que não existe um modelo único, universal de socialismo”, analisou.

De acordo com Renato, os marcos fundamentais da atual elaboração política do Partido – o Programa Socialista, os Estatutos e a Política de Quadros – estão situados em conformidade com o novo período histórico em que o Partido se expande e ganha nova projeção política. “Na luta pela construção do PCdoB, temos nos empenhado na edificação do Partido Comunista de princípios, com larga estrutura de quadros com feições modernas, fortalecido em sua vida orgânica à escala de centenas de milhares de membros, voltado para as múltiplas demandas da ação política crescente da atualidade”.

É nesse contexto de novos tempos, novos desafios e de aplicação de uma política de quadros, que estabelece critérios de permanência e

renovação, que a sucessão da Presidência nacional do PCdoB adquire suma importância. Além de assentar sobre critérios justos, a sucessão para o cargo máximo da direção partidária ocorre nos marcos de uma sólida unidade política e ideológica. “O PCdoB não tem correntes organizadas no seu seio. Todas as decisões, sobretudo as mais importantes e significativas, são construídas no sentido de maior unidade”, assegurou Renato.

Depois de informar ao Comitê Central sobre as consultas que fez no âmbito do Comitê Central, Renato expôs os critérios nos quais baseou a sua proposta. Segundo ele, para assumir a Presidência do Partido, o quadro deve demonstrar compromisso com a causa comunista e revolucionária, identificação com o pensamento programático e estratégico e com a natureza do Partido; dedicação ao fortalecimento da unidade do Partido; ser uma pessoa respeitada e estimada pelo coletivo partidário; dedicar-se à assimilação da nossa teoria básica. Agregou ainda como “critérios candentes”: o esforço pela aplicação e elaboração política e o protagonismo político; ser uma liderança respeitada dentro e fora do Partido, complementada com uma fisionomia de expressão pública em crescimento.

“Com base nos critérios anunciados e diante do que conhecemos da coluna de quadros mais destacados, apresento ao Comitê Central a proposta de que Luciana Santos assuma a vice-presidência do PCdoB, na condição de ser a sucessora do presidente atual.”

“Luciana Santos é engenheira eletricista, atual vice-presidenta nacional do Partido e deputada federal”, informou Renato, detalhando seu perfil: “Luciana é originária de família com larga militância comunista. Tem uma trajetória de dedicação ao PCdoB, e de contribuição crescente ao nosso Partido no âmbito estadual e nacional, quando assumiu a vice-presidência do nosso Partido no 12º Congresso em 2009. Tem 47 anos de idade, 29 de militância política, e 26 anos de militância no PCdoB, oriunda da escola da nossa militância juvenil, onde exerceu vários car-

gos representativos dos estudantes universitários, desde a presidência de Diretório, dirigente de DCE, vice-presidenta regional da UNE. Formada inteiramente no PCdoB, quando se filiou em 1987, ingressando no CC em 2001. Concorreu pela primeira vez a um cargo público, em 1992, como candidata a vereadora em Olinda. Assumiu dois mandatos de deputada estadual em Pernambuco. Em 2000 foi eleita prefeita de Olinda e reeleita em 2004, no primeiro turno. Assumiu a secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente em Pernambuco. Eleita deputada federal em 2010, assumiu a liderança da bancada comunista já no segundo ano de seu mandato. Na Câmara dos Deputados atua em várias Comissões. É presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura e Desenvolvimento Urbano. Tem como sua característica de militância, observada por todos que a acompanham na luta, no trabalho, na relação de amizade, a simplicidade, dedicação, serenidade e persistência”.



Ato Político



No primeiro plano: Alda Marco Antônio, Jandira Feghali, Manuela D'Ávila, Flávio Dino, Ideli Salvati, Alexandre Padilha, Luciana Santos, Dilma Rousseff, Renato Rabelo, Fernando Haddad, Aldo Rebelo, Aloísio Mercadante e Inácio Arruda

Presidenta Dilma no 13º Congresso do PCdoB

“Quem sabe construir o futuro é porque soube lutar no passado”



Presidenta Dilma Rousseff saúda o 13º Congresso

Por Osvaldo Bertolino*

Em seu discurso, a presidenta da República, Dilma Rousseff, fez uma avaliação histórica da aliança entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Para ela, a militância dos dois partidos sempre soube que a obra a que se dedica é coletiva. “Vocês do PCdoB estão conosco há bastante tempo, em uma sólida aliança político-ideológica, de ideias e princípios”, destacou.

Hoje é de fato um dia especial. Com essa frase curta e carregada de simbolismo, a presidenta Dilma Rousseff iniciou a sua intervenção no Ato Político do 13º Congresso do Partido Comunista do Brasil, realizado na noite de 15 de novembro de 2013. Antes, ela cumprimentou a mesa, composta pelo presidente do Partido, Renato Rabelo, e demais membros da direção representados pela vice-presidenta, Luciana Santos; pela deputada federal do Rio de Janeiro, Jandira Feghali; pelo presidente do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) — autarquia especial do Ministério do Turismo — Flávio Dino; pelo senador do Ceará, Inácio Arruda; pela deputada federal do Rio Grande do Sul, Manuela D’Ávila; e pelo ministro do Esporte, Aldo Rebelo.

Como convidados estavam na mesa o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad; o ministro da Educação, Aloísio Mercadante; o ministro da Saúde, Alexandre Padilha; a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti; o presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), Rui Falcão; Orlando Silva, vereador na cidade de São Paulo e presidente do PCdoB no estado de São Paulo; e a dirigente do Partido Social Democrático (PSD) e ex-vice-prefeita paulistana, Alda Marco Antônio.

Também compuseram a mesa, representando as entidades populares, Adilson Araújo, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); Bartira Lima da Costa, presidenta da Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam); Edson França, presidente da União de Negros pela Igualdade (Unegro); Daniela Costa, vice-presidenta da União Brasileira de Mulheres (UBM); André Tokarski, presidente da União da Juventude Socialista (UJS); Virgínia Barros, presidenta da União Nacional dos Estudantes (UNE); e Manuela Braga, presidenta da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes).

Renato Rabelo abriu o evento dizendo que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de emitir mandados de prisão contra os julgados na Ação Penal 470, apelidada pela mídia de “mensalão”, era, além

de uma ilegalidade, uma injustiça. A decisão, tomada à revelia dos recursos (embargos infringentes), afronta o Estado de Direito e ignora a essência do problema — o atual sistema eleitoral precisa passar por uma reforma democrática que garanta avanços e garantias legais para o fortalecimento da democracia brasileira. “Nesta hora, a grande mídia busca criar na opinião pública um clima de regozijo que lembra a Idade Média, quando condenados em ritos da Inquisição eram lançados à fogueira”, comparou, complementando que o PCdoB não via “motivo para festa”, nem julgava que a justiça estava sendo feita.

Segundo o presidente do PCdoB, as condenações seguiram a lógica da presunção da culpa, fundada em uma interpretação da “teoria do domínio funcional do fato”. “No dia de hoje, reiteramos a posição que tomamos em dezembro de 2012. Aliás, além do PT, entre os partidos, apenas o PCdoB se pronunciou oficialmente sobre este processo. Este julgamento, desde o seu fato desencadeador, foi eminentemente político com o fito de desestabilizar o ciclo progressista iniciado em 2003. O processo tramitou sob forte pressão midiática, que *a priori* execrou e condenou os acusados, independentemente de provas”, constatou.

Feitas as observações iniciais, Renato Rabelo entrou no mérito da sua intervenção, considerando que nos últimos dez anos o Brasil passou por mudanças significativas. Na política externa, por exemplo, houve uma mudança “da água para o vinho”. O Brasil adotou uma linha “ativa e ativa”, o que projetou o país no cenário internacional e afirmou a sua soberania. Uma política externa cujas bases assentam-se na construção de uma geopolítica definidora de um papel de maior monta do Brasil, ao lado dos grandes países em desenvolvimento, o BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) — além da África do Sul. Segundo Renato Rabelo, essa configuração geopolítica iniciou a transição para a multipolarização do poder mundial.

Para o presidente do PCdoB, os ataques ideológicos da oposição à política externa brasileira são reveladores dos reais interesses em jogo.

Segundo ele, os porta-vozes dessas posições põem em dúvida a capacidade do Brasil de alcançar papel relevante no curso geopolítico internacional. Em seu alvo está a integração sul-americana e a relação solidária com os países vizinhos do Brasil. “Agora, de forma preconceituosa, questiona até mesmo a participação de empresas estatais da China no leilão do poço de Libra”, exemplificou.

Renato Rabelo analisou diferentes aspectos do cenário internacional para concluir que a América Latina se destaca com processos políticos avançados, governos de esquerda, patrióticos, progressistas e anti-imperialistas que vigoram na região há cerca de 15 anos. “Na fase atual, de nova luta pelo socialismo, tem importante sentido estratégico para o PCdoB o apoio aos regimes socialistas. Há que se constatar e apoiar também as novas experiências revolucionárias que se iniciam e se desenvolvem, sobretudo na América Latina”, analisou.

Ele comentou também as ações dos que procuram travar o desenvolvimento do Brasil. Para Renato Rabelo, os portadores dessas concepções estão presos ao passado. Segundo o presidente do PCdoB, na década de 1990, sobretudo no período em que Fernando Henrique Cardoso foi o presidente da República, prevaleceram os interesses e compromissos com a oligarquia financeira. “Nessa situação, o tripé macroeconômico conformou um modelo regido pela premissa, que tinha como objetivo único o combate à inflação, em benefício dos interesses rentistas. A linha defendida baseava-se em juros altos, câmbio apreciado, salários contidos, austeridade fiscal, e liberalização da economia, tendo o mercado a função de ser o centro da condução do desenvolvimento econômico e social”, detalhou.

Renato Rabelo afirmou ainda que os últimos dez anos demonstram o esforço por um caminho próprio para o país. Segundo ele, no áspero processo de tomada de decisões econômicas no país não existem posições neutras ou simplesmente “técnicas”. “A técnica é instrumento usado por uma política determinada. A economia aplicada, em nossa

concepção, é economia política. Porquanto toda decisão econômica, no âmbito das decisões do Estado e do governo, parte de uma decisão política, que serve a uma ou outra classe social. A propósito, não existe realmente Banco Central independente. Em verdade se ele é independente do governo, necessariamente passa a ser dependente do mercado financeiro. Aqui não há meio termo”, afirmou.

Outra questão analisada por Renato Rabelo foi a contribuição do PCdoB para os dez anos de governos progressistas no Brasil. Segundo ele, o Partido enfrentou o desafio inédito de exercer responsabilidades no governo da República. “Orientado pelo Programa Socialista, o PCdoB venceu seu espaço próprio no cenário político brasileiro, como um Partido de esquerda revolucionário, que se expande e se fortalece afirmando sua identidade comunista”, disse. Para ele, a linha política do Partido precisa estar a serviço da sua construção, conjugação que reaviva “a têmpera ideológica” dos comunistas. “Estamos construindo um partido revolucionário, entremeio a uma enorme pressão ideológica contra os ideais de um mundo novo de solidariedade”, comentou.

Ao falar do PCdoB, Renato Rabelo sublinhou a importância da organização da militância como condição para a eficácia da ação dos comunistas. Segundo ele, no quadriênio desde o 12º Congresso o Partido prosseguiu em sua linha ascendente de protagonismo político e crescimento orgânico. “Este êxito deriva de uma política justa que nos orienta e também da abnegação, do talento, da garra, da militância comunista atuante por esse território continental do Brasil, que vocês, delegados e delegadas desse 13º Congresso, têm a honra de representar. Um Partido que tem uma militância, como o PCdoB tem, pode mirar com esperança o futuro, pode se projetar mais forte e mais influente, à altura dos desafios de sua missão histórica e mais preparado para lutar pelos direitos dos trabalhadores e pelo fortalecimento da nação, no rumo do socialismo”, constatou.

Fernando Haddad também discursou. Na condição de prefeito de São Paulo, ele manifestou a alegria em acolher o 13º Congresso do PCdoB e disse que gosta do número 13 (o número do seu partido, o PT), de São Paulo e do PCdoB. “Muito do que aconteceu no Brasil neste ano — um certo despertar da juventude, uma mobilização mais intensa, uma vontade de mudanças mais profundas — tem muito a ver com o PCdoB, mesmo que os jovens que foram às ruas não tenham total consciência disso”, afirmou Haddad. “Isso porque nos últimos dez anos conseguimos dobrar o número de universidades no Brasil”, constatou.

Segundo o prefeito, esse alcance do acesso à universidade se deve muito às lutas do movimento estudantil, à clareza do PCdoB. “Hoje um estudante de dezoito, dezenove anos não pode sequer ter uma lembrança do que foram os anos anteriores ao governo do presidente Lula. Eram meninos quando se criou o Prouni (Programa Universidade para Todos), quando se reformulou o financiamento estudantil, quando se decidiu pela expansão das universidades federais”, constatou, complementando que eles não têm muita clareza do que está em marcha no país.

Mas o PCdoB tinha consciência do que estava em curso e somou forças no momento da disputa, nos *campi* universitários e nas ruas, para defender as propostas que permitiram ao filho de pedreiro virar doutor, disse Haddad. Ele lembrou que durante os oito anos em que ficou como ministro da Educação pôde presenciar o avanço da educação superior e profissional no Brasil. “Portanto, o PCdoB não é um partido aliado, não é um partido coligado, um partido da coalizão, da base. É um partido irmão do Partido dos Trabalhadores. Não fosse por toda a história, bastaria prestar atenção no discurso do presidente Renato Rabelo que talvez seja o maior testemunho no dia de hoje do lado da direção do comando da disposição e do compromisso centenário que o PCdoB tem com o Brasil”, discursou.

Para o prefeito, o PCdoB é um irmão mais velho, mais sábio, e como tal um partido que tem clareza de que se deve manter viva a chama socialista no Brasil. Até mesmo aqueles que defendem o capitalismo concordariam que o sistema é “um pouquinho melhor” quando ele se sente desafiado. Com o enfraquecimento do socialismo nos últimos tempos, disse Haddad, o capitalismo não tem se sentido desafiado e tem piorado. “Felizmente, menos no Brasil. Porque no Brasil estamos há onze anos governando o país e combatendo como nunca a pobreza, a indignidade, a miséria, a falta de oportunidades”, analisou.

O prefeito encerrou seu discurso lembrando as origens do PT e do PCdoB, que segundo ele nasceram para contestar a ordem e superá-la. São partidos que não aceitam o *status quo*, que querem sempre perseverar na mudança, afirmou. “E tanto quanto o sistema melhorou quando se sentiu desafiado, nossos governos também melhorarão com os desafios postos para 2014. Querem nos acuar, mas vamos crescer e melhorar o nosso projeto e vencer as eleições com Dilma presidenta”, encerrou.

Em seu discurso, a presidenta Dilma, ao falar que aquele era um dia especial, reforçou que estava entre pessoas que gostam de lutar por transformações e mudanças sociais. Segundo ela, os presentes representavam os que têm apreço pela construção do presente e lançar as bases das mudanças para o futuro. “Quero dizer que me sinto muito à vontade para dizer isso neste plenário, que sabe construir o futuro porque soube lutar no passado”, disse. Segundo a presidenta, só sabe construir o futuro quem está construindo o presente e tem novas ideias para seguir adiante. “Quem tem, além de novas ideias, tem algo essencial e imprescindível: valorosas companheiras e valorosos companheiros, a garantia de que as ideias se tornarão realidade”, destacou.



Para Dilma Rousseff, a militância do PT e do PCdoB sempre soube que a obra a que se dedica é coletiva. “Vocês do PCdoB estão com conosco há bastante tempo, em uma sólida aliança político-ideológica, de ideias e princípios. O PCdoB foi o único partido que esteve ao lado do presidente Lula desde 1989. Se essa aliança se mantém sólida e perdura por tanto tempo é porque há afinidade e identidade entre nós. É assim que vocês têm estado comigo nestes três anos que tenho a honra de liderar como presidenta”, afirmou. Para a presidenta, sua presença naquele Ato Político era uma oportunidade ímpar para reafirmar seu agradecimento pelo apoio dos comunistas.

A duradoura aliança entre os dois partidos, avaliou a presidenta, se deve à energia, ao vigor e à força dos compromissos assumidos para alcançar grandes realizações. “Essa aliança não nasceu em tempos tranquilos. Essa aliança ocorreu nos tempos difíceis, em que chegar ao governo do Brasil era algo extremamente remoto. Ela não nasceu para que repartíssemos vantagens. Ela nasceu para somar esforços, porque percebemos a força da nossa união para transformar o Brasil. Por isso,

essa aliança não viveu de sorrisos e alegrias. Ela foi feita na dureza de muitos momentos difíceis e teve lado”, afirmou.

Segundo Dilma, essa concepção que une os dois partidos tem consciência de que cada conquista é apenas o começo. Ela nasceu também da convicção de que é necessário continuar mudando o Brasil. “Eu quero voltar um pouco ao passado. Eu não posso deixar de dizer que aqui eu vejo nos olhos de cada um de vocês a mesma chama que animou o heroísmo patriótico de João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar e Elza Monnerat. A mesma coragem, a mesma entrega daqueles que morreram no Araguaia sonhando e lutando por um Brasil melhor. É essa mesma chama de luta e de esperança que eu vejo no discurso do presidente do PCdoB, Renato Rabelo”, enfatizou.

Para a presidenta, a força do discurso de Renato Rabelo mostrou os compromissos com a transformação. Ela disse que via isso com clareza e citou alguns exemplos para ilustrar a constatação, pedindo que seriam falados deveriam se sentir contemplados. Falou da atuação do ministro do Esporte, Aldo Rebelo; do líder do PCdoB no Senado, Inácio Arruda; de Haroldo Lima, que fora diretor geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP); de Orlando Silva, ex-ministro do Esporte: “e tantos outros”.

Dilma comentou também a atuação aguerrida das comunistas. “Eu queria, o que não posso deixar de fazê-lo, dizer que esse mesmo calor e essa mesma força está no coração das mulheres do PCdoB. Da Vanessa (Grazziotin, senadora do Amazonas), da Perpétua (Almeida, deputada federal do Acre), da Manuela (D’Ávila, deputada do Rio Grande do Sul), da Jandira (Feghalli, deputada do Rio de Janeiro) e todas essas Marias, de todas as queridas Marias, mulheres desse partido”, discursou.

A presidenta lembrou que o Brasil em que o PCdoB comemorou seus 91 anos e realizou seu 13º Congresso é um país completamente diferente daquele de 2003, quando começou o atual ciclo de governos progressistas. Dilma discorreu sobre a situação econômica do país para

contestar o argumento dos conservadores de que a economia do país vai mal. Falou do controle da inflação, que em 2013 fechará pela décima vez consecutiva dentro da meta estabelecida. “Por isso, erram aqueles que dizem que a inflação não está sob controle. Erram e assacam contra a verdade. Usam argumentos falsos”, protestou.

Dilma salientou que todas as medidas tomadas pela área econômica do governo não retiraram direitos do povo, como ocorrera no passado. Falou ainda do reconhecimento das centrais sindicais, ainda no governo Lula, e enfatizou o canal de conversações sistemáticas com os representantes dos trabalhadores.

A presidenta destacou ainda que o seu governo e os de Lula tiveram imensa clareza de que os investimentos são fundamentais para o crescimento sustentável do país. Não há contradição entre investimentos e poder de compra da população. O controle da inflação deve assegurar o emprego e a renda. Por isso, os investimentos são necessários”, destacou. Ela citou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que nos últimos cinco anos tem investido em transporte, logística, energia, mobilidade urbana e saneamento.

Dilma falou ainda sobre os investimentos em um programa “extremamente avançado” de criação de uma rede nacional de internet banda larga. Comentou também os investimentos em parceria com o setor privado, com os que estão em andamento nos aeroportos, rodovias, energia e petróleo. Segundo a presidenta, um setor importante para esse processo é a indústria naval, que, afirmou, estava morta. “Crescia capim nos estaleiros”, reforçou. Dilma comentou que essa indústria é crucial para a cadeia de petróleo e gás e o pré-sal.

A presidenta fez também um resumo dos cinco pactos propostos pelo governo para acelerar as mudanças. Deu destaque para a Reforma Política, “baseada na consulta prévia à nossa população”, no fortalecimento dos partidos e no controle popular dos processos eleitorais. E agradeceu à UNE pela sua determinação na luta para que os recursos do

petróleo fossem destinados à educação. “Estamos à frente de um projeto de desenvolvimento que está mudando o Brasil de maneira célere. Mostramos que é possível crescer, que é possível distribuir renda. Mostramos também que possível crescer e preservar o meio ambiente”, afirmou.

Dilma emendou dizendo que o governo tem dividido com o PCdoB as trincheiras na luta contra a exclusão, a desigualdade e a injustiça. “É importante que tenhamos clareza de que conquistamos vitórias extraordinárias no campo do combate à desigualdade e à exclusão”, avaliou, citando alguns exemplos, como o Bolsa Família e a saúde. “Quero reconhecer que o PCdoB é grande parceiro na empreitada de resgate do SUS (Sistema Único de Saúde), com Mais Médicos e outras ações. Pelas mais variadas áreas, pelos mais variados aspectos, temos uma união sólida, feita em ações concretas e também em princípios e concepções”, afirmou.

Ela ressaltou, no entanto, que isso não significa que PT e PCdoB pensam igual. “Significa que somos capazes de realizar debates em torno desses ideais. Que repetimos mutuamente nossas diferenças. E a nossa força é justamente essa, porque a nossa união é consciente. É assim que se firmam as melhores alianças políticas. Com compromissos com o país, com a governabilidade, com o avanço econômico, com a defesa da nossa soberania e com o bem-estar do nosso povo”, enfatizou. “O PCdoB me ajuda e compartilha comigo o desafio de governar o Brasil. Me ajuda com a força da sua unidade política, sobejamente demonstrada no Congresso Nacional, onde sei que posso contar com o apoio do partido aos projetos que criamos e que são importantes para o país. Me ajuda com sua solidariedade, nos bons e nos maus tempos, com suas opiniões fundamentadas, com a afirmação dos seus compromissos históricos, com a competência e a qualidade do ministro Aldo Rebelo”, disse.

A presidenta reforçou o elogio ao ministro do Esporte, Aldo Rebelo, que “assumiu a tarefa difícil de homem do governo para a realização da Copa de 2014, para o lançamento das bases da realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e da Universíade de 2019”. “Estou extremamente

satisfeita com o desempenho do nosso ministro. E a cada dificuldade que ele supera demonstra que esses eventos serão um grande sucesso e encherão o Brasil de orgulho. Sobretudo que eles são essenciais para o crescimento mais acelerado do país. Também demonstrarão que o Brasil sabe sim organizar eventos desse porte”, enfatizou.

Dilma encerrou dizendo que “o povo brasileiro conta com cada de um de nós”. “Sabe que pode contar conosco, pois nosso compromisso é com um Brasil justo, soberano e democrático. É com imenso orgulho que conto, nesta tarefa, com o PCdoB, que em sua longa trajetória de lutas, na sua longa história nunca fugiu de uma batalha em favor do Brasil e do nosso povo. Viva o PCdoB! Viva a nossa aliança!”

*Oswaldo Bertolino é jornalista.



Pronunciamento de Renato Rabelo abre Ato Político

O PCdoB tem campo e rumo definidos. Atuará na sucessão presidencial de 2014, para que o povo obtenha a quarta vitória consecutiva!

Pronunciamento no Ato Político do 13º Congresso do PCdoB

Renato Rabelo

A grande mídia, em manchetes e narrativas triunfais, festeja a tão esperada por eles expedição dos mandados de prisão dos réus da Ação Penal 470 pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Nesta hora, a grande mídia busca criar na opinião pública um clima de regozijo que

lembra a Idade Média, quando condenados em ritos da Inquisição eram lançados à fogueira.

O PCdoB não vê motivo para festa e nem julga que a justiça esteja sendo feita. No dia de hoje, reiteramos a posição que tomamos em dezembro de 2012. Este julgamento, desde o seu fato desencadeador, foi eminentemente político com o fito de desestabilizar o ciclo progressista iniciado em 2003. O processo tramitou sob forte pressão midiática, que *a priori* execrou e condenou os acusados, independentemente de provas.

O STF já adotou decisões favoráveis à democracia e à garantia dos direitos individuais, todavia, como outros Poderes, não é infalível. Neste caso, alterou a jurisprudência, adotando a chamada “teoria do domínio funcional do fato”, que, tal como foi interpretada, abriu brecha para condenações sem comprovação de culpa. Além disso, foram negados aos réus o direito de serem julgados por duas instâncias do Judiciário. Ao final, conforme se pronunciaram juristas de renome, muitos dos réus foram condenados, sem provas, a penas desproporcionais. E agora foram emitidas as ordens de prisão, mesmo para réus que ainda aguardam o julgamento de embargos infringentes.

O PCdoB reafirma a defesa do Estado Democrático de Direito. Reafirma, a bem da Justiça, que nenhum cidadão ou cidadã pode ser condenado com base na absurda tese da presunção da culpa, que fere garantias constitucionais básicas. Finalmente, o PCdoB defende a realização de uma reforma política democrática que acabe com o financiamento privado das campanhas eleitorais, principal razão de ilícitos de campanhas, fato que dá margem para que a grande mídia tente, como faz agora, desmoralizar a política, atacar a esquerda e destruir lideranças.

* * *

Presidenta Dilma Rousseff, aproveite esta feliz oportunidade da sua presença entre nós para reafirmar nosso decidido apoio à sua posição e atitude diante do episódio acerca da revelação de espionagem

eletrônica perpetrada pelos Estados Unidos, no qual o Brasil aparece como alvo. A sua manifestação firme e digna rechaçou tal agressão à soberania brasileira. Cancelou a visita oficial que faria aos Estados Unidos, exigiu explicações, desculpas e garantias de que tal situação não volte a se repetir. Em setembro último, em discurso nas Nações Unidas, a senhora afirmou: “As tecnologias de comunicação e informação não podem ser campo de batalha entre os Estados. Temos de garantir condições para evitar que o espaço cibernético seja instrumentado como arma de guerra”. Foi uma denúncia de larga repercussão internacional. De fato, como qualificou a presidenta Dilma, a espionagem contra o Brasil é um caso grave de violação das liberdades civis e, sobretudo, de desrespeito à nossa soberania. Nas suas palavras: “sem respeito à soberania, não há base para o relacionamento entre as nações”.

A quem interessar possa, já ficou bem para trás a conduta de subserviência do país perante as grandes potências.

Realmente, desde o início do governo do presidente Lula, em 2003, houve uma viragem na política externa brasileira, uma mudança da água para o vinho: ao invés da postura subalterna dos anos 1990, foi adotada uma política externa ativa e ativa, projetando o país na arena global e afirmando a soberania do nosso país.

Uma política externa cujas bases assentam-se na construção de uma geopolítica definidora de um papel de maior monta do Brasil, ao lado dos grandes países em desenvolvimento – os BRICS e outros –, que favoreça a transição à multipolarização do poder mundial. Como expressão desta nova fase, o grande destaque é a prioridade que passou a ter para o Brasil a integração sul e latino-americana e caribenha. Além da integração continental, passamos a valorizar as relações com nações do entorno que compreende também o continente africano. Por um longo período histórico, o Brasil ficou de costas para os seus vizinhos e absolutizou suas relações com as grandes potências do Norte. Concordamos com o ex-presidente Lula quando ele defende que, para

seguirmos com novos avanços, se faz necessário elaborarmos – através de um diálogo democrático entre os nossos povos e governos – uma doutrina de integração impulsionada por ideias, diretrizes e princípios.

* * *

Presidenta Dilma e amigos, quero aproveitar também este ensejo para abordar algumas questões manifestadas por nós neste 13º Congresso.

Hoje, em nosso país, há um debate corrente acerca do modelo de desenvolvimento.

Pergunto: Vale a pena voltar ao passado da década de 1990? O tripé macroeconômico aplicado na década de 1990 pelos governos de FHC conformou um modelo regido por uma premissa, cujo objetivo único era o combate à inflação. Mesmo assim, a inflação no final de 2002 chegou a 12,5%.

Essa política econômica foi expressão da supremacia da lógica financeira sobre os interesses da nação e do povo. Tal situação levou à subordinação e semiestagnação da economia brasileira, e ao aprofundamento da crise social. Com isso, o país ficou vulnerável aos choques externos, não tinha mecanismo de sustentação interna, tornando-se insolvente e dependente constante do FMI.

Hoje, as oposições em geral procuram “atualizar” suas teses superadas. Empacotam velhos paradigmas com invólucro novo. Tornam o debate econômico preso ao passado, quando a realidade do Brasil é outra. O conservadorismo aparenta preocupação com a economia e centra suas críticas sobre aquilo que julga ser “gastança” e “intervencionismo” estatal do governo Dilma. Propõe um “duro ajuste fiscal”, sem se referir abertamente ao que defende. E o que eles defendem é, na verdade, o corte nos investimentos sociais, a contenção rigorosa dos salários, sobretudo barrando o aumento real do salário mínimo; juros altos e câmbio sobrevalorizado; e também são contrários ao fomento desenvolvimentista do BNDES. Voltam a defender o papel do mercado como centro

dominante da condução econômica e social. Daí a insistência marota, agora, da defesa do tripé macroeconômico da época de FHC.

* * *

O novo ciclo político aberto por Lula em 2003 levou o Brasil a sair do círculo vicioso perverso, imposto pelo estrato financeiro dominante. Os governos Lula e Dilma marcam uma transição no modelo de desenvolvimento.

Primeiro, o país pôde crescer distribuindo renda, o que gerou maior possibilidade de investimento e aumento da produtividade. O inverso do que a ortodoxia dominante pregava. Segundo, ficou demonstrado que é possível alcançar progresso social reduzindo a vulnerabilidade da economia, equilibrando a dívida pública. E, assim, o Brasil se transformou de um país acentuadamente endividado externamente em um país autônomo, credor líquido, com reservas internacionais de quase 400 bilhões de dólares.

O modelo de desenvolvimento brasileiro nesse período também se caracterizou por mudanças estruturais importantes. O Brasil ocupa lugar destacado no mundo como grande produtor agroindustrial. É o segundo produtor mundial de alimentos. E tem avançado significativamente para resolver o problema da principal base material do desenvolvimento: a energia. Tem diversificada matriz energética, em que se destaca a energia limpa, renovável. Agora, a exploração do pré-sal situa o Brasil entre as grandes potências energéticas. Pensamos, presidenta Dilma, que hoje, a grande questão não é a volta ao passado, mas exatamente impedir seu retorno, dizer não aos paradigmas liberalizantes da década de 1990. Não à prevalência de um tipo de modelo de austeridade fiscal empregado atualmente na Europa, que aguça a tragédia social, sem levar a crise econômica ao fim. A alternativa opositorista está presa ao passado, visto que o receituário que transparece é o mesmo que não foi capaz de tirar o

país da semiestagnação, da vulnerabilidade externa, do retrocesso social.

A questão central hoje é a sustentação da linha do desenvolvimento, mantendo os avanços na distribuição de renda, nas conquistas sociais e na afirmação da soberania nacional. Os desafios da etapa atual são novas exigências produtivas e sociais para transformar o Brasil em uma nação plenamente desenvolvida. Nesse sentido, conte com o PCdoB, presidenta Dilma.

Portanto, estamos diante do desafio de impulsionar um desenvolvimento robusto e sustentável. E, ao mesmo tempo, manter a elevação do investimento social por habitante, no rumo da universalidade e qualidade da educação, saúde, transporte urbano, segurança pública, inclusão digital etc. Voltar ao modelo passado é o avesso dessa exigência da etapa atual. Consideramos que apesar dos avanços, permaneceram ainda, ou cresceram, grandes contingências internas e externas, principalmente as derivadas dos impactos provocados pela prolongada crise estrutural da economia mundial.

Não perdemos de vista que os meios midiáticos locais e internacionais, a oposição de direita, as grandes finanças – numa nítida ação oposicionista ao governo nacional – vaticinam a perspectiva de um desequilíbrio fiscal do país; excitam a desconfiança entre os meios empresariais e o governo federal. Prenunciam grande tempestade no horizonte para o Brasil. Com mau agouro, preveem o rebaixamento pelas agências globais do grau de investimento do país. Avaliam que com a redução do estímulo de liquidez na economia dos EUA, tudo isso repercutiria funestamente em nossa economia. Alarmismo que favorece um ataque especulativo sobre nossa moeda e nossas instituições. Esses são os meios utilizados pelo poderoso sistema financeiro global, que tenta impor seus desígnios, visando a dobrar governos e países.

Compreendemos que a tão execrada dívida pública brasileira não é expansiva. Vemos que o governo exerce grande esforço em mantê-la

em equilíbrio, sem precisar voltar ao passado. A tendência da inflação é de baixa. Na etapa atual, o PCdoB defende a necessidade de se adotar uma estratégia de crescimento, com foco nos investimentos. Manter o elevado nível de emprego através do aumento da produtividade do trabalho, sem aumento da inflação. Para isso, age como ação imediata o êxito das concessões e partilhas, que tem grande potencial de investimento para ajudar a superar nossa carente infraestrutura logística. E também os investimentos nos megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo de 2014, os Jogos Olímpicos de 2016, cuja previsão de investimentos é de mais de 183 bilhões de dólares. E agora ainda temos mais uma conquista: a Olimpíada Universitária de 2019, a Universíade. Ressalto aqui o papel destacado do ex-ministro Orlando Silva, que junto com o presidente Lula, conseguiram trazer para o Brasil a Copa e a Olimpíada. Destaco igualmente o trabalho do ministro Aldo Rebelo que, com apoio da presidenta Dilma, vem desempenhando com denodo e eficiência toda a agenda de tarefas e compromissos para a realização destes eventos. Outro fator fundamental que se traduz em maior produtividade é o crescente investimento em educação e em inovação tecnológica. Caminhos já assumidos pelo governo Dilma. Nesta etapa, assume maior importância ainda a concretização da reforma tributária progressiva.

De imediato, posso afirmar que após o leilão de Libra se inicia uma etapa significativa para que nosso país se consolide como grande potência energética e realize vasta transformação na educação. A presidenta Dilma, em cadeia nacional de rádio e televisão, afirmou que o resultado desse leilão é um marco na história do Brasil. Com ele, “85% de toda renda a ser produzida no Campo de Libra vão pertencer ao Estado brasileiro e à Petrobras”. E “por força da lei, 736 bilhões de reais serão investidos exclusivamente em educação e saúde”. Lembro aqui o papel especial desempenhado pelo nosso companheiro Haroldo Lima – ex-coordenador geral da ANP, Agência Nacional de Petróleo – que junto com a presidenta Dilma sugeriram as formas de

como a exploração do Campo de Libra deveria ser feita, garantindo a soberania nacional e o volume de recursos necessários para a Nação.

* * *

Vimos que as manifestações de junho tiveram papel saliente no curso político atual. Parcelas significativas da população, sobretudo os jovens, levaram para as ruas seus sonhos, anseios e reivindicações. O PCdoB, desde o primeiro momento, se empenhou na mobilização e participou dos atos. Afirmou que era preciso ouvi-los e dar-lhes respostas. A presidenta Dilma tem trabalhado nesse sentido, propondo e desenvolvendo os cinco pactos que procuram responder à atual situação política e social. A fim de que essas manifestações – eu penso assim – não se percam em si mesmas, negando os partidos e a política, cresce a importância do fortalecimento e renovação do movimento social organizado, do movimento sindical, das organizações representativas da sociedade civil, que vêm progressivamente jogando seu papel. Ao fim e ao cabo, na convulsão social massiva prevalece quem mais se organiza, quem congrega unidade política em torno de bandeiras reclamadas amplamente e quem consegue imprimir um rumo político coerente. Por exemplo, agora, em face da profunda crise que vive a Europa, vão prevalecendo em seu desfecho, nas grandes mobilizações sociais e políticas, os sindicatos, as organizações sociais e os partidos políticos permanentes.

Não há avanço democrático sem partidos políticos. Não há como alcançar o poder político – ou parcela dele – sem partido com representatividade e que goze de ampla influência e respeito perante o povo. Por isso, a importância que damos para a reforma política. Essa reforma visa fortalecer os partidos, sua efetiva representatividade e legitimidade, que expresse os interesses de diversas parcelas das classes sociais. A reforma política democrática vem sendo postergada seguidamente. O

PCdoB vem lutando há tempos por um novo sistema de representação político-eleitoral, com financiamento público exclusivo de campanhas, e votos em listas partidárias com alternância de gênero.

Sob o influxo das manifestações de junho – quando várias iniciativas começaram a ser tomadas –, merece o nosso apoio o Projeto de Lei de iniciativa popular defendido pela OAB, a CNBB, UNE, UBES, CUT, CTB, CONTAG e outras 33 importantes entidades populares. A proposta apresentada pelo PT, PDT, PSB e PCdoB, no âmbito da Câmara dos Deputados, pela convocação de um plebiscito sobre temas básicos da reforma política, se aproxima da posição que defendemos. Vai no sentido contrário a recente proposta do Grupo de Trabalho da reforma política da Câmara dos Deputados. Seu relatório apresentado é uma profusão de novas cláusulas de barreira e proibições que cerceiam a representatividade das minorias, sem enfrentar as questões fundamentais. Um libelo danoso aos direitos democráticos. Nossa líder na Câmara dos Deputados, a deputada federal Manuela D'Ávila, já se pronunciou veementemente contra essa peça inoportuna.

No plano da democratização do Estado, em conjunto com a reforma política, temos defendido a democratização dos meios de comunicação. Esta é uma bandeira estratégica. Há no Brasil um monopólio privado que se apoderou do domínio público da informação – pilastro fundamental do Estado. Tal fato é um obstáculo para o aprofundamento democrático em nosso país. Apoiamos as iniciativas populares de Projetos de Lei, com base na Constituição, que lutam para garantir o justo direito à diversidade e pluralidade informativa. Também o Marco Civil da Internet, em debate no Congresso Nacional, pode contribuir para a democratização deste poderoso instrumento que é a internet, desde que sejam preservados os princípios da neutralidade da rede, privacidade e liberdade de expressão. Acreditamos que – como resultante do percurso desses últimos dez anos – conseguimos reunir melhores condições para avançar na redução das profundas desigualdades ainda existentes e na superação das injustiças.

Temos consciência da nossa responsabilidade diante de uma oportunidade histórica rara que não pode ser desperdiçada. Não podemos nos dispersar!

Tudo faremos para dar a nossa contribuição! Defendemos que a tarefa política central do momento é mobilizar apoio para que o governo realize as mudanças que a nação e o povo reclamam, por meio das reformas estruturais democráticas. Para isso, se requer maior empenho pela unidade da coalizão ampla que apoia o governo. No entanto, diante da demanda de reformas mais profundas, ganha importância e atualidade a construção de um campo político e social formado por todos quantos tenham afinidade com as bandeiras da esquerda: partidos políticos, correntes políticas, lideranças, movimentos sociais, centrais de trabalhadores, personalidades de diversos setores da sociedade.

Portanto, a proposta de coesionar um campo de afinidade de esquerda não contesta as coalizões mais amplas, indispensáveis para a estabilidade da governança, mas reforça a necessidade de um bloco que represente a unidade popular, reforçando um direcionamento mais consequente e legítimo.

* * *

O atual curso político nacional vive a antecipação da campanha presidencial a ser realizada em 2014. As forças conservadoras, a oposição de direita – todas elas –, se associam com a grande mídia cada vez mais agressiva, impelindo ampla campanha contra o governo da presidenta da República. É ostensiva a ação desse sistema de oposição, a fim de impedir a sequência do caminho aberto pelas forças progressistas em 2003. Não temos ilusão da agudeza do embate político em desenvolvimento!

Apesar da afrontosa campanha midiática contra a presidenta Dilma, ela vem progressivamente ampliando seu apoio entre vastas parcelas do povo, mantendo o seu favoritismo no pleito do próximo ano. As oposições vivem enredadas em dilemas na definição de suas candida-

turas, mas, principalmente, sem alternativa programática a apresentar. Apenas repetem o receituário do passado, insistindo na cantilena de “crises”, que seriam resolvidas com soluções ocas como “choques” – uma prova de que eles não possuem alternativa.

O PCdoB tem campo e rumo definidos. Atuará com suas energias na sucessão presidencial de 2014, para que o povo obtenha a quarta vitória consecutiva! Nesta etapa, o PCdoB luta pela realização plena das reformas estruturais democráticas, assegurando resolutamente a continuidade e o aprofundamento do ciclo progressista iniciado em 2003. Ao mesmo tempo, o PCdoB deve se empenhar, desde já, para crescer sua representação parlamentar e conquistar governos estaduais. Desta vez, estamos mais próximos da conquista do governo do Maranhão. O PCdoB está convicto disto. Temos a certeza de que um PCdoB maior e mais forte, junto à coalizão que apoia o seu governo, é fator imprescindível para o avanço democrático, soberano e civilizacional de nosso querido país.

Atividade internacionalista



Secretário de Relações Internacionais do PCdoB, Ricardo Alemão Abreu, apresenta os convidados internacionais aos delegados e delegadas

Vibrante atividade internacionalista marca o 13º Congresso do PCdoB



Luciana Santos (centro) saúda a delegação internacional

Um dos pontos altos do 13º Congresso do PCdoB foi a atividade internacionalista realizada no plenário do evento. Marcados por forte emoção e espírito de solidariedade às lutas dos povos de todo o mundo, os delegados e delegadas ao 13º Congresso aplaudiram os convidados que foram chamados ao palco principal, com palavras de ordem em que os comunistas brasileiros demonstraram a vibrante consciência internacionalista dos quadros e militantes do PCdoB.

A vice-presidente do PCdoB, deputada Luciana Santos, em nome da direção nacional, fez inspirada intervenção cuja íntegra publicamos a seguir.

Intervenção de Luciana Santos (vice-presidente nacional do PCdoB)

Atividade internacionalista durante o 13º Congresso do PCdoB

Camaradas de todo o mundo presentes neste 13º Congresso do Partido Comunista do Brasil, Delegados e delegadas ao 13º Congresso de nosso Partido,

Neste momento, por ocasião deste 13º Congresso do Partido Comunista do Brasil, fazemos uma sessão especial de expressão da identidade internacionalista do PCdoB, princípio constitutivo de nossa organização política, e de homenagem aos **80 camaradas de 50 partidos e 4 organizações**, convidados internacionais que nos acompanham provenientes de **35 países** de todas as partes do mundo, da América Latina e Caribe, da África, do Oriente Médio, da Ásia, da Europa e da América do Norte.

A atividade internacionalista do PCdoB desenvolve-se para corresponder ao novo Programa Socialista do Partido, aprovado em 2009, em nosso último Congresso. Para os comunistas brasileiros, a atividade internacionalista é sobretudo uma atividade militante, de todos os militantes, de todo o Partido, não apenas do Comitê Central, mas também de nossos Comitês Estaduais, Municipais e das Organizações de Base; dos militantes do movimento sindical, do movimento estudantil, e de todos os movimentos sociais onde atuam os militantes comunistas; dos parlamentares e gestores de governos; dos comunistas dedicados à luta de ideias; enfim, de todo o coletivo partidário.

Temos uma rica experiência acumulada pelo Partido desde 1922 na atividade internacionalista, e continuamos a ampliar as nossas relações internacionais para o conjunto das forças comunistas, revolucionárias, progressistas, e anti-imperialistas. Temos relações com mais de 200 partidos e organizações de todo o mundo.

Toda a atividade internacionalista do Partido está definida em seus Estatutos. Já no artigo 1º, o PCdoB se define como “uma organização de caráter socialista, patriótica e anti-imperialista”. É assim, como dissemos, base constitutiva de nossa organização. O Partido, dizem seus Estatutos, atua “no espírito do internacionalismo proletário, apoia a luta anti-imperialista de todos os povos por sua emancipação nacional e social, soberania nacional e pela paz mundial”.

A atividade internacionalista permite ao PCdoB apreender coletivamente essa rica experiência de outras forças políticas e povos, e aproveitá-la da melhor maneira para contribuir no desenvolvimento da teoria revolucionária; na elevação do nível político, teórico-ideológico e cultural de seus quadros e militantes; e, portanto, para conquistar seus objetivos programáticos no Brasil, a conquista do poder político em nossa pátria para promovermos “a transição para o socialismo, na dinâmica concreta da revolução brasileira”.

Para o PCdoB é fundamental promover a consciência e ação de massas internacionalista, de conteúdo anti-imperialista, conscientizar e mobilizar os trabalhadores e o conjunto do povo brasileiro em ações de solidariedade internacional, apoiando e participando da luta pela paz e das atividades de solidariedade e cooperação internacional.

Nos anos mais recentes, o Partido tem dedicado importante energia à causa da amizade e da solidariedade com os povos do mundo, ao intercâmbio e cooperação nos terrenos político e ideológico, e às ações comuns entre partidos e organizações populares do mundo todo.

Organizamos em São Paulo, em 2008, o 10º Encontro Internacional de Partidos Comunistas e Operários, que se realiza anualmente, pela

primeira e até agora única vez na América Latina e Caribe. Nova edição deste encontro acaba de ocorrer em Lisboa, no último final de semana.

O PCdoB dedica importante atenção às relações com os partidos da América Latina e Caribe. Recentemente, junto com o Partido dos Trabalhadores, como integrantes de seu Grupo de Trabalho, organizamos o 19º Encontro do Foro de São Paulo. O Foro de São Paulo é hoje uma das mais importantes articulações de partidos de esquerda no mundo, e é importante exemplo de trabalho unitário de forças plurais, com base em plataforma antineoliberal e anti-imperialista, e de defesa da alternativa socialista. No Foro de São Paulo o que nos une é muito superior ao que nos divide.

Em nosso trabalho internacionalista damos enorme valor aos partidos que estão à frente de países que transitam ao socialismo, caso de China, Vietnã, Laos e Coreia Popular, na Ásia, e Cuba, na América Latina e Caribe; e países que proclamam o objetivo socialista, como Venezuela, Bolívia e Equador, países de nossa América do Sul.

▼ Camaradas,

É com grande alegria que os delegados e delegadas ao 13º Congresso do Partido Comunista do Brasil rendem homenagens às delegações aqui presentes. Muito obrigado pela vossa presença, que enobrece este foro máximo dos comunistas brasileiros e lhe dá o colorido diverso dos povos do mundo, aqui por vocês representados.

Viva a luta dos povos e nações pelo desenvolvimento econômico e social, pela democracia popular, pela soberania e independência nacional, e pela paz!

Viva a integração solidária de nossa América Latina e Caribe!

Viva o internacionalismo e a solidariedade internacional!

Abaixo o imperialismo, e viva o Socialismo!

Luciana Santos

A presença internacionalista no 13º Congresso do PCdoB

Países, partidos e representantes presentes

PAIS	PARTIDO	NOME
ÁFRICA DO SUL	Partido Comunista Sul-Africano	Christopher Matlhako
ALEMANHA	Die Linke	Dietmar Schulz
ARGENTINA	La Campora	Federico Montero
ARGENTINA	Frente Grande	Javier Pablo Hermo
ARGENTINA	Frente Transversal	Oscar Laborde
ARGENTINA	Partido Comunista da Argentina	Victor Hugo Gomez
ARGENTINA	Partido Comunista Congresso Extraordinário	Pablo Pereya
ARGENTINA	Partido Comunista Congresso Extraordinário	Ezequiel D' Adamo
BENIN	Partido Comunista do Benin	Gilbert Kouessi
BOLÍVIA	MAS-IPSP	Leonida Zurita
BOLÍVIA	Partido Comunista da Bolívia	Ignacio Mendoza
CANADÁ	Partido Comunista do Canadá (ML)	Claude Brunelle
CANADÁ	Partido Comunista do Canadá (ML)	Margaret Villamizar
CHINA	Partido Comunista da China	Ai Ping
CHINA	Partido Comunista da China	Luan Jianzhang
CHINA	Partido Comunista da China	Li Jinyan
CHINA	Partido Comunista da China	Chen Wenxue
CHINA	Partido Comunista da China	Jiang Feng
CHINA	Partido Comunista da China	Wang Hongtao
CHINA	Partido Comunista da China	Wang Yunxiang
CHIPRE	AKEL	Vera Polycarpou
COLÔMBIA	Marcha Patriótica	Juan Pablo Tapiros
COLÔMBIA	Partido Comunista Colombiano	Pietro Alarcón
COREIA	Partido do Trabalho da Coreia	Pak Kun Gwang
COREIA	Partido do Trabalho da Coreia	Kim Thae Jong
COREIA	Partido do Trabalho da Coreia	Kang Chol Min
COREIA	Partido do Trabalho da Coreia	Ri Nam Jun
CUBA	Partido Comunista de Cuba	Maria Antonia Ramos
CUBA	Partido Comunista de Cuba	Rafael Hidalgo

EUA	Partido Comunista dos Estados Unidos	Gary Dotterman
FRANÇA	Partido Comunista Francês	Cecile Dumas
FRANÇA	Partido Comunista Francês	Obey Ament
GALÍCIA	União do Povo Galego	Duarte Correa Pinheiro
GRÃ-BRETANHA	Partido Comunista da Grã-Bretanha (ML)	Novjot Brar
GRÃ-BRETANHA	Partido Comunista Revolucionário da Grã-Bretanha (ML)	Michael Chant
GRECIA	Partido Comunista da Grécia	Lefteris Nikolaou
GUATEMALA	Aliança Nova Nação	Euzebio Figueroa
IRAQUE	Partido Comunista do Iraque	Azet Salman Sadik
ITÁLIA	Partido dos Comunistas Italianos	Francesco Maringio
ITÁLIA	Partido da Refundação Comunista	Marco Consolo
JAPÃO	Partido Comunista Japonês	Hiraku Sugawara
LAOS	Partido Popular Revolucionário do Laos	Buakeo Phumvongsay
LAOS	Partido Popular Revolucionário do Laos	Chatoulinh Sihaphom
LÍBANO	Partido Comunista Libanês	Hassan Awali
LÍBANO	Partido Comunista Libanês	Khaled Mahassen
LÍBANO	Partido Comunista Libanês	Ibrahim Hourani
NICARÁGUA	Frente Sandinista de Libertação Nacional	Marvin Ortega
PALESTINA	Fatah	Fawzi El Mashni
PALESTINA	Fatah	Ibrahim Al Zeben
PALESTINA	Frente Popular para a Libertação da Palestina	Nader Alves Bujah
PALESTINA	Partido do Povo Palestino	Asem J. R. Abdalhadi
PANAMÁ	Partido do Povo do Panamá	Moises Carrasquilla
PARAGUAI	Partido Comunista Paraguai – Frente Guaçu	Derlis Villagra
PARAGUAI	Partido Frente Ampla – Frente Guaçu	Victor Bareiro
PARAGUAI	Partido Popular Tekojojá – Frente Guaçu	Ricardo Canese
PERU	Partido do Povo	Luis Alberto Salgado
PERU	Partido do Povo	Rosa E. de Salgado
PERU	Partido Comunista do Peru – Patria Roja	Rolando Breña Pantoja
PERU	Partido Comunista Peruano	Roberto de la Cruz Huamán
PERU	Partido Comunista Peruano	Ricardo Parodi Buendía
PORTUGAL	Partido Comunista Português	José Capucho
PORTUGAL	União Democrática Popular	Joana Mortagua
RÚSSIA	Partido Comunista da Federação Russa	Rashkin Valery
SAARA OCIDENTAL	Frente Polisario	Hash Ahmed
SAARA OCIDENTAL	Frente Polisario	Mohamed Laarosi Bahia
SAARA OCIDENTAL	Frente Polisario	Karim Lagdaf

SÍRIA	Baath	Hassan Abbas
SÍRIA	Baath	Ghassan Nseir
SÍRIA	Baath	Elias Bara
TUNÍSIA	Watad Unificado	Farouk Jhinaoui
URUGUAI	Partido Comunista do Uruguai – Frente Ampla	Eduardo Lorier
VENEZUELA	Partido Socialista Unido da Venezuela	Marelis Perez
VIETNÃ	Partido Comunista do Vietnã	Nguyen Van Kien
VIETNÃ	Partido Comunista do Vietnã	Thach Ngoc Dong
VIETNÃ	Partido Comunista do Vietnã	Le Tung Son
VIETNÃ	Partido Comunista do Vietnã	Pham Quoc Viet

Movimentos Internacionalistas e Imprensa Internacional

Confederação Palestina da América Latina e Caribe	Ualid El Khobari
Correspondências Internacionais	Patrick Theuret
Pravda	Irina Mikhaylova
Stop the Wall	Mauren Mantovani

Partidos políticos que nos enviaram mensagens de saudação

ALEMANHA – Partido Comunista Alemão

ANGOLA – Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA)

ARGENTINA – Movimento Evita

ARGENTINA – Partido Solidário

AUSTRÁLIA – Partido Comunista da Austrália

BÉLGICA – Partido do Trabalho da Bélgica

CHILE – Partido Comunista do Chile

DINAMARCA – Partido Comunista da Dinamarca

DINAMARCA – Partido Comunista Dinamarquês

DINAMARCA – Partido Comunista na Dinamarca

EQUADOR – Movimento Aliança PAIS

ESPANHA – Partido dos Comunistas da Catalunha

GRÃ-BRETANHA – Novo Partido Comunista da Inglaterra

GRÃ-BRETANHA – Partido Comunista da Grã-Bretanha

GRÉCIA – Syriza

HOLANDA – Novo Partido Comunista da Holanda

ÍNDIA – Partido Comunista da Índia

ÍNDIA – Partido Comunista da Índia (Marxista)

IRLANDA – Partido dos Trabalhadores da Irlanda

MÉXICO – Partido da Revolução Democrática

PAÍS BASCO – Sortu

PAQUISTÃO – Partido Comunista do Paquistão

PORTO RICO – Frente Socialista de Porto Rico

ROMÊNIA – Partido Comunista Romeno

SÍRIA – Partido Comunista Sírio

SÍRIA – Partido Comunista Sírio (Unificado)

SUÉCIA – Partido Comunista da Suécia

UCRÂNIA – Partido Comunista da Ucrânia

URUGUAI – Compromisso Frente-amplista – Frente Ampla

URUGUAI – Movimento de Participação Popular – Frente Ampla

URUGUAI – Partido Operário Revolucionário – Frente Ampla

VENEZUELA – Partido Comunista da Venezuela

Seminário Internacional debateu temas candentes da atualidade



Na mesa: Ana Maria Prestes, Inácio Arruda, Ricardo Alemão Abreu e Orlando Silva; na tribuna, representante do Partido Comunista da África do Sul

Antecedendo a realização do 13º Congresso do Partido, a Secretaria de Relações Internacionais do PCdoB realizou, nos dias 13 e 14 de novembro de 2013, o Seminário Internacional: “Tendências da Situação Internacional”, com a participação dos representantes dos partidos componentes do evento máximo dos comunistas brasileiros.

Um total de **50 partidos e 4 organizações internacionais** assistiram ao Seminário. O Seminário buscou ser espaço de intercâmbio entre as delegações sobre aspectos importantes da situação internacional. Dentre outros temas, os representantes internacionais foram à tribuna para pronunciarem-se sobre temas como a crise do capitalismo; as mudanças no quadro de forças do mundo; a ofensiva imperialista e a resistência dos povos e nações; a integração da América Latina e Caribe; o internacionalismo e a luta pelo socialismo na atualidade.

Também expressou bastante riqueza de análise, e foi tema de interesse especial, sobretudo dos brasileiros presentes, o mosaico sobre as diversas realidades nacionais de mais de 35 países de todos os continentes.

As distintas realidades nacionais mostraram a diversidade de condições nas quais atuam as forças comunistas, revolucionárias e anti-imperialistas no mundo, que foram desde países onde o partido que se pronunciava está no poder – caso dos cinco países socialistas presentes – até o caso de partidos que vivem situações de grande dificuldade no enfrentamento de suas tarefas políticas.

Do Brasil, além de dirigentes e militantes do PCdoB, participaram diversos amigos do Partido, inclusive representantes de outras forças políticas aliadas.

Ponto alto do Seminário foi a intervenção do presidente nacional do PCdoB, Renato Rabelo, cuja íntegra da intervenção publicamos a seguir.

Os convidados internacionais também apreciaram três intervenções especiais de quadros do PCdoB sobre temas que despertam grande interesse no exterior: de Luis Fernandes, secretário executivo do Ministério do Esporte, sobre a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e sobre as Olimpíadas de 2016; de Haroldo Lima, ex-diretor geral da Agência Nacional de Petróleo, sobre a política do Brasil na exploração das reservas petrolíferas do pré-sal; e de Aldo Arantes, secretário de Meio Ambiente do PCdoB, sobre a relação entre meio ambiente e desenvolvimento no Brasil.

A Secretaria de Relações Internacionais do PCdoB considera que o Seminário cumpriu importante papel e foi coroado de êxitos. Visando compartilhar a riqueza expressa pelos participantes nos dois dias de debate, será publicada na página do PCdoB na internet (www.pcdob.org.br) a íntegra das intervenções dos convidados internacionais e das mensagens que foram enviadas por ocasião do 13º Congresso, seja por escrito, seja em vídeo.

Intervenção de Renato Rabelo (presidente nacional do PCdoB)

Seminário “Tendências da Situação Internacional”



Renato Rabelo faz intervenção no Seminário

Camaradas internacionalistas que nos visitam,

Em primeiro lugar, gostaria, em nome do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), de agradecer a presença de todos vocês em representação de seus partidos e organizações nestes dias na cidade de São Paulo, esta grande metrópole do hemisfério sul, um dos principais centros de concentração do capital e do trabalho de nosso país.

Como todos vocês sabem, este seminário se realiza com o objetivo principal de, em função da presença de numerosa delegação de partidos e organizações amigas do exterior aqui em São Paulo – por ocasião do

13º Congresso do PCdoB – ser um espaço para discussão fraterna e profunda acerca da situação internacional contemporânea. Quero destacar, sobretudo, as grandes mudanças no quadro de forças no mundo, naquilo que se convencionou denominar como a transição em curso no mundo. Estas mudanças têm dimensões geopolíticas, econômicas, científicas e tecnológicas, cultural-ideológicas, dentre outras. Vamos procurar nos referir a algumas delas nesta contribuição.

Este seminário se insere no contexto desta agenda de discussões políticas, teóricas e ideológicas com a qual se têm defrontado os comunistas e as forças de esquerda em variados espaços e foros, como o recém-concluído 15º Encontro Internacional de Partidos Comunistas e Operários, realizado até o último domingo em Lisboa, e o Foro de São Paulo, cujo 19º Encontro realizamos nesta cidade no último mês de agosto.

Nestes foros e espaços, temos identificado questões que compõem um sistema de contradições da situação internacional. Inicialmente, gostaria de me referir a tendências que têm merecido nossa atenção no atual curso internacional.

Por um lado, persistem os impactos dos eventos do final do século passado, relacionados à grande derrota do socialismo no Leste europeu e na ex-URSS, e à vitória ideológica – ainda que temporária – do capitalismo. Assim, as ideias de esquerda, ao contrário do que ocorreu, por exemplo, no imediato pós-Segunda Grande Guerra, quando as ideias de esquerda e mesmo o comunismo tinham grande prestígio entre as massas trabalhadoras, hoje ainda vivemos, fruto da derrota do final do século XX, um momento de defensiva estratégica no curso da acumulação de sentido revolucionário.

Outro fator decisivo a considerar nas formas, nos caminhos e objetivos da luta política e revolucionária é a brutal crise mundial do capitalismo, que já há mais de cinco anos impõe uma agenda de ofensiva do capital contra o trabalho e dos países imperialistas centrais contra os países em desenvolvimento.

No geral, observamos que persiste e se aprofunda uma situação internacional caracterizada por incertezas, instabilidades, conflitos e ameaças à paz, à independência e soberania nacional e aos direitos dos povos.

A resolução de conflitos pela guerra volta a ser uma tendência na situação internacional. Ações de *mudanças de regime* (do inglês *regime change*) disfarçadas de motivações supostamente humanitárias têm sido cada vez mais frequentes no cenário internacional recente. Foi o que vimos recentemente na Líbia e atualmente vemos a tentativa de aplicar o mesmo conceito na Síria, onde o imperialismo e as monarquias reacionárias da região patrocinam uma prolongada agressão, tendo em vista depor o presidente legal da Síria, com resultados sanguinários.

Os Estados Unidos redirecionam sua política de defesa para a contenção da China, e tornam o Leste Asiático e o Pacífico em geral, zona de instabilidade e potencial conflito no próximo período.

Também é fator de grande preocupação, na situação internacional, a tendência ao recrudescimento da disputa por recursos naturais e ativos estratégicos em geral por parte de potências imperialistas. Aqui no Brasil vemos esta tendência com grande preocupação, uma vez que nosso país e nosso entorno – a América do Sul e a África – são áreas de vastos recursos: minerais, aquíferos, agrícolas e de biodiversidade.

▼ Companheiros e companheiras,

Contraditória, a situação internacional, ao lado das tendências preocupantes aqui ressaltadas, também apresenta traços de forte potencialidade a favor da luta dos povos e nações. Assim, é preciso observar tendências favoráveis e animadoras na situação internacional, relacionadas à busca por nova luta pelo socialismo e retomada da iniciativa pelas forças avançadas. Vou me referir a três delas.

Em primeiro lugar me refiro às lições que as forças revolucionárias, e dentre estas, os comunistas, vão tirando das primeiras experiências

de construção do socialismo no século XX. A retirada destas lições é favorecida pelo fato de que na realidade atual – sobretudo a crise do capitalismo – reafirma a atualidade das teses principais de Karl Marx e de Vladimir Lênin sobre a natureza e as tendências sistêmicas e estruturais do capitalismo –, reafirmando assim os princípios básicos das contribuições do marxismo-leninismo ao pensamento coletivo dos trabalhadores e dos povos.

Assim, muitos partidos comunistas e forças revolucionárias avaliam que a transição do capitalismo ao comunismo – isto é, o socialismo –, tal como preconizam os clássicos deverá ser período de longa duração, constituído por diversos períodos transitórios e intermediários, no início do qual a superação do velho e a emergência do novo ainda não são tão nítidas e definidas. Outra lição extraída das primeiras experiências decorre da compreensão de que não há modelo único e universal de transição ao socialismo e tampouco o caminho para alcançar o poder político pelos trabalhadores e as massas populares é comum a todos os Partidos e a todos os países.

Podemos dizer que assistimos a um relançamento da luta pelo socialismo no mundo, ainda que, como dissemos, condicionada pelo quadro de defensiva estratégica.

Um exemplo claro é o movimento que se observa, concretamente, nos países onde partidos comunistas, provenientes da primeira fase histórica de construção do socialismo que o mundo assistiu, buscam renovar e atualizar seus caminhos de construção do socialismo.

Aqui na América Latina, após 50 anos no curso de uma experiência original, Cuba tem buscado atualizar seu modelo de construção do socialismo, visando buscar maiores meios materiais para tornar sua experiência socialista “próspera e sustentável”, como defendem.

Do outro lado do mundo, as experiências chinesa, vietnamita, laosiana e coreana de construção do socialismo também guardam singularidades próprias de um momento em que não há modelos ou caminhos

retilíneos pré-estabelecidos – ao contrário do que se acreditou num determinado período.

A República Popular da China, com seus objetivos de concluir a etapa primária de construção do socialismo em meados deste século, vai ascendendo no mundo como principal economia do Planeta conduzida pelo Partido Comunista e sob a bandeira vermelha do comunismo. O Vietnã vai implementando exitosamente sua política de renovação e definindo objetivos de longo prazo, assim como o Laos, país que, conduzido por um partido comunista, busca superar a pobreza e avançar no trânsito ao socialismo. Também a Coreia Popular, num quadro invariável de hostilidade militar em seu entorno geográfico, busca desenvolver o socialismo segundo sua peculiaridade.

Na América Latina também vamos observando experiências disto que estamos definindo aqui como relançamento da luta pelo socialismo no mundo. Governos como o da Venezuela, da Bolívia e do Equador definem em seus programas e projetos objetivos de construção do socialismo que devem ser perseguidos..

Uma segunda tendência positiva no curso da situação internacional a que gostaria de me referir refere-se, paradoxalmente, à grave crise do capitalismo que ora presenciamos.

A crise demonstra a enorme validade e atualidade da teoria do imperialismo, na visão leninista, sobretudo na sua dimensão relacionada à compreensão de que o capitalismo não se desenvolve simetricamente, ao contrário, o desenvolvimento desigual do capitalismo é uma das principais chaves para entender as dinâmicas estruturais deste sistema.

Exemplo candente que comprova a validade e a atualidade desta teoria são os efeitos desiguais da crise nos países “centrais” e na antiga “periferia” do sistema.

Sobretudo países dotados de enormes mercados internos de massas, como o Brasil e outros grandes países em desenvolvimento, buscam resistir à crise, inicialmente, pela expansão do consumo, possibilitada

por políticas de redistribuição da renda. Também tomam-se medidas de maior ou menor proteção das economias nacionais e buscam articular entre si – caso dos BRICS – medidas de proteção de suas moedas e dos fluxos de comércio entre eles. Além de pôr adiante medidas como o Banco de Desenvolvimento dos BRICS, voltado para o financiamento de infraestruturas, e que deverá ser formalmente lançado na próxima cúpula deste mecanismo pentaparte na próxima Cúpula em Fortaleza, Brasil, em meados de 2014.

Um terceiro aspecto alentador na situação internacional contemporânea, tendo em vista a retomada da luta dos povos e a própria luta pelo socialismo em condições mais favoráveis, relaciona-se a movimentos que buscam alterar o balanço de forças no mundo, buscando aprofundar a tendência ao declínio da influência dos países imperialistas, especialmente a posição do imperialismo estadunidense.

Conforme apresentado nas teses em debate neste 13º Congresso, o PCdoB compreende que as alterações relativas na correlação de forças entre as nações, com o declínio dos países chamados “centrais” e a ascensão dos países em desenvolvimento, especialmente a China, mas também os demais BRICS, são fator de primeira ordem da conjuntura internacional e de suas tendências.

Evidentemente que, nesta transição, há uma disputa geopolítica e geoestratégica quanto ao seu desenlace; de um lado, as potências tradicionais manobram para manter o quanto possível e se possível prolongar o *status quo*. Por outro lado, os países que emergem buscam acelerar a transição no mundo, lutando pelo direito dos povos ao desenvolvimento e à paz.

É o caso, por exemplo, da defesa da democratização das Nações Unidas, em especial de seu Conselho de Segurança. Sendo este colegiado o poder decisório central da ONU e, por outro lado, expressando uma correlação de forças remanescente do pós-Segunda Grande Guerra, é urgente que espelhe mais nitidamente a correlação de forças em mutação do mundo atual.

Também no que diz respeito à ordem econômica, há intensa movimentação dos países em desenvolvimento voltada para a superação dos chamados órgãos de *Bretton Woods*. Aliás, na chamada tríade de *Bretton Woods* – que ademais das duas instituições citadas, inclui a OMC – ocorre uma grande novidade, expressão clara das mudanças no quadro de forças no mundo: recentemente, foi eleito para ser o diretor-geral da Organização Geral do Comércio, um embaixador brasileiro, a despeito da aberta oposição dos Estados Unidos e da União Europeia; assim, pela primeira vez uma das organizações de *Bretton Woods* será dirigida por um representante de país em desenvolvimento sem ter tido apoio dos países imperialistas. Nessa condição, caberá ao brasileiro dar sequência a movimento iniciado pelo Brasil ainda no primeiro ano do governo Lula, em Cancun, em 2003, que impediu nova rodada de liberalização comercial desfavorável aos países em desenvolvimento.

Creio que no curso da luta, pelos países em desenvolvimento, por acelerar uma transição de forças que abra mais espaço a esses países, cabe em especial às forças revolucionárias e progressistas em geral valorizarem o papel de coalizões e alianças anti-hegemônicas, contestadoras do *status quo* imperialista. Estas alianças se dão em instrumentos como a Organização de Cooperação de Xangai, nucleada por China e Rússia, e que busca limitar a presença de potências exógenas na Ásia Central; ocorrem com a aliança IBAS, entre Índia, Brasil e África do Sul, três grandes países em desenvolvimento que buscam unir forças em torno de temas convergentes. Ocorrem também com o processo de integração solidária da América do Sul, e da América Latina e Caribe.

Gostaria de concluir esta intervenção com breves palavras sobre o Brasil. Este não foi o foco desta intervenção, uma vez que vocês terão a oportunidade de ver, ao longo dos próximos três ou quatro dias, apresentações multifacetadas sobre a situação brasileira e suas perspectivas. Apresentações que incluirão o Informe Central ao Congresso, que pronunciarei na próxima quinta-feira, e as palavras da própria presidenta

da República, Dilma Rousseff, que comparecerá ao foro máximo dos comunistas brasileiros.

Quero apenas relatar algo que tem total relação com o tema geral deste seminário, sobre a política externa do Brasil. Sendo uma das dimensões do Projeto Nacional de Desenvolvimento em estruturação nos últimos dez anos, a presença do Brasil no mundo tem refletido questões geopolíticas e estratégicas do lado dos interesses dos países em desenvolvimento. O Brasil tem sido porta-voz de posições progressistas no cenário internacional, se opondo claramente à solução de controvérsias pela força, à revelia do direito internacional e da Carta da ONU; defendido mudanças na atual ordem internacional; e priorizado a integração da América do Sul – através de instrumentos como o Mercosul e a Unasul – e mais amplamente da América Latina e Caribe, através da CELAC. O Brasil também tem manifestado grande preocupação com a situação estratégica do Atlântico Sul – em especial com a expansão da OTAN para esta área geográfica que não lhe diz respeito, uma vez que originalmente é uma aliança do *Atlântico Norte*. Por fim, o Brasil tem priorizado em sua política externa a aproximação com a África, nossa vizinhança oriental, continente do qual nosso povo brasileiro é tributário.

▼ Camaradas,

Gostaria de reiterar nosso agradecimento por sua presença em São Paulo, que reforça a amizade entre o PCdoB e seus partidos e organizações.

O Partido Comunista do Brasil, como organização marxista-leninista, tem no internacionalismo princípio constitutivo de sua política e ideologia.

Nos últimos anos, o Partido tem tido papel particularmente ativo em dois grandes foros internacionais multilaterais: o Encontro Internacional de Partidos Comunistas e Operários, que sediamos em São Paulo

em 2008 e o Foro de São Paulo, ampla rede de partidos de esquerda da América Latina.

O PCdoB tem relação com mais de 200 organizações e partidos revolucionários, progressistas, anti-imperialistas e democráticos de todas as partes do mundo.

Este seminário, como disse ao início de minha intervenção, é parte de um esforço que deve ser intensificado no sentido de discutir temas políticos, teóricos e ideológicos de grande importância que se apresentam diante das novidades do cenário internacional contemporâneo.

Um grande abraço a todos, que tenham boa estadia em São Paulo.

Renato Rabelo

Mensagens e pronunciamentos dos partidos presentes ao 13º Congresso do PCdoB

Publicamos a seguir mensagens e pronunciamentos de partidos presentes ao Seminário Internacional e ao 13º Congresso do PCdoB. Muitos dos textos foram editados, e somente foram publicados excertos, em razão de adequação a este espaço disponível no livro.

A íntegra das intervenções no Seminário Internacional, e das mensagens recebidas, inclusive de outras 32 mensagens de partidos que não estiveram presentes, será publicada na internet em meio eletrônico em texto e vídeo, no site www.pcdo.org.br.

África do Sul – Partido Comunista Sul-Africano

É nossa opinião que, no período atual, há importantes questões de estratégia e táticas que devem voltar a ser consideradas, se esperamos fazer mais progressos na consolidação dos avanços da esquerda feitos até agora.

A primeira pergunta-chave que queremos colocar aqui é: a conceitualização do poder político e do papel do Estado como um local chave da luta (não o único, mas como a maior concentração de poder político).

Em segundo lugar, é o terreno eleitoral como outro local de luta para avançar com mudanças transformadoras que de forma cumulativa criam condições para um avanço ininterrupto em direção ao socialismo.

Estas são questões fundamentais a que voltaremos e que devemos gastar algum tempo discutindo, com a esperança de que seremos ca-

pazes de desenvolver estratégias e táticas adequadas que garantam a consolidação do projeto de construção socialista, para que crie raízes e se consolide com muito mais profundidade.

Não vamos necessariamente dar respostas a estas perguntas, mas procuramos levantar estas questões para destacar sua importância na conjuntura atual e para os movimentos de esquerda. Devido a alguns acontecimentos recentemente, como os protestos na Turquia, Sarajevo e no Brasil, este exercício se torna ainda mais imperativo. Delinear as diferenças entre, e dentre, essas ações irá (acreditamos) ajudar a ver as distintas diferenças (políticas e ideológicas) entre as respostas dadas pelas autoridades e as atividades sutilmente desleais do imperialismo na tentativa de semear divisões e instabilidade, a fim de desacreditar governos populares e criar “novas primaveras árabes” e outras “revoluções coloridas”.

A tarefa política central é não só para estabelecer a ligação orgânica entre as duas formas de acumulação no capitalismo contemporâneo, mas também para compreender a ligação orgânica entre as duas formas de luta de classes que elas geram. Lutas contra a desapropriação dominam grande parte do movimento alternativo de globalização, que se reúne no Fórum Social Mundial, por exemplo.

O papel do Estado na acumulação por espoliação também representa um desafio analítico.

Não há alternativa para a busca de uma alternativa!

O socialismo é o futuro – Construa-o agora!

Christopher Matlako

Argentina – La Campora

Nos marcos do 13º Congresso do PCdoB, fomos convocados a discutir com os companheiros do Brasil e os convidados internacionais sobre as “Tendências da situação internacional”.

A seguir realizaremos uma sumária descrição de nossa perspectiva sobre este ponto, aprofundando a análise da experiência de mudanças que vive nosso país desde 2003, nos marcos dos processos de mudança que vive a região. A vontade é colaborar, a partir da sistematização da **experiência**, com a principal tarefa da etapa: construir uma massa crítica em nível regional que permita ampliar, sustentar e aprofundar os processos democrático-populares que vivemos.

Há dez anos do início deste novo ciclo político, se faz mais evidente a evolução do processo regional em termos do alinhamento de dois tipos de blocos sociais que disputam a condução política dos processos nacionais, o modelo socioeconômico, e a natureza do processo de integração que orientará as oportunidades e desafios que o contexto global dá à região – o bloco nacional, popular e democrático, e o bloco oligárquico-imperialista de orientação neoliberal.

O “Não à ALCA” foi um fato emblemático para a região, que aconteceu na Argentina em 2005 nos marcos da Cúpula das Américas e significou uma ação coletiva dos presidentes da região, liderados por Nestor Kirchner, Hugo Chávez e Lula da Silva para inaugurar uma nova etapa em matéria de integração regional e política exterior.

O principal desafio político do processo de mudanças na Argentina que lidera Cristina Fernández de Kirchner é de caráter estratégico e da ordem de correlação de forças. Consiste em passar a ser, de uma maioria eleitoral, uma maioria social, nos marcos de uma ampliação permanente dos limites da democracia restringida, herdada da ditadura militar e da década neoliberal.

Federico Montero

Argentina – Frente Grande

Há razões históricas e “capacidades” que suportam o desenvolvimento da integração na América do Sul. Apesar de ter surgido no

contexto do regionalismo marcado pela ascensão do neoliberalismo, os dados “duros” do comércio intraMercosul mostram crescimento e fortalecimento gradual nos anos 1990, com uma ligeira pausa na crise da mudança de século, para renovar dramaticamente desde o começo da última década até o presente.

A crise que levou ao golpe de Estado no Paraguai e a dificuldade para a entrada da Venezuela como membro pleno do Mercosul somaram-se aos problemas já existentes. Em contrapartida a isso, as ordens de entrada da Bolívia e do Equador mostram uma melhor oportunidade para a continuação do bloco regional.

Da mesma forma, as dificuldades do mecanismo de consenso para a tomada de decisão na UNASUL foram claramente enunciadas no momento da contratação de uma declaração conjunta de condenação coletiva do episódio vergonhoso do sequestro do presidente Evo Morales em julho passado.

Javier Pablo Hermo

Argentina – Partido Comunista da Argentina

Em nome do Partido Comunista da Argentina, saudamos o 13º Congresso do Partido Comunista do Brasil.

Nós, os comunistas argentinos, damos importância às mudanças produzidas na Argentina, a partir das rebeliões de 2001, e do governo surgido em 2003.

Isto permitiu a recuperação de algumas esferas de patrimônio público, e algumas reparações sociais, assim como significativos avanços na unidade e na integração latino-americana e caribenha, com um feito fundamental com o NÃO à ALCA, que neste 5 de novembro completou 8 anos.

Sem essa unidade, nossa região não poderá mais ser um ator de peso no mundo multipolar e multicêntrico que está em gestação nos marcos do incremento da crise, e da agressividade do imperialismo, particularmente norte-americano.

A contradição central na Argentina, e em muitos países da região, está entre o aprofundamento das mudanças, em um sentido antimonopolista e anti-imperialista, e a restauração neoliberal com sua carga de cortes e repressão.

Na nossa modesta visão, essa é a batalha de hoje, para despontar o caminho para o socialismo que está no centro da nossa linha estratégica: O desenvolvimento de um grande Partido Comunista e a iniciativa da construção de uma frente unida, que possa levar à vitória uma Revolução Socialista de Libertação Nacional.

Viva o 13º Congresso do PCdoB!

Obrigado, companheiros.

Victor Hugo Gomez

Argentina – Partido Comunista Congresso Extraordinário

Queríamos em primeiro lugar aproveitar para saudar fraternalmente os camaradas do PCdoB, e poder lhes transmitir a alegria que sentimos de poder compartilhar com vocês, e muitos partidos irmãos, um momento tão importante como é o seu Congresso Nacional, sem dúvida, o momento mais importante da vida partidária. Sabemos que esta é uma instância de culminação, antecedida por meses de preparação e discussão da militância. Por isso estamos convencidos de que será realmente exitoso, com resoluções importantes tanto para o Brasil como para a América Latina.

Em 25 de maio passado, a posse de Nestor Kirchner completou dez anos, com o início de uma orientação política que mudou a história do nosso país. É a década vencedora. Mesmo com um saldo desfavorável de forças contra um inimigo poderoso, ocorreram, em um período histórico curto, transformações políticas, econômicas e sociais impensáveis em uma Argentina como aquela, onde em 2001 se debatia a dissolução da nação.

Isto inclui o debate sobre qual é o papel da esquerda hoje na Argentina e na América Latina. O fundador do nosso Partido, Jorge Pereyra, costumava dizer que o rumo antineoliberal inaugurado em 25 de maio de 2003, com Néstor Kirchner, permitiu-nos olhar mais de perto nossos objetivos revolucionários, e que o Projeto Nacional, Popular, e Latino-americano, que introduziu mudanças profundas em nosso país, era um projeto coerente com a nossa concepção do caminho argentino para o socialismo. Assim, o Partido Comunista Congresso Extraordinário nunca duvidou: somos os comunistas juntos com Cristina.

Muito obrigado

*Pablo Pereyra, Secretário Geral, e Ezequiel D'Adamo,
membro do Comitê Central*

Benin – Partido Comunista do Benin

Queridos camaradas

No Benin, o nosso povo se depara com um Presidente que, após ter sido fraudulentamente reeleito em 2011, apoia a ideia de rever a Constituição para permanecer no poder. Depois de vender os setores estratégicos da economia nacional às empresas estrangeiras, especialmente francesas, Yayi Boni lançou uma guerra sem trégua contra os agentes econômicos nacionais, como um agente a serviço do exterior que não

suporta que a economia nacional possa ofuscar seus amigos estrangeiros, como o grupo francês Bolloré, entre outros.

Hoje, no Benin, a imprensa está amordaçada, as manifestações pacíficas são proibidas, exceto em apoio ao poder, as eleições foram um simulacro da democracia e estão entre parênteses, e o governo quer estabelecer uma nova ditadura no país.

O povo do Benin não a aceita e por isso está se preparando para derrotar este péssimo projeto do presidente Yayi Boni. De qualquer forma, acreditamos que o povo do Benin, liderado pelo Partido Comunista do Benin e a Convenção Patriótica das forças de esquerda, ponha fim a este governo ditatorial para o advento de um governo dos trabalhadores e do povo.

Gilbert Kouessi

Bolívia – Movimento ao Socialismo (MAS-IPSP)

Ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB)

O Movimento ao Socialismo (MAS) envia em nome de vosso irmão, o presidente Evo Morales Ayma, congratulações pela realização do 13º Congresso e pela unidade do PCdoB.

Nós valorizamos a presença da juventude do seu partido, que é uma contribuição para as futuras gerações de seu povo para o futuro.

A presença da presidente Dilma é um sinal da unidade do seu povo e da unidade mais ampla da América Latina e do mundo.

Viva o 13º Congresso do PCdoB!

Leonida Zurita
Secretária de Relações Internacionais do MAS,
do Estado Plurinacional da Bolívia

Bolívia – Partido Comunista da Bolívia

Queridos camaradas

Com especial satisfação os comunistas bolivianos enviam as mais efusivas congratulações pela realização do 13º Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), mais ainda ao unirmos muitos vínculos fraternos e solidários desde longa data, na luta comum pela libertação de nossos povos, contra o imperialismo e toda forma de opressão.

O evento que discutirá as suas teses políticas e diretrizes estratégicas sobre o período histórico atual é de fundamental importância, dada a situação que atravessa a América Latina, e a crise do sistema capitalista global. Consideramos que o PCdoB tem um papel importante e de destaque na busca de uma orientação precisa alinhada com as principais reivindicações dos trabalhadores e da sociedade civil brasileira.

O Partido Comunista da Bolívia (PCB) está empenhado em promover as transformações no âmbito do processo de mudança que está ocorrendo em nosso país, atribuindo grande importância às nossas relações com o PCdoB e as forças progressistas brasileiras que também avançam uma linha apropriada às condições peculiares da realidade do Brasil. Por isso, a ocorrência do Congresso, em São Paulo, será um marco fundamental no processo de desenvolvimento em curso e da justiça social no contexto da construção do socialismo.

Transmitimos também, companheiros, em nome de nossa Comissão Política, da militância e dos revolucionários do Estado Plurinacional da Bolívia, os nossos sinceros parabéns e o apoio militante para as conclusões do conclave de unidade e luta.

Senador Igancio Mendoza, Primeiro Secretário

Canadá – Partido Comunista do Canadá (ML)

Estimado camarada Renato Rabelo,

A direção do PCC (M-L) estudou as teses do seu 13º Congresso e prestou atenção especial à experiência do PCdoB. Apreciamos particularmente a busca incessante pelo trabalho para o fortalecimento do Partido. Interessamo-nos, entre outras coisas, pela tarefa que realizam para criar a força necessária para enfrentar os novos desafios que implicam a defesa do projeto de edificação nacional. As medidas para eliminar a herança neoliberal, pelo estabelecimento das reformas estruturais, políticas e sociais que respondem às exigências da época e às demandas do povo brasileiro são muito importantes.

Também apreciamos a grande unidade de ação das forças anti-imperialistas através da América do Sul e do Caribe que com uma só voz rechaçam todas as tentativas imperialistas de desestabilização, de golpe de Estado, de provocações, de espionagem e de falta de respeito às normas mais elementares que regem as relações entre Estados soberanos. Esta é uma manifestação da defesa e do fortalecimento de todos os projetos de edificação e soberania nacional que nossos povos empreenderam. Trata-se de uma grande consolidação do projeto de integração da Nossa América, tendo como base o princípio de igualdade entre as nações, grandes ou pequenas, e do direito à autodeterminação que se exerce através da construção de instrumentos tais como a ALBA, a UNASUL, o MERCOSUL e a CELAC. Neste sentido, apoiamos todos os esforços para pôr fim ao infame bloqueio dos imperialistas estadunidenses contra Cuba, assim como as campanhas pela libertação dos presos políticos cubanos nos Estados Unidos e dos presos políticos de Porto Rico.

*Anna DiCarlo, Líder nacional
Partido Comunista do Canadá (Marxista-Leninista)*

China – Partido Comunista da China

Por ocasião da celebração do XIII Congresso Nacional do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), dirigimos-lhe as saudações fraternas e os melhores cumprimentos, em nome do Comitê Central do Partido Comunista da China (PCCh).

O PCdoB, desde sua fundação em 1922, tem persistido em tomar o Marxismo como um guia; desenvolvido o Marxismo de acordo com as características do tempo e a realidade brasileira; promovido a modernização e a nacionalização do Marxismo; e crescido constantemente durante luta de longo prazo, tendo aumentado o número de filiações de 73 mil, na sua fundação, para 340 mil dos dias de hoje, tornando-se um dos partidos comunistas mais influentes na América Latina. O PCdoB aplica os propósitos e princípios do Partido, tem feito importantes contribuições à defesa da soberania dos países e independência das nações, e à promoção da democratização política.

A China é o maior país em desenvolvimento no mundo, enquanto o Brasil é o maior país em desenvolvimento no hemisfério ocidental. Como potências emergentes e países membros dos BRICS, a China e o Brasil estão no período importante de crescimento rápido, e se encarregam das idênticas tarefas de desenvolvimento econômico, melhoria da vida do povo e enfrentamento dos desafios da globalização. O PCCh está disposto a desenvolver ainda mais as relações amistosas e cooperativas com o PCdoB, e trocar experiências de governança do Estado, com base nos princípios de independência e autodeterminação, igualdade completa, respeito mútuo, e não intervenção nos assuntos internos de um para o outro, para levar adiante as relações de parceria estratégica global.

Formulamos os votos de que o XIII Congresso Nacional do PCdoB seja coroado com êxito completo, e a amizade entre os nossos dois

partidos, dois países e dois povos se consolide e se desenvolva continuamente.

*Departamento Internacional do Comitê Central
do Partido Comunista da China*

Chipre – Partido Progressista do Povo Trabalhador (AKEL)

Uma mensagem especial de solidariedade e camaradagem aos companheiros, a liderança e aos membros do PCdoB, na véspera da abertura do seu 13º Congresso. Suas deliberações nos ajudarão a entender melhor o seu trabalho e nos permitirão ter em mãos a primeira avaliação sobre o estágio atual da luta do PCdoB no Brasil, como um partido que participa do governo. Desejamos todo o sucesso para o seu congresso, seu desenvolvimento e lutas futuras. Em nome do AKEL, gostaria de agradecer pela organização deste encontro internacional e pelo convite para que dele participássemos.

Reiteramos que cada um de nós desenvolve as suas atividades conforme a percepção das suas condições particulares e cada país tem suas peculiaridades, cada partido é responsável perante seu próprio povo, e está em melhores condições para avaliar o curso de sua luta. A nossa tarefa comum é a de demonstrar solidariedade com estas lutas, seja para os direitos da classe operária ou em defesa da soberania nacional, e unir as nossas forças em nossas lutas comuns.

Nesse sentido, gostaria de agradecer o PCdoB e a todos os partidos aqui representados, pela contínua solidariedade com as lutas do AKEL e do povo cipriota para acabar com a ocupação turca do nosso país.

Vera Polycarpou

Colômbia – Marcha Patriótica

O Movimento Político e Social Marcha Patriótica – MPP, em nome de suas 2200 organizações, transmite a toda a militância do PCdoB um grande abraço independentista e latino-americanista. Esperamos que este Congresso seja exitoso e fortaleça o avanço das forças populares no Brasil e em toda Nossa América.

Queremos começar dizendo que sentimos o mais profundo agradecimento ao PCdoB, aos seus militantes e às organizações de massa onde sabemos que vocês tem importante influência, pelo apoio decidido que deram para a realização do Fórum pela Paz na Colômbia, realizado em Porto Alegre, no passado mês de maio.

Dizemos-lhes que somos otimistas e que estamos dando tudo o que está a nosso alcance para conseguir a paz com justiça social, e lhes transmitimos a força com que seguimos nas ruas lutando por trabalho, por vida digna, por comida, por saúde, por educação. O povo colombiano não se rende e sua persistência nos permitirá lograr a segunda e definitiva independência, que só será completa quando for para toda a Nossa América, no caminho até a superação deste modo de produção da vida que cada vez mais nos leva à barbárie.

Despedimo-nos com um forte abraço latino-americano e caribenho.

*Comissão de Relações Internacionais –
Movimento Político e Social Marcha Patriótica*

Colômbia – Partido Comunista Colombiano

O Partido Comunista Colombiano cumprimenta os participantes do Seminário Internacional e, especialmente, os camaradas do PCdoB que realizam o seu 13º Congresso.

Estamos convencidos da necessidade de gerar cenários para discussões frutíferas que servem para diagnosticar os principais elementos da crise do sistema, estudar o progresso dos governos de esquerda e progressistas do continente. Analisar a extensão, a capacidade e o heroísmo da resistência dos povos ao imperialismo e sua atitude agressiva e intervencionista é uma tarefa do presente. Alimentar a formulação de políticas com base no marxismo-leninismo e deixar fluir o pensamento progressista e revolucionário na América Latina é o dever dos comunistas.

O XXI Congresso do PCC, com a definição política “Unir todas as vozes e rebeldias pela paz, a democracia e a soberania”, é parte da luta política e ideológica, em que os comunistas colombianos enfrentam um regime político a serviço dos interesses da política estadunidense, que emprega as leis e políticas para desenvolver o saque agressivo dos recursos naturais para a operação das empresas transnacionais, para reverter os direitos sociais e promover o deslocamento dos camponeses.

Viva a unidade dos povos latino-americanos!

Viva a unidade dos comunistas pela paz, a vida e a solidariedade!

Pietro Alarcón

Coreia – Partido do Trabalho da Coreia

Estimado Camarada Renato Rabelo,

Presidente Nacional do PCdoB

Queridas companheiras e companheiros,

Por incumbência do Comitê Central do Partido do Trabalho da Coreia, queria congratular-me calorosamente com o 13º Congresso do Partido Comunista do Brasil e dizer que tenho um grande prazer de transmitir as saudações e os cumprimentos dos

membros do Partido do Trabalho da Coreia a todos os membros do Partido Comunista do Brasil e aos participantes deste Congresso.

O Partido Comunista do Brasil, com sua longa história de mais de 90 anos, lutou incessantemente pela ampliação e o fortalecimento das fileiras do Partido para defender energicamente os direitos e os dignos interesses das amplas massas trabalhadores, o que lhe permitiu alcançar êxitos maravilhosos.

Hoje, o Partido Comunista do Brasil é um Partido aliado ao governo, lidera ativamente a luta pelo bem-estar das massas populares e trabalhadores e apoia dinamicamente as medidas democráticas do governo brasileiro.

Apreciamos altamente o Partido Comunista do Brasil que exerce importante influência na luta pelo desenvolvimento independente e a prosperidade econômica nacional, e também apreciamos os esforços para reforçar a unidade e a solidariedade entre os partidos progressistas do mundo que pretendem seguir a luta pelo anti-imperialismo e a independência.

Os êxitos alcançados pelo Partido Comunista do Brasil deixam-nos muito contentes; nós consideramos como sendo nossos, e manifestamos o nosso apoio e solidariedade plenos para com a causa justa do Partido Comunista do Brasil.

Aproveito esta oportunidade para agradecer ao Partido Comunista do Brasil pelo seu apoio e solidariedade invariáveis à luta do nosso Partido e o povo coreano para materializar a causa de construir um país poderoso e próspero e realizar a reunificação independente do país.

O nosso partido, também no futuro envidará todos os esforços possíveis, com base no ideal da independência, da paz e da amizade, para tornar o mundo independente e salvaguardar a paz e a estabilidade na Península Coreana e na região asiática, bem como refortalecer e desenvolver permanentemente as rela-

ções de amizade e cooperação com o Partido Comunista do Brasil e outros partidos progressistas no mundo.

Muito Obrigado

Pak Kun Gwang

Cuba – Partido Comunista de Cuba

Estimados companheiros e companheiras

Recebam a calorosa saudação do Partido Comunista de Cuba e do povo cubano, sob a convicção de que o 13º Congresso Nacional do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) constituirá um importante processo de reflexão coletiva para a construção democrática do país.

A importante contribuição do PCdoB no caminho percorrido durante os últimos dez anos no Brasil, a autoridade e o prestígio de sua militância, assim como seu sentido de unidade e direção coletiva potencializaram as faculdades dos comunistas brasileiros, convertendo-os em protagonistas na construção do Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento.

Em momentos em que a crise do capitalismo estremece no próprio centro do poder mundial, quando governos progressistas e de esquerda multiplicam-se em nosso entorno continental, os ideais do Socialismo, do desenvolvimento e justiça social, da soberania e independência nacional tomam uma força maior. Neste contexto, consideramos importante o desenvolvimento das relações bilaterais, com a segurança de continuar fortalecendo o intercâmbio, a cooperação e os vínculos de amizade entre os nossos Partidos.

Agradecemos às inumeráveis mostras de solidariedade à Revolução Cubana frente à política irracional de bloqueio imposta pelo governo

dos Estados Unidos, enquanto reconhecemos o apoio à luta pela libertação dos Cinco Cubanos antiterroristas, injustamente condenados nos Estados Unidos.

*Departamento de Relações Internacionais,
Partido Comunista de Cuba*

EUA – Partido Comunista dos Estados Unidos da América

Ao 13^o Congresso do Partido Comunista do Brasil

Em nome do Partido Comunista dos EUA, trago-lhe calorosas saudações fraternais, por ocasião do seu 13^o Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Os papéis que seu partido e seu país estão jogando nesta época crucial na luta por um mundo melhor sob o socialismo não poderiam ser mais vitais.

O surgimento de uma abertura política progressista, com a eleição do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 2002, foi um divisor de águas que possibilitou uma ruptura radical com o passado, e não apenas no seu país, mas em toda a América Latina e Caribe. Em curto espaço de tempo, após a eleição do falecido camarada Hugo Chávez como presidente da Venezuela, e rapidamente seguida por resultados eleitorais semelhantes no Equador, Bolívia, Argentina, Uruguai, Paraguai, Nicarágua e El Salvador, a mudança de direção no Brasil destruiu a possibilidade de sucesso da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), e abriu um panorama de mudança progressiva em que a dominação imperialista nos assuntos do hemisfério tem sido severamente prejudicada.

O velho sonho de que os países da América Latina poderiam criar as suas próprias instituições democráticas e progressistas com base na solidariedade e na amizade, para servir aos interesses dos mais desfa-

vorecidos e marginalizados dos seus povos, sem ter que pagar o resgate para as demandas de rapina do capital monopolista internacional ou pedir a permissão dos EUA ou de quaisquer outras potências, ficou muito perto da realização.

Seu partido, o Partido Comunista do Brasil, teve um papel importante naquele momento e nos acontecimentos posteriores, como a re-eleição de Lula em 2006 e a eleição de Dilma Rousseff em 2011, bem como o trabalho das miríades lutas populares em todos os estados e regiões do Brasil. Trabalhando com os governos de coalizão de Lula e Dilma que, para o PCdoB, trata-se de dar seu apoio crítico em um contexto heterodoxo, para que avancem a classe operária e os princípios marxistas e, ao mesmo tempo, reconhecendo e lutando para manter a unidade necessária, não só para ganhar as eleições, mas também para governar e realizar seus programas progressistas.

Temos a confiança de que o Partido Comunista do Brasil, enraizado na classe operária de seu país e com a experiência de 90 anos de luta, está pronto para enfrentar todos esses desafios e, com seus aliados, criar vastas novas oportunidades para o avanço do socialismo no Brasil, na região e no mundo.

Saudamos a árdua luta do Partido Comunista do Brasil, agradecemos ao convite para estar aqui e poder expressar os nossos melhores votos de um bem sucedido 13º Congresso e em todas as suas lutas que virão.

Gary Dotterman

França – Partido Comunista Francês

Pensando um novo internacionalismo para enfrentar os grandes desafios dos nossos povos gostaria de agradecer aos nossos colegas do PCdoB pelo convite para participar deste Seminário Internacional, orga-

nizado no âmbito do seu 13º Congresso. Quero agradecer também pela camaradagem, a amizade e a fraternidade com que fomos recebidos, e que caracteriza este partido que continua a mostrar uma forte ligação com o internacionalismo e a unidade das forças progressistas e de esquerda.

A ação dos governos progressistas da América Latina mudou a face do mundo. Em 15 anos de mudanças políticas, em favor dos povos, a hegemonia dos Estados Unidos começou a recuar sua ideologia e políticas neoliberais que eram, até então, impostas a todo o continente. É um fato que não deve ser subestimado, a esquerda latino-americana mudou o equilíbrio de forças no mundo.

Suas conquistas, a implementação de políticas para resistir aos impactos da crise do capitalismo em sua fase atual, mostraram-nos que é possível fazer tudo aquilo que os governos europeus juram ser impossível de ser feito.

Gostaria de salientar a importância para o nosso Partido da existência de eventos como este seminário organizado pelo Partido Comunista do Brasil, que permitem o diálogo entre diferentes forças da esquerda no mundo. Da mesma forma, damos grande importância para outros acontecimentos como o Encontro Internacional de Partidos Comunistas e Operários e o Foro de São Paulo. Esta é uma das razões por que, com outros Partidos, criamos o Partido da Esquerda Europeia (PEE) que reúne um grande número de partidos, mas que na verdade é um reagrupamento que vai além do PEE e é necessário na Europa para permitir uma ação eficaz contra a ofensiva do capitalismo atual.

Acreditamos que podemos pensar no internacionalismo renovado dentro de espaços existentes ou criar novos, se necessário, para permitir a convergência sobre questões muito específicas, tais como a paz, o desarmamento, e que o ano de 2014 pode ser um forte ponto de convergência sobre esta questão.

Cecile Dumas e Obey Ament

Galícia – União do Povo Galego

AO 13º CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

A União do Povo Galego deseja transmitir uma afetuosa e solidária saudação de toda a sua militância a este importante 13º Congresso do Partido Comunista do Brasil, um congresso precedido por meses de intenso trabalho e debate entre a militância do PCdoB, um debate que tem por objetivo melhorar o trabalho do Partido nos diferentes âmbitos e fazer propostas para que os documentos que se aprovem nesta fase final do congresso e os novos organismos de direção sejam os mais adequados para guiar a militância do PCdoB neste novo período, pleno de importantes feitos.

Há anos que o PCdoB e a UPG mantêm relações fraternais de camaradagem, que se acrescentam ao idioma que partilhamos, o povo brasileiro e o povo galego, fruto de uma história que nos uniu. Por isso, para nós, militantes comunistas patrióticos da Galícia, estar num congresso do PCdoB é como estar na nossa própria casa.

O PCdoB e a UPG têm histórias e trajetórias diferentes, mas coincidimos na necessidade de eliminar a exploração da classe operária e do conjunto das classes populares e na necessidade de que cada povo desenhe o seu próprio caminho para chegar ao socialismo. Como comunistas, sabemos que esse é um caminho muito longo e que só fortalecendo os nossos partidos ideológica e organizativamente poderemos avançar.

Comitê Central da União do Povo Galego

Grã-Bretanha – Partido Comunista da Grã-Bretanha (ML)

Estimados Camaradas,

Permitam-me agradecer ao PCdoB pelo seu gentil convite para que meu Partido participasse deste importante Seminário Internacional, assim como dos procedimentos do seu 13º Congresso.

O mundo contemporâneo, estimados camaradas, está caracterizado pela mais profunda crise econômica do imperialismo, que está direcionando todo o desenvolvimento globalmente e agravando todas as contradições maiores, nomeadamente, a contradição entre o trabalho e o capital; entre a riqueza dos países imperialistas e as nações oprimidas, que compreendem a maior parte das massas da humanidade que habita a Ásia, a África e a América Latina; as contradições entre as várias potências imperialistas que, se por um lado, são unidas em seus ataques à classe operária e aos povos oprimidos, por outro, estão engajadas numa luta feroz, umas contra as outras, pela dominação do mundo; e ainda a contradição entre o imperialismo e os países socialistas remanescentes.

Com estas palavras, encerro minha intervenção e agradeço a vocês por me ouvirem. Aproveito a oportunidade para saudar o 13º Congresso do seu Partido, com a esperança de que suas resoluções sejam concluídas com sucesso e representem a base para a consolidação e o fortalecimento do PCdoB em sua tarefa árdua, porém nobre, de liderar a classe operária e as amplas massas brasileiras na luta pelo socialismo.

Novjot Brar

Grã-Bretanha – Partido Comunista Revolucionário da Grã-Bretanha (ML)

Estimado Camarada Renato Rabelo, estimados camaradas delegados do PCdoB

Em nome do nosso Comitê Central e de todos os membros do Partido, gostaria de expressar nossos melhores cumprimentos por um sucesso duradouro ao 13º Congresso do PCdoB.

Os temas discutidos no 13º Congresso têm grande significado para o futuro do projeto nacional brasileiro. Mas, eles também são altamente significativos para o rumo do movimento comunista internacional.

Os olhos das forças progressistas estão focados com interesse e admiração na experiência brasileira.

Desejamos ao 13º Congresso o maior sucesso em traçar o próximo estágio do trabalho do PCdoB para avançar o projeto nacional brasileiro. Além disso, construir e fortalecer o Partido nestas circunstâncias, e impelir para frente a luta pelo socialismo.

Com saudações revolucionárias,

Michael Chant, secretario-geral, PCRG(ML)

Grécia – Partido Comunista da Grécia

Caros Camaradas

Estendemos nossas saudações comunistas ao 13º Congresso do PCdoB convocado para os dias 13 a 16 de novembro de 2013, na cidade de São Paulo. Como sabem, os nossos partidos estão ligados com os laços de camaradagem, da solidariedade. Temos trabalhado para promo-

ver os Encontros Internacionais de Partidos Comunistas e Operários, o fortalecimento do Fórum Social Mundial, do Conselho Mundial da Paz, da Federação Mundial da Juventude Democrática. Gostaríamos de referirmo-nos a algumas questões atuais em nossa luta.

Seu congresso terá lugar no contexto da crise econômica capitalista que ainda está em curso, uma crise de superprodução e de superacumulação de capital, que destaca o caráter historicamente ultrapassado e desumano do sistema capitalista, e apresenta a necessidade do socialismo como a única maneira de sair da barbárie capitalista.

Estamos aguardando as resoluções finais do seu 13º Congresso.
Com saudações comunistas.

*Seção de Relações Internacionais do Comitê Central
do Partido Comunista da Grécia (KKE)*

Iraque – Partido Comunista do Iraque

Estimados Camaradas

Apresentamos as calorosas saudações dos comunistas iraquianos ao 13º Congresso do Partido Comunista do Brasil, desejando todo o sucesso em suas deliberações, para consolidar e ampliar sua posição e influência entre a classe operária do Brasil.

Aproveitamos esta oportunidade para expressar nossa gratidão pela solidariedade internacionalista para com os comunistas, os democratas e o povo iraquiano em sua luta contra o sectarismo político, as políticas antidemocráticas de combate ao terrorismo, as forças reacionárias e a interferência externa que minam a unidade nacional do Iraque e para construir um Iraque independente, unificado, democrático e federal.

Estimados Camaradas

Nosso Partido, que representa a principal força de esquerda no Iraque, vem envidando esforços incansáveis para alcançar a unidade de ação das forças democráticas. Tivemos um papel de liderança no estabelecimento de uma coalizão ampla chamada “Corrente Democrática”, que foi lançada em Bagdá em outubro de 2011. O Partido está lutando para transformá-la na principal força de atuação na batalha intensa sobre o futuro do Iraque. Esta visão requer grandes esforços para envolver o movimento sindical e as organizações democráticas, especialmente as mulheres, a juventude, os estudantes e outras entidades da sociedade civil, na luta das massas em defesa dos direitos humanos e democráticos dos trabalhadores e do povo.

Viva a Solidariedade Internacional!

Azet Salman Sadik

Itália – Partido dos Comunistas Italianos

Estimados Camaradas,

É uma grande honra, para mim, estar em São Paulo e é com um verdadeiro espírito de gratidão e felicidade que gostaria de agradecer ao PCdoB por sua contribuição para fortalecer o movimento comunista internacional e por sediar este importante Seminário Internacional, no início de seu 13º Congresso. Essa oportunidade ajuda a todos nós a compartilhar opiniões e ideias e melhorar o nosso trabalho na construção de uma agenda comum.

O equilíbrio de poder no mundo está mudando rapidamente. Na economia, bem como no equilíbrio geopolítico, emerge um bloco articulado, não sujeito à tríade imperialista (EUA-UE-Japão), mas concentrado

nos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul) ou seja, em países não alinhados, convergindo com eles, e cujo PIB deverá ultrapassar o dos EUA, UE e Japão. A China, por si só, irá superar a economia dos EUA.

No mundo atual, em rápida mudança das relações de poder, é fundamental a construção de uma ampla frente de povos e Estados soberanos contra a guerra que as potências em declínio da tríade imperialista podem ser tentadas a desencadear. Este é o terreno comum sobre o qual devemos construir relações de cooperação e benefício mútuo entre os povos e Estados. Este é o terreno sobre o qual avançaremos uma perspectiva progressista para a humanidade, uma alternativa política para o capitalismo, o socialismo.

*Francesco Maringió, Responsável Adjunto pelo Departamento
Internacional do PdCI*

Itália – Partido da Refundação Comunista

Queridas companheiras e queridos companheiros

Quero agradecer pela solidariedade que sempre nos demonstraram os companheiros do PCdoB, bem como pela atenção recebida também nesta ocasião.

O projeto estratégico que propomos é o fim da crise e, portanto, a luta para construir o socialismo do século XXI. Para tanto, parece-nos decisiva a refundação comunista como processo de crescimento das forças anticapitalistas no terceiro milênio: a crise não é resultado da escassez, mas do aprisionamento da riqueza social em relações sociais capitalistas.

Em síntese, temos que construir uma Refundação Comunista e uma esquerda em geral à altura do enfrentamento à atual estrutura capitalista e as atuais formas de domínio.

Na América Latina e na Europa, o modelo de “desenvolvimento” capitalista está esgotado (em suas várias versões, mais ou menos redistributivas). Para ter o pão e as rosas, é preciso que comecemos o debate sobre o novo modelo de sociedade que queremos construir e, neste aspecto, parecem-nos importantes as contribuições dos processos da Bolívia e do Equador.

Estamos seguros de que o 13º Congresso do PCdoB marcará um avanço neste importante debate.

Muitos êxitos camaradas!

Muito obrigado

Marco Consolo

Japão – Partido Comunista Japonês

Mensagem do Comitê Central do Partido Comunista Japonês ao XIII Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)

Por motivo do XIII Congresso do Partido Comunista do Brasil, lhes enviamos de coração uma saudação de felicitação e solidariedade. Esperamos que o Congresso tenha grande êxito em melhorar o nível de vida do povo e desenvolver a democracia.

Temos prestado atenção aos esforços que os governos do ex-presidente Lula e a presidenta Rousseff têm feito para corrigir a injustiça social provocada pelas políticas neoliberais, reduzindo a pobreza. O Brasil tem cumprido um importante papel para estabelecer uma ordem internacional democrática, através da ordem pacífica baseada na Carta da ONU e no desenvolvimento da Comunidade regional pela paz na América Latina, entre outras coisas. Alegramos-nos que seu partido tenha desempenhado um papel positivo fazendo parte destes governos.

O Partido Comunista Japonês avançou nas eleições da Câmara Alta realizadas em julho passado, por ter lançado claramente uma posição

de confrontação com a política do Partido Liberal Democrático, caracterizada pela subordinação aos EUA e às grandes empresas, e nossas contrapropostas. O gabinete do primeiro-ministro Abe está promovendo as políticas que violam os desejos do povo, tais como o aumento do imposto sobre consumo e o impulso das centrais nucleares, o fortalecimento das bases militares estadunidenses, aumentando a contradição entre o povo. Estamos nos esforçando para ampliar cooperações com o povo, mostrando as contrapropostas fundamentais nesses problemas.

Desejamos que nossos partidos fortaleçam a cooperação pela paz mundial, em particular na tarefa de eliminar as armas nucleares e pela causa do desenvolvimento da corrente do progresso social.

Comitê Central do Partido Comunista Japonês

Laos – Partido Popular Revolucionário do Laos

Por ocasião do 13^o Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que está sendo realizado entre os dias 13 e 16 novembro de 2013, em nome do Comitê Central do Partido Popular Revolucionário do Laos, gostaríamos de estender os nossos parabéns e os melhores votos para o Congresso e, através do Congresso, aos delegados, à liderança do PCdoB e a todos os seus membros.

Este Congresso é um evento importante na vida política do Partido Comunista do Brasil, uma vez que está sendo realizado em meio a uma complexa situação regional e global, passando por mudanças complexas e rápidas e oferecendo oportunidades e desafios. Estamos confiantes de que o Congresso estabelecerá ainda as políticas e diretrizes para as futuras atividades do Partido para os próximos anos, a fim de reforçar o papel do PCdoB no cenário político do país, contribuindo assim para a causa da paz, amizade, cooperação para o desenvolvimento da região e do mundo como um todo.

Nesta ocasião solene, podemos desejar ao 13º Congresso do Partido Comunista do Brasil um sucesso brilhante. Que as relações de amizade e cooperação entre os nossos Partidos sejam reforçadas em benefício dos dois partidos assim como dos povos do Brasil e do Laos.

Com saudações fraternas,

O Comitê Central do Partido Popular Revolucionário Popular do Laos

Líbano – Partido Comunista Libanês

Caros Camaradas

Enviemos-lhes as saudações do Comitê Central e de todos os militantes do Partido Comunista Libanês (PCL) e, através de vocês, a todos os delegados de seu 13º Congresso e todos os membros do seu Partido. Desejamos todo o sucesso ao seu Congresso, especialmente nas duas tarefas a que se propôs, porque a década anterior foi plena de lutas para as mudanças definidas pela chegada ao poder de uma aliança democrática em que o seu Partido é essencial. Desejamos também para o PCdoB e para o povo brasileiro a continuação do caminho do progresso para construir uma nova sociedade, baseada na igualdade de oportunidades, contra o imperialismo e por um mundo novo.

Temos a certeza de que as decisões tomadas seguirão na direção da luta da classe operária e dos povos do mundo, para acabar com todas as formas de exploração, abuso, guerras imperialistas e discriminação. Esperamos que as relações bilaterais entre nossos dois partidos e povos continuem a se consolidar. Os comunistas libaneses e o povo libanês devem muito ao Brasil, que é considerado uma segunda pátria para eles.

Dr. Khaled Hadadah, secretário-geral

Dra. Marie Nassif-Debs, secretária-geral adjunta e responsável pelas Relações Internacionais

Nicarágua – Frente Sandinista de Libertação Nacional

Companheiros militantes do PCdoB

A Frente Sandinista de Libertação Nacional saúda a realização do 13º Congresso do Partido Comunista do Brasil, ressaltando a trajetória revolucionária de um partido irmão com 91 anos de luta pelo socialismo.

O Partido Comunista do Brasil tem sido um provado defensor da Democracia e dos Direitos Humanos, construindo um partido revolucionário desde seu nascimento em combate frontal contra as ideologias reacionárias que pugnam pelo passado, enquanto fortalece os ideais de um mundo novo, socialista, solidário.

O 13º Congresso do Partido deverá fortalecer cada vez mais o espírito combativo deste partido irmão, que tem demonstrado capacidade política, fortaleza ideológica e sólida organização.

O Partido Comunista do Brasil tem sido um importante impulsor da nova democracia que vive o Brasil, compartilhando com os governos dos últimos 10 anos, os programas sociais que tem demonstrado que a atenção às necessidades dos mais pobres é uma condição iniludível do desenvolvimento dos povos.

Neste Congresso confluem a experiência e a combatividade dos comunistas brasileiros que, organizados no Partido Comunista do Brasil, confirmam a tese de que sem militância organizada as ações se diluem e perdem sua força.

Desde a Nicarágua Livre, recebam a saudação solidária e o abraço militante da Frente Sandinista de Libertação Nacional, com os desejos de que este 13º Congresso seja um ponto de partida para novas lutas pela causa dos povos do mundo que lutam para conquistar a liberdade, o progresso e o socialismo.

Frente Sandinista de Libertação Nacional

Palestina – Fatah

Camaradas do PCdoB

Em nome do Comitê Central da FATAH/OLP, e em nome de seus membros, e em meu nome pessoal, saúdo-lhes na ocasião da realização do 13º Congresso do vosso partido, como saúdo a sábia escolha da sua nova direção, e também as resoluções finais deste Congresso.

Aproveito esta oportunidade para pedir desculpas por não ter podido participar pessoalmente no congresso, por ter recebido uma tarefa urgente do irmão presidente Abou Mazen. E por isso atribuí ao irmão Fawzi Al Moshni, a honra de participar no vosso congresso representando o nosso movimento (FATAH).

E aqui só cabe a mim agradecer a vosso partido, lideranças e membros, por se preocuparem com a Palestina como uma questão justa de um povo lutador.

Caros Camaradas

As relações entre vosso partido e nosso movimento é uma prova clara de vossa posição no que tange às questões dos povos lutadores. É nosso dever, de todos nós, estreitar essa relação para o interesse dos nossos povos e de todos os povos que lutam pela paz, estabilidade, progresso e igualdade.

Caros Camaradas

É uma honra receber na Palestina uma missão da direção do vosso partido para troca de conhecimentos e para saberem o que se passa com nosso povo de fato. Como será uma honra visitá-los no Brasil para discutir sobre o modo de trabalharmos juntos nos fórum continentais, regionais e mundiais.

Juntos em apoio aos oprimidos.

*Dr. Nabil Al Shaath, membro do Comitê Central do Movimento de
Libertação da Palestina (FATAH)*

Palestina – Frente Popular para a Libertação da Palestina

Estimados Companheiras e Companheiros membros do congresso,

O mundo, atualmente, vive um momento especial em que a administração americana não mais consegue impor sua política sobre os povos do mundo. As crises da região ajudaram a redesenhar um novo mapa geopolítico com o surgimento de forças atuantes e influentes, tais como os denominados “BRICS” e, dentre eles, o Brasil, no qual os membros desse grupo têm adotado novas políticas que colidem com a política de dominação e intervenção imposta pelas administrações americanas nas últimas duas décadas, transformando-o num mundo multipolar e visando à estabilidade global.

Queridos amigos, não é demais dizer que não há duas pessoas, por assim dizer, que não concordem que a questão palestina é, de fato, uma questão da era moderna. Isso porque foi a questão do século XX e é a questão do século XXI e, após o transcurso de sessenta e cinco anos, nenhuma solução foi alcançada em razão da incompetência internacional em fazer cumprir as resoluções pertinentes à mesma. Em especial, a resolução do direito de retorno nº 194 de 1948, resolução da partilha nº 181 de 1947 e tampouco as resoluções nºs 242/338, após a guerra de 1967 que culminou na ocupação do restante da Palestina histórica, além de territórios do Egito, da Síria e do Líbano.

Diante das forças, dos movimentos e partidos democráticos revolucionários, cria-se uma importante e histórica oportunidade para reconstruir o mundo sob novos princípios. Tudo indica que as diferentes forças imperialistas, em especial a norte-americana, não conseguem manter sua tradicional política de intervenção em qualquer lugar ou qualquer tempo, por causa do agravamento da sua crise econômica e também do desgaste econômico ocasionado pela intervenção no Afeganistão e no

Iraque em 2001 e 2003 – deste último se retirou e prepara para se retirar do primeiro em 2014. O que dissuadiu os EUA a não interferirem na crise da Síria ou tentarem impor uma solução na Líbia não foi uma generosidade política da administração de Obama. Na verdade, foi o importante e crescente papel da Rússia e da China, além do grupo dos BRICS, aliado à crise da dívida americana e aos indicativos de fraqueza econômica desse império selvagem chamado Estados Unidos da América.

O povo palestino almeja o vosso apoio para enfrentar a selvagem política sionista israelense. Saudamos todos vocês, desejando sucesso para alcançar os objetivos desse congresso.

Mais uma vez, o povo palestino espera o seu apoio para enfrentar os desafios que afetam sua identidade nacional, política e humana em função da política israelense apoiada pelos EUA.

Muito obrigado,

Frente Popular para a Libertação da Palestina – FPLP

Palestina – Partido do Povo Palestino

Em nome do Comitê Central do Partido do Povo da Palestina (PPP), e em meu próprio nome, gostaria de agradecer ao Partido Comunista do Brasil – a sua liderança, quadros, membros e amigos – o convite que recebemos para assistir e participar nos trabalhos do 13º Congresso do seu Partido e do Seminário Internacional.

Minha pátria, a Palestina, ainda está sob a ocupação selvagem de Israel. Esta pode ser a última ocupação da história nos últimos anos e, com certeza, é a ocupação que menos custa para os ocupantes. O sofrimento do nosso povo, como resultado dessa ocupação, é inacreditável: o exército de Israel mata nosso povo – os velhos, os jovens, as crianças e as mulheres –, prende milhares deles, pratica a demolição de suas casas,

corta nossas árvores frutíferas, rouba nossos recursos hídricos, constrói muros de discriminação em nossos territórios, expande os assentamentos ilegais construídos por Israel e viola todos os princípios da lei internacional, assim como as resoluções da Organização das Nações Unidas sobre as questões palestinas, e ignora totalmente os artigos 3º e 4º da Convenção de Genebra.

Acreditamos que somos capazes de enfrentar os desafios e ultrapassar os obstáculos com que nos defrontamos e temos a certeza de que teremos sucesso derrotando a ocupação, as prisões e a injustiça.

Asem J. R. Abdalhadi

Panamá – Partido do Povo do Panamá

Tendências da Situação Internacional – O Mundo na Transição

Devemos definir este conceito de “transição”: etapa do processo de passagem do capitalismo ao socialismo. Faz parte do aspecto estratégico da mudança na sociedade humana em todo o mundo.

Hoje não há mais um centro hegemônico para os partidos comunistas, ou seja, não existe uma única verdade. Assim, podemos generalizar, afirmando que cada partido comunista tem a sua verdade, e que há muitas verdades. Mas, sabemos que frente à solução de um problema só existe uma verdade. Entenda-se que estamos falando aqui no sentido filosófico e conceitual, portanto, uma abstração.

Mas, se queremos falar concretamente, podemos nos referir à conclusão a que chegaram os comunistas, porque, para eles, a sociedade que substituirá o capitalismo é uma sociedade socialista. Esta é a verdade, não há outra e isso não significa que seja um dogma, posto que já foi cientificamente comprovada por nossa teoria e prática marxista-leninista. A teoria não fracassou, mas sim os homens que a aplicaram.

Nesse caminho, a luta de cada partido comunista por alcançar esses fins nos aproxima cada dia mais do socialismo.

*Moisés Carrasquilla V., Coordenador da Direção Política do
Partido do Povo do Panamá*

Paraguai – Partido Comunista Paraguaio

Recebam as saudações fraternas do Partido Comunista Paraguaio pela realização do 13º Congresso do PCdoB.

No Paraguai, logo depois do golpe de Estado parlamentar de junho de 2012, executado pelas forças reacionárias e dirigido pelo imperialismo norte-americano, que destituiu o presidente constitucional Fernando Lugo, vive-se momentos de retrocesso na área política, social e de integração latino-americana.

Hoje, no Paraguai, parar a ofensiva neoliberal e fortalecer a alternativa democrática e popular é o desafio dos partidos e movimentos progressistas e revolucionários. Para isso será essencial avançar no processo de integração dos povos e suas lutas. O 13º Congresso do PCdoB é realizado em um momento de sinais claros de decadência do imperialismo dos EUA, com um aumento da agressividade e interferência em seus assuntos internos. Por isso, valorizamos muito o trabalho político difícil, mas essencial, de reunir suas próprias forças e aliados em uma direção anti-hegemônica, como tem feito com sucesso o PCdoB, especialmente desde a vitória de Lula em 2002.

O lema do 13º Congresso “Avançar nas Mudanças” resume o papel orientador e estratégico do PCdoB no processo de mudança no Brasil, um processo não isento de dificuldades, cujo enfrentamento demandará, mais uma vez, a história e o compromisso dos comunistas brasileiros.

Viva o Partido Comunista do Brasil!
Viva a América Latina unida e soberana!

*Derlis Villagra, secretário-geral
Partido Comunista Paraguai*

Paraguai– Partido Frente Ampla

O movimento político e social progressista do Paraguai está ciente de que os avanços em seus direitos econômicos e sociais foram o resultado de sua própria conquista, e não obra dos partidos de direita, nem o Colorado nem o Liberal. E, portanto, a Reforma Agrária, o direito a uma jornada de trabalho de oito horas, férias remuneradas, gratificações, bem como o reconhecimento dos direitos sociais e proteção social do Estado para a classe social mais pobre, são obras dos movimentos e partidos políticos do bloco histórico popular; ou seja, os principais avanços em favor do povo são uma conquista do bloco popular, por isso, agora é o momento de pedir ao povo e lutar com ele para recuperar o país da ameaça de um novo rumo neoliberal.

Para organizar a resistência e a vitória temos de fazer um grande esforço consciente, o que implica uma Linha de Ação e Planejamento para o fortalecimento da Coordenação Democrática FRENTE GUAÇU, como condição para orientar a luta pelas reivindicações imediatas e construir a força para enfrentar o embate para revogar a Lei de Aliança Público-Privada (APP). Ou seja, organizar uma campanha de caráter participativo com ações políticas e sociais como: Recurso de Inconstitucionalidade contra a implementação da APP, do Referendo e da Greve Geral com a participação de sindicatos, organizações camponesas, movimentos estudantis, ambientalistas, forças políticas progressistas e cidadãos que pertencem à classe média – que começa a revelar seu desconforto social

– através da organização da mobilização de indignados contra o tráfico de influência e a obtenção de benefícios por intermédio de amigos no poder.

Victor Bareiro Roa, secretário-geral do Partido Frente Ampla e Secretário de Cultura e Educação da Frente Guaçu

Paraguai – Partido Popular Tekojojá

Análise de Conjuntura do Paraguai – Frente Guaçu

Cartes é o verdadeiro mentor do golpe parlamentar contra Lugo. As três leis que conseguiu aprovar – de responsabilidade fiscal, a participação público-privada e de militarização – concentram todo o poder em sua pessoa e lhe permitem iniciar um processo de pilhagem de bens e de receita pública, como nunca antes se viu na história recente do Paraguai. Tais leis são parte de um plano para fortalecer o modelo extrativista – latifúndio, soja e carne – que se estende até a infraestrutura e os serviços públicos.

A alta das taxas, as demissões e o congelamento de salários e investimentos sociais públicos fazem parte do modelo neoliberal que Cartes procura impor, a fim de maximizar o lucro das empresas transnacionais e nacionais. Neste sentido, a militarização e a criminalização da luta social são parte do modelo que visa implementar, dado o aumento da contestação social.

Em suma, que modelo Cartes propõe? Basicamente, um modelo neoliberal/extrativista, latifundiário e agroexportador (daí a perseguição ao movimento camponês), estendido ao setor público (que será privatizado) dependente e autoritário.

Quais são as perspectivas? De um crescente enfrentamento social e político entre as forças democráticas e populares contra o modelo Cartes, com previsão de ainda mais sérias violações de direitos humanos, trabalhistas e sociais. Cartes poderá derrotar, inclusive, o movimento político e social progressista, mas é muito provável que este, ainda em tal circunstância, se fortaleça ao menos em médio prazo, o que permite antever um processo de mudança progressista a médio prazo, em meio a severos conflitos.

Ricardo Canese, dirigente do Partido Popular Tekojojá e Secretário de Relações Internacionais da Frente Guaçu

Peru – Partido Comunista do Peru (Patria Roja)

Estimados camaradas do PCdoB, queridos camaradas e amigos, somos gratos pelo convite para fazer parte deste importante Congresso, refletir e aprender com todas as suas experiências, no caminho da construção de uma América Latina verdadeiramente livre, democrática e socialista.

Estamos hoje em um mundo assolado pela crise, o caos, a violência, a insegurança. Onde os fantásticos avanços científicos, técnicos, tecnológicos, ao invés de resolver as carências dos povos, melhorar as suas vidas e proteger o planeta, deslizam-nos pelos meandros da ruína e do descalabro. Um mundo em que a prepotência militar e econômica, as ameaças, as guerras, os atentados, as chantagens, a espionagem generalizada aos Estados e às pessoas, a violação dos direitos humanos básicos, as drogas, a prostituição infantil e o tráfico de pessoas, o terrorismo, os assassinatos... são o pão de cada dia.

Vivemos, pois, tempos difíceis, incertos, praticamente aterrorizantes. No horizonte surgem ventos ameaçadores anunciando grandes tempestades. A crise mundial do capitalismo, longe de diminuir e moderar

seus impulsos exploradores e agressivos, mostra-se como uma máquina infernal da repressão e depredação.

Os comunistas têm o dever de levantar-se em defesa da vida e da paz. Confrontar a vida contra a morte, a paz contra a violência. Os comunistas, amamos profundamente a paz. Nossa utopia é um mundo onde a exploração de seres humanos seja banida, onde a solidariedade seja o princípio orientador da vida, assim como a justiça social; onde os dons da mãe natureza e a criatividade humana sejam compartilhados por todos.

Rolando Brenã Pantoja, secretário-geral

Peru – Partido Comunista Peruano

Prezados camaradas

Por ocasião da realização do seu 13º Congresso, nos dias 13 a 16 de novembro de 2013 na cidade de São Paulo, nosso Comitê Central envia as mais fraternas congratulações por tão importante evento de debate, reflexão e análise, em um momento excepcionalmente importante para seu Partido e para o povo brasileiro.

Os temas centrais a debater: balanço do último decênio (perspectivas e desafios), a crise estrutural e sistêmica do capitalismo contemporâneo e outros tópicos serão avaliados com a sabedoria e experiência de seu partido e de seus militantes.

Seu partido e sua militância saberão examinar e obterão resoluções e conclusões que servirão para assinalar objetivos certos e seguir construindo a unidade mais ampla de seu povo, a derrota do capitalismo neoliberal, a tomada do poder político e econômico do Estado e a construção do Socialismo, por uma sociedade justa e solidária, a integração e a paz mundial.

Ratificamos nossas felicitações por este notável acontecimento partidário.

Viva o Partido Comunista do Brasil!

Viva os trabalhadores brasileiros e do mundo!

Despedimo-nos com fortes abraços,

Roberto de la Cruz Huamán, secretário-geral

Moisés Rocha Luque, Secretário de Relações Internacionais

Peru – Partido do Povo do Peru

Recebam as saudações do Partido do Povo do Peru. A nossa organização foi formalmente fundada em 30 de outubro de 2012, mas tem suas raízes profundas na história do Peru do século XX. Reconhecemos no valor do Aprismo que começou a tomar forma nos primeiros cinco anos da década de 1920, quando Victor Raul Haya de la Torre entregou a bandeira ameríndia aos estudantes mexicanos em 7 de maio de 1924, que no Peru e em parte da América Latina, ou Ameríndia, se considera como a fundação do APRA continental.

Victor Raul Haya de la Torre argumentava que a América Latina tinha uma identidade bem definida e uma estratégia de defesa continental, fruto de nossas coincidências políticas e a característica comum dos problemas que nos afetam como uma região ou subcontinente. Foi numa boa hora que o Foro de São Paulo permitiu que tomássemos esse caminho.

Os partidos políticos representados aqui têm muito claro este conceito fundamental da nossa união e nossa identidade histórica, razão adicional para que nos felicitemos uns aos outros. E nesse caminho da esquerda democrática, anti-imperialista e de integração continental

havemos de seguir como companheiros de viagem ao longo dos anos que estão por vir.

Muito obrigado,

*Luis Alberto Salgado T., secretário-geral colegiado do
Partido do Povo do Peru*

Portugal – Partido Comunista Português

Ao 13º Congresso do Partido Comunista do Brasil

Queridos camaradas

Transmitimos aos delegados ao 13º Congresso do Partido Comunista do Brasil e por seu intermédio a todos os membros do PCdoB as fraternais saudações dos comunistas portugueses e os votos de sucesso aos seus trabalhos.

O Brasil viveu um importante processo de mudanças iniciado há 10 anos, que teve profundas repercussões na melhoria das condições de vida de milhões de brasileiros e na afirmação soberana do Brasil, contribuindo para a emancipação da América Latina e Caraíbas da alçada dos EUA e para a dinâmica dos BRICS. Um processo que se encontra num momento crucial, em que as classes dominantes e o imperialismo procuram travar e, se possível, reverter os avanços sociais e, perante o qual, os trabalhadores e o povo brasileiro estão confrontados com o grande desafio de defender os progressos alcançados e de aprofundar as mudanças através da realização de amplas reformas democráticas que deem resposta aos seus problemas e anseios.

Um caminho que passa pela determinante participação, unidade e luta organizada das massas, e conseqüente reforço e unidade

das forças políticas e sociais que se propõem protagonizar e levar a cabo o programa de profundas transformações democráticas e progressistas, pelo qual o povo brasileiro desde há muito anseia, no qual é fundamental o PCdoB. Fazemos votos para que o vosso 13º Congresso contribua para o reforço do PCdoB e para alargar ainda mais a sua influência entre os trabalhadores e povo brasileiro.

Camaradas

Renovando os votos de sucesso aos trabalhos do 13º Congresso do PCdoB, e confirmando a nossa vontade de desenvolver as relações de amizade e solidariedade entre os nossos dois partidos, enviamos-vos as nossas fraternais saudações.

O Comitê Central do Partido Comunista Português

Portugal – União Democrática Popular

Estimados camaradas do Partido Comunista do Brasil

A Direção Nacional da UDP gostaria de vos saudar e transmitir as mais sinceras e calorosas felicitações por motivo da realização do vosso Congresso em São Paulo.

É do entendimento da direção da UDP que o fortalecimento das relações com o PCdoB é de nuclear importância para a construção de uma alternativa de esquerda socialista no Mundo, que rompa com o imperialismo global, a ditadura dos mercados e a exploração dos povos e da classe trabalhadora.

A combatividade unitária que o PCdoB tem demonstrado no Brasil tem sido essencial na projecção da ideia de que um outro mundo é possível, que se afirme pela democracia plena, a solidariedade, a justiça social e fiscal e o pleno emprego e se vincule aos princípios emanci-

patórios socialistas – que nos dias de hoje reforçam ainda mais a sua atualidade e premência.

A Direção Nacional da União Democrática Popular

Rússia – Partido Comunista da Federação Russa

Em nome do Comitê Central do Partido Comunista da Federação Russa, quero manifestar a todos vocês, camaradas de ideias e companheiros na luta comum, uma saudação sincera e meus desejos pelo sucesso nesta luta pelos interesses das massas populares e pelo socialismo.

Somos gratos à irmandade do Partido Comunista do Brasil pelo convite para participar no trabalho neste seu 13º Congresso e pela possibilidade de intervir neste seminário.

Seguimos com grande atenção a luta dos povos da América Latina por uma independência nacional duradoura e pela transformação da situação social nos interesses da grande massa contra as imposições imperialistas.

Os representantes do nosso partido estiveram presentes nos trabalhos do passado Encontro do Foro de São Paulo, que teve lugar recentemente. Os processos em desenvolvimento no seu continente têm um significado histórico para todas as forças progressistas do mundo. A revolução começada por Fidel Castro continua. Nós prestamos homenagem e apresentamos nossos respeitos à memória do importantíssimo estadista Hugo Chávez.

Os comunistas da Rússia cumprimentam e apoiam os esforços dos partidos amigos e irmãos da América Latina dirigidos à coordenação de sua atividade e luta comum.

Valery Rashkin, Adjunto do Presidente do Comitê Central do PCFR

Saara Ocidental – Frente Polisario

Por ocasião da realização do 13º Congresso do Partido Comunista do Brasil e, em nome da Frente Polisario, sua direção política e de todo o povo saarai, queremos transmitir a todos os militantes do PCdoB nossas saudações fraternas.

Para a Frente Polisario é um motivo de grande satisfação ter a oportunidade de hoje estar junto a vocês e lhes render um sincero tributo pelas inumeráveis conquistas alcançadas pelo Partido Comunista do Brasil no fortalecimento das instituições políticas e democráticas do país, como partido com responsabilidade de governo, mas, sobretudo, reiteramos aqui a todos vocês a nossa felicitação pelos noventa anos de luta e abnegação cumpridos pelo PCdoB.

Congratulamo-nos com o PCdoB em sua indestrutível solidariedade para com os povos da África, Ásia e América Latina, por sua total emancipação e desenvolvimento e, muito especialmente, recebam nosso agradecimento pelo seu indefectível apoio à luta legítima do povo saarai pela autodeterminação e independência.

Acompanha-nos a confiança de seguir contando com o apoio e a solidariedade do Partido Comunista do Brasil e de todos os democratas brasileiros, para a conquista de nossa definitiva liberdade e para o retorno de nosso povo a sua terra em condições de dignidade.

*Hash Ahmed, Ministro Saarai responsável
pelas Relações com a América Latina*

Síria – Baath

Em meu nome e em nome do Diretório Nacional do Partido Árabe Socialista Baath, gostaria de parabenizá-los por ocasião do 13º Congresso do vosso Partido, que será realizado no próximo dia 12 de novembro

de 2013, desejando-lhes êxito e sucesso nos trabalhos do Congresso e em tudo que sirva aos interesses de Vosso país e Vosso povo.

Aproveitamos esta oportunidade para reiterar a necessidade de estreitar e fortalecer as relações entre nossos partidos, em tudo que envolve os interesses dos nossos dois países e nossos povos amigos, com o intuito de alcançar nossos objetivos de um mundo estável, seguro, onde impera a justiça e a paz, livre de guerras, garantindo assim o bem-estar e a prosperidade para todos os povos do mundo.

Como é de Vosso conhecimento, nosso país, a Síria, passa por difíceis acontecimentos, sofrendo ações do terrorismo internacional organizado, que tem como objetivo destruir nosso país e dividi-lo, mas estamos resistindo firmemente, enfrentando, com determinação e força de vontade, estes terroristas e todos aqueles que os financiam. Nosso povo, firme em seus princípios e valores, acreditando na integridade dos territórios de seu país e seus habitantes, alcançará em breve a vitória, derrotando de vez esta imunda conspiração.

Assim sendo, apresentamos nossas desculpas pela impossibilidade de participarmos dos trabalhos de Vosso Congresso e incumbimos o Secretário Regional da nossa Organização partidária de nos representar no Congresso e acompanhar seus resultados, desejando-lhes novamente êxito e sucesso e para vosso país amigo prosperidade e progresso.

Damasco, aos 30/10/2013

*Companheiro Abdallah Al Ahmar
secretário-geral adjunto do Partido Árabe Socialista (Baath)*

Tunísia – Watad Unificado

O Mundo em Transição: o caso da Tunísia

Agradecemos ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que nos convidou para seu 13º Congresso e para a nossa participação no Se-

minário Internacional que o precede. Este espaço nos permite trocar pontos de vista e coordenar estratégias para trabalharmos juntos para encontrar alternativas de modo a que os nossos partidos possam contribuir para transformar a realidade de nossos povos.

Esta é a primeira vez que o Partido Unificado dos Patriotas Democratas (Watad Unificado) participa de um congresso de um partido comunista na América Latina, e quer que esse seja o germe de futuras colaborações.

Há quase três anos, a Tunísia viveu uma revolução que pegou de surpresa o resto do mundo, devido aos dados econômicos “promissores” que as agências internacionais lhe atribuíram. De acordo com as potências imperialistas, o “milagre econômico” tunisiano foi o exemplo para o resto do continente africano.

O mais recente relatório do Banco Mundial sobre a Tunísia, antes da Revolução da Liberdade e Dignidade (dezembro de 2010) sublinhou que “em meio século, desde a independência, o país havia feito grande progresso econômico e social, incluindo o quádruplo do produto interno bruto (PIB) *per capita* e o aumento da expectativa de vida para perto dos níveis desenvolvidos mundialmente”.

No entanto, a realidade era muito distinta. A Tunísia padecia dos efeitos de uma economia mafiosa marcada pelo nepotismo, a corrupção e a ilegalidade; as desigualdades sociais não deixavam de crescer e as receitas neoliberais eram incapazes de combatê-las.

Trabalhamos ombro a ombro com os diferentes movimentos democráticos que compõem a sociedade civil tunisiana para encontrar uma saída negociada para pôr fim ao governo atual, ainda que não descartemos a opção de rebelião civil pacífica com a finalidade de corrigir os desvios impostos à nossa revolução.

Farouk Jhinaoui

Uruguai – Partido Comunista do Uruguai

Em primeiro lugar, queremos saudar os camaradas do PCdoB neste seu 13º Congresso e estender a saudação da presidenta da Frente Ampla, companheira Monica Xavier. Este é, sem dúvida, um Congresso muito importante para os comunistas brasileiros e o processo de transformações em que as forças aliadas estão engajadas, mas é também importante em nível internacional.

O modelo de produção capitalista está passando por uma profunda crise. Crise esta que tem seu vértice nos países capitalistas imperialistas (EUA, Japão e Europa) e se estende aos demais países dependentes. Do nosso ponto de vista, é uma crise de superprodução e excesso de acumulação de capital, mas com um caráter crônico e estrutural. As mesmas leis do modelo de produção – tão cedo descoberto por Marx, Engels e Lênin, entre outros – inevitavelmente conduzem a este estado de coisas que, ao intensificar o caminho da mais-valia relativa, aumenta o excedente de trabalho e diminui o trabalho necessário, tudo em meio a feitos incomparáveis de avanços científicos e tecnológicos que causam o crescimento da automação dos processos de produção.

O imperialismo desencadeou uma ofensiva política, econômica, cultural e militar para deter os processos de mudanças e fazê-los desaparecer. Nela existe a especial gravidade de iniciativa da Aliança do Pacífico que está vinculada a uma iniciativa estratégica da maior magnitude, que é o Acordo Transpacífico.

Por isso, e pela perspectiva revolucionária geral, é imprescindível fortalecer todos os novos espaços institucionais de integração independente: o Mercosul, a Unasul, a Alba, a CELAC, o Banco do Sul etc. Essa é a resposta para que a América Latina possa enfrentar os desafios da crise do capitalismo, aumentar os espaços de independência política e

construir uma perspectiva de transformações reais que nos leve à nossa segunda e definitiva independência.

*Senador Eduardo Lorier, secretário-geral do
Partido Comunista do Uruguai*

Venezuela – Partido Socialista Unido da Venezuela

Na realização do 13º Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), na cidade de São Paulo, entre os dias 13 e 16 de novembro de 2013, parece-nos um dever inadiável de amizade, solidariedade e internacionalismo militante transmitir, em nome da Comissão de Relações Internacionais do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), a saudação mais calorosa a todos os participantes desta reunião partidária fundamental, além dos melhores votos para o desenvolvimento desta louvável e progressista iniciativa ideológica e política por vocês empreendida.

Temos a convicção e a certeza de que este Congresso será levado a cabo, como vocês afirmam na convocatória, em um momento histórico excepcional no qual é necessário realizar uma profunda reflexão política coletiva em relação com a realidade atual de seu país, as tarefas realizadas por seu Partido desde a fundação em 1922, e os agudos desafios que deverão enfrentar, segundo a agenda remetida; os termos da tese política partidária em discussão; e, entre outros anúncios, as novas demandas surgidas em busca do fortalecimento do movimento popular, das forças de esquerda e do governo da companheira Presidenta Dilma Rousseff.

Para a Comissão de Assuntos Internacionais do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), como para toda a nossa militância e a maioria do povo venezuelano, que nos acompanha em dar uma efetiva continuidade construtiva ao valioso legado ideológico, estratégico,

programático, político e internacionalista do Comandante-Presidente Hugo Chávez Frias, a causa das forças de esquerda, socialistas e progressistas brasileiras constitui um dialético assunto de fraterna preocupação; leal e permanente cooperação; e, a união de esforços compartilhados até a realização dos mais caros ideais reivindicados em nossas históricas lutas populares na América Latina, no Caribe e no mundo inteiro.

Deputado Rodrigo Cabezas
Coordenador da Comissão de Assuntos Internacionais do PSUV

Vietnã – Partido Comunista do Vietnã

Por ocasião do 13º Congresso Nacional do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), em nome dos comunistas e povo vietnamita, queremos transmitir ao Congresso Nacional e, por seu intermédio, a todos os comunistas e povo irmão do Brasil os nossos mais calorosos cumprimentos.

O Partido Comunista do Brasil sempre demonstrou a tradição da luta heroica e corajosa. Ultrapassando diversas dificuldades e obstáculos, o Partido dos Vossos Camaradas tem mantido o espírito de fidelidade ao marxismo-leninismo e ao objetivo de construção do socialismo. Além disso, tem lutado ininterruptamente pela independência nacional, pelos benefícios e felicidades dos trabalhadores. Assim conquistou grandes vitórias.

Parabenizamos o Partido e seus Camaradas pelas vitórias obtidas. Estamos firmemente convencidos de que o Partido, à luz das Resoluções aprovadas neste 13º Congresso Nacional, continuará se solidarizando com outros Partidos de esquerda e progressistas do Brasil. E também de que obterá as maiores vitórias nas incansáveis lutas pela

ideologia comunista e pelo benefício do Povo, contribuindo ativamente nas lutas dos povos da América Latina e do mundo pela paz, independência nacional, democracia e progresso social.

Manifestamos aqui o nosso sincero voto de que o 13º Congresso Nacional do Partido Comunista do Brasil tenha grande êxito.

Desejamos também que as relações de solidariedade e amizade entre os partidos e os povos do Vietnã e do Brasil sejam cada vez mais fortalecidas e desenvolvidas.

Comitê Central do Partido Comunista do Vietnã

